



Universidade Federal
de São João del-Rei

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI - UFSJ
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, PLANEJAMENTO E TERRITÓRIO

JOSIANE PATRÍCIA RESENDE SILVA

**EFEITOS DA COVID-19 SOBRE O TEMPO SOCIAL DOS PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA EM MINAS GERAIS, UMA ABORDAGEM DA
ECONOMIA FEMINISTA**

São João Del Rei
2022

JOSIANE PATRÍCIA RESENDE SILVA

**EFEITOS DA COVID-19 SOBRE O TEMPO SOCIAL DOS PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA EM MINAS GERAIS, UMA ABORDAGEM DA
ECONOMIA FEMINISTA**

Dissertação apresentada como parte do requisito de qualificação à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território da Universidade Federal de São João Del Rei

Área de concentração: Desenvolvimento, Planejamento e Território

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, Sustentabilidade e Território

Orientadora: Profa. Dra. Aline Cristina da Cruz

São João Del Rei

2022

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB) e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

JOSIANE PATRÍCIA RESENDE SILVA

**EFEITOS DA COVID-19 SOBRE O TEMPO SOCIAL DOS PROFESSORES DA
EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA EM MINAS GERAIS, UMA ABORDAGEM DA
ECONOMIA FEMINISTA**

Dissertação apresentada como parte do requisito de qualificação à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território da Universidade Federal de São João Del Rei

Aprovado(a): 22 de dezembro de 2022

BANCA EXAMINADORA

Orientador(a): Profa. Dra. Aline Cristina da Cruz

Membro externo: Profa. Dra. Viviani Silva Lirio

Membro interno (1): Prof. Dr. Douglas Marcos Ferreira

Membro interno (2): Prof. Dr. Luiz Eduardo de Vasconcelos Rocha

São João Del Rei

2022

Dedico este trabalho à minha amada mãezinha e a todas as mulheres, que abdicaram de sua autonomia, sob várias perspectivas, no intuito de “doar” todo o seu precioso patrimônio de tempo à família e à complexa administração de um lar...

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por ter me suprido (em abundância) com tudo aquilo de que necessitei no decorrer desta jornada: saúde integral, coragem, persistência, sede de conhecimento, alegria, serenidade, paciência, entusiasmo, inspiração, fé e muito, muito amor por tudo o que eu estava realizando.

Agradeço ao André, meu amor e melhor companheiro, seja para qualquer missão (desta e de outras existências): por ser o principal incentivador das minhas conquistas, superando, com carinho, ao meu lado, os diversos obstáculos do caminho.

Agradeço aos meus pais amados, Cida e Maurício, que, por doarem sem limites o seu amor, fizeram de mim a mulher que sou; por todo o apoio; pelas orações; por compreenderem minha ausência e por confiarem mais no meu potencial do que eu mesma.

Agradeço aos meus irmãos Paula e Lucas pela força, pela torcida e por me darem os sobrinhos que tanto amo e que são umas das minhas maiores alegrias: Gui, Davi e Esthér.

Agradeço aos queridos colegas dessa inesquecível turma de 2020: Aline, Denise, Éder, Fernando, Gustavo e Ingrid, a qual as medidas de distanciamento requeridas pela pandemia uniu ainda mais e fez com que nos tornássemos uma verdadeira família...

Agradeço a todos os professores do PGDPLAT que, generosamente, compartilharam seus conhecimentos com maestria, tornando doce a minha estadia no programa e fomentando a construção do meu projeto de pesquisa.

Agradeço à minha querida orientadora e parceira Aline, por ter me tomado pela mão e me instruído, com carinho e paciência, em cada passo! Pela atenção generosa, a qualquer hora do dia ou da noite! Pela dedicação com que releu tantas e tantas vezes o nosso trabalho! Pela agilidade com que se preocupava em me retornar! Por ter contruído, grandiosamente, na transformação da pesquisadora que me tornei.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar os efeitos da pandemia Covid-19 sobre o tempo social dos professores da educação básica da rede pública estadual em Minas Gerais, do ponto de vista da divisão sexual do trabalho. Para tanto, o presente estudo valeu-se de revisão da literatura teórico-empírica nacional e internacional sobre os temas: Economia Feminista, Feminismo, Divisão Sexual do Trabalho e Tempo Social das mulheres; de aplicação de questionários e da Análise Estatística Descritiva destes dados primários. Como ponto crucial, constatou-se que o cenário pandêmico acarretou, de fato, o alargamento do volume de trabalho doméstico e de cuidados, na esfera reprodutiva. Isto se evidencia pela expansão de 6,24% no estrato de professoras que, a partir da pandemia, passaram a despender mais de 20 horas semanais, na execução das atividades domésticas e/ou de cuidados e pela ampliação de 6,37% no estrato de professores, os quais passaram a dedicar de 9 a 12 horas semanais. Tal cenário culminou, também, na expansão do volume de trabalho docente, na esfera produtiva, uma vez que 88,57% destes profissionais alegaram a ocorrência de ampliação da jornada laboral diária, em virtude da pandemia. O panorama identificado evidencia o quanto a divisão sexual do trabalho ainda oprime e sobrecarrega as mulheres, em função da considerável parcela de tempo dedicado às atividades domésticas e de cuidados. A partir da pandemia, grande parte das professoras alegou a amplificação de 5 a 8 horas semanais de dedicação a estas tarefas, ao passo que, para os professores, a expansão foi de 1 a 4 horas semanais. O resultado apurado veio a ratificar a hipótese de que as novas atribuições e papéis dos docentes da educação básica, advindos da pandemia e do ensino remoto, afetaram, sobremaneira, a utilização de seu tempo social e, conseqüentemente, sua qualidade de vida, em especial das docentes responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidados. Os principais resultados estão alinhados à Teoria Seniana, diante do cenário de aumento da pobreza de tempo, ora encontrado, que contribui para o cerceamento prático da liberdade da mulher e acaba por obstaculizar a evolução plena de suas capacidades, o que, em última instância, impacta no desenvolvimento da sociedade, como um todo.

Palavras-chave: Docentes; Educação básica pública; Divisão sexual do Trabalho; Tempo social; Pandemia Covid-19; Economia feminista.

ABSTRACT

This research has the general objective of analyzing the effects of the Covid-19 pandemic on the social time of basic education teachers in the state public network in Minas Gerais, from the point of view of the sexual division of labor. Therefore, the present study was based on a review of the national and international theoretical-empirical literature on the themes: Feminist Economy, Feminism, Sexual Division of Labor and Women's Social Time; application of questionnaires and Descriptive Statistical Analysis of these primary data. As a crucial point, it was found that the pandemic scenario actually led to an increase in the volume of domestic work and care in the reproductive sphere. This is evidenced by the 6.24% expansion in the stratum of female teachers who, since the pandemic, began to spend more than 20 hours a week carrying out domestic and/or care activities and by the 6.37% increase in the stratum of teachers, who started to dedicate 9 to 12 hours a week. This scenario also culminated in the expansion of the teaching workload, in the productive sphere, since 88.57% of these professionals claimed the occurrence of an increase in the daily workday, due to the pandemic. The identified panorama shows how much the sexual division of labor still oppresses and overloads women, due to the considerable amount of time dedicated to domestic and care activities. After the pandemic, most of the teachers claimed to increase their dedication to these tasks by 5 to 8 hours a week, while for the teachers, the expansion was from 1 to 4 hours a week. The result found confirmed the hypothesis that the new attributions and roles of basic education teachers, arising from the pandemic and remote teaching, greatly affected the use of their social time and, consequently, their quality of life, in particular of the teachers – responsible for domestic and care activities. It is observed that the main results are in line with the Senian Theory, given the scenario of increasing poverty of time, now found, which contributes to the practical curtailment of women's freedom and ends up hindering the full evolution of their capacities, which, Ultimately, it impacts on the development of society as a whole.

Keywords: Teachers; Public basic education; Sexual Division of Labor; Social time; Covid-19 pandemic; Feminist economics.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Categorias de Identidade de gênero	32
Quadro 02 - Desafios enfrentados por docentes pesquisadoras mães, ao problematizar o espaço social do lar.....	49
Quadro 03 - Obstáculos impostos às mulheres no mercado de trabalho relacionados à ideia de tempo de trabalho e de não trabalho construída socialmente ..	51
Quadro 04 - Perfil de professoras e professores da educação básica da rede pública estadual, quanto às informações socioeconômicas, Minas Gerais, 2022,	65
Quadro 05 - Perfil de professoras e professores da educação básica da rede pública estadual, quanto às informações educacionais, Minas Gerais, 2022,	69
Quadro 06 - Perfil de professoras e professores da educação básica da rede pública estadual, quanto às informações domésticas/familiares, Minas Gerais, 2022	71

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Distribuição das matrículas e docentes no estado de Minas Gerais, por etapas de ensino, com base nos dados do Censo da Educação Básica, 2019 – 2020	61
Tabela 02 - Divisão de tarefas domésticas e de cuidados intradomiciliares dos docentes, por gênero (antes e a partir da pandemia), Minas Gerais, 2022	74

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01** – Principais legislações educacionais nacionais implementadas em virtude da pandemia Covid-1947
- Figura 02** - Pessoa que mais contribuía na divisão de tarefas domésticas e de cuidado (antes da pandemia), Minas Gerais, 202275
- Figura 03** - Pessoa que mais contribui na divisão de tarefas domésticas e de cuidado (a partir da pandemia), Minas Gerais, 202276
- Figura 04** - Tarefas domésticas e de cuidado nas quais os demais residentes do lar mais contribuía(m) (antes da pandemia), Minas Gerais, 202277
- Figura 05** - Tarefas domésticas e de cuidado nas quais os demais residentes do lar mais contribuem (a partir da pandemia), Minas Gerais, 202278
- Figura 06** - Número de horas semanais dedicadas às tarefas domésticas e de cuidado (antes da pandemia) – Homens e Mulheres docentes, Minas Gerais, 202279
- Figura 07** - Número de horas semanais dedicadas às tarefas domésticas e de cuidado (a partir da pandemia) – Homens e Mulheres docentes, Minas Gerais, 202281
- Figura 08** - Redes de apoio social dos docentes da rede pública básica, Minas Gerais, 202283
- Figura 09** - Jornada diária de trabalho docente, por gênero, durante a pandemia, Minas Gerais, 202285
- Figura 10** – Qualidade do trabalho docente, por gênero, durante a pandemia, Minas Gerais, 202286
- Figura 11** – Qualidade do tempo de autocuidado dos docentes, por gênero, durante a pandemia, Minas Gerais, 202287
- Figura 12** - Efeitos do trabalho remoto sobre a saúde física dos docentes, por gênero, no decorrer da pandemia, Minas Gerais, 202289

Figura 13 - Efeitos do trabalho remoto sobre a saúde mental dos docentes, no decorrer da pandemia, Minas Gerais, 2022.....91

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	15
1.1	O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA	21
1.2	JUSTIFICATIVA DE PESQUISA.....	21
2.	ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS	21
2.1	FEMINISMOS - CONCEITOS E REFLEXÕES.....	21
2.2	ECONOMIA FEMINISTA E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	26
2.3	DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, UMA ABORDAGEM CRÍTICA	31
2.4	O TEMPO SOCIAL E O TRABALHO DAS MULHERES.....	39
2.4.1	O uso sexuado do tempo no trabalho docente e o cenário pandêmico	44
3.	A RELAÇÃO ENTRE POBREZA DE TEMPO, DESIGUALDADE DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO	50
4.	CAMINHO METODOLÓGICO.....	58
4.1	FONTE E TRATAMENTO DOS DADOS.....	60
5.	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	64
5.1	O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS PROFESSORAS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, EM MINAS GERAIS	64
5.2	A DIVISÃO DE TAREFAS DOMÉSTICAS E DE CUIDADOS, INTRADOMICILIARES, MEDIANTE O CENÁRIO PANDÊMICO	73
5.3	IMPACTOS DA PANDEMIA SOBRE A JORNADA DE TRABALHO DOCENTE	84
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS.....	96
	APÊNDICES	114
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	114
	APÊNDICE B – Questionário para coleta de dados primários	115
	APÊNDICE C – Resultados da coleta de dados primários	123
	APÊNDICE D – Testes de Hipótese para diferença de Proporções	150

ANEXOS	152
ANEXO A – Termo de Autorização – SEE/MG	152
ANEXO B – Parecer Consubstanciado CEP	153

1. INTRODUÇÃO

1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Desde 2020, o mundo está vivendo um momento inédito de problematização estrutural, que não consiste apenas em uma crise sanitária, mas em uma crise civilizatória, com múltiplos vieses, tendo as vulnerabilidades¹ sociais se tornado mais evidentes, principalmente, em relação às mulheres. As principais medidas sanitárias requeridas para a prevenção e contenção do surto pandêmico provocado pela Covid-19 atingem, mais diretamente, as mulheres, uma vez que, “numa sociedade patriarcal racista capitalista como a brasileira, essas são atribuições das mulheres [...] mais vulnerabilizadas [...] as negras, indígenas, quilombolas, pescadoras, LGBTQI+ e empobrecidas” (ÁVILA et al., 2021, p. 2). Sendo, cultural e historicamente, responsáveis pelos afazeres domésticos e pelas atividades de cuidado² das famílias – em decorrência das construções sociais de gênero -, de forma remunerada ou não, são os corpos femininos que arcam com o fardo intangível não estimado pela pandemia. Tal vulnerabilidade decorre, diretamente, da divisão de gênero do trabalho, que inferioriza e sobrecarrega a mulher e culmina no cerceamento prático de sua liberdade (ÁVILA, 2004).

Nessa perspectiva, um dos fatores cruciais para a compreensão da desigualdade de gênero diz respeito à forma como as mulheres fazem uso de seu tempo social³, já que o tempo empregado no trabalho de cuidados com a reprodução, além de elástico e sem limites, é também invisibilizado e desvalorizado (ÁVILA, 2004). Segundo Vidal (2020), o tempo se constitui como algo gendricado⁴, visto que homens e mulheres lhe

¹ Conforme Carmo e Guizardi (2018, p. 1), “(...) mesmo conceitualmente impreciso, o termo vulnerabilidade amplia a compreensão dos múltiplos fatores que fragilizam os sujeitos no exercício de sua cidadania”.

² De acordo com a PNAD-Contínua, as atividades de cuidado consistem em “(...) auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir); auxiliar em atividades educacionais; ler, jogar ou brincar; monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio; transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas; e outras tarefas de cuidados de moradores” (IBGE, 2021, p. 47).

³ O “tempo social dominante de uma sociedade é aquele que lhe permite cumprir os atos necessários para a produção dos meios que garantem sua sobrevivência, possibilitando a criação, manifestação, realização e atualização de seus valores fundamentais” (OLIVA-AUGUSTO, 2002, p. 30).

⁴ O termo “gendricado”, ainda que seja um estrangeirismo adaptado ao vocabulário atual, destaca, sucintamente, a associação de determinado gênero a um emprego específico (SIMÃO, 2016).

atribuem valores e sentidos diferentes. Ramos (2009) salienta que a investigação sobre a alocação desse recurso escasso chamado tempo entre as mais variadas atividades pode lançar argumentação sobre importantes manifestações de desigualdades de gênero e raça.

Antes do advento da crise pandêmica, a organização do tempo social das mulheres já era, historicamente, composta pelo fenômeno da dupla jornada (ou jornada constante). De acordo com Almeida et al. (2021, p. 3), tal fenômeno consiste na “sobreposição das atividades exercidas no mercado de trabalho, de forma remunerada, e aquelas praticadas na esfera doméstica, invisibilizadas [...] resultado de um sexismo institucionalizado – o sistema patriarcal”.

Furno et al. (2021) afirmam que o isolamento social fez com que a linha divisória entre os tempos de dedicação aos trabalhos remunerado e não remunerado se tornasse ainda mais tênue, em virtude da carga adicional de trabalho experimentada pelas mulheres. Neste sentido, administrar o tempo, de forma ainda mais produtiva, tornou-se primordial para as mulheres, posto que às atividades laborais, domésticas e de cuidado já realizadas, antes do surto pandêmico, foi somada esta carga extra. Mediante tal contexto, Souza e Machado (2021) salientam a necessidade de ser considerada, também, a carga mental do trabalho emocional, a qual se faz ainda menos visível.

A necessidade do isolamento como medida de enfrentamento à crise sanitária demonstra seu cumprimento, de maneira desigual, dependendo da posição socioeconômica, da ocupação desempenhada e do lugar nas relações de trabalho, sobretudo, quando se trata da identidade racial (Vidal, 2020). Segundo Jaskiw e Lopes (2021), as mulheres as quais, além de mães, esposas e donas de casa, atuam como docentes, já vivenciavam, antes da pandemia, uma condição de sobrecarga laboral. Tal sobrecarga fora, agora, ampliada, consideravelmente, a partir do novo contexto, afetando, sobremaneira, sua qualidade de vida e restringindo, ainda mais, seu escasso tempo. Para essas mulheres, o nível de exigências quanto à nova dinâmica mostrou-se ainda mais desafiador.

Com a suspensão das atividades letivas presenciais, as instituições de ensino se viram obrigadas a migrarem para o formato online, no intuito de diminuir os impactos sobre o ensino e a aprendizagem. Para se ajustarem ao Ensino Remoto Emergencial

(ERE), as profissionais da educação necessitaram, abruptamente, reinventar a si mesmas e às suas rotinas, enveredar esforços para transformar a casa em um ambiente virtual de aprendizagem e driblar, dentro do mesmo espaço/tempo, as incumbências relativas às responsabilidades profissionais, domésticas e familiares (MACEDO, 2020). Docentes de todo o país, das redes pública e privada, foram obrigadas a aprender a utilizar ferramentas digitais, em tempo recorde, para ensinar e atrair a atenção dos alunos (e de seus pais) para as aulas remotas.

Vidal (2020) defende que o fato de, historicamente, às mulheres sempre terem sido reservadas ocupações menos prestigiadas, subalternizadas, mal remuneradas e pouco reconhecidas, socialmente, a feminização do magistério provocou a desvalorização deste campo de trabalho pela sociedade. Tal situação culminou em prejuízos salariais, sujeitando-as a extensas jornadas de trabalho, posto que, para aumentarem a renda, se veem obrigadas a dobrar cargos e horários. A autora enfatiza, ainda, que, mediante as novas exigências impostas pelo cenário pandêmico, a classe docente tem sido, dentre as demais profissões, uma das que mais sofrera os efeitos adversos em termos de qualidade do tempo e de condições de trabalho. Neste sentido, o paradoxo entre a mudança tecnológica compulsória requerida na contemporaneidade, para todos os profissionais da educação, e a permanência das regras tradicionais (com base no modelo patriarcal de família) trazem para as professoras o desafio árduo e excepcional de gerir, com maestria, seu tempo.

Almeida et al. (2021) salientam que a sobrecarga de trabalho atribuída às mulheres, à medida em que envolve, historicamente, tanto os limites impostos ao seu processo de aquisição de conhecimento, quanto ao seu livre-arbítrio para estruturarem suas vidas, suas relações parentais e suas funções profissionais, traz como principal consequência a privação de suas liberdades pessoais e sociais. Segundo Sen (2010), a privação das liberdades restringe as escolhas e as oportunidades dos indivíduos. Nessa perspectiva, pode-se dizer que a expropriação do tempo livre das mulheres - em função do delineamento dos papéis sociais de gênero -, ao colidir com suas aspirações de independência e emancipação, conseqüentemente, obstaculiza o seu desenvolvimento individual e afeta, em última instância, o desenvolvimento coletivo da sociedade. Desta forma, permanecem a importância e a magnitude do labor executado

pelas mulheres, no âmbito da divisão do trabalho doméstico e de cuidado, como uma questão urgente a ser reconhecida e mitigada pela sociedade.

1.2 JUSTIFICATIVA DE PESQUISA

A escolha do público-alvo justifica-se, sobretudo, pelo fato de os profissionais da educação representarem um dos estratos mais afetados pela nova dinâmica requerida, face ao contexto pandêmico; e por ser, em sua maior parte, tradicional e culturalmente, composto por mulheres – fim último do presente estudo. Dados do INEP (2022), revelam que, no ano de 2021, Minas Gerais contava com 213.939 docentes na Educação Básica, distribuídos entre 22.937 estabelecimentos de ensino, sendo 81,80% mulheres e 18,20% homens. Em se tratando dos obstáculos enfrentados por estes profissionais, no contexto do ensino público, Silva et al. (2022) afirmam que a situação pandêmica realçou a escassez do aparato digital cultural da maioria das instituições escolares e das famílias brasileiras, tornando evidentes as dificuldades inerentes ao processo de ensino e aprendizagem.

Vidal (2020) sublinha que, como muitas professoras são mães e/ou chefes de família, estas foram impelidas a se reorganizar, diante do compromisso de conciliar as atividades domésticas, o cuidado com os filhos e demais familiares, com a dedicação ao planejamento e realização das aulas virtuais, dinâmica que gerou, indubitavelmente, significativo acúmulo de funções. A impossibilidade de contar com as redes de apoio social presentes outrora (tais como escolas, creches, casa dos avós, empregadas domésticas etc.) - face às medidas de distanciamento requeridas -, contribuiu para o agravamento desta situação.

Quanto à delimitação territorial, Minas Gerais é, cultural, histórica, social e economicamente, um território, muito similar ao do Brasil, como um todo. Minas Gerais é o quarto estado com maior área territorial e o segundo em número de habitantes: 21.411.923 (IBGE, 2021), divididos entre 853 municípios. Segundo Cirino e González (2018), historicamente, Minas Gerais tem exercido importante papel na economia e política internacionais, destacando-se como um dos estados mais dinâmicos do país. Queiroz (2001) aponta que, dentro do estado, regiões modernas, ativas e com elevados

indicadores socioeconômicos coexistem com outras regiões atrasadas, estagnadas e sem adequadas condições de vida para suas populações.

A leitura crítica da realidade proporcionada pela situação de pandemia, tomando como base o conceito de divisão de gênero do trabalho, permite identificar dois aspectos muito relevantes. Em primeiro lugar, tem-se uma ameaça potencial à manutenção da presença das mulheres no mercado de trabalho e em outros espaços sociais. Em segundo, surge, também, uma oportunidade ímpar de transformação de mentalidades, no sentido de fomentar a construção de estratégias que contribuam para a efetiva visibilização e valorização do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado.

Desse modo, a presente pesquisa busca trazer contribuições para o movimento social, político e filosófico de questionamento sobre a divisão desigual de papéis sociais, sob a perspectiva de gênero e suas consequências, no mercado de trabalho e em suas extensões. Ao revelar como as desigualdades de gênero moldam as práticas de trabalho e a organização do tempo social, a divisão sexual do trabalho atua como obstáculo para o desenvolvimento, como um todo.

Ademais, busca-se contribuir com a literatura teórico-empírica nacional e internacional sobre Economia Feminista, área ainda marginalizada dentro da Economia Tradicional, já que esta última considera como pertencente ao âmbito econômico apenas os bens e serviços comercializáveis e precificáveis - não incluindo em seu escopo o trabalho de reprodução social, nem tão pouco, a perspectiva de gênero. Neste sentido, a proposta é fomentar o despertar de consciências sobre a necessidade de questionamento, transformação e reinvenção do papel da mulher na sociedade, a partir da reflexão sobre a utilização de seu tempo social, uma vez que há poucos estudos, nessa linha de pesquisa, para o contexto brasileiro.

Por fim, ao ressaltar o quanto a equidade de gênero é essencial na busca pela igualdade de oportunidades de fato, o estudo pretende consolidar mais subsídios para a formulação de políticas públicas micro e macroeconômicas, para além das de cunho social, dedicadas ao combate ao viés de gênero e ao fortalecimento do movimento social democrático feminista. Acredita-se que a estas políticas cabe a posição estratégica de ampliar a participação social e a visibilidade das mulheres, por meio da expansão de suas oportunidades.

Diante do exposto, a presente pesquisa tem por norte o seguinte questionamento: Quais os efeitos da Covid-19 sobre o tempo social dos professores da educação básica pública em Minas Gerais, do ponto de vista da divisão sexual do trabalho? Dito isso, parte-se da seguinte hipótese de estudo: As novas atribuições e papéis das docentes da educação básica pública, advindos da pandemia e do ensino remoto, afetaram, sobremaneira, a utilização de seu tempo social e, conseqüentemente, sua qualidade de vida, em especial, daquelas responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidados.

Considerando-se esse universo problematizador, a pesquisa tem como objetivo geral analisar os efeitos da pandemia Covid-19 sobre o tempo social dos professores da educação básica da rede pública estadual em Minas Gerais, do ponto de vista da divisão sexual do trabalho.

Especificamente, pretende-se:

- a) Discutir, de forma crítica, a terminologia divisão sexual do trabalho, à luz da Economia Feminista e das vertentes teóricas do Feminismo;
- b) Debater, de forma analítica, o tempo social das mulheres e sua repercussão no desenvolvimento da sociedade;
- c) Identificar e expor os impactos da pandemia e da restrição de acesso às redes de apoio social sobre a jornada de trabalho produtivo e reprodutivo da mulher, com ênfase às professoras do ensino básico da rede pública estadual de Minas Gerais.

2. ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

A presente pesquisa é delineada, sob a égide de quatro conceitos-chave principais, quais sejam: Feminismo, Economia Feminista, Divisão de gênero do trabalho e Tempo social das mulheres. À vista disso, esta seção vem discutir a terminologia divisão sexual do trabalho, à luz da Economia Feminista e das vertentes teóricas do Feminismo e sua relação com o uso do tempo social pelas mulheres.

2.1 FEMINISMOS - CONCEITOS E REFLEXÕES

Inicialmente, importante se faz compreender o conceito do termo Feminismo, uma vez que todo o delineamento da presente pesquisa se dá em torno das vertentes teóricas feministas. O Feminismo pode ser definido como um movimento social, filosófico e político, cujo propósito é a igualdade dos direitos civis e políticos para ambos os sexos (OLIVEIRA, 1969, apud NOGUEIRA, 2001). O Feminismo estabeleceu-se como uma estratégia potente para a desconstrução da estrutura patriarcal e das desigualdades historicamente incutidas na sociedade (GREGORI, 2017). Pode-se, ainda, dizer que:

O Feminismo é um movimento político e social, local e global, historicamente constituído com uma proposta emancipatória e um conteúdo normativo. Ele afirma um sujeito (mulheres), identifica um problema (a sujeição e objetificação das mulheres através de relações marcadas pelo gênero), e expressa vários objetivos (...) em nome de princípios específicos: igualdade, direitos, liberdade, autonomia, dignidade, autorrealização, reconhecimento, respeito, justiça (DIETZ, 2003, apud GONÇALVES E PINTO, 2011, p. 29).

Silva (2016) revela que o pensamento ou teoria feminista busca contestar o motivo pelo qual as mulheres são subordinadas socialmente, bem como questionar as estruturas sociais e/ou processos de interação, os quais, em diversas dimensões da vida social, as mantêm em uma situação desvantajosa de poder em relação aos homens. Neste sentido, Camurça (2007) trabalha com o pressuposto de que existem mecanismos que sustentam a dinâmica de dominação das mulheres. Tais mecanismos contribuem para a perpetuação desta dinâmica e permitem que seja reinventada e

reproduzida, sendo os principais: a violência sexista; o controle sobre o corpo, a sexualidade e a reprodução; a dependência econômica e a divisão sexual do trabalho, os quais são elementos centrais da subordinação das mulheres.

O conjunto de movimentos e teorias feministas pode ser dividido em importantes fases – também chamadas de ondas ou gerações do Feminismo -, as quais, longe de serem estanques, tem marcado a história da luta das mulheres por igualdade política, social e cultural. Em que pese não haver uma consolidação teórica acerca da periodização destes movimentos – em virtude de as mulheres terem se organizado, ao longo da história, de diversas maneiras e em momentos distintos -, uma “onda” feminista pode ser considerada um momento histórico relevante de efervescência militante e/ou acadêmica (PINTO, 2010), no qual determinadas questões e reivindicações femininas emergiram e dominaram o debate.

Para Duarte (2019), estes momentos de maior visibilidade do Feminismo brasileiro dividem-se em quatro períodos áureos. O primeiro, ocorrido por volta de 1830, foi marcado pelas lutas em prol do direito básico à alfabetização (reservado, até então, apenas ao sexo masculino). O segundo, ocorrido por volta de 1870, caracterizou-se pelo engajamento, na imprensa, de numerosas publicações de conteúdo feminista em jornais e revistas - instrumentos indispensáveis para a conscientização feminina. Tinha como pauta persuadir as leitoras acerca de seus direitos à propriedade e ao mercado de trabalho. Já o terceiro, marcado pela luta pelo direito ao voto, ao ensino superior e à ampliação das oportunidades dentro do mercado de trabalho, delimitou-se entre 1920 e 1930. Por fim, o quarto período, compreendido a partir da década de 1970, foi marcado pela chamada revolução sexual, na qual houve a alteração radical dos costumes e reivindicações mais ousadas foram transformadas em direitos conquistados (DUARTE, 2019).

Já Siqueira e Bussinguer (2020), ao analisarem as ondas do Feminismo no mundo, dividem-nas, também, em quatro, porém, por se tratar de contextos distintos, suas pautas são relativamente diferentes daquelas impulsionadoras das ondas feministas brasileiras. Para as autoras, a primeira onda teria início, a partir da Revolução Francesa, datada de 1789, e estaria relacionada à reivindicação de liberdades civis para as mulheres, como o direito à educação, ao voto e, até mesmo, ao trabalho. A segunda onda teria surgido, a partir do final da década de 1960, e estaria

relacionada à busca pela igualdade social de grupos oprimidos, perpassando as questões de classe, gênero e raça – não havendo, portanto, um objetivo único que se possa extrair desta fase. A partir da década de 1980, teria início a terceira onda, cuja principal característica seria a revisão da ideia de gênero baseada no padrão biológico pré-determinado – deixando de limitar-se, exclusivamente, às mulheres, e passando a incluir na pauta da luta pela igualdade outras minorias oprimidas pelo patriarcado, tais como os homossexuais, bissexuais, assexuados, transexuais etc. Já a quarta onda teria suas raízes na difusão do Feminismo dentro das redes sociais, e por se tratar de uma fase atual e em expansão, a literatura sobre o tema ainda é bastante incipiente.

Por meio da evolução destas ondas feministas no mundo, evidencia-se o quanto o movimento tornou-se cada vez mais abrangente, deixando de ter um olhar exclusivo para as pautas femininas hegemônicas – desenvolvidas por mulheres brancas de classe média - como se estas representassem a unicidade de todas as outras. O Feminismo passou a levantar reflexões e críticas acerca do quanto as discriminações inerentes a gênero, classe e raça estão, intimamente, relacionadas e se sobrepõem dentro da dinâmica de opressão. Sob este prisma, insta ressaltar o importante termo interseccionalidade, cunhado pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p.177).

No sentido de questionar a visão eurocêntrica, ocidental e universal do Feminismo branco, e levantar reflexões acerca das opressões interseccionais inerentes à raça, classe e gênero, surge o Feminismo Negro (SANTIAGO e FARIA, 2021). Tal expressão é usada para nomear o movimento de mulheres atuantes no campo das discussões de gênero e na luta contra o racismo. É um movimento político e teórico voltado para a mudança social, a qual entende que sexismo, opressão de classe, identidade de gênero e racismo estão interligados. Ribeiro (2018) resalta que, há mais

de um século, esse conceito vem sendo desenvolvido por ativistas negras, porém, foi a partir da formulação adotada por Crenshaw, em 1989, que o termo recebeu maior atenção, ao enfatizar o quanto tais elementos estão profundamente intrincados. Rodrigues (2013, p. 7) afirma que um objeto comum às feministas partidárias da interseccionalidade consiste no esforço em identificar o quanto as questões relativas a gênero, raça e classe social “interagem com a realidade sócio-material da vida de mulheres na (re)produção e transformação de relações de poder”.

Atrelada ao Feminismo Pós-Estrutural e ao Feminismo Negro, outra notável corrente feminista tem ganhado força no debate da sociedade, em geral, desde a década de 2000: o Transfeminismo. Esta linha de pensamento e movimento emerge da necessidade de auto-organização e emancipação das pessoas trans⁵ frente a uma estrutura que mantém essas pessoas à margem: o chamado cissexismo (KAAS, 2015). O cissexismo pode ser definido como uma ideologia “que se fundamenta na crença estereotipada de que características biológicas relacionadas a sexo são correspondentes a características psicossociais relacionadas a gênero” (JESUS, 2012, p. 28). Tal ideologia pode obstaculizar o direito à auto-expressão de gênero dos indivíduos, produzindo mecanismos legais e culturais de submissão das pessoas cisgênero e transgênero ao gênero lhes imputado ao nascer (JESUS, 2012).

Conforme descrito por Kaas (2015), grande parte das correntes feministas não abarcava mulheres trans em seus grupos, uma vez que se baseavam na mentalidade bioessencialista que relegava mulheres trans à esfera masculina – seja por possuírem a genitália considerada masculina, ou por acreditarem que mulheres só seriam determinadas como tal na ocasião do nascimento. Tal premissa impediu que o Feminismo Estruturalista (até os anos setenta) englobasse mulheres trans sob a categoria de mulheres, desconsiderando-se as múltiplas faces da violência, uma vez que estas também estavam sujeitas às diversas formas de machismo, sexismo e transfobia. Ao não encontrar espaço político, o Transfeminismo surge, então, como movimento auto-organizado, o qual comunga de praticamente todas as ideias feministas tradicionais, incorporando-as em prol de políticas transgênero emancipatórias.

⁵ O termo trans abarca várias identidades, entre as quais: transexuais, transgêneros, travestis e outrxs (KAAS, 2015)

De acordo com Walby (1990) e Camurça (2007), o sistema de dominação que oprime e explora as mulheres em todas as esferas da sociedade é denominado pelo pensamento feminista como patriarcado. Para Azevedo (2016), pelo fato de não haver um consenso acerca da conceituação de patriarcado nas problematizações das análises feministas, o termo, geralmente, é utilizado como sinônimo de dominação masculina e opressão das mulheres, ou ainda substituído por outras expressões como androcentrismo e falocracia. Todavia, ainda que as discussões feministas sobre patriarcado tenham como ponto fulcral o poder do homem sobre a mulher, este não está desvincilhado do enfoque no sistema capitalista contemporâneo.

Em sua obra *Theorizing Patriarchy*, Walby (1990) debruça-se em identificar as mudanças sofridas pelo patriarcado, ao longo da história. A obra preocupa-se em analisar sua complexidade, buscando compreender os múltiplos aspectos da subordinação feminina e como suas bases se disseminam e se cruzam, ao longo do tempo, levando-se em consideração a estratificação social e a etnia. Ao constatar a existência da vinculação entre gênero, raça e capitalismo, a autora compreende que o sistema patriarcal e o sistema capitalista interagem, influenciando-se, mutuamente. Ao detectar em seu estudo a existência de diferentes formas de patriarcado, Walby (1990) as organiza em seis bases principais, a saber: modo patriarcal de produção, relações patriarcais no trabalho assalariado, relações patriarcais no Estado, violência masculina, relações patriarcais na sexualidade e relações patriarcais nas instituições culturais (AZEVEDO, 2016).

Azevedo (2016) salienta que as relações patriarcais domésticas inerentes à esfera privada correspondem ao modo de produção patriarcal, no qual, através do contrato sexual legitimado pelo matrimônio, o trabalho não assalariado das mulheres é apropriado pelos homens. A inserção das mulheres em postos de trabalho remunerados - ainda que sob diversas condições de desigualdade -, correspondem às relações patriarcais de trabalho assalariado. Já as relações patriarcais no Estado se traduzem na presença ainda constante de elementos capitalistas, racistas e patriarcais na composição de sua estrutura, mesmo que em graus diversos. Os casos relacionados a assédio sexual, abuso infantil e espancamento representam o que a autora classifica como violência masculina contra as mulheres. Às relações patriarcais na sexualidade corresponde a questão da notória compulsoriedade da heterossexualidade, bem como

do controle da sexualidade e da reprodução feminina. Por fim, o estabelecimento da masculinidade e da feminilidade, atrelado à construção subjetiva de gênero – por estar presente em todas as esferas -, se refere ao que Walby (1990) denomina como relações patriarcais nas instituições culturais.

Outro expoente literário da estruturação deste conceito é a socióloga brasileira Heleieth Saffioti. Saffioti (1987) considera em sua obra “O poder do macho” o processo simbiótico patriarcado-racismo-capitalismo como um sistema único de dominação. Em “Gênero, patriarcado, violência”, Saffioti (2004) defende que o sistema patriarcal trabalha em prol dos interesses da classe dominante, utilizando como base material e social a divisão sexual do trabalho. Dentro desta divisão, as mulheres – produtoras e reprodutoras da força de trabalho -, se incumbem de prestar aos homens, de maneira gratuita, os serviços domésticos e sexuais, os quais, implicitamente, fazem parte do contrato matrimonial⁶. Desta feita, observa-se, portanto, que a relação de classe, raça/etnia configura-se na existência de uma relação hierárquica de dominação e exploração das mulheres, enquanto categoria coletiva (AZEVEDO, 2016).

2.2 ECONOMIA FEMINISTA E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Antes de adentrar ao segundo conceito-chave, referente à Economia Feminista, fundamental se faz explicar sua distinção entre Economia de Gênero: conceito que a precede. De acordo com Pucci (2020), apenas no século XX, a partir da presença massiva das mulheres no mercado de trabalho, é que foi percebida a incapacidade do modelo universal *homo economicus* de explicar as significativas diferenças de gênero presentes na economia. A esta área de conhecimento, incipiente de análise crítica acerca da situação desigual envolvendo homens e mulheres dentro do ambiente econômico, denominou-se Economia de Gênero, cuja contribuição principal se deu pelo reconhecimento e inclusão da mulher enquanto sujeito econômico. Porém, ainda que recriminasse a ausência feminina na análise econômica e reivindicasse sua participação nos espaços, tradicionalmente, ocupados pelos homens, a Economia de

⁶ Para diversas tradições e leis do direito civil e religioso a relação sexual entre o casal, após seu casamento, configura um dos principais atos requeridos para a sua consumação.

Gênero não questionava as premissas que embasavam essa invisibilização (BOHN e CATELA, 2017).

Assim sendo, ao ater-se apenas à observação dos resultados distintos entre homens e mulheres no âmbito produtivo e no mercado de trabalho e ao não preocupar-se em desvendar a origem de tais diferenças, a Economia de Gênero, segundo Pucci (2020), tem uma visão domesticada e acrítica. Para Bohn e Catela (2017), trata-se de uma área de conhecimento que se apresenta apenas como ampliação da Economia tradicional. Ainda que focalizada na relação de gênero, a Economia de Gênero, ao manter as dicotomias Economia – Não-Economia e Trabalho – Não-Trabalho, acaba por ratificar a visão androcêntrica daquela, uma vez que não inclui, em seu escopo de estudo, a esfera de trabalho doméstica, nem tão pouco a inserção feminina nos espaços públicos. No intuito de preencher esta lacuna, questionar o androcentrismo ainda vigente e engendrar novas bases para o conhecimento econômico surge, então, a Economia Feminista.

Trata-se, portanto, de uma abordagem que se contrapõe ao modelo econômico predominante, ao identificar suas limitações para solucionar os principais desafios da sociedade, partindo da defesa de que a economia e o trabalho reprodutivo devem compor, de forma integrada, um único sistema (CARRASCO, 2012; POWER, 2013; BOHN e CATELA, 2017; TEIXEIRA, 2018; OLIVERA et al, 2021). Em que pese as economistas feministas advirem de diferentes escolas econômicas, tais como a neoclássica, a pós-keynesiana, a marxista, entre outras, e vincularem-se, simultaneamente, a vertentes políticas distintas do movimento feminista (liberal, radical, marxista), todas convergem para o objetivo comum de incluir a questão da diferença entre os sexos como categoria de análise dentro da economia (FERNANDEZ, 2018).

Conceitualmente, o Feminismo Liberal é uma expressão que está mais fortemente associada à primeira onda do Feminismo, marcada pelas reivindicações inerentes ao acesso à educação pública e à extensão dos direitos políticos às mulheres, bem como pela proteção à maternidade e ao trabalho, no sentido de se garantir os direitos das trabalhadoras (SILVA, 2008). As feministas liberais acreditavam que a subordinação feminina estava enraizada em um conjunto de costumes e restrições legais que impediam o acesso das mulheres ao sucesso profissional e à chamada esfera pública, e se esforçaram para enfatizar a igualdade de gênero por meio de

reformas políticas e leis. O Feminismo Radical, tendo surgido dentro da segunda onda do Feminismo, embasa-se na crença de que o patriarcado, por dominar e oprimir as mulheres, é a raiz de todas as desigualdades sociais (SILVA, 2008). Assim, as feministas desta vertente política propõem o reordenamento completo da sociedade, de forma a eliminar a supremacia masculina em todos os ambientes sociais e econômicos. Já o Feminismo Marxista teve início, em meados do século XIX, e reconhece que o problema de subordinação feminina está atrelado à exploração econômica. Esta vertente teoriza o gênero “estabelecendo as conexões entre produção e reprodução social, entre divisão sexual do trabalho, e, em última análise, entre o sistema de gênero e o de classe social” (SANTOS e NÓBREGA, 2010, p. 2).

Em vista disso, a Economia Feminista surgiu como forma de reivindicar a valorização das esferas domésticas e do trabalho reprodutivo e não remunerado, negligenciadas pela Economia Tradicional, desde a sua origem, como disciplina autônoma no século XVIII. Grecco (2018) enfatiza que é preciso compreender o contexto histórico, no qual as abordagens do paradigma econômico predominante foram construídas, mas fundamental também se faz problematizar a razão de tais abordagens permanecerem vigentes, até o século XXI.

Na visão de Teixeira (2018), a Ciência Econômica – por ser extremamente conservadora e pouco sensível às indagações sociais - é, dentre as demais ciências sociais aplicadas, aquela com mais resistência à inclusão das questões femininas. Ainda que a discussão feminista venha se incutindo, timidamente, no campo econômico, tal ciência social continua sendo menos aberta às proposições trazidas pelo Feminismo, não permitindo que a inclusão do gênero, enquanto categoria de análise, modifique seus pressupostos básicos.

Sob tal perspectiva, Madden (1972) foi uma das primeiras economistas feministas que, corajosamente, tentou em elaborar uma revisão histórica do pensamento econômico, propondo uma abordagem que vinculasse o conceito de gênero à economia. Para a autora, se as questões discutidas nas publicações tradicionais de economia refletiam as preocupações dos economistas, havia, então, uma clara falta de interesse profissional pelas questões femininas (TEIXEIRA, 2017). Segundo Madden (1972), a história do pensamento econômico das mulheres deve ser acompanhada de opiniões feministas, referendando-se, de forma implícita ou explícita,

à discriminação sexual e racial nas discussões econômicas, bem como à exploração inerente à classe social e aos debates políticos sobre equidade salarial e igualdade perante a lei.

Fernandez (2018) destaca que, ao não abarcar a perspectiva de gênero, a Economia tradicional perpetua a condição de invisibilidade do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres, dentro do âmbito familiar. A justificativa para tal invisibilização é a de que esse trabalho não produz valor de troca, o que se traduz em um paradigma que urge ser quebrado. Em que pese o trabalho reprodutivo ser primordial para o bem-estar humano e que a sociedade deste dependa para se reproduzir, como não possui caráter mercantil – pelo fato de não ser precificável e comercializável -, é ignorado pelas Ciências Econômicas e desvalorizado pela sociedade (MELO e CASTILHO, 2009).

Fazendo uma analogia a Polanyi (2000; 2012) acerca da ilusão da mercadoria, Nascimento e Denardin (2015) destacam que, ao subordinar o homem e a natureza às leis do mercado, produz-se um problema, posto que “o homem e a natureza não são empiricamente mercadorias e permitir que essa ficção organize os mercados de trabalho e uso da terra é planejar a destruição do homem e da natureza.” (NASCIMENTO e DENARDIN, 2015, p. 3). Para Fernandes (2008, p. 13), a economia mercantil gerou transformações que ultrapassaram a esfera puramente econômica “de meio para satisfazer as necessidades, a economia transforma-se em finalidade da vida humana”.

Dessa maneira, o modelo econômico tradicional é incapaz de explicar o dinamismo constante da multifacetada realidade atual, uma vez que o trabalho reprodutivo subsidiou (e ainda subsidia) o desenvolvimento do sistema capitalista, ao prover melhores condições de vida às famílias e, por conseguinte, o bem-estar social. A verdade é que a sujeição vivenciada pelas mulheres é apropriada pelo capitalismo, tanto por meio da reprodução do papel conservador da família e da mulher, como sob a perspectiva de sua inserção precária e subalterna no mundo laboral (SANTOS E OLIVEIRA, 2010).

Constituindo-se como área teoricamente organizada, a partir da década de 1990 - graças à literatura nacional e internacional, desde os anos 1980 -, a Economia Feminista contempla em seu bojo importantes tópicos no âmbito da Micro e Macroeconomia, da História e do Desenvolvimento Econômico, incluindo subtemáticas

sobre políticas públicas, filosofia e interligando as áreas de conhecimento do trabalho, da família e dos cuidados. Segundo Grecco (2019), a Economia Feminista é composta, sumariamente, por duas abordagens distintas: a Economia Feminista da Conciliação e a Economia Feminista da Ruptura. Tal classificação, sintetizada por Pérez Orozco (2005, p. 44), refere-se ao “grau de ruptura com os paradigmas androcêntricos”.

Ao analisar os papéis de gênero tanto na esfera familiar, como no mercado de trabalho, esta área de conhecimento contempla importantes estudos acerca da força de trabalho remunerada e da discriminação e segregação ocupacionais sofridas pelas mulheres na esfera pública. Com base na elaboração de estudos quantitativos sobre o trabalho doméstico (não remunerado) realizado no âmbito do lar, a Economia Feminista produz importantes pesquisas, no intuito de fomentar a criação de políticas públicas. Sua proposta é que a Economia deixe de focar, exclusivamente, no mercado e se convirja ao estudo da sustentabilidade da vida, de maneira mais ampla (FERBER e NELSON, 1993).

Fernandez (2018) explica que a Economia Feminista busca elucidar diversas questões relacionadas à participação feminina na esfera pública, às suas ocupações peculiares, às espécies de trabalho que desempenham, à estabilidade e intermitência destes trabalhos, aos salários recebidos, à identificação de diferenças entre os trabalhos realizados por homens e aqueles realizados por mulheres, à dupla jornada de trabalho, além das diversas formas de discriminação enfrentadas pelas mulheres em suas estruturas ocupacionais. Abordar as questões desprezadas pela Economia tradicional, desmistificando sua neutralidade e revelar as consequências maléficas das relações desiguais de poder entre homens e mulheres, são alguns dos propósitos centrais da Economia Feminista (TEIXEIRA, 2018).

As economistas feministas denunciam que a exclusão das mulheres dos modelos econômicos configura uma segregação “natural” entre a esfera privada e a esfera pública, fazendo com que as contribuições de seu trabalho, historicamente, para a promoção do bem-estar social sejam invisibilizadas (GRAPARD, 1995, apud GRECCO, 2018). Na realidade, conforme ilustrado por Carrasco (2006a), o que subsidia o funcionamento do sistema econômico oficial é a satisfação das suas necessidades básicas – físicas, emocionais, individuais e sociais – através deste trabalho invisível e não remunerado realizado pelas mulheres. Pela ótica da Economia

Feminista, o fato de o trabalho doméstico e as relações afetivas e emocionais – tão essenciais para o ser humano - não serem comercializáveis, permite inferir que a economia monetária depende da economia não monetária (TEIXEIRA, 2018). Sobre isso, Grecco (2018) apresenta, de forma incisiva, a relevância das reflexões e discussões levantadas pela Economia Feminista, ao afirmar que:

(...) a “produção da vida” deveria ter maior importância que a mera produção de mercadorias e, no interior desse debate, a construção de pressupostos e métodos mais sensíveis aos trabalhos desprezados pela economia predominante e dominante. Uma das tarefas fundamentais da economia feminista é, portanto, colocar em foco a “produção do viver” (FARIA E NOBRE, 2003), a “sustentabilidade da vida humana” (CARRASCO, 2003). Em que valores como as emoções, a responsabilidade com as outras pessoas, a reciprocidade (FOLBRE, 1995 e 2001) e a solidariedade (NOBRE, 2003 e 2015) sejam considerados (GRECCO, 2018, p. 127).

Segundo Grecco (2018), a proposta da Economia Feminista, em tese, é a avaliação e a reestruturação dos paradigmas econômicos predominantes e dominantes, principalmente, no que tange às concepções de trabalho, ao tempo gasto na execução do trabalho e à formação de valor. Na verdade, o que se propõe não é, apenas, a simples consideração do gênero dentro das análises econômicas estabelecidas, mas a reinvenção das próprias ferramentas analíticas que compõem a teoria, no sentido de passarem a abarcar as esferas, socialmente, marginalizadas, como os trabalhos domésticos e de cuidados e o ponto de vista feminista. Segundo Carrasco (2003), a partir da chamada Economia Feminista, novos aportes teóricos e empíricos vêm sendo desenvolvidos, contemporaneamente, como é o caso da Economia dos Cuidados, a qual se dedica a analisar a importância do trabalho reprodutivo para a sustentabilidade da vida humana.

2.3 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, UMA ABORDAGEM CRÍTICA

Teixeira (2018) aponta que a vasta literatura feminista produzida pelas Ciências Sociais, principalmente, a partir da década de 1960, somada às justas reivindicações trazidas pelo movimento feminista, trouxe visibilidade às questões inerentes à divisão

sexual do trabalho. Nessa direção, o tema é considerado substancial para a compreensão de todo tipo de desigualdade presente nas relações entre homens e mulheres.

Para adentrar à análise crítica do termo divisão sexual do trabalho, é primordial que se compreenda a distinção entre sexo, gênero e orientação sexual. No que tange à conceituação de gênero e sexo, “propõe-se a adoção do termo ‘gênero’ para se referir a padrões comportamentais tipicamente masculinos e femininos [...], [e] ‘sexo’ para a diferenciação genética e morfológica dos organismos em homens e mulheres” (MENEZES et al., 2010, p. 247). Em se tratando da identidade de gênero, a qual independe do sexo (ou seja, das características biológicas) e está relacionada à identificação de um indivíduo com determinado gênero, o Quadro 01 vem expor e detalhar as tipificações ora existentes:

Quadro 01 – Categorias de Identidade de Gênero

Identidades de Gênero	Conceituação
Cisgênero	Corresponde a uma pessoa cuja identidade de gênero coincide com o sexo biológico
Transgênero	É um indivíduo cuja identidade de gênero difere em diversos graus do sexo biológico
Transexual	É a pessoa que busca ou passa por uma transição social que pode incluir a transição por tratamentos hormonais ou cirúrgicos a fim de se assemelhar com sua identidade de gênero
Travesti	Corresponde ao indivíduo do sexo masculino que usa roupas e adota formas de expressão de gênero femininas, mas que não necessariamente deseja mudar suas características primárias
Cross-dressing	É a prática de vestir roupas e acessórios usados pelo sexo oposto
Não binário	É o espectro de identidade com base na rejeição da ideia binária de que gênero é apenas uma opção entre masculino e feminino fundamentada no sexo atribuído ao nascimento

Fonte: Adaptado de Segat e Brambilla (2019).

Já o conceito de orientação sexual, segundo Cardoso (2008, p. 73), “está relacionado ao sentido do desejo sexual: se para pessoas do sexo oposto, do mesmo sexo ou para ambos”. Assim, o sexo é composto pela gama de particularidades biológicas, com as quais o indivíduo nasce e, a partir destas, é classificado como macho ou fêmea. O gênero se refere ao conjunto de comportamentos, atitudes e papéis sociais que compõem e diferenciam a masculinidade e a feminilidade, podendo incluir o sexo biológico. A orientação sexual diz respeito às diferentes formas de atração afetiva e sexual de cada indivíduo por determinado sexo ou gênero.

Dito isso, é importante compreender, então, o que vem a ser a chamada divisão sexual do trabalho, enquanto problemática considerada pelas abordagens feministas como a raiz da dinâmica de opressão das mulheres e da produção de gênero (BIROLI, 2016), e objeto de estudo base da análise crítica da presente pesquisa, à medida em que tal terminologia considera, implicitamente, gênero e sexo como sinônimos. Compreender o que representa essa divisão é imprescindível para a assimilação da desigualdade suportada pelas mulheres, bem como para a percepção acerca da forma pela qual as relações de poder estão estruturadas dentro das sociedades. Nas palavras de Hirata et al. (2009, p. 67):

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). Essa forma de divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher).

Desta forma, com base em argumentos naturalistas (biológicos), é realizada a diferenciação entre os trabalhos realizados por homens e mulheres, a qual estrutura as relações de gênero na sociedade, atribuindo às mulheres as áreas reprodutivas, e aos homens as áreas produtivas. Além disso, estas atividades realizadas pelas mulheres, na esfera doméstica, são consideradas como não trabalho, ao qual não é atribuído valor – o que o torna marginalizado como objeto de estudo da Economia Tradicional. Ocorre que, na prática, as mulheres sempre estiveram na esfera da produção e reprodução,

concomitantemente, enquanto os homens, na maioria dos casos, ainda estão, em sua maioria, apenas na esfera da produção (ÁVILA, 2004).

Para Abreu de Oliveira et al. (2020), é essencial reconhecer que às mulheres foi imposto o trabalho doméstico como se este fizesse parte de sua personalidade feminina, porém, tal “naturalização” está enraizada em padrões históricos, sociais, físicos, sexuais, políticos e afetivos que contribuíram para a construção dos papéis femininos idealizados pelo capital para serem exercidos na organização social familiar. Todavia, segundo Biroli (2016), esta atribuição de papéis acerca das obrigações dentro do âmbito familiar também molda e restringe as ocupações exercidas no mercado de trabalho, o que propicia a ampliação da exploração capitalista do trabalho remunerado exercido pelas mulheres.

Biroli (2016) aponta que a diferenciação entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado está no âmago das formas de exploração inerentes ao sistema patriarcal-capitalista. O trabalho gratuito realizado pelas mulheres no âmbito doméstico, – considerado parte do contrato do casamento – libera os homens, exclusivamente, para se dedicarem ao trabalho remunerado. Nesse caminho, para Delphy (2013), tais atividades (ou produtos) passam a ter valor econômico, quando atendem às necessidades de outras pessoas fora do âmbito doméstico. E esta dinâmica, por definir padrões conjugais, sentimentais e ocupacionais, afeta e interfere na constituição dos direitos (BIROLI, 2016).

Abreu de Oliveira et al. (2020) explicam que a atribuição do trabalho doméstico e de cuidados ao feminino, inicialmente, restringiu a participação da mulher no espaço público⁷, limitando sua vida ao espaço privado. Posteriormente, as diversas transformações socioeconômicas e a busca pela emancipação feminina somadas ao condicionamento sofrido pelas mulheres - em virtude da imposição de sua responsabilização “natural” pelas atividades domésticas e de cuidado -, trouxeram, dentre outros atributos, os salários desiguais entre homens e mulheres e a sujeição destas últimas a postos e condições de trabalho precários. Segundo Ávila (2004), o fato de se sujeitar à precarização tanto nas formas de contrato, como nas condições de trabalho e à inserção laboral em jornadas parciais e sem acesso adequado aos direitos

⁷ No âmbito da Economia Feminista, espaço público refere-se ao mercado de trabalho remunerado, e espaço privado à esfera do lar.

trabalhistas e previdenciários faz com que a mão de obra feminina seja a categoria preferida pelos empregadores. Estes, de maneira conservadora e perversa, justificam que a flexibilização da jornada – e, conseqüentemente, dos direitos laborais - se traduz em vantagem para as mulheres, de forma a possibilitar a conciliação do trabalho produtivo com as obrigações relacionadas à esfera reprodutiva.

Fato é que a divisão sexual do trabalho atua como vetor de opressão feminina e exerce papel fundamental na produção do gênero. De acordo com Fontoura e Araújo (2016), o gênero corta e define o padrão de divisão do trabalho remunerado e não remunerado, afinal, esta desigualdade e desequilíbrio de distribuição é recorrente, especialmente, em relação ao trabalho doméstico e de cuidados.

De forma geral, as leis, as políticas e os serviços públicos reafirmam essas convenções sociais de gênero, na medida em que ainda se organizam primordialmente com base num modelo de família no qual a mulher aparece unicamente como cuidadora. Desta forma, apesar desse modelo familiar estar cada vez mais perdendo a hegemonia, a naturalização da obrigação feminina pelos afazeres domésticos é reforçada e reproduzida (FONTOURA et al., 2010, p. 22).

Insta considerar também que, conforme ressaltado por Biroli (2016), ainda que a divisão sexual do trabalho produza o gênero, tal produção se dá pela convergência entre as variáveis classe social e raça. Neste sentido, por mais que a responsabilização e a exploração em relação ao trabalho doméstico sejam comumente direcionadas a todas as mulheres, tal trabalho pode ser realizado de maneiras distintas por brancas e negras, ricas e pobres. Na mesma medida, distintas também se fazem as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, a depender da etnia e da posição social das mulheres. Analisados, conjuntamente, tais fatores ratificam a afirmação de que a divisão sexual do trabalho – remunerado ou não remunerado – interfere, diretamente, na forma segundo a qual as vidas das mulheres são organizadas, afetando-as de maneira desigual. De forma geral, a divisão sexual do trabalho advém da normalização habitual das relações de domínio e sujeição, ainda que, supostamente, fundadas na Biologia e/ou justificadas racialmente.

Com efeito, a realidade acerca do papel multifuncional executado (e acumulado) pelas mulheres na esfera pública e privada tem sido, desde 2020, colocada em xeque, em virtude da situação de pandemia provocada pelo Covid-19. Em onze de março de

2020, em virtude da proliferação mundial do vírus COVID-19, - que provoca doença causada por síndrome respiratória aguda (SARS-CoV-2) -, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a existência de surto pandêmico. A partir de então, a estratégia de contenção da doença recomendada pelo Ministério da Saúde às autoridades e à população, em geral, foi o isolamento social, além das medidas de higiene pessoal (NOGUEIRA e PASSOS, 2020), higiene constante do ambiente e das mãos e alimentação mais saudável (ÁVILA et al., 2021).

Assim sendo, a parcela de responsabilidades acerca do trabalho doméstico e de cuidados que já pesava, majoritariamente, sobre os ombros femininos, revelou-se agravada pelo contexto pandêmico, tornando crítico o desequilíbrio já existente na divisão sexual do trabalho. Reis et al. (2020) ressaltam que a necessidade de maior atenção à higienização e limpeza dos alimentos, roupas, calçados e demais objetos que adentrassem ao âmbito doméstico, somada à presença dos familiares em tempo integral dentro de casa - em virtude do isolamento social -, fez com que o trabalho doméstico e de cuidados fosse redobrado; uma vez que são as mulheres, historicamente, as principais responsáveis pelos cuidados inerentes à saúde física e mental da família. Destas tem sido demandada, também, especial atenção aos idosos e doentes, já que o isolamento requerido não oferece circunstâncias de valerem-se do suporte fornecido por redes de apoio social, como, por exemplo, de profissionais da área de cuidados, cuja maioria também é composta por mulheres.

O cenário pandêmico contribuiu para realçar ainda mais a importância das redes de apoio social. Segundo Alexandre et al. (2020, s/p), a palavra rede remete aos “entrelaçamentos e vínculos que se formam dentro de determinados grupos e espaços e que impactam a todos os indivíduos envolvidos. A palavra apoio refere-se a sustentar algo, a ajudar a manter alguma coisa”. Por conseguinte, pode-se dizer que a rede de apoio social é formada por pessoas, comunidades, grupos e demais instituições das quais os indivíduos podem dispor de amparo, quando necessitam. Tais redes são construídas e consolidadas, por meio da convivência e de trocas afetivas, as quais geram laços e vínculos de segurança e confiança (ALEXANDRE et al., 2020, s/p).

Martins (2020) chama a atenção para o fato de que a atípica situação de crise sanitária provocada pela pandemia obrigou as famílias (principalmente, as mulheres) a reestruturarem suas rotinas diárias, em virtude da fortuita falta da rede de apoio. Tal

rede é composta, geralmente: pela escola, que ao suspender as aulas presenciais e aderir ao Ensino Remoto Emergencial (ERE) passou a enviar, de forma *online* ou impressa, o conteúdo às crianças; pelos avós, os quais, no mais das vezes, formam o grupo de risco principal do vírus; e, ainda, por trabalhadores domésticos e/ou cuidadores, os quais necessitariam se manter afastados de seus postos de trabalho para conter a propagação da doença.

Não obstante o aprofundamento da responsabilização feminina pelo trabalho doméstico e de cuidados, em virtude do isolamento social requerido, e a despeito da conseqüente acentuação das desigualdades que vitimizam as mulheres, estas são afetadas em formatos e graus diferentes, a depender de sua raça, etnia e condição social. Aquelas que puderam realizar o confinamento, foram obrigadas a criar, dentro do âmbito doméstico, estratégias que lhes permitisse conciliar as responsabilidades domésticas, profissionais e a atenção integral aos filhos e demais familiares demandantes de cuidado. Já aquelas impelidas de trabalhar nos serviços considerados essenciais e na área de saúde enfrentaram desafios ainda maiores, como extensivas jornadas de trabalho e o medo de contaminar a si mesmas e a seus familiares. Muitas foram dispensadas de seus empregos ou impedidas de realizarem atividades autônomas, o que ameaça, sobremaneira, sua subsistência e aprofunda, ainda mais, o cenário de desigualdades de gênero já existente no país (ABREU DE OLIVEIRA et al., 2020).

Em suma, as contribuições teóricas e empíricas almejadas pelo presente estudo convergem com as aspirações do Feminismo, da Economia Feminista e com a abordagem crítica da divisão sexual do trabalho. Ao trazer novos questionamentos acerca da equalização de direitos, da emancipação feminina e da desconstrução de padrões patriarcais, baseados em normas de gênero, o Feminismo também traz, de acordo com Costa (2005, *apud* GREGORI, 2017), a premência de criar comportamentos, novas práticas, conceitos e novas motivações. Em um processo constante de busca pela efetivação de direitos, garantias e oportunidades para as mulheres, diante do objetivo de romper com conceitos clássicos de dominação, o movimento feminista assume uma dimensão reivindicatória e transformadora, possibilitando o reconhecimento e a valorização de novos sujeitos políticos e sociais.

A Economia Feminista vem deflagrar a importância da inclusão da análise do trabalho reprodutivo dentro do escopo da Economia - deixando de focar apenas no trabalho produtivo, destinado à transação mercantil -, uma vez que o primeiro subsidia o funcionamento do segundo. Não mais negligenciado como objeto de estudo, este campo pode, em muito, contribuir para a estruturação de teorias econômicas mais refinadas, ao considerar os desdobramentos inerentes às relações de gênero. Os estudos elaborados pela Economia Feminista, de acordo com Teixeira (2018), possibilitam mudar a perspectiva de observação, reconhecer e valorizar o trabalho não remunerado, tradicionalmente, desempenhado por mulheres, cujo propósito direto é o zelo pela vida do ser humano.

Já a análise crítica sobre a divisão sexual do trabalho (e seus efeitos) é fundamental para o entendimento das desigualdades de gênero. Segundo Fontoura e Araújo (2016), as mulheres têm sido, histórica e socialmente, responsáveis pelo trabalho reprodutivo. O fato de recair sobre elas as tarefas de cuidado familiar e domiciliar tem impacto profundo em seu dia a dia, posto que a alocação do tempo destinado ao trabalho remunerado e não remunerado afeta, diretamente, os papéis sociais e as relações de poder de gênero. A divisão de trabalho segundo o gênero também afeta, explicitamente, as oportunidades de progressão na carreira, tornando-se um obstáculo diário tanto na esfera privada, quanto na pública. Assim sendo, esta divisão tem forte impacto nos cargos e funções ocupados pelas mulheres e nos seus rendimentos, pois as tarefas e ocupações inerentes ao trabalho doméstico e de cuidados são menos valorizadas socialmente – diferentemente do que ocorre com os homens, aos quais, prioritariamente, são destinadas ocupações de forte valor social agregado.

Segundo Furno et al. (2021, p. 4), “a opressão de gênero tornou-se um expoente da exploração social de classe e reflete-se no interior da sociedade capitalista, especialmente nos espaços da família/lar, e na perspectiva do trabalho assalariado”. Neste sentido, é impossível pensar na independência feminina, sem que haja uma igualitária divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres. Abreu de Oliveira et al., (2020) preconizam que desvendar o mistério do trabalho doméstico como um atributo feminino significa compreender sua influência política e suas barreiras para a verdadeira e fundamental igualdade de gênero. Conclui-se, portanto, que as

desigualdades de gênero são estruturais e responsáveis pela diferenciação de papéis sociais específicos, bem como por contribuírem para a valoração discrepante das ocupações desempenhadas por homens e mulheres, ao longo da história.

2.4 O TEMPO SOCIAL E O TRABALHO DAS MULHERES

Duque (2019) aponta que a forma pela qual os membros de dada comunidade vivem e estruturam sua vida social está, diretamente, ligada à sua concepção particular de tempo, entretanto, o tempo não se traduz apenas em uma realidade objetiva que conforma e ordena a vida social. O tempo consiste também no meio pelo qual cada sociedade se desenvolve e dá significado à sua existência, habitando em uma temporalidade que ela própria configurou. Sob este aspecto, segundo o autor, pode-se afirmar que o tempo não consiste apenas em um elemento externo adotado pelos indivíduos, mas, sim, é gerado e regerado por meio de inúmeros processos e relações que produzem a vida social. Conforme Elias (1998) e Ávila (2004), o tempo consiste em uma instituição social que, por meio da padronização e ordenação dos períodos em unidades de tempo – materializadas em minutos, horas, dias etc. -, organiza e “regula os períodos de duração dos processos” (ÁVILA, 2004, p. 1).

Para Oliva-Augusto (2002, p. 30), o “tempo social dominante de uma sociedade é aquele que lhe permite cumprir os atos necessários para a produção dos meios que garantem sua sobrevivência, possibilitando a criação, manifestação, realização e atualização de seus valores fundamentais”. Esta adequação do tempo altera-se e transforma-se de acordo com a organização social em vigor, em cada sociedade. Carrasco (2003, p. 33) afirma que, no período que precedeu a era da indústria, os tempos de trabalho relacionavam-se aos “ciclos da natureza e da vida humana”. Segundo Duque (2019), nas sociedades industrializadas, os tempos sociais predominantes vinculam-se ao mundo laboral, sendo contados, medidos e organizados em função das tarefas a serem realizadas para a produção, centrados no tempo de trabalho mercantil. Em vista disso, o trabalho remunerado passou a ser comandado pelo relógio – “instrumento de regulação e controle do tempo industrial” (CARRASCO, 2003, p. 33). Carrasco (2006b, p. 48) aponta que, sob a ótica da eficiência econômica, o tempo fora transformado em tempo dinheiro, passando a ser compreendido como

“recurso escasso” e seu tratamento sendo reduzido “a termos de simples quantidade”.

Ocorre que, do mesmo modo que as sociedades não são homogêneas, os tempos que as compõem também não são iguais. Comumente, concepções e experiências distintas de tempo coexistem na mesma sociedade (DUQUE, 2019). Carrasco (2006b, p. 49) ressalta que “nem todo tempo é dinheiro, nem todas as relações humanas estão mediadas pelo tempo mercantilizado, nem todos os tempos são homogêneos, nem todo tempo de trabalho é remunerado”. Oliveira (2019) adverte que, na medida em que o tempo que cada indivíduo possui é limitado – em função da duração das horas, dias, meses e anos que compõem sua vida -, ao despendê-lo, os indivíduos enfrentam constrangimentos relacionados às escolhas que são obrigados a fazer, envolvendo *trade-offs* obrigatórios.

Segundo Alvarenga e Vianna (2012), as implicações advindas do formato de organização do tempo são dimensionadas, também, pelo gênero. Corroborando com tal assertiva, Perista (2010, p. 49) alega que “o tempo é ‘genderizado’”, ou seja, homens e mulheres atribuem valores e sentidos distintos ao tempo em função de “responsabilidades, recursos, posições e estatutos” estabelecidos por meio das relações sociais entre os sexos. Ferrito (2019) defende que, uma vez que o trabalho doméstico e de cuidados é vinculado à essência feminina, constata-se uma naturalização das assimetrias no uso do tempo entre mulheres e homens. Nessa direção, Alvarenga e Vianna (2012) alegam que existe uma divisão sexual do tempo no trabalho e fora dele.

Perista (2002) argumenta que o conceito comum de trabalho enraizado na sociedade limita-se ao trabalho remunerado, realizado no espaço público como atividade profissional. Desta forma, o valor do tempo circunscreve-se, quase unicamente, ao tempo de trabalho relativo à produção, ou seja, a uma mercadoria permutada por dinheiro no mercado de trabalho (PERISTA, 2002). Em decorrência disso, grande parte do trabalho, especialmente, daquele exercido pelas mulheres no âmbito familiar, torna-se invisível, tanto para a sociedade como para as estatísticas e contas nacionais, uma vez que a este não é conferido valor social nem econômico, sendo sequer reconhecido como trabalho (PERISTA, 2002). Ávila (2004) ressalta que tal concepção ainda predomina nas instâncias de poder encarregadas da elaboração de normas e políticas públicas. Assim, um trabalho cujo valor é desconsiderado, conduz

a um cenário no qual o tempo despendido na sua execução não é enxergado, não é dimensionado (ÁVILA, 2004). Ocorre que, conforme apregoado por Cisne (2012):

Sem trabalho doméstico não remunerado, o Estado capitalista teria que arcar, por exemplo, com restaurantes, lavanderias e escolas públicas em tempo integral em grande escala, de modo a atender à massa da classe trabalhadora. Outra opção seria aumentar significativamente o salário-mínimo, de tal forma que um trabalhador pudesse pagar por alguns serviços necessários à reprodução da sua força de trabalho. Ambas as alternativas implicariam em um ônus significativo que afetaria diretamente os lucros do capital (CISNE, 2012, p. 116).

Desse modo, Cisne (2012) adverte que o Estado, além de se manter desresponsabilizado pelo trabalho de reprodução da sociedade - exercido majoritariamente pelas mulheres, de forma gratuita no âmbito do lar -, não compartilha, nem impõe tal ônus ao capital. Argumenta a autora que o discurso, atualmente, difundido acerca da conquista do espaço feminino, dentro do mercado de trabalho, na verdade, deveria ser considerado, também, como uma estratégia do capital visando auferir maior lucro. Antunes (2009) ressalta que a mulher trabalhadora é, duplamente, explorada pelo capital: ao exercer, na esfera pública, o trabalho produtivo e ao consumir horas decisivas de trabalho doméstico, dentro da esfera privada, para a reprodução da força de trabalho de toda a família. Em outras palavras, na medida em que se insere no trabalho produtivo, ocorre uma superexploração da força de trabalho feminina, devido ao acúmulo de tarefas a serem realizadas nas esferas pública e privada.

Para Ávila (2004), o formato de desenvolvimento proposto pelo capitalismo gerou, factualmente, uma vida cotidiana, na qual o tempo do cuidado com a reprodução social não é contabilizado no interior da relação produção *versus* reprodução. A autora defende que esse tempo, não considerado como relevante na composição social do tempo, é suprimido da existência das mulheres, sendo-lhes imputado como parte integrante da natureza feminina, fruto das relações assimétricas de poder e gênero. Desta forma, as mulheres inseridas no trabalho produtivo concebem tempo para se dedicarem ao trabalho reprodutivo, e para isso, o subtraem do período de descanso que lhes sobra das atividades produtivas, o que vem a gerar a dupla jornada: fruto da sobrecarga de atividades e responsabilidades absorvida (ÁVILA, 2004). Porto (2008) e Pessoa et al. (2021) apontam que o acúmulo de diferentes papéis conduz a mulher

“para o conflito sobre o que priorizar e para a exaustão [...] acarretando numa diminuição do tempo para cuidar de si, para descansar, para vivenciar o lazer” (PESSOA et al., 2021, p. 178-179).

Seguindo este raciocínio, Nobre (2013) salienta que o tempo é tomado da mulher como se fosse um elemento inesgotável e sujeito a ajustes; sendo apropriado de maneira semelhante à natureza, considerada como uma fonte infinita de recursos. Ávila (2004) argumenta que, sob a ótica feminina, o tempo sempre fora concebido como um elemento que foge ao seu controle. Segundo Rotenberg (2012), o fluxo de tempo da mulher sofre interferência direta das diversas temporalidades inerentes à rotina dos demais membros da família, em virtude dos horários de trabalho e atividades diversas relacionadas a estes. Corroborando com Davies (1990), Rotenberg (2012, p. 7) detecta que a percepção das mulheres sobre seu próprio tempo remete à condição de estarem permanentemente à disposição. Comungando de semelhante entendimento, Grecco (2019) enfatiza que, ao se fragmentar o fluxo de tempo da mulher entre as horas despendidas nos trabalhos de produção e de reprodução, na participação política, no autocuidado e no lazer, não raramente as mulheres chegariam à conclusão que:

(...) somando as horas despendidas com cada “tipo de tempo”, seria preciso que seus dias durassem mais do que 24 horas para encaixar todas as atividades necessárias, o que revela a sobreposição dos tempos e a simultaneidade dos trabalhos (MORENO, 2018, p. 204).

Assim sendo, Rotenberg (2012) afirma que a vivência doméstica do tempo contempla diversas temporalidades, uma vez que o tempo despendido na execução das tarefas predomina sobre o tempo determinado pelo relógio, ou seja, por não estar submetida a prazos e horários cronometrados, a lógica temporal que as atividades domésticas e de cuidado seguem não é a econômica. Carrasco (2003) afirma que, dentro do lar, as concepções de “eficiência” e “produtividade” desvincular-se-iam da aceção mercantil, sendo mais importante a resultância auferida acerca da qualidade das relações e afetos do que, propriamente, a agilidade na execução das atividades domésticas, principalmente, das atividades de cuidado. Para a autora, não haveria sentido em buscar, por exemplo, aumentar a produtividade ao se ler histórias para os filhos, contando-se, com mais rapidez, quatro histórias ao invés de uma, dentro do mesmo período.

No que concerne à expansão da mão de obra feminina no mercado de trabalho, Alvarenga e Vianna (2012) descrevem que a mesma ocorreu, no Brasil, a partir da década de 1970, fruto das necessidades econômicas da sociedade, das possibilidades oferecidas pelo mercado e em virtude de diversos fatores sociais, culturais, políticos e demográficos. Dentre estes, destacam-se: a formação mais tardia das famílias; a diminuição na quantidade de filhos(as); a mudança de cultura em relação ao papel da mulher; as transformações ocorridas na composição familiar frente à grande incidência de separações, que contribuem para a elevação do número de mulheres chefes de família; a ampliação da escolaridade feminina, entre outras coisas. Tal expansão esteve e está relacionada à “inserção excluída”, a qual consiste na contradição que permeia as oportunidades de emprego femininas: salários mais baixos e alocações em postos de trabalho informais e precários (ALVARENGA E VIANNA, 2012). Ao analisarem a participação das mulheres no mercado de trabalho entre 1993 e 2009, Sorj e Fontes (2012) apontam que a estabilização do emprego feminino exacerbou a pressão do tempo destinado ao trabalho de cuidados não remunerado.

Para Araújo (2009), as relações laborais marcadas pela informalidade contribuiriam para a persistência, no mercado de trabalho, da divisão por gênero. Tais relações se estabeleceram como “novos ou renovados espaços de confinamento da força de trabalho feminina, contribuindo para a incorporação das mulheres sob condições de trabalho precárias, nas quais há uma superposição de novos e antigos mecanismos de segmentação de gênero” (ARAÚJO, 2009, p. 139).

Em que pese a inserção feminina no trabalho remunerado situar-se, predominantemente, em postos de trabalho em tempo parcial, precarizados e desregulamentados, as pesquisas globais sobre uso do tempo⁸ apontam que, em termos de quantidade, por estarem incumbidas, também, do trabalho doméstico, as mulheres somam um tempo total de trabalho maior que o dos homens (ALVARENGA e VIANNA, 2012). Para Gurgel (2010) e Pessoa et al. (2021), analisando-se a marginalização enfrentada pela mulher no contexto social, é possível se constatar que:

⁸ A expressão “uso do tempo” refere-se a um campo multidisciplinar de pesquisas e concentra um número significativo de trabalhos nos âmbitos da sociologia, economia, estatística, demografia, além contemplar esferas relacionadas às Ciências Humanas e Sociais (FONTOURA e ARAÚJO, 2016).

(...) nas relações de produção ela não possui total liberdade de escolha sobre as deliberações que gostaria de realizar, algumas atribuições são fortemente marcadas por imposições sociais que retiram, por meio de um controle social, o poder de escolha sobre seu corpo, seu trabalho e a organização do seu tempo. (PESSOA et al., 2021, p. 164).

Uma vez que os papéis de gênero condicionam a disponibilidade das pessoas sobre o próprio tempo, Ferrito (2019) defende que a concepção de tempo é fulcral para a compreensão de tais assimetrias. Segundo Elias (1998), a investigação sobre a forma como o tempo é utilizado/consumido por homens e mulheres de determinada sociedade, em um contexto específico, revela os valores e as relações de poder por estes vivenciados. Por conseguinte, Pillinger (2000) e Perista (2010) indicam que usar o tempo como ferramenta analítica pode facilitar novas perspectivas acerca da maneira pela qual as relações sociais de tempo, de gênero e as distintas formas de trabalho se entrelaçam. E de acordo com Rotenberg (2012), a verificação quanto ao uso sexuado do tempo pode atuar como uma medida-chave nos estudos inerentes à desigualdade de gênero.

Em síntese, o tempo social da mulher que, assim como o da sociedade em geral, deveria ser aquele capaz de possibilitar a realização de seus valores fundamentais - para além do mero cumprimento das atividades inerentes à sua sobrevivência e a dos seus -, é atravessado, de forma transversal, pelas atribuições que lhe foram imputadas em função do gênero. Dessa maneira, o tempo de trabalho destinado às tarefas domésticas e de cuidado não remunerado (invisibilizado e não valorizado), além de consumir significativa parcela de horas-relógio da vida cotidiana das mulheres, subtrai-lhes, também, a liberdade de dispor de tais horas da maneira que melhor lhes conviesse, seja para convertê-las em tempo dinheiro, tempo para o autocuidado ou tempo para o descanso e lazer.

2.4.1 O uso sexuado do tempo no trabalho docente e o cenário pandêmico

Partindo-se do pressuposto de que, na peculiar configuração da condição docente, a experiência temporal já era formada por uma “complexa e plural arquitetura” (Teixeira, 2009, p. 94), - em virtude das múltiplas atividades intra e extraclases requeridas pela profissão -, problematizar o agravamento da precarização do tempo

social destes profissionais frente às novas demandas provocadas por uma crise pandêmica sem precedentes, constitui-se em uma reflexão imprescindível. Barbosa et al. (2020) ressaltam que a abrupta mudança requerida pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) na adaptação do formato habitual de ensino (e de vida) demandou destes profissionais um processo instantâneo de capacitação sobre o uso de ferramentas tecnológicas e plataformas digitais em substituição ao formato presencial, bem como promoveu alterações profundas em suas rotinas de vida.

Segundo Pessoa et al. (2021, p. 163), “fato é que o ERE entrou como estratégia para a manutenção das práticas pedagógicas e do calendário escolar e adentrou na casa e na vida cotidiana dos professores e das professoras [...] alterando as práticas cotidianas de viver fenômenos como trabalho e lazer”. Desta forma, a necessidade imperiosa de reformular o planejamento das aulas e buscar instrução sobre o uso de diferentes softwares e aplicativos implicou no acréscimo das horas dedicadas à preparação e atuação dos profissionais da área de educação. Pinto et al. (2021) ressaltam que a adaptação dos professores ao novo formato de ensino, ocorrera sem nenhum tipo de experiência prévia, por parte da maioria, uma vez que significativa parcela destes profissionais não tivera contato com aulas remotas antes da pandemia. Os autores complementam que:

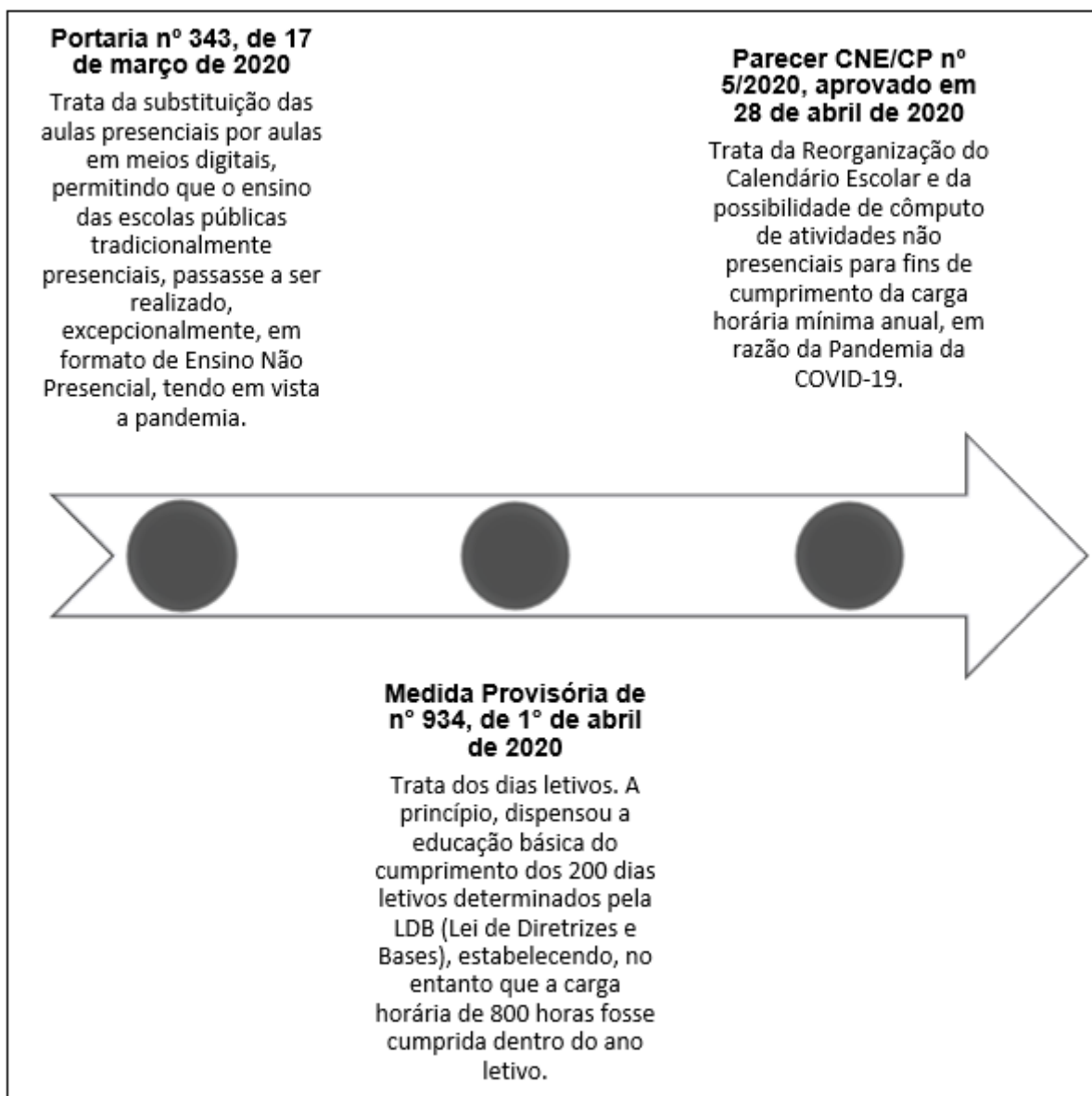
Além disso, os professores precisavam reinventar sua forma de dar aula e lidar com várias dificuldades, como o cansaço, gastos extras, acúmulo de trabalho, estresse, barreiras tecnológicas e jornadas intermináveis. Essa narrativa foi pautada em cima das necessidades dos docentes, sem qualquer tipo de amparo por parte das Instituições e/ou do Estado, que os deixaram à mercê de sua vontade de trabalhar e da persistência de querer ensinar (PINTO et al., 2021, p. 3).

Vianna (2002) aponta que o predomínio feminino na estruturação sexual da classe docente decorre, não apenas das alterações econômicas, sociais, culturais, políticas e demográficas que permearam a virada do século XX, mas, em grande parte, deve-se, também, à replicação de discriminações, as quais fazem com que práticas sexistas se perpetuem e mantenham a profissão atrelada às desigualdades experimentadas pela condição feminina. Alvarenga e Vianna (2012) ressaltam que tais desigualdades se traduzem na desvalorização, em salários mais baixos, na concepção de uma atividade provisória e exercida em tempo parcial, com salário complementar.

Segundo Brabo (2005), dentre os fatores que influenciaram a feminização do magistério destaca-se a possibilidade de conciliação entre a atuação docente e as tarefas domésticas - constituindo-se na oportunidade de exercer uma profissão que não interferisse no papel da mulher como esposa e mãe. Deve-se, também, ao fato de que a educação primária representava um contexto pouco atrativo aos homens.

Ocorre que a dupla jornada (ou jornada constante) já enfrentada pelas mulheres docentes, antes da pandemia (março de 2020) – proveniente de sua responsabilização, em larga medida, pelas atividades domésticas e de cuidado além das atividades inerentes ao trabalho remunerado – fora intensificada. A partir das medidas sanitárias de higiene e do distanciamento social requeridos para a contenção da contaminação pelo Coronavírus, estas mulheres foram impelidas a incorporar outras tarefas à sua rotina, principalmente, as professoras mães. A Figura 01 ilustra que, conforme pontuado por Ferreira Sobrinho Junior e Moraes (2022), dentre as principais legislações educacionais implementadas para orientar e direcionar as ações realizadas pelas redes de ensino brasileiras, no que se refere à pandemia do Covid-19, destacam-se:

Figura 01 – Principais legislações educacionais nacionais implementadas em virtude da pandemia Covid-19



Fonte: Adaptado de Ferreira Sobrinho Junior e Moraes (2022, p. 69)

Souza e Machado (2021) apontam que, de modo geral, são as mulheres que assumem a liderança na organização e gestão da casa, no dia a dia, procurando antecipar as necessidades de todos/as e preocupando-se com o bem-estar da família. As autoras salientam, ainda, que ao alargamento da carga de trabalho não remunerado há que ser somado a carga de trabalho mental, inerente ao equilíbrio emocional

necessário para o enfrentamento de um fragilizado panorama. Segundo Oliveira (2020), insta reconhecer no fator social inédito ocasionado pela pandemia:

(...) as consequências do fechamento de escolas e das restrições de movimento, que embora sejam considerados necessários, modificaram a rotina das crianças e impactam os sistemas de apoio e as práticas de cuidado de que dependem as famílias. A suspensão das aulas e o fechamento das escolas adicionou novas formas de estresse aos cuidadores e em muitos casos tornou este cuidado inconciliável com outros trabalhos (OLIVEIRA, 2020, p. 156).

O cenário pandêmico acentuou a desigualdade já existente na distribuição do trabalho doméstico não remunerado entre homens e mulheres. Segundo pesquisa realizada por Gênero e Número - GN e Sempre Viva Organização Feminista - SOF (2020), a partir da pandemia⁹, 50% das mulheres brasileiras passaram a se responsabilizar pelo cuidado de outras pessoas (crianças, idosos ou pessoas com deficiência); dentre as que cuidam, 72% relataram que a necessidade de monitoramento e companhia se elevou. Para aquelas que seguiram trabalhando, com manutenção do salário, 41% relataram estar trabalhando mais do que antes da quarentena.

Dada a sua presença majoritária no meio educacional, a realidade enfrentada pelas docentes não foi diferente. Essas profissionais sofreram um impacto ainda maior, uma vez que foram impelidas a adaptar suas rotinas às novas e desafiadoras demandas do trabalho remoto, conciliando a atividade profissional com os afazeres domésticos e o cuidado da família. Pessoa et al. (2021) destacam que a inviabilização da realização do trabalho docente em formato presencial fez com que a carga laboral fosse, integralmente, assumida pelo ambiente doméstico. No Quadro 02, Souza e Machado (2021) explicitam alguns dos desafios enfrentados por 35 docentes pesquisadoras mães, distribuídas em 9 estados brasileiros¹⁰, ao problematizarem o espaço social do lar:

⁹ O período de coleta de dados da pesquisa foi de 27/04/2020 a 11/05/2020 (GN e SOF, 2020).

¹⁰ As entrevistadas residem nos estados de Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Sergipe, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e a coleta de dados da pesquisa ocorreu no período de 09/05/2020 a 22/05/2020.

Quadro 02 – Desafios enfrentados por docentes pesquisadoras mães, ao problematizar o espaço social do lar

Atividades Demandadas	Realidade Verificada
Tempo para a produção de artigos, elaboração de questionários, levantamento bibliográfico etc.	Rotina diária justaposta a tarefas da casa, alimentação, demandas infantis e escolares
Solidão, concentração para a escrita e a interação com autoras/es	Uma casa barulhenta, TV e programas infantis
Determinação de tarefas para a organização do espaço (está quase sempre em desordem)	Tentar fechar um parágrafo, enquanto os filhos se distraem com outra atividade
Certeza de que os/as filhos/as compreenderão a ausência - mesmo estando-se, fisicamente, presente (quando há necessidade de se fechar em uma bolha imaginária no mesmo espaço físico)	Uma rotina atribulada, ainda que uma figura masculina também se faça presente, no mesmo espaço doméstico

Fonte: Adaptado de Souza e Machado (2021, p. 287).

Nesse caminho, Souza e Machado (2021) destacam que as desigualdades vivenciadas pelas mulheres, na sua condição de docentes e mães, afetam, diretamente, a qualidade de seus trabalhos, a relação estabelecida com seus filhos e a quantidade de tarefas a serem realizadas, principalmente, daquelas relacionadas ao cuidado com os filhos e à conservação diária do espaço doméstico. Soares (2020) salienta que o ensino não presencial exigiu dos docentes maior disponibilidade de tempo - a ser empregado na preparação de aulas e correção de atividades, bem como na realização de atendimentos individuais dos discentes por meio eletrônico. Segundo Pessoa et al. (2021), o trabalho de ensino remoto agregado às atividades domésticas e de cuidado da família elevou, ainda mais, a sensação de sobrecarga, culminando em maior expropriação de tempo e de energia, afetando, diretamente, a qualidade de vida das professoras.

3. A RELAÇÃO ENTRE POBREZA DE TEMPO, DESIGUALDADE DE GÊNERO E DESENVOLVIMENTO

Apesar da crescente inserção das mulheres na seara do trabalho produtivo, estas ainda permanecem responsáveis por grande parte do trabalho não remunerado, visto que os homens não aumentaram a sua participação no trabalho doméstico e de cuidados intradomiciliares, de maneira equivalente. Tal cenário vem a acentuar as assimetrias no uso do tempo entre homens e mulheres e, desta forma, as mulheres vivenciam “uma distribuição injusta e desigual [dos tempos de trabalho], que se reflete [em] temporalidades múltiplas e sobrepostas” (PERISTA, 2010, p. 49). Carrasco (2003) enfatiza que os homens mantiveram, praticamente, intactas as suas responsabilidades e atribuições, ao passo que as mulheres foram impelidas ao desafio de se dividirem entre diferentes tempos e trabalhos. Por conseguinte, Ávila (2004) salienta que as mulheres arcam com incompatibilidades das mais diversas inerentes à divisão social do tempo.

Ao se refletir sobre uma das causas da escassez de tempo da mulher: a maternidade, Souza e Machado (2021) alegam que a aceção naturalizada desta como propósito para a plena realização feminina consiste em uma afirmação sexista. As autoras salientam que o sexismo converte-se em um instrumento eficaz, aliado ao sistema moderno colonial, contribuindo na manutenção de um panorama excludente e sutil no que diz respeito ao distanciamento forçoso das mulheres do mercado de trabalho. Ainda que a maternidade não consista em uma opção capaz de condicionar a mulher à falta de protagonismo ou autonomia, Barbosa (2016, p. 7) sublinha que “a utilização da maternidade pelo machismo estrutural forja a forma como se delinearão os processos de atuação da mulher em seus múltiplos papéis sociais”.

Seguindo este raciocínio, Ferrito (2019) destaca que as tendências presentes no escopo atual do mercado de trabalho exigem significativa disponibilidade de tempo às trabalhadoras, ou seja, requerem destas um recurso que não possuem. Tal patrimônio temporal, não pertencente às mulheres, criou evidentes assimetrias na sociedade, tornando as mulheres física e mentalmente exaustas, compelindo-as a precárias condições de trabalho, baixos salários, dupla jornada etc. Ao enumerar em seu estudo alguns dos recorrentes obstáculos enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho,

Ferrito (2019) defende que estes estão intimamente ligados à ideia de tempo de trabalho e de não trabalho construída socialmente.

Quadro 03 – Obstáculos impostos às mulheres no mercado de trabalho relacionados à ideia de tempo de trabalho e de não trabalho construída socialmente

Obstáculos	Origem dos obstáculos
Segregação e exclusão ocupacional	Ideia construída socialmente de tempo de trabalho e de não trabalho
Hiato salarial em função do gênero	
O teto de vidro (barreiras invisíveis à ascensão na carreira)	
Violência simbólica (microagressões) que visa, de forma velada, ao exercício do poder	
Conciliação entre a vida laboral, familiar e pessoal	
Assédio moral e sexual	
Feminização da pobreza	
A seletividade das normas trabalhistas, inerente à cegueira normativa no que se refere à condição das mulheres	

Fonte: Adaptado de Ferrito (2019).

Fontoura e Araújo (2016) ressaltam que, ao se fazer uma investigação sobre o comportamento do mercado de trabalho, em termos de gênero, é possível se detectar os impactos empobrecedores das desigualdades salariais entre homens e mulheres. Tal investigação permite, também, reconhecer a permanência da premissa relacionada ao tipo de “trabalhador ideal” – o qual deveria se comportar de modo que não precisasse se responsabilizar pelas cargas de cuidado – fato que vem a nutrir a invisibilidade do fardo de cuidados atribuído à natureza feminina e suportado pelas mulheres.

Este enfoque denota a relevância e emergência do aprofundamento em torno da reflexão levantada por Ávila (2004), no sentido de que, para além da ótica material/financeira, segundo a qual a pobreza, comumente, é definida, insta considerar, também, a privação de tempo como um dos elementos que a constituem, uma vez que a escassez de tempo contribui para a manutenção das desigualdades sociais. Segundo Ferrito (2019), a divisão sobre o uso do tempo em função das responsabilidades inerentes a cada gênero produz discrepâncias no patrimônio temporal dos indivíduos, gerando a denominada pobreza de tempo.

Segundo Garcia e Marcondes (2021), o conceito de pobreza de tempo é proposto como complemento ao conceito de pobreza de renda, uma vez que, assim como a renda, o tempo é um recurso limitado alocado na criação do bem-estar. Entretanto, tal conceito permanece, ainda, como uma grandeza pouco conhecida e insuficientemente explorada pelas esferas política e acadêmica. Ferrito (2019) adverte que os estudos tradicionais sobre pobreza ignoram os impactos negativos da falta de tempo ocasionada pela distribuição desigual de encargos, obrigações e uso do tempo entre homens e mulheres.

Para Torns (2002), as investigações acerca do tempo de trabalho demonstram que não apenas as atribuições e os tempos diários são diferentes para homens e mulheres, mas também é diferente o uso que se faz deles. A discrepância relacionada ao uso desigual do tempo constitui-se em uma das dimensões da desigualdade entre os gêneros. Ferrito (2019) frisa que a desproporção na distribuição dos papéis sociais denota o quanto alguns indivíduos dispõem de maior liberdade para determinar a forma como irão usufruir de seu tempo do que outros. Nessa direção, Bentes e Monnerat (2015) afirmam que:

Em uma relação de submissão milenar aos maridos, aos filhos, à casa e à sua própria vida, as mulheres vêm sendo privadas de sua liberdade mais natural: a liberdade de pensarem de sua própria maneira. Estas restrições, pouco a pouco, vêm mutilando física e moralmente as mulheres, impedindo que façam suas próprias escolhas ou mesmo acreditem que as merecem (BENTES e MONNERAT, 2015, p. 258).

Garcia e Marcondes (2021) afirmam que a maneira pela qual o tempo é alocado, cotidianamente, interfere, diretamente, no bem-estar dos indivíduos e das famílias, uma vez que o tempo destinado a determinada atividade se traduz em um custo de oportunidade inerente à não realização de diversas outras atividades. Alegam as autoras que, se somada à pobreza de renda, a pobreza de tempo pode agravar o cenário de privação do indivíduo, vindo a afetar de forma negativa o seu bem-estar, impossibilitando sua participação em atividades de integração social, culminando na marginalização de seu status social.

Os estudos acerca de usos e pobreza de tempo estão, inextricavelmente, relacionados às questões de gênero, tendo em vista que, ao cumprir o papel feminino

socialmente construído, impelida a se desdobrar para conciliar as responsabilidades inerentes ao trabalho remunerado e à família, sobra à mulher pouco tempo para a realização de outras atividades, tais como o lazer (GARCIA e MARCONDES, 2021). Neste interim, é possível se perceber o quanto a pobreza de tempo e as desigualdades de gênero estão estreitamente relacionadas.

A ONU Mulheres¹¹ e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL (2020) salientam que o encargo de cuidadoras “naturais” que as sociedades instituem, majoritariamente, às mulheres e meninas produz uma considerável sobrecarga laboral. Tal circunstância vem a restringir suas possibilidades de escolha e oportunidades, lesando seus direitos e transformando-se em um entrave crucial para a igualdade entre os gêneros, a autonomia e a emancipação das mulheres.

Mediante o exposto, a Teoria das Capacidades, formulada pelo economista indiano Amartya Sen¹², constitui-se em um conceito-chave, ao proporcionar o entendimento acerca da dinâmica existente entre a privação de liberdades e o desenvolvimento, em seu sentido mais amplo. Para Sen (2010, p. 3), “o desenvolvimento pode ser visto (...) como um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam”.

Sen (2010) defende que, apesar de atuar como um meio, a ampliação do poder de escolha das pessoas para que estas possuam maiores capacidades e oportunidades, consiste, também, no fim último do desenvolvimento. Por isto, o autor justifica que o desenvolvimento não deve ser medido, apenas, por meio da renda.

Grecco (2019) salienta que o pensamento de Sen compõe uma das principais bases teóricas do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), formulado a partir da crítica à centralidade do mercado. O IDH diferencia-se de indicadores econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB) - que adota, historicamente, a dimensão puramente econômica para mensurar o desenvolvimento humano -, visto que busca analisar as seguintes instâncias da vida humana: (a) a expectativa de vida (esperança de vida ao nascer); (b) a educação (média de anos de estudo); e (c) a capacidade econômica (rendimento nacional bruto *per capita*) (NAÇÕES UNIDAS, 2014).

¹¹ ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres.

¹² Honrado com o prêmio Nobel de Economia, pela importante contribuição à Economia do Bem-estar social, em 1998.

Moraes e Marin (2021) ressaltam que se verifica na economia uma crescente inquietação no que tange à incapacidade do pensamento econômico, atualmente, dominante em tratar e abarcar, em seu cerne, questões contemporâneas complexas, tais como a do bem-estar. As autoras citam a preocupação do relatório da *Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress* (STIGLITZ; SEN; FITOUSSI, 2009) no que tange às limitações do PIB em aferir o desempenho econômico e social dos indivíduos e acentuam que:

(...) muitas das variáveis atreladas ao bem-estar humano não são recursos monetários, e sim, outros aspectos da vida das pessoas, como saúde, relações sociais, qualidade de trabalho, autoestima e lazer. [...] mesmo pessoas que possuem menos recursos econômicos podem estar em melhores níveis de bem-estar do que pessoas que comandam mais recursos econômicos se as primeiras têm, por exemplo, maior capacidade de realização em domínios valiosos da vida (MORAES e MARIN, 2021, p. 3).

Silva e Silva (2020) afirmam que a Teoria das Capacidades é essencial para a compreensão sobre a forma como as questões de gênero se encaixam dentro da discussão inerente ao desenvolvimento humano. Tal afirmativa pauta-se na questão de que, mesmo tendo alcançado ganhos inéditos, nos últimos 25 anos - em relação a direitos, educação, saúde, acesso ao mercado de trabalho e meios de subsistência -, as mulheres ainda continuam na batalha contra os inconvenientes relacionados ao gênero, em suas vidas cotidianas (BANCO MUNDIAL, 2012). O fato de a problemática inerente à desigualdade de gênero alcançar, igualmente, países ricos e países pobres - com indicadores diversos que expõem o número significativo de mulheres vivendo em situação inferior à dos homens - denota a relevância desta discussão.

A taxa de morte entre mulheres em relação aos homens é mais alta nos países de renda baixa e média em comparação às suas contrapartes de renda alta, especialmente nos primeiros meses de vida ou nos primeiros anos da infância, e no período reprodutivo. Divórcio ou viuvez leva muitas mulheres a perderem sua terra e seus bens. As mulheres continuam a se agrupar em setores e ocupações caracterizadas como "femininas"— muitas delas são mal remuneradas. As mulheres também têm uma probabilidade maior de serem vítimas de violência doméstica e sofrerem graves lesões. E em quase todos os lugares a representação das mulheres na política e nos cargos de alta gerência em empresas permanece inferior à dos homens (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 3).

Grubba e Messa (2020) destacam que, de acordo com o padrão internacional estabelecido pelas Nações Unidas, a igualdade de gênero é concebida como parte essencial do desenvolvimento humano equitativo e sustentável. Em contrapartida, a desigualdade de gênero consiste em um dos principais obstáculos ao seu atingimento. As autoras ressaltam que o desenvolvimento humano abrange os aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos relacionados a fatores individuais e coletivos dos seres humanos. Frisam, ainda, que tal desenvolvimento deve libertar os indivíduos para que estes aprimorem suas habilidades criativas e produtivas. Com base na teoria formulada por Sen, o bem-estar, meta primordial do desenvolvimento, consiste na capacidade de ser livre para escolher, realizar ou deixar de realizar coisas que se queira, consiste no alcance da condição de agente da própria vida (MARTINS, 2009). Nessa perspectiva, Grubba (2017) vem a conceituar o desenvolvimento como:

[...] a ampliação das oportunidades materiais e imateriais de vida iguais para todos, considerando-se a liberdade das pessoas para que tenham vidas longas, saudáveis e criativas, para que antecipem outras metas que tenham razões para valorizar e para que se envolvam ativamente na definição equitativa e sustentável do desenvolvimento. Além da expansão das capacidades que alarguem o leque de escolhas das pessoas, também deve garantir que essas escolhas não comprometam ou limitem as que estarão disponíveis para as gerações futuras (GRUBBA, 2017, p. 132).

Segundo Silva e Silva (2020), se consideradas as características e habilidades pessoais, a perspectiva do desenvolvimento como liberdade torna-se integral e multidimensional, contrapondo-se a visões tradicionais que restringem o desenvolvimento a fatores como o crescimento do produto interno bruto. De acordo com o Banco Mundial (2012), da mesma forma como desenvolvimento se traduz em menor pobreza de renda ou no acesso mais amplo à justiça, deve, igualmente, representar menor hiato no bem-estar entre os homens e as mulheres.

Sen (2010) aponta que, em virtude das interconexões entre os diferentes tipos de liberdade, é que a independente e sustentável condição de agente aflora como um dos principais motores do desenvolvimento. Conforme destacado por Silva e Silva (2020), estas liberdades, à medida em que propiciam o exercício das capacidades humanas, são produto do próprio processo de desenvolvimento. Entretanto, a

insuficiência de disposições sociais e econômicas, tais como as desigualdades assinaladas entre homens e mulheres, pode restringir a atuação livre dos cidadãos, impossibilitando-os de conquistarem seus objetivos.

Nesta perspectiva, vindo ao encontro da proposta defendida pelo Feminismo e pela Economia Feminista acerca do ideal de igualdade de oportunidades para todos, a Teoria das Capacidades deflagra o mecanismo por meio do qual a desigualdade de gênero – oriunda da divisão sexual do trabalho e geradora da pobreza de tempo feminina – culmina na “perda da capacidade da mulher da sua condição de agente” (BENTES e MONNERAT, 2015, p. 258). Assim, a limitação das liberdades e capacidades, em função do gênero, acaba por obstaculizar o desenvolvimento humano das mulheres e, conseqüentemente, da sociedade como um todo, uma vez que, “para uma economia funcionar com todo seu potencial, as mulheres com suas aptidões e talentos devem participar das atividades que façam melhor uso dessas capacidades” (BANCO MUNDIAL, 2012, p. 3).

De acordo com a ONU Mulheres e CEPAL (2020), pelo fato de a maioria das contribuições ao cuidado serem realizadas dentro da esfera doméstica e de forma gratuita pelas mulheres, tais contribuições não se mostram visíveis para a economia, tampouco para o desenvolvimento. Entretanto, o trabalho de cuidados é essencial para a manutenção da subsistência do sistema como um todo, posto que cada pessoa, em algum momento da vida, necessita dele. “Sem os cuidados, o resto das atividades não pode funcionar” (ONU MULHERES e CEPAL, 2020, p. 2, tradução livre).

A CEPAL (2019) destaca que a desigualdade de gênero representa um entrave ao desenvolvimento sustentável, e o cenário de mudanças que a região enfrenta demonstra a necessidade urgente de avançar, decisivamente, rumo a uma abordagem de desenvolvimento que considere a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres e assegure o direito de todos, sem exceção. Segundo esse estudo, um dos desafios principais no combate à desigualdade de gênero refere-se à divisão sexual do trabalho e à incongruente organização social do cuidado, uma vez que o tempo empreendido pelas mulheres da América Latina e Caribe na execução das tarefas domésticas e ao trabalho de cuidados não remunerado representa três vezes mais que o tempo dedicado pelos homens, além de serem responsabilizadas, em maior grau, pelo cuidado dos idosos.

Para o Banco Mundial (2012), além de constituir um objetivo fundamental do desenvolvimento, a igualdade de gênero se traduz, também, em uma economia inteligente, ampliando a produtividade e aperfeiçoando outros índices do desenvolvimento, contemplando perspectivas para as gerações futuras “e para a qualidade das políticas e instituições da sociedade” (BANCO MUNDIAL, 2012, p. vii). A CEPAL (2019) sublinha a urgente necessidade de se enveredar esforços na formulação de políticas públicas de igualdade que admitam e identifiquem a contribuição das mulheres para a economia através do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, e que proponham uma divisão mais adequada das cargas de trabalho.

Com base no exposto, infere-se que o desenvolvimento representa um dos aspectos mais palpáveis para a mensuração de como a “Economia da Igualdade de Gênero” promove o bem-estar entre homens e mulheres, em termos de educação, saúde, acesso a oportunidades econômicas e recursos produtivos, e a capacidade de se fazer escolhas e adotar medidas.

4. CAMINHO METODOLÓGICO

No intuito de atender aos objetivos propostos, a presente pesquisa valeu-se de três estratégias empíricas, a saber:

- a) Revisão da literatura teórico-empírica nacional e internacional sobre os temas: Economia Feminista, Feminismo, Divisão Sexual do Trabalho e Tempo Social das mulheres;
- b) Elaboração e aplicação de questionários aos profissionais da educação básica da rede pública estadual de Minas Gerais;
- c) Análise Estatística Descritiva de dados primários acerca dos impactos da pandemia e da restrição de acesso às redes de apoio social sobre a jornada de trabalho produtivo e reprodutivo da mulher, com ênfase às professoras do ensino básico da rede pública estadual de Minas Gerais.

Bento (2012) salienta que a revisão de literatura teórico-empírica é essencial não apenas para a delimitação adequada do problema, mas, também, para a compreensão precisa do estado atual do conhecimento sobre determinado tema, suas possíveis lacunas e contribuições para o desenvolvimento de novos estudos. Na presente pesquisa, tal metodologia intentou sintetizar as discussões e evidências obtidas em diversos tipos de abordagens científicas, possibilitando a discussão crítica da terminologia Divisão Sexual do Trabalho à luz da Economia Feminista e das vertentes teóricas do Feminismo, bem como da apropriação do tempo social das mulheres e sua repercussão no desenvolvimento da sociedade.

No intuito de reunir referências que pudessem fornecer embasamento e fundamentação teórica para o problema de pesquisa, valeu-se o trabalho da revisão bibliográfica narrativa (ou tradicional), uma vez que tal modalidade - por não requerer a utilização de critérios explícitos e sistemáticos acerca da busca e exame da literatura adotada -, permite que a seleção das obras consultadas seja feita de acordo com o ponto de vista e o contexto do tema abordado. Tal estratégia analítica possibilita abarcar vários tipos de estudos (teóricos, quantitativos e qualitativos) - ao combinar dados da literatura teórica e empírica - e permite tanto a avaliação crítica e a sintetização do conhecimento, como também a descrição do estado atual do tema pesquisado.

A fim de corroborar com a discussão teórica e face à necessidade de se coletar informações primárias e atualizadas acerca da realidade enfrentada pelas professoras da educação básica da rede pública estadual em Minas Gerais, mediante o contexto pandêmico, a segunda etapa da pesquisa consistiu na elaboração e envio de um questionário. Esta técnica de coleta de dados foi elencada como a mais apropriada frente ao objetivo de se identificar e discutir os impactos da restrição de acesso às redes de apoio social, durante a pandemia, sobre a jornada de trabalho produtivo e reprodutivo das docentes mães.

O questionário, segundo Gil (1999, p.128), pode ser definido “[...] como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Hirata et al. (2019) afirmam que informações coletadas de forma primária são fundamentais para a compreensão da realidade, das tendências e da viabilidade de intervenções, visto que a formulação de políticas públicas demanda diagnósticos precisos para lograr eficiência.

Assim, com o propósito de aprofundar a pesquisa junto aos profissionais da educação atuantes no ensino básico da rede pública estadual em Minas Gerais, foi preparado um roteiro de questões sobre a matéria em pauta, as quais compõem o questionário, desenvolvido na Plataforma *Google Forms*, enviado e respondido de forma *online*. Além de ser um instrumento seguro, face às medidas sanitárias de restrição requeridas pela crise pandêmica, a rápida disseminação em redes sociais e plataformas de comunicação possibilitou a obtenção de uma amostra estatisticamente representativa, intentando assegurar que não houvesse a presença de viés de seleção. Ademais, conforme apregoado por Laville e Dionne (1999, p. 183), o questionário padronizado e uniformizado:

(...) se mostra econômico no uso e permite alcançar rápida e simultaneamente um grande número de pessoas, uma vez que elas respondem sem que seja necessário enviar-lhes um entrevistador. A uniformização assegura, de outro lado, que cada pessoa veja as questões formuladas da mesma maneira, na mesma ordem e acompanhadas da mesma opção de respostas, o que facilita a compilação e a comparação das respostas escolhidas e permite recorrer ao aparelho estatístico quando chega o momento da análise.

Reis e Reis (2002) destacam que os métodos de Estatística Descritiva são usados para organizar, resumir e descrever aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou para comparar essas características entre dois ou mais grupos. As ferramentas descritivas incluem vários tipos de gráficos e tabelas, bem como métricas resumidas, como porcentagens e índices médios, sendo recursos cada vez mais utilizados “para complementar a apresentação de um fato, justificar ou referendar um argumento” (REIS e REIS, 2002, p. 5).

Na presente pesquisa, a Análise Estatística Descritiva permitiu descrever, sumarizar e interpretar as informações advindas dos dados primários acerca do trabalho produtivo e reprodutivo em Minas Gerais, mediante o cenário pandêmico, com ênfase às professoras do ensino básico da rede pública estadual. As informações coletadas possibilitaram a consecução do objetivo geral de analisar os efeitos da pandemia provocada pelo Covid-19 sobre o tempo social dos profissionais da educação, do ponto de vista da Divisão Sexual do Trabalho.

4.1 FONTE E TRATAMENTO DOS DADOS

Especificamente, no que diz respeito à coleta de dados primários sobre a jornada de trabalho produtivo e reprodutivo das professoras do ensino básico da rede pública estadual em Minas Gerais, após a validação do teste piloto realizado com 5 professoras na cidade de São João Del Rei/MG, foi aplicado o questionário virtual (Apêndice A) a todos os profissionais deste seguimento, em Minas Gerais. A estratégia de envio do questionário ao e-mail de cada docente foi feita, inicialmente, por intermédio das 47 Superintendências Regionais de Ensino de Minas Gerais que, com base no Termo de Autorização emitido pela Secretaria de Estado de Educação para a presente pesquisa (Anexo A), atenderam à solicitação de enviar o link do questionário online para cada uma das escolas estaduais pertencentes à sua jurisdição, as quais o reenviaram para seus respectivos professores.

Neste sentido, almejando-se que a apuração informasse, de forma clara e precisa, os objetivos da pesquisa, optou-se pela construção da amostragem aleatória simples, na qual todos os profissionais respondentes tiveram a mesma probabilidade

de serem incluídos na amostra (sob este formato, o acaso seria o único responsável por eventuais discrepâncias entre a população e a amostra). O questionário ficou aberto para receber respostas no período de 01/12/2021 a 31/07/2022. Considera-se como limitação da pesquisa a ausência de pergunta sobre o local de origem dos respondentes, fato que não permitiu construir uma amostra representativa quanto às diferenças entre as informações de cada superintendência regional, bem como não se pode dizer que a amostra é estratificada segundo o aspecto regional.

Englobando a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, a educação básica é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e possui caráter obrigatório. Conforme a Tabela 01, de acordo com os dados do Censo da Educação Básica 2020¹³, para atender ao montante de 4.001.987 alunos, o estado de Minas Gerais contava, em 2020, com 266.170 docentes, concentrando-se, a maior parte deles (29%), nos anos finais do ensino fundamental, nos quais se encontravam 76.352 docentes.

Tabela 01 – Distribuição das matrículas e docentes no estado de Minas Gerais, por etapas de ensino, com base nos dados do Censo da Educação Básica, 2019 – 2020.

Etapa de Ensino	Número de Matrículas	Número de Docentes
	2020	2020
Ensino infantil	793.422 (19,8%)	58.919 (22%)
Anos iniciais (Ensino Fundamental)	1.313.107 (32,8%)	72.744 (27%)
Anos finais (Ensino Fundamental)	1.148.940 (28,7%)	76.352 (29%)
Ensino médio	746.518 (18,7%)	58.155 (22%)
Total	4.001.987	266.170

Fonte: Elaborado com base nos dados do INEP/MEC (2021a).

Neste sentido, partindo-se de uma população total de 266.170 docentes do ensino básico em Minas Gerais, em 2020, a fim de se garantir uma amostra aleatória simples suficientemente adequada para que se fizesse inferências válidas, de acordo com a fórmula padrão abaixo (FONTELLES et al., 2010), tem-se que o tamanho mínimo desta deveria ser de 400 respostas:

¹³ De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira em conjunto com o Ministério da Educação (INEP/MEC, 2021a).

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad (1)$$

$$n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0} \quad (2)$$

em que n é o tamanho da amostra; N , o tamanho da população; n_0 a primeira aproximação para o tamanho da amostra e E_0 o Erro amostral tolerável. Para o cálculo da amostra aleatória simples, visando admitir com 95% de probabilidade que os erros amostrais não ultrapassassem 5% ($E_0 = 0,05$), a definição do tamanho da amostra em 400 elementos se dá a partir das seguintes informações: $N = 266.170$ docentes; $E_0 =$ Erro amostral tolerável = 5% ($E_0 = 0,05$).

$$n_0 = \frac{1}{E_0^2} \quad n_0 = \frac{1}{(0,05)^2} \quad n_0 = 400 \quad (3)$$

$n =$ (tamanho da amostra corrigido) = 400 docentes

$$n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0} \quad n = \frac{266.170 \times 400}{266.170 + 400} = 400 \quad (4)$$

Desta forma, a amostra final corrigida deve ser de, no mínimo, quatrocentos participantes frente ao universo de 266.170 docentes. De maneira muito positiva, foram obtidas as respostas de 1978 respondentes, ou seja, a amostra tem tamanho quase cinco vezes maior que a mínima requerida de 400 respondentes, conforme descrito na seção metodológica.

Ademais, no intuito de conferir maior rigor estatístico às informações obtidas, aplicou-se o Teste de Hipótese para as proporções de algumas variáveis selecionadas, nas quais desejava-se testar a hipótese nula de que ambas são estatisticamente iguais (WALPOLE et al., 2009), com base na fórmula abaixo que aponta o cálculo da estatística de teste, partindo-se da hipótese de uma distribuição normal padrão (Z):

$$Z \text{ calculado} = \frac{\hat{P}_1 - \hat{P}_2}{\sqrt{pq (1/n_1 + 1/n_2)}} \quad (5)$$

em que:

- \hat{P}_1 é a proporção da variável a qual se pretende averiguar se é estatisticamente maior que a variável comparativa;
- \hat{P}_2 é a proporção da variável comparativa;
- p é dado por $X_1 + X_2 / n_1 + n_2$;
- q é dado por $1 - p$;
- n_1 é a amostra da variável a qual se pretende averiguar se é estatisticamente maior que a variável comparativa; e
- n_2 é a amostra da da variável comparativa.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com a pretensão de analisar os efeitos da pandemia Covid-19 sobre o tempo social dos docentes da educação básica da rede pública estadual, em Minas Gerais, do ponto de vista da divisão sexual do trabalho e no intuito de corroborar com a discussão teórica, procedeu-se à coleta de informações primárias e atualizadas acerca da realidade enfrentada pelos sujeitos da pesquisa. Os dados primários, coletados por meio do questionário eletrônico, apresentam importantes evidências acerca dos impactos da pandemia e da restrição de acesso às redes de apoio social sobre a jornada de trabalho produtivo e reprodutivo da mulher, no estado mineiro.

Composto de 31 questões de múltipla escolha, o questionário aborda aspectos de cunho individual e social e está dividido em três partes, quais sejam: 1) informações socioeconômicas; 2) divisão de tarefas dentro do lar e 3) dados relacionados à docência, tais como dificuldades encontradas no formato de ensino remoto, jornada de trabalho durante a pandemia, qualidade do aprendizado dos alunos, qualidade do trabalho docente, dentre outros. Somando-se a alguns estudos já desenvolvidos, tais como os de Barros et al. (2001), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, com representação no Brasil - UNESCO Brasil (2004) e do INEP/MEC (2009), a presente pesquisa vem, também, contribuir para a complementação da literatura acerca do perfil atual dos professores da educação básica, em Minas Gerais, apresentando dados relativos ao período de dezembro de 2021 a julho de 2022.

5.1 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS PROFESSORAS E PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA, EM MINAS GERAIS

Ao agregar as respostas relativas às informações econômicas e sociais por gênero, o Quadro 04 expõe o comparativo entre o perfil de professoras e professores da educação básica da rede pública estadual, em Minas Gerais. O resultado auferido em relação à identidade de gênero destes profissionais (81,27% mulheres, 18,73% homens e 0,1% não-binários) está em consonância com a população pesquisada

(81,80% mulheres e 18,20% homens) e vem a validar as afirmações de Vianna (2002), Brabo (2005), Alvarenga e Vianna (2012) e Vidal (2020) no que se refere à feminização da educação básica, sob o aspecto da composição de gênero dos professores (VIANNA, 2013).

Quadro 04 – Perfil de professoras e professores da educação básica da rede pública estadual, quanto às informações socioeconômicas, Minas Gerais, 2022¹⁴

Informações Socioeconômicas	Mulheres (1601 respondentes)	Homens (369 respondentes)
Faixa etária	40 a 49 anos (36,66%) 50 a 59 anos (27,73%)	30 a 39 anos (29,81%) 49 a 49 anos (27,91%)
Identidade de Gênero	Mulher Cisgênero (99,88%)	Homem Cisgênero (99,46%)
Orientação Sexual	Heterossexual (97,13%)	Heterossexual (82,38%)
Cor/Raça	Branca (47,28%)	Branca (48,51%)
Estado Civil/Afetivo	Casada (57,84%)	Casado (56,10%)
Renda Total Mensal	R\$2.200,01 a R\$3.300,00 (30,23%)	A partir de R\$4.400,01 (33,06%)

Fonte: Resultados da pesquisa.

Lauxen et al. (2017) afirmam que o processo de incorporação da mulher à docência como profissão está enraizado no conceito de maternidade ligado ao cuidado dos filhos e na possibilidade de dar continuidade ao trabalho do lar, consistindo em uma função que garantiria sua independência e não concorreria, vigorosamente, com a dos homens. Vianna (2013) defende, ainda, que a presença quase absoluta das mulheres exercendo o magistério está relacionada, mesmo que, indiretamente, à dinâmica de divisão sexual do trabalho, que permeia o mercado de trabalho e vem a configurar as profissões consideradas femininas.

Considerando que, conforme apregoado pela UNESCO Brasil (2004), a idade dos docentes constitui um dos traços de sua atuação, o Quadro 04 chama a atenção para tal questão. A informação encontrada corrobora com o estudo de Hirata et al. (2019) a partir de dados dos professores da educação básica, no Brasil, em 2017, e

¹⁴ Para informações complementares e mais detalhadas, ver Apêndice B.

detectou que a classe era constituída por profissionais com média de idade de 40 anos. Entretanto, separando-se as respostas por gênero, os dados denotam a concentração de professores e professoras em faixas etárias distintas, uma vez que, no presente recorte, a maior parte dos homens respondentes situa-se na faixa etária de 30 a 39 anos e as mulheres, na faixa etária de 40 a 49 anos. Este panorama suscita a reflexão acerca das possíveis barreiras ligadas à divisão sexual do trabalho que possam influenciar na inserção mais tardia das mulheres no mercado de trabalho docente, como, por exemplo, a conciliação entre a vida laboral, familiar e pessoal apontada, anteriormente, no Quadro 03.

No que se refere à orientação sexual, a investigação revela que a grande maioria dos profissionais da educação básica, em Minas Gerais, se identifica como heterossexual¹⁵. A despeito da importância e necessidade de aprofundamento do debate sobre sexualidade e gênero nas instituições de ensino - a fim de contribuir para uma educação mais inclusiva -, Vieira et al. (2009) advertem que as relações sociais internas à escola são assinaladas por discursos que apelam à tradição. Neste sentido, ainda que impostos de forma tácita, social ou informal no processo de trabalho, tais discursos produzem efeitos sobre o desempenho e a identidade dos docentes, uma vez que impedem e/ou negam “que outras práticas de formação ou transformação habitem o processo educativo” (VIEIRA et al., 2009, p. 232). Molina e Figueiró (2012) defendem que a alternativa para eliminar o preconceito ligado à orientação sexual consiste em estimular, por meio da educação sexual, reflexões e discussões que conduzam à postura de igualdade e respeito entre os seres humanos. Contudo, pelo fato de sexualidade e gênero ainda representarem um tabu para pais e escolas, grande parte dos docentes, por medo de retaliações, prefere evitar o aprofundamento de tais discussões (MARADEI, 2019).

Vianna (2013) frisa que a inserção na carreira de magistério consiste em uma das primeiras áreas de trabalho para a mulher branca de classe média, dedicada aos estudos e portadora da feminilidade idealizada para a função, além de atuar, também, como protagonista da batalha pela ampliação da participação das mulheres na esfera

¹⁵ Dados do IBGE (2022) revelam que, entre os maiores de 18 anos, 98,4% se declararam heterossexuais, 1,2% homossexuais, 0,7% bissexuais, 1,1% não sabiam sua orientação sexual; 2,3% não quiseram responder; e 0,1% declararam outra orientação sexual.

produtiva. No mesmo sentido, Hirata et al. (2019) destacam que o característico profissional da educação é mulher e branca. Lauxen et al. (2017) advertem que se os papéis femininos já eram vistos como secundários em relação aos masculinos, em se tratando das mulheres negras, esses papéis são considerados ainda mais subalternizados em relação às mulheres brancas. Souza e Machado (2021, p. 291) detectaram, em sua pesquisa, que:

(...) a pouca presença ou quase ausência de mulheres negras no ambiente acadêmico, na condição de professoras e pesquisadoras, é um importante elemento que confirma a forte desigualdade sociorracial e de gênero no ensino superior, estendendo-se aos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Na mesma direção do estudo de Souza e Machado (2021), os dados aqui coletados evidenciam que o perfil da profissão é constituído, majoritariamente, por mulheres de classe média¹⁶ (58,53%), brancas (47,30%) e heterossexuais (97,13%). Tal cenário denota que, apesar das mudanças culturais e sociais observadas na contemporaneidade, a mulher de raça/cor preta ainda precisa vencer o racismo e a discriminação de gênero, inclusive para se inserir na profissão docente, uma vez que representa apenas 8,6% do total de docentes da educação básica, em Minas Gerais.

Segundo a UNESCO Brasil (2004), no que concerne ao estado civil, os docentes, em sua maioria, se declaram casados (55,1%), circunstância que não varia muito segundo o sexo. Os dados ora apurados revelam que a maior parte dos docentes pesquisados é casada (57%), reside com o(a) companheiro(a) (9%), ou pelo menos já passou pela experiência do casamento (9 % divorciados/as). A despeito da existência de novas composições familiares na contemporaneidade - que, de acordo com a UNESCO Brasil (2004, p. 48), são “reflexo das transformações na ordem global que afetam, ao mesmo tempo, a privacidade e a sociabilidade e dão origem a novos movimentos diversos” -, as informações coletadas no presente estudo evidenciam a prevalência do modelo heteronormativo de família dentro da classe docente.

¹⁶ Com base nos dados da PNAD e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), do IBGE, considera-se como pertencente à classe média a família cuja renda mensal per capita (por pessoa) esteja entre R\$667,87 e R\$3.755,76 (ALVARENGA e MARTINS, 2021).

No que diz respeito à renda total mensal, ainda que as informações apuradas se encontrem, relativamente, distribuídas, a maior parte dos docentes (28,7%) recebe, em média, entre dois e três salários-mínimos¹⁷ e a segunda parte mais representativa (26,7%) situa-se na faixa entre um e dois salários-mínimos. Tal resultado está em consonância com o piso salarial estabelecido pelo Governo Federal, em 2020, para os profissionais da rede pública da educação básica, em início de carreira, cujo valor é de R\$ 2.886,24 (BRASIL, 2020). Porém, a aferição de dados por gênero evidencia que, mesmo sendo minoria e exercendo idêntica função, a remuneração recebida pelos homens é, significativamente, maior que aquela recebida pelas mulheres.

Como a remuneração dos professores varia de acordo com o nível em que o profissional leciona, supõe-se que uma das justificativas plausíveis para esta disparidade possa estar atrelada ao fato de as mulheres atuarem de maneira mais intensa em níveis escolares iniciais, e, também, em função da proporcionalidade da quantidade de horas-aula semanais laboradas por professores e professoras, ou, ainda, das disciplinas ministradas. Todavia, Gorgiza et al. (2021, s/p) afirmam que “os homens têm salários médios mais altos que as mulheres, tanto na educação infantil quanto no ensino médio, de acordo com o Censo Escolar de 2020”. Segundo os autores, o salário médio mensal de uma professora da educação básica é de R\$3.294,00, ao passo que de um professor o salário é de R\$3.706,00. Tal cenário ratifica um dos princípios regentes da divisão sexual do trabalho apregoados por Hirata e Kergoat (2007): o da hierarquização, segundo o qual “um trabalho de homem ‘vale’ mais que um trabalho de mulher” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Ao dar continuidade ao delineamento do perfil dos docentes por gênero, o Quadro 05 reúne algumas informações educacionais. Em se tratando da escolaridade, o INEP/MEC (2021b) revela a clara evolução no grau de escolaridade dos docentes brasileiros. No comparativo entre 2016 e 2020, o número de pós-graduados passou de 34,6% para 43,4%, o que demonstra que o percentual de docentes pós-graduados da educação básica, em Minas Gerais (56,12%) encontra-se acima daquele detectado pelo INEP/MEC (2021b) para os docentes da educação básica, com pós-graduação, no Brasil (43,4%). Contudo, a aferição de informações por gênero revela a maior

¹⁷ Considerando-se o salário-mínimo vigente para 2021 de R\$1.100,00, (Medida Provisória nº 1.021, de 30/12/2020).

proporção de mulheres pós-graduadas (58,9%) contra 43,90% de homens pós-graduados.

Quadro 05 – Perfil de professoras e professores da educação básica da rede pública estadual, quanto às informações educacionais, Minas Gerais, 2022

Informações Laborais	Mulheres (1601 respondentes)	Homens (369 respondentes)
Nível de formação acadêmica	Especialização (pós-graduação) completa (58,90%)	Especialização (pós-graduação) completa (43,90%)
Número de instituições em que leciona	Uma instituição (58,53%)	Uma instituição (60,16%)
Etapas e/ou modalidades de ensino para as quais leciona	Ensino Fundamental (46,21%)	Ensino Médio (39,63%)
Turnos em que leciona	Manhã e Tarde (36,79%)	Manhã e Tarde (32,25%)

Fonte: Resultados da pesquisa.

No que é pertinente à quantidade de instituições de ensino, nas quais os profissionais da educação básica lecionam, os dados do Censo da Educação Básica 2007 (INEP/MEC, 2009) apontam que 80,9% dos docentes brasileiros trabalhavam em uma única escola, seguidos de 16% que atuavam em duas escolas. Vindo ao encontro destes dados, a presente pesquisa identificou que, em Minas Gerais, menos da metade dos docentes alega trabalhar para duas ou mais instituições (41%), reafirmando-se a predominância de docentes que trabalham em apenas uma escola (59%). A resultância apresentada está em consonância, também, com o estudo de Hirata et al. (2019), o qual detectou que, em 2017, no Brasil, a maior parte dos profissionais da educação lecionava em uma única escola (78,5%).

Em relação às etapas e/ou modalidades de ensino nas quais os docentes atuam, o INEP/MEC (2021b) destaca que, no ano de 2020, dentre os 2.189.005 professores registrados na educação básica brasileira, a maior parte estava alocada no ensino fundamental (63%), o correspondente a 1.378.812 docentes. Se analisado de forma geral, o cômputo das respostas ratifica a informação levantada pelo INEP/MEC (2021b), visto que 71,9% dos respondentes estão alocados no ensino fundamental, seguidos de

53%¹⁸ que lecionam no ensino médio, entretanto, o agrupamento das respostas por gênero revela que há a prevalência das mulheres no ensino fundamental (46,21%) e dos homens no ensino médio (39,63%).

Dados do INEP/MEC (2021b) apontam que, na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e nos anos finais, o universo docente é, predominantemente, feminino (96,4%, 88,1% e 66,8%, respectivamente), no entanto, a cada etapa do ensino regular, amplia-se a participação masculina, que representa 11,9% nos anos iniciais do ensino fundamental, 33,2% nos anos finais e chega a 42,2% no ensino médio. Segundo o INEP/MEC (2009), os dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2007 indicavam que, somente na educação profissional, é que se verificava predominância maior de professores do sexo masculino. Tal constatação vem a reforçar a afirmativa de Brabo (2005), no sentido de que a educação primária representa um contexto pouco atrativo aos homens. A UNESCO Brasil (2004) salienta que a destoante participação de homens e mulheres nas diferentes etapas de ensino leva ao questionamento sobre as razões para exercer a profissão. Sayão (2005) defende que a presença maior de professoras na educação de crianças menores está atrelada à concepção da mulher como possuidora de dons naturais para cuidar, o que acaba por vincular, principalmente, a educação infantil à uma vocação e não à uma profissão.

Em relação aos turnos de trabalho, nos quais os docentes da educação básica de Minas Gerais atuam (matutino, vespertino, noturno ou o misto destes), a pesquisa revela que, pelo menos, 45% dos respondentes atuam em dois turnos e 16% nos três turnos. Tal panorama vem sublinhar a afirmativa de Vidal (2020), no sentido de que as condições de trabalho advindas da feminização do magistério provocaram a desvalorização desta área de atuação pela sociedade, culminando em prejuízos salariais e sujeitando as docentes a extensas jornadas de trabalho. Estas profissionais se veem impelidas a dobrarem cargos e horários, no intuito de obter maiores remunerações.

¹⁸ As respostas foram agrupadas, considerando-se todas as modalidades de ensino, nas quais os docentes atuavam, sendo, na maior parte das respostas, para mais de uma modalidade. Por isso, a soma percentual das modalidades é superior a 100%.

A seguir, o Quadro 06 apresenta as informações domésticas/familiares relacionadas ao perfil por gênero. O número de filhos dos docentes é um dos itens que merece destaque frente ao peculiar contexto pandêmico, uma vez que a suspensão das redes de apoio social ocasionou a presença maior dos filhos em casa, circunstância demandante de mais cuidado, geradora de mais afazeres domésticos e redutora do tempo disponível destes/as profissionais para se dedicarem ao novo formato de docência requerido. A pesquisa revela que a maior parte das professoras (34,60%) possui dois filhos, enquanto, em relação aos professores, o estrato que se destaca é o daqueles que não possuem filhos (37,94%). Tal apuração sugere que, sob esta ótica, o desafio tenha sido maior para as docentes mães, em virtude dos papéis sociais atribuídos ao gênero, uma vez que as incumbências da esfera reprodutiva inerentes à educação e demais cuidados da família permanecem, em grande parte, sob a responsabilidade das mulheres (SOUSA e GUEDES, 2016).

Quadro 06 – Perfil de professoras e professores da educação básica da rede pública estadual, quanto às informações domésticas/familiares, Minas Gerais, 2022

Informações Familiares	Mulheres (1601 respondentes)	Homens (369 respondentes)
Número de filhos	Dois filhos (34,60%)	Não tem filhos (37,94%)
Idade dos filhos	Acima de 26 anos (27,08%)	Acima de 26 anos (27,08%)
Chefe de família	54,40%	54,20%
Média de filhos por chefe de família	1,86 filhos	1,94 filhos
Contratação de trabalhador(a) doméstico(a) - antes e depois da pandemia	53,15% jamais contratou os serviços de trabalhador(a) doméstico(a)	60,43% jamais contratou os serviços de trabalhador(a) doméstico(a)

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: A informação sobre a idade dos filhos foi computada de forma conjunta.

Em se tratando da idade dos filhos, o estrato geral predominante é o da faixa etária acima de 26 anos, fato em consonância com a presença significativa de docentes nas faixas etárias superiores aos 40 anos. A informação encontrada ratifica a tendência global de redução no número de filhos por mulher, que, no Brasil, tem acontecido de

forma progressiva (ROCHA, 2018, s/p). No país, a taxa de fecundidade¹⁹ diminuiu de 6,28 para 1,87 filhos (entre 1960 e 2010), e estima-se que, até 2030, o patamar seja de 1,5 filhos por mulher, ocasionando, também, a diminuição do tamanho médio das famílias brasileiras, que de 3,62, em 2008, passou para 3,07 pessoas, em 2018 (BRASIL, 2021). Rocha (2018, s/p) salienta que, à medida em que adquirem mais escolaridade e progredem na carreira, as mulheres optam por ter cada vez menos filhos e, não raro, têm menos filhos do que o desejado.

Brasil (2021) salienta que a queda nos níveis de fecundidade acarreta alterações significativas no padrão de crescimento da população e na distribuição etária, gerando, a longo prazo, repercussões econômicas e sociais advindas do envelhecimento acelerado da população. Os desafios de ordem econômica são inerentes à expansão da população economicamente inativa e os sociais, à instauração da crise do cuidado²⁰. Neste sentido, os dados relativos à idade dos filhos dos docentes apontam para a necessidade de aprofundamento de reflexões sobre o tema, uma vez que se constitui como variável importante para a compreensão do comportamento reprodutivo.

Em se tratando da responsabilização pela provisão e manutenção da casa e da família e do exercício de autoridade, no âmbito doméstico, o estudo revela que 54,37% dos docentes da educação básica, em Minas Gerais, exercem a função de chefes de família. Computando-se os dados por gênero, a resultância entre professoras e professores apresenta-se muito próxima: 54,4% e 54,2%, respectivamente. Fruto da necessidade financeira, do aumento da presença feminina no mercado de trabalho ou mesmo da mudança nos papéis familiares, fato é que a vida de uma mulher chefe de família, frequentemente, é marcada pelo excesso de trabalho, abrangendo tanto o trabalho doméstico não remunerado, quanto o trabalho voltado à aquisição de renda para o sustento da família (OLIVEIRA, 2014).

O Banco Mundial (2012) aponta que, nas ocasiões em que a mulher exerce maior controle sobre a renda do domicílio, mais investimentos em capital humano das crianças são realizados, gerando impactos positivos pujantes sobre o crescimento econômico. Vieceli (2020) aponta que, em 2019, 48,2% das famílias brasileiras eram

¹⁹ A taxa de fecundidade é a medida de quantos filhos, em média, as mulheres têm ao longo de sua vida reprodutiva.

²⁰ A crise do cuidado está relacionada à expansão da população de idosos, demandante de maior atenção e cuidados, em concomitância com a redução populacional das gerações mais novas.

chefiadas por mulheres, e 51,8% chefiadas por homens. Neste sentido, pode-se inferir que a evidência encontrada da profissão docente no estado mineiro, no que tange ao número de domicílios chefiados por mulheres (54,4%), seja superior à média nacional (48,2%).

Ao se buscar o compartilhamento da carga de atividades domésticas e de cuidado inerentes à esfera reprodutiva, a figura do(a) trabalhador(a) doméstico(a) remunerado representa uma importante rede de apoio social da qual grande parte das famílias brasileiras se utiliza, visto que, em 2019, a população ocupada em trabalhos domésticos era de 6,4 milhões de pessoas (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos - DIEESE, 2021). Entretanto, ainda que a atribulada rotina do professorado suscite a necessidade da mão de obra doméstica – face às múltiplas atividades intra e extraclases requeridas pela profissão (TEIXEIRA, 2009) -, o estudo demonstra que 53,15% das professoras jamais contou com o serviço de trabalhadores(as) domésticos(as), e uma parcela relevante (22,86%) deixou de contratá-lo, a partir da pandemia. Já entre os professores, ainda que 60,43% destes jamais tenha contratado tais serviços, 20,33% já o faziam, antes da pandemia, e optaram por mantê-lo, depois.

5.2 A DIVISÃO DE TAREFAS DOMÉSTICAS E DE CUIDADOS, INTRADOMICILIARES, MEDIANTE O CENÁRIO PANDÊMICO

Relativamente à divisão de tarefas domésticas e de cuidados, intradomiciliares, antes e depois da pandemia, a investigação por gênero apresenta resultados divergentes entre o nível de responsabilidade de professoras e professores por tais atividades. Conforme demonstrado na Tabela 02, a maior parte das docentes (39,34%) relatou que, antes da pandemia, os demais residentes do lar realizavam menos de 50% das tarefas, seguida de parcela significativa (31,83%) que alegou executar sozinha todo o conjunto de tarefas. A maioria dos docentes (36,42%) alegou que os demais residentes do lar assumiam mais de 50% das tarefas, seguida de 32,84% dos respondentes que informaram ter as tarefas divididas, de forma equânime, junto aos demais residentes do lar.

Tabela 02 – Divisão de tarefas domésticas e de cuidados intradomiciliares dos docentes, por gênero (antes e a partir da pandemia), Minas Gerais, 2022

Níveis de Divisão de Tarefas	Antes da Pandemia	
	Homens	Mulheres
Não havia divisão (eu fazia 100% do serviço)	12,84%	31,83%
Os demais residentes faziam menos de 50%	14,93%	39,34%
Os demais residentes faziam 50%	32,84%	22,13%
Os demais residentes faziam mais de 50%	36,42%	6,05%
Os demais residentes faziam 100%	2,99%	0,66%
Total	100%	100%
Níveis de Divisão de Tarefas	A partir da Pandemia	
	Homens	Mulheres
Não houve aumento da divisão (permaneceu como antes da pandemia)	19,20%	34,08%
A divisão aumentou em menos de 50%	45,82%	39,81%
A divisão aumentou em 50%	17,34%	15,47%
A divisão aumentou em mais de 50%	9,91%	8,32%
Os demais residentes passaram a fazer 100%	7,74%	2,32%
Total	100%	100%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Os dados coletados denotam que, face às construções sociais de gênero, a maior parte da carga de trabalho reprodutivo recai sobre os ombros femininos, sublinhando outro princípio organizador da divisão sexual do trabalho apregoado por Hirata et al. (2009): o da separação, segundo o qual existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres. Dados do IBGE (2020) destacam que, em 2019, no Brasil, mais de 146 milhões de pessoas acima de 14 anos de idade realizaram tarefas domésticas no próprio domicílio ou em domicílio de parentes, correspondendo à taxa de realização²¹ de 85,7%. Ademais, enquanto 92,1% das mulheres desempenharam alguma atividade doméstica, a proporção entre os homens foi de 78,6%.

No que tange à realidade vivenciada nos lares das docentes, em Minas Gerais, a partir da pandemia, a Tabela 02 retrata o crescimento, ainda que modesto, no nível de divisão das tarefas domésticas e de cuidados, com destaque para o estrato no qual os demais residentes faziam mais de 50% das tarefas (mudança de 6,05% para 8,32%).

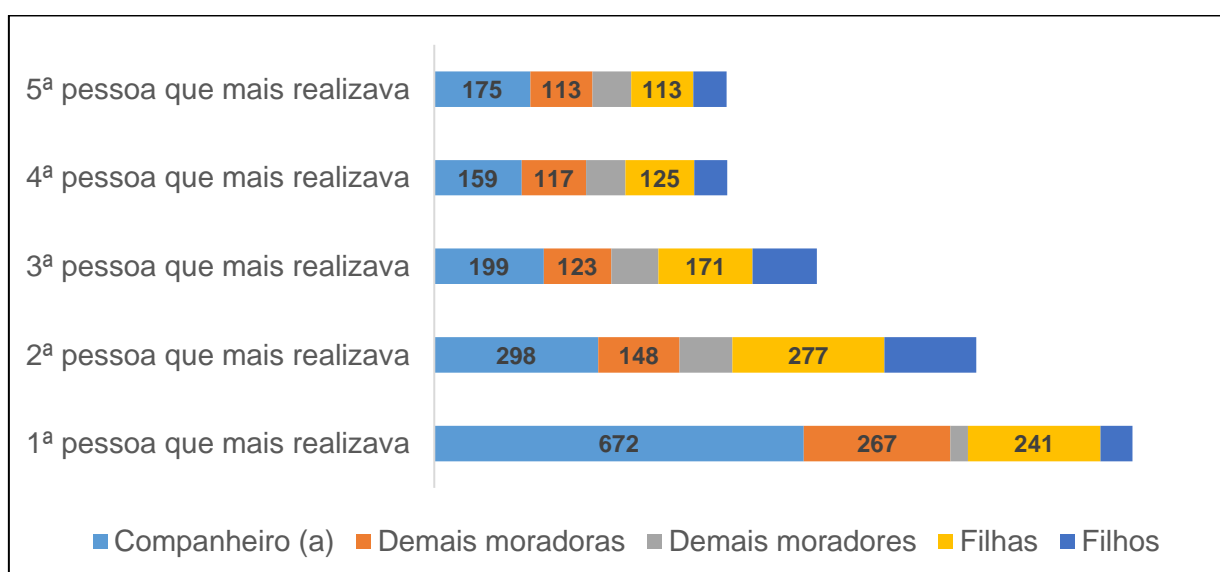
²¹ Taxa de realização é a parcela de pessoas de 14 anos ou mais de idade que realizaram alguma atividade, a exemplo de afazeres domésticos.

Situação semelhante também é observada em relação ao número de professoras que deixaram de se responsabilizar, integralmente, por tais atividades: o estrato, no qual os demais residentes faziam 100% das tarefas passou de 0,66% para 2,32%, a partir da pandemia.

Já, em se tratando dos lares dos professores, ao se confrontar os resultados anteriores e posteriores à pandemia (Tabela 02), constata-se a ampliação significativa de 14,93% para 45,82% na divisão de tarefas domésticas e de cuidados, ainda que se refira ao estrato denominado “a divisão aumentou em menos de 50%”. Desta forma, deduz-se que o reconhecimento, por parte dos demais residentes do domicílio, acerca da centralidade do cuidado e das responsabilidades domésticas, frente à crise sanitária global (ÁVILA et al., 2021), somado à amplificação das atribuições laborais dos/as docentes (COSTA E TOKARNIA, 2020), tenha contribuído para a tendência à divisão um pouco menos desequilibrada das tarefas intradomiciliares.

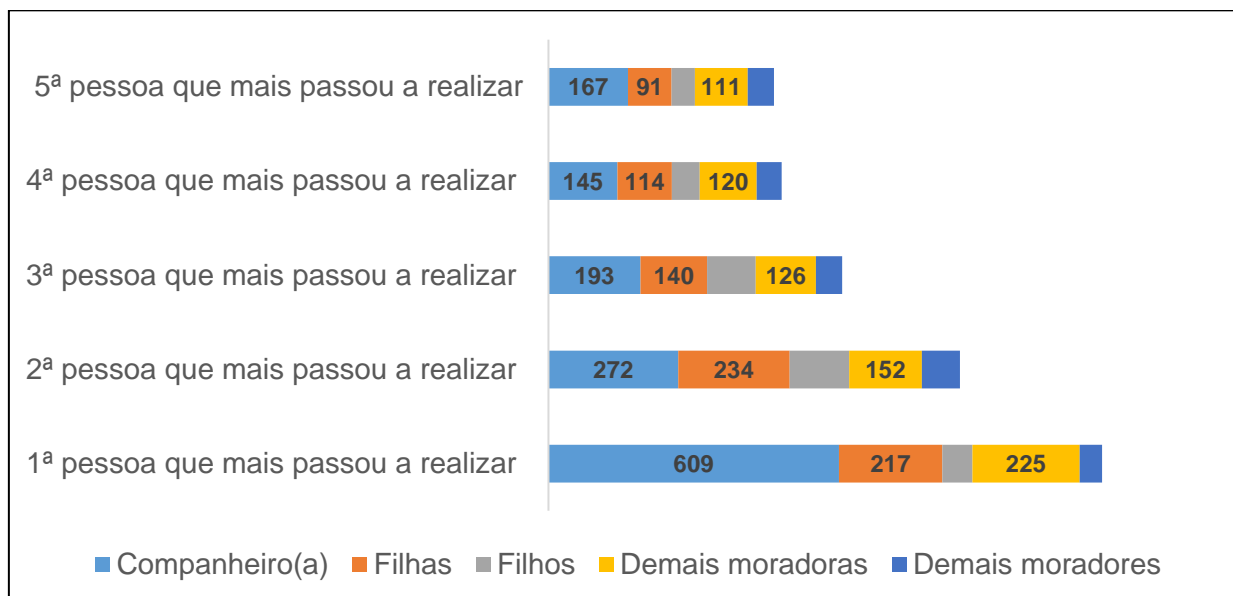
No tocante à personificação do(s) membro(s) da família ou demais residentes do lar que contribuem, em maior grau, com a divisão de tarefas domésticas e de cuidado, antes e depois da pandemia, as Figuras 02 e 03 apontam que, de modo geral, os/as companheiros/as dos/as docentes absorviam (e seguiram absorvendo) significativa parcela destas tarefas, seguidos das filhas mulheres.

Figura 02 – Pessoa que mais contribuía na divisão de tarefas domésticas e de cuidado (antes da pandemia), Minas Gerais, 2022



Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 03 – Pessoa que mais contribui na divisão de tarefas domésticas e de cuidado (a partir da pandemia), Minas Gerais, 2022



Fonte: Resultados da pesquisa.

Tal evidência comunga com a análise por condição no domicílio, realizada pelo IBGE (2020), na qual foi constatado que os filhos ou enteados apresentavam taxas menores de realização de afazeres domésticos, se comparados aos cônjuges ou companheiros(as). Desta forma, a análise do tempo dedicado aos afazeres domésticos revela que, além do gênero, a condição na família e os formatos de arranjos familiares constituem-se em importantes fatores na discussão mais ampla acerca de trabalho e uso do tempo.

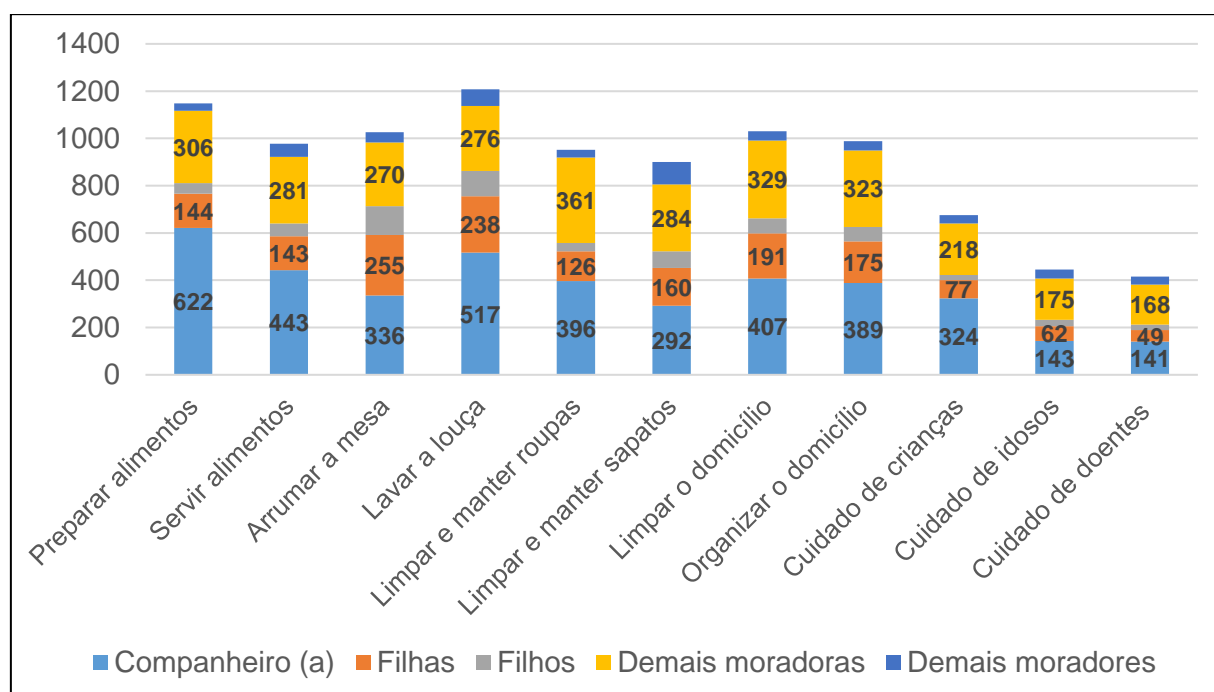
Fontoura e Araújo (2016) enfatizam que, embora as 24 horas que compõem o dia seja comum para todas as pessoas, o uso que os homens e as mulheres fazem do tempo de trabalho – dividido entre as esferas de produção e reprodução -, é, consideravelmente, diferente. O trabalho gratuito de reprodução realizado, predominantemente, pelas mulheres, requer a disponibilidade constante do uso do tempo feminino. De acordo com Hirata (2009), além da mobilização de habilidades físicas, sua realização demanda, também, significativa carga mental relacionada às dimensões psíquicas e emocionais de atividades tipicamente contínuas e repetitivas.

Nesse caminho, tomando-se por base o conceito de desenvolvimento trazido por Amartya Sen (2010) - o qual consiste no processo de expansão das liberdades para

todas as pessoas -, infere-se que o tempo empreendido pelas mulheres na realização das tarefas inerentes à esfera reprodutiva ocasiona a escassez de tempo disponível para se dedicarem a outras atividades. Este tempo poderia ser empreendido na aquisição ou aprimoramento de suas capacidades de modo a lhe proporcionar maior autonomia e liberdade. Em outras palavras, a privação de tempo feminina, oriunda da divisão sexual do trabalho, atua como obstáculo ao seu desenvolvimento pessoal e econômico, o qual resulta na diminuição de sua liberdade para fazer as escolhas que melhor lhe aprouver e na contramão de seu empoderamento.

Em relação às atividades domésticas e/ou de cuidados com as quais os demais residentes do lar contribuem, em maior grau, as Figuras 04 e 05 destacam que, tanto antes, como a partir da pandemia, estas se relacionavam (e permaneceram relacionando-se) à preparação de alimentos, seguida da lavagem de louças.

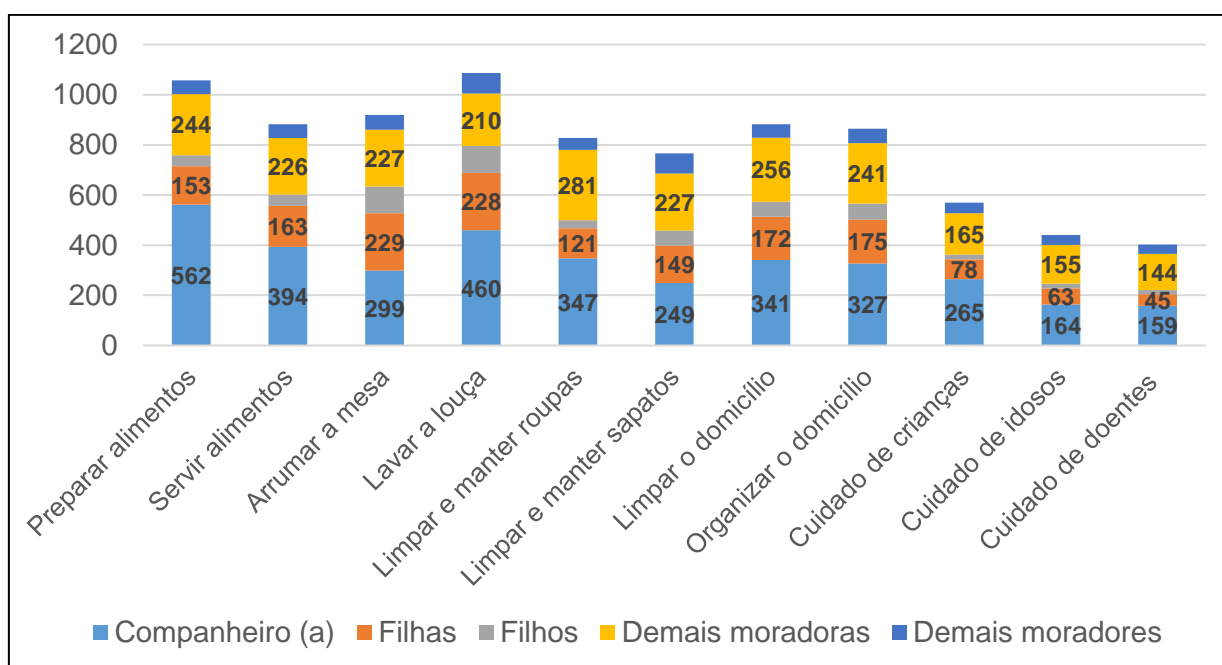
Figura 04 – Tarefas domésticas e de cuidado com as quais os demais residentes do lar mais contribuíam (antes da pandemia), Minas Gerais, 2022



Fonte: Resultados da pesquisa.

Na totalidade da apuração da divisão de cada tarefa doméstica entre os residentes do domicílio, destaca-se a prevalência do(a) companheiro(a) como a pessoa que mais contribuía (e seguiu contribuindo). Tal apuração corrobora com o estudo do IBGE (2020), o qual identificou que, em 2019, a tarefa doméstica mais executada pelos indivíduos relacionava-se à alimentação, vinculada ao ato de preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar a louça (81,0%).

Figura 05 – Tarefas domésticas e de cuidado com as quais os demais residentes do lar mais contribuem (a partir da pandemia), Minas Gerais, 2022



Fonte: Resultados da pesquisa.

No caso das docentes, o efeito apurado poderia se pautar na presença maior dos companheiros e/ou maridos dentro do lar, face ao isolamento social (fato que culminou em mais horas disponíveis destes), no entanto, esta já era a realidade relatada pelas docentes, antes da pandemia. Tal fato vem a ensejar a tendência à maior conscientização e aderência, por parte dos homens, às responsabilidades domésticas e de cuidados.

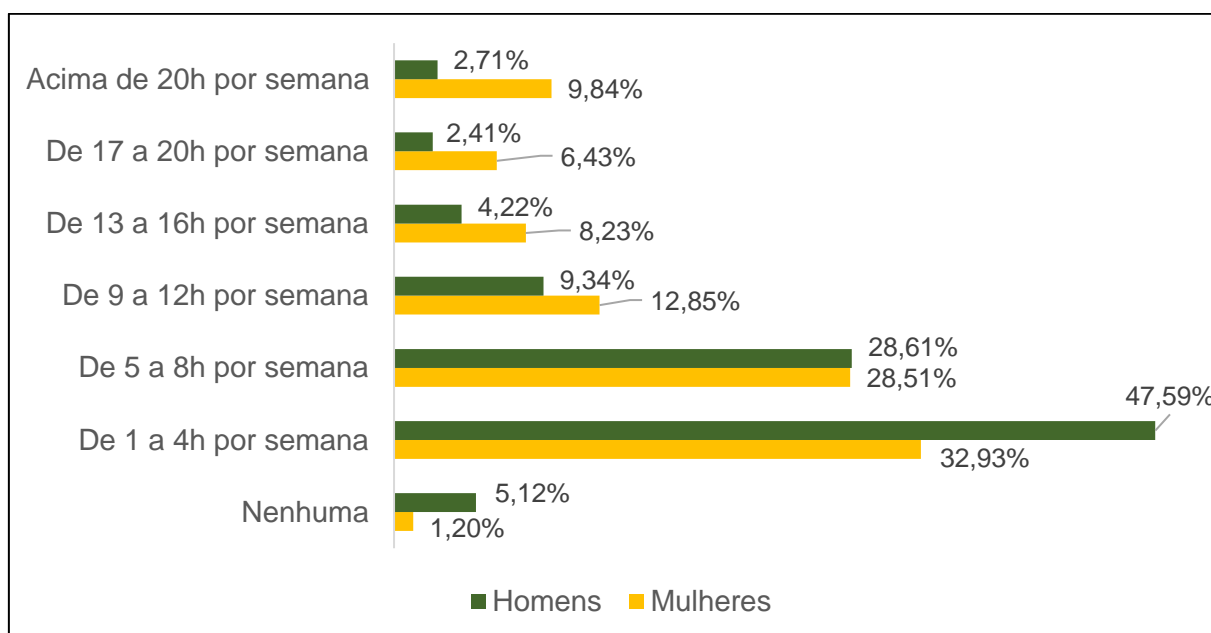
Ainda assim, de acordo com a análise do tipo de afazer doméstico, por condição no domicílio, feita pelo IBGE (2020), o volume de afazeres domésticos realizados pelos homens se equipara ao volume realizado pelas mulheres, apenas, quando estes residem sozinhos. Ramos (2009) preconiza que as mulheres que residem com maridos

e/ ou companheiros realizam uma carga maior de trabalho doméstico não remunerado, se comparadas àquelas que moram sozinhas, ainda que o casal não tenha filhos.

Ramos (2009) enfatiza que a investigação acerca de como os indivíduos fazem uso de seu tempo, fracionando esse escasso recurso entre diferentes atividades, pode explicar importantes formas de desigualdade, em termos de gênero e raça. Conforme ressaltado pelo Banco Mundial (2012), as diferenças de acesso às oportunidades econômicas entre os gêneros, se devem, parcialmente, às assimetrias no uso do tempo, resultado de condutas profundamente enraizadas na divisão da responsabilização pelos cuidados e trabalhos domésticos.

Em se tratando do número de horas semanais que os/as docentes dedicavam às atividades domésticas e/ou de cuidado, antes da pandemia, em que pese a segregação de dados por gênero, apresentar informações semelhantes acerca do estrato predominante (1 a 4 horas por semana), é significativa a discrepância entre o número de professoras e professores que despendiam mais de 20 horas semanais na realização de tais atividades (Figura 06).

Figura 06 – Número de horas semanais dedicadas às tarefas domésticas e de cuidado (antes da pandemia) – Homens e Mulheres docentes, Minas Gerais, 2022



Fonte: Resultados da pesquisa.

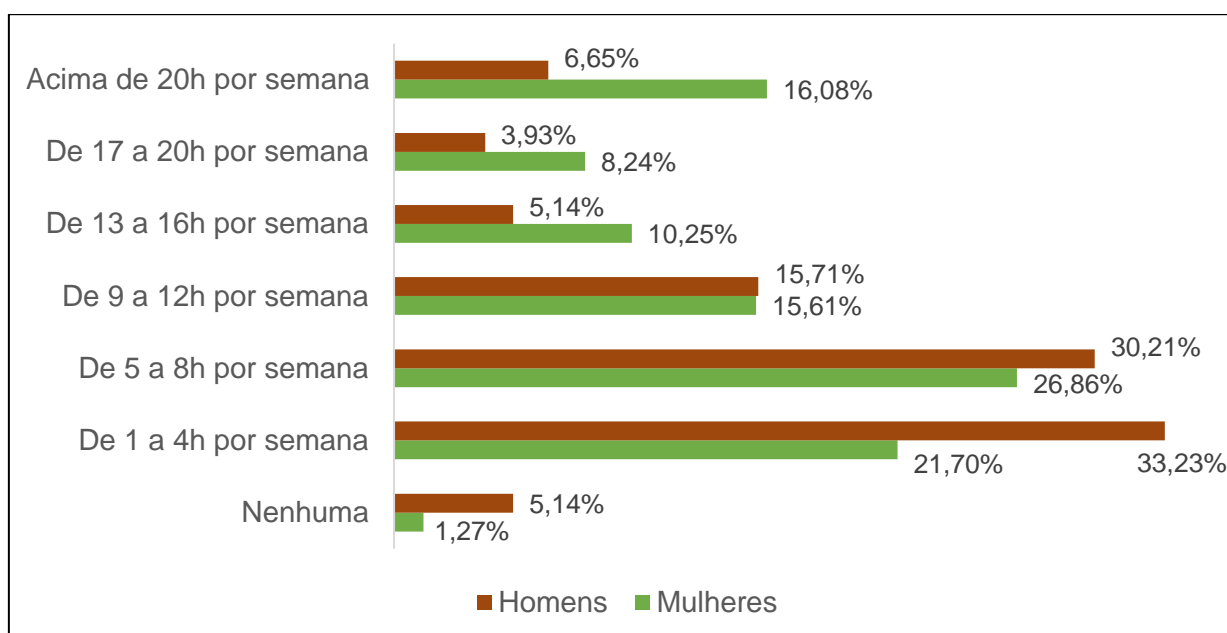
Baseando-se em dados da PNAD Contínua, Villas Bôas (2020) salienta que, em 2019, mesmo inseridas no mercado de trabalho, as mulheres cumpriam, em média, a jornada semanal intradomiciliar de cuidados da casa e das pessoas da família de 18,5 horas e os homens de 10,4 horas. Tal fato evidencia, indiscutivelmente, a assimetria no uso do tempo entre homens e mulheres. Desse modo, ratifica-se a afirmativa de Sousa e Guedes (2016), no sentido de que, embora a diminuição das fronteiras entre as esferas produtiva (socialmente, atribuída aos homens) e reprodutiva (atribuída, socialmente, às mulheres) tenha propiciado maior participação das mulheres nas fronteiras públicas, tal fenômeno não fora acompanhado da revisão dos limites inerentes às responsabilidades femininas, no âmbito privado. Em outras palavras, as obrigações relativas à reprodução da família, tais como o cuidado e a educação permanecem, em grande parte, como atribuições delegadas às mulheres.

A execução do trabalho reprodutivo demanda esforço físico e mental, além de significativa parcela de tempo diário, entretanto, ainda que tal trabalho seja fundamental para a economia do país – tendo em vista que, para que uma pessoa tenha condições de se inserir no mercado produtivo, é necessário que outra fique em casa para gerenciar o lar -, a sociedade permanece sem valorizá-lo e remunerá-lo. No mais das vezes, o que se percebe é que esta dinâmica de responsabilização culmina na abdicação da vida profissional pela mulher em nome da família. Na ausência de políticas públicas capazes de elucidar tal questão, este é o panorama que, comumente, prevalece e a incapacidade de se pagar por serviços que subsituam a oferta de políticas, pelo Estado, vem a piorar esta situação.

Mediante esta realidade, o Banco Mundial (2012) preconiza que o enfrentamento da desigualdade de gênero – representada, neste contexto, pela assimétrica divisão sexual do trabalho - é um dos pilares fundamentais para o alcance do desenvolvimento, uma vez que as mulheres representam mais de 40% da força de trabalho mundial, mais de 50% dos estudantes universitários e, em todas as regiões do mundo, elas vivem mais do que os homens. Assim, ao fomentar a elevação da produtividade e a melhoria de outros aspectos do desenvolvimento, a igualdade de gênero consiste, também, em uma política econômica inteligente (Banco Mundial, 2012).

No que concerne aos efeitos da pandemia sobre o tempo social das docentes em termos de ampliação das responsabilidades intradomiciliares, concomitantemente, aos novos papéis assumidos pelo professorado, vale observar a Figura 07.

Figura 07 – Número de horas semanais dedicadas às tarefas domésticas e de cuidado (a partir da pandemia) – Homens e Mulheres docentes, Minas Gerais, 2022



Fonte: Resultados da pesquisa.

Sob este aspecto, fica evidente a expansão considerável (6,24%) no estrato de professoras mineiras que, a partir da pandemia, passaram a despende acima de 20 horas semanais na execução das atividades domésticas e/ou de cuidados. Este acréscimo é também observado no estrato de professores que passaram a dedicar de 9 a 12 horas semanais na realização destas tarefas, 6,37% do total.

Sob este prisma, constata-se que o cenário pandêmico acarretou, de fato, o alargamento do volume de trabalho doméstico e de cuidados dentro dos lares dos profissionais da educação básica, em Minas Gerais. O panorama identificado evidencia o quanto a atual divisão sexual do trabalho ainda oprime e sobrecarrega as mulheres, em função da considerável parcela de tempo dedicado às atividades domésticas e de cuidado.

Ao discutirem os impactos da pandemia COVID-19 sobre a divisão sexual do trabalho, em relação à alocação de tempo nos afazeres domésticos e de cuidado,

Garcia e Marcondes (2020) evidenciam a existência de significativo diferencial entre os gêneros e classes sociais, no que se refere à realização de afazeres domésticos e de cuidados. As autoras salientam que o isolamento social resultou no crescimento maciço do trabalho doméstico, especificamente, no que se refere à limpeza, manutenção e preparo de refeições. O fechamento de escolas ampliou a necessidade de cuidados inerentes a atividades recreativas e de atenção às crianças. O ensino remoto também representou um desafio em relação à necessidade de acompanhamento e orientação das atividades educacionais. A ausência de uma distribuição mais igualitária destas tarefas, na organização doméstica, aponta para uma sobrecarga ainda maior para as mulheres (GARCIA e MARCONDES, 2020).

Medeiros e Pinheiro (2018) salientam que a maneira como os indivíduos alocam seu tempo entre atividades diversas determina, em grande parte, sua polivalência e eficiência. Contudo, em virtude dos diversos papéis sociais assumidos pela mulher: donas de casa, esposas, mães e profissionais – e, por vezes, todos estes, simultaneamente -, infere-se que tal polivalência se traduza em desvantagem ou prejuízo para o gênero feminino, uma vez que, mesmo ao assumir novos papéis, sobre as mulheres ainda recaem velhas exigências (BONA, 2017).

Ao se calcular o fardo que o trabalho doméstico representa na realidade da mulher docente, identifica-se que não se trata de um trabalho comum, “mas sim a representação de uma manipulação e violência promovida, não apenas pelas novas relações espaço-temporais que a pandemia impôs, mas antes e basilamente, pelo capitalismo” (SOUZA e MACHADO, 2021, p. 293). Santos e Oliveira (2010) salientam que o sistema capitalista tira proveito da opressão feminina, tanto do ponto de vista ideológico, por meio da reprodução do papel conservador da família e da mulher, quanto da perspectiva de sua inserção precária e subalterna no mercado de trabalho.

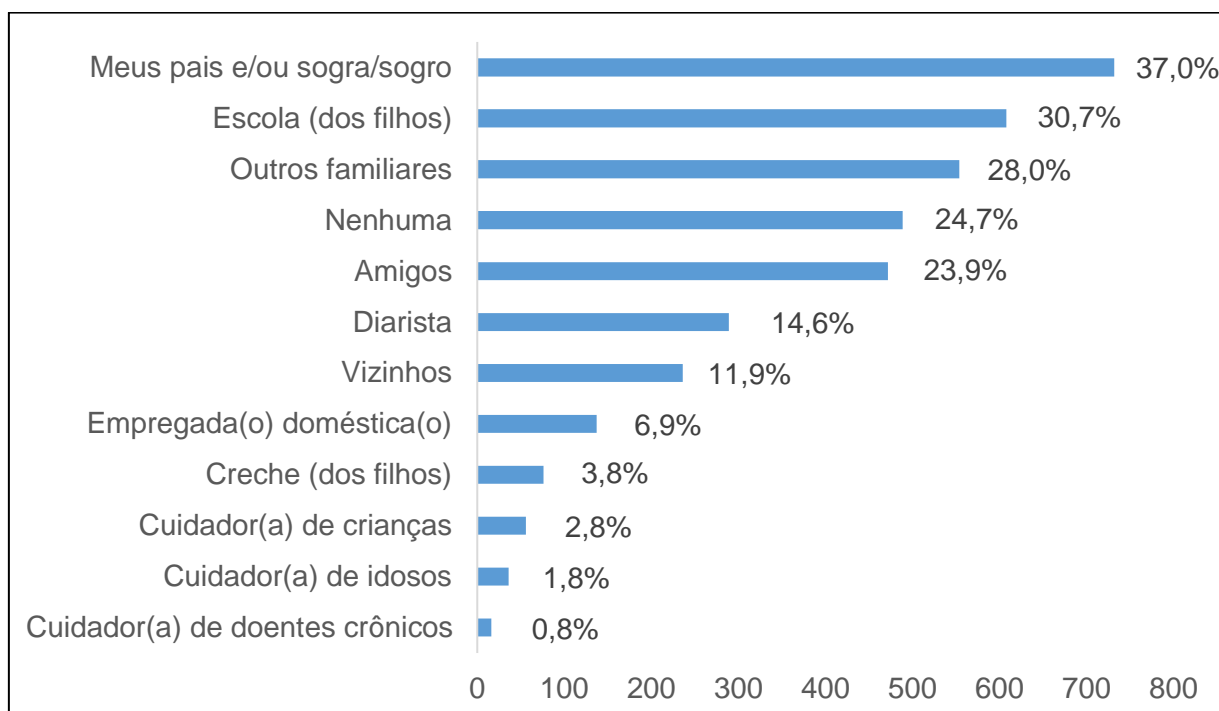
Em pesquisa realizada nos Estados Unidos, entre fevereiro e abril de 2020, Collins et al. (2020) avaliaram como casais heterossexuais com filhos ajustaram seu horário de trabalho, no decorrer da pandemia. Os autores fornecem, em seu estudo, evidências iniciais de que a crise pandêmica acentuou as desigualdades de gênero entre 20% a 50%, uma vez que as mães reduziram sua jornada de trabalho produtivo cerca de quatro a cinco vezes mais que os pais, para atender às novas demandas de cuidados com os filhos pequenos. Resultado que denota o quanto as horas de trabalho

produtivo das mães são mais vulneráveis a reduções que as dos pais, quando ambos estão empregados.

Souza e Machado (2021) acentuam que a abrupta modificação na dinâmica do cuidado, a partir da pandemia, fez com que as atividades de lavar, arrumar, organizar e cuidar passassem a ser individualizadas e assumidas, integralmente, pelas mulheres, docentes e mães, dentro dos lares, dada a impossibilidade de continuarem contando com as redes de apoio, presentes, outrora. Afinal, enquanto atuavam na docência e pesquisa, as professoras dispunham, de maneira presencial, de uma rede de apoio composta por familiares, amigas, empregadas domésticas e/ou diaristas para a realização dos trabalhos domésticos.

Em se tratando das principais redes de apoio social, a Figura 08 atesta que os pais e/ou sogros, a escola dos filhos e os outros familiares representam, nesta ordem, os esteios mais importantes, com os quais os/as docentes contavam, antes da pandemia.

Figura 08 – Redes de apoio social dos docentes da rede pública básica, Minas Gerais, 2022



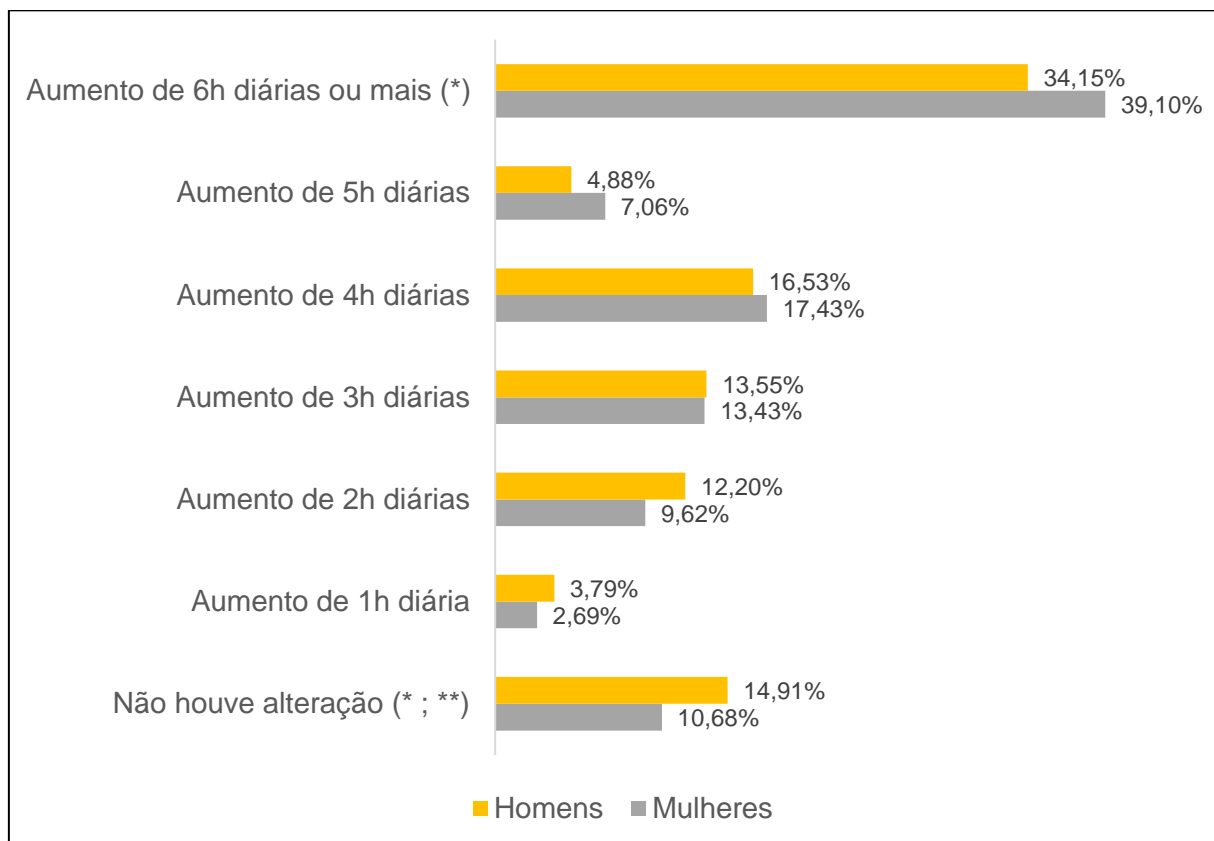
Fonte: Resultados da pesquisa.

Segundo Garcia e Marcondes (2020, p. 14), era esperado que, a partir da pandemia, as tarefas de cuidado se acentuassem, uma vez que “parte do cuidado de crianças era realizado nas escolas ou em outros espaços e os idosos também requerem uma maior atenção por pertencerem ao grupo de risco”. Desta feita, em virtude das atribuições, socialmente, designadas às mulheres, depreende-se que a suspensão das redes de apoio social agudizou, principalmente, o desafio enfrentado pelas docentes mães, na pandemia.

5.3 IMPACTOS DA PANDEMIA SOBRE A JORNADA DE TRABALHO DOCENTE

No que diz respeito aos efeitos da pandemia sobre a jornada diária de trabalho docente, a Figura 09 acentua que, a maior parte dos docentes, de ambos os gêneros, (39,10% mulheres e 34,15% homens) relata ter experimentado a elevação de 6 horas ou mais no total de horas trabalhadas. Já o percentual de 17,43% mulheres e 16,53% homens afirma ter ocorrido a ampliação de 3 horas diárias.

Figura 09 – Jornada diária de trabalho docente, por gênero, durante a pandemia, Minas Gerais, 2022²²



Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota:

*, **, ***: estatisticamente diferentes a 5%, 2,5% e 1% de significância, respectivamente.

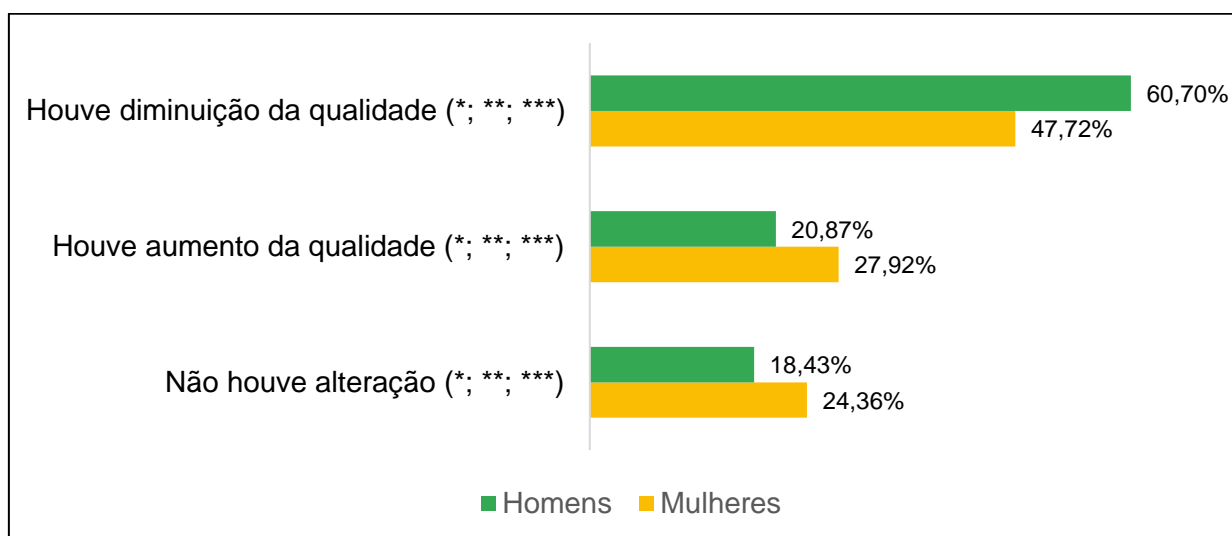
Fato é que, de forma geral, apenas, 11,43% dos respondentes consideram não ter ocorrido alterações em sua jornada diária de trabalho, ou seja, o percentual significativo de 88,57% alega ter sofrido a expansão da jornada diária de trabalho docente, em razão da pandemia. Nesse raciocínio, em virtude do caráter eminentemente feminino da classe docente da Educação pública básica, em Minas Gerais, depreende-se que as mulheres foram as mais afetadas pelos efeitos da pandemia. Estas absorveram tanto o acréscimo de volume de trabalho doméstico e de cuidados, na esfera reprodutiva, quanto a elevação do volume de trabalho docente, na esfera produtiva, acarretando, conseqüentemente, significativo acréscimo em sua

²² Informações detalhadas sobre os Testes de Hipótese entre as Proporções no Apêndice C.

jornada total de trabalho e culminando no crescimento da escassez de tempo para se dedicar a outros domínios importantes da vida, relacionados ao bem-estar.

Em se tratando da percepção da qualidade do trabalho, por meio das aulas remotas, a Figura 10 aponta que 60,70% dos professores e 47,72% das professoras considera ter ocorrido diminuição da qualidade de seu trabalho. Em sentido contrário, 20,87% dos professores e 27,92% das professoras afirmam que houve elevação da qualidade do trabalho desenvolvido. Tal resultância indica que as professoras demonstraram maior empenho tanto para que não houvesse diminuição da qualidade do trabalho docente desenvolvido em formato remoto, como também para que houvesse ampliação da mesma.

Figura 10 – Qualidade do trabalho docente, por gênero, durante a pandemia, Minas Gerais, 2022



Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota:

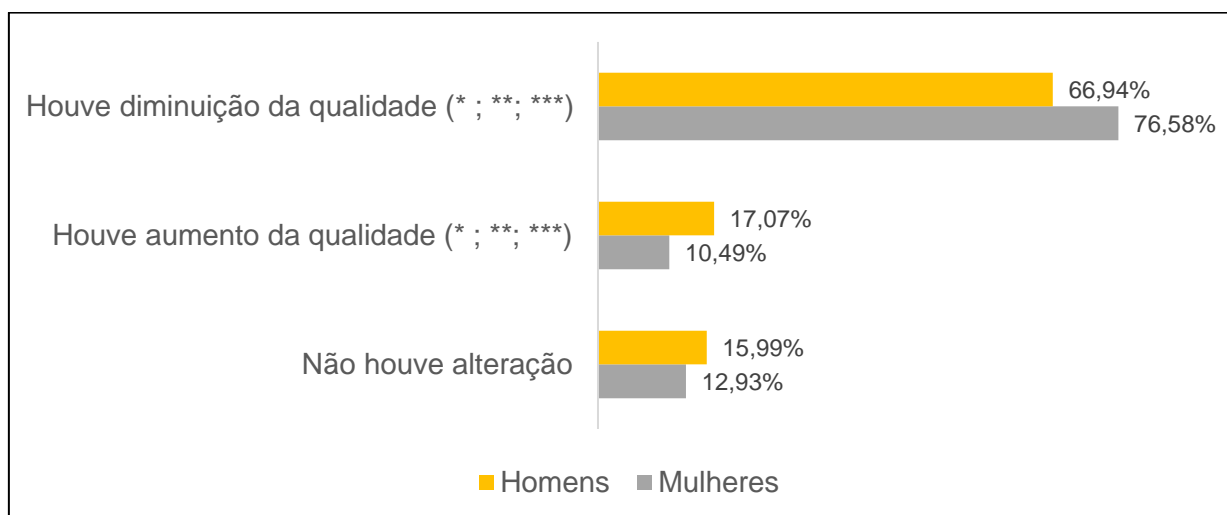
*, **, ***: estatisticamente diferentes a 5%, 2,5% e 1% de significância, respectivamente.

Sobre isso, Souza e Machado (2021) salientam que, neste cenário inédito, às mulheres foi imposto o desafio árduo de gerir, com maior eficiência, a relação tempo-espço, da qual se origina a sobrecarga de trabalho. Por esse ângulo, com base nas informações coletadas, infere-se que a diminuição da qualidade do trabalho docente desenvolvido esteja atrelada ao acúmulo das novas responsabilidades educacionais,

somado à expansão do volume de tarefas domésticas e de cuidados, no cenário pós-pandemia.

Nesta linha de raciocínio, constata-se que a maior pobreza de tempo da mulher docente, no decorrer da pandemia, além de ter afetado, negativamente, a qualidade do trabalho desenvolvido, culminou, também, na privação do tempo dedicado ao autocuidado, conforme evidenciado na Figura 11. Em relação ao tempo empreendido pelos docentes no atendimento das necessidades do corpo e da mente (com horas de lazer, atividades físicas e sociais), no decorrer da pandemia, o estudo evidencia que, de forma geral, para a maior parte dos respondentes (74,72%), houve diminuição do tempo para o autocuidado. Por outro lado, 11,78% destes alegam ter experimentado alargamento do tempo para se cuidar. A investigação por gênero indica que as mulheres foram as mais prejudicadas tanto em relação à diminuição do tempo para o autocuidado (9,64% a mais que os homens), quanto ao menor aumento deste (6,58% a menos que os homens).

Figura 11 – Qualidade do tempo de autocuidado dos docentes, por gênero, durante a pandemia, Minas Gerais, 2022



Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota:

*, **, ***: estatisticamente diferentes a 5%, 2,5% e 1% de significância, respectivamente.

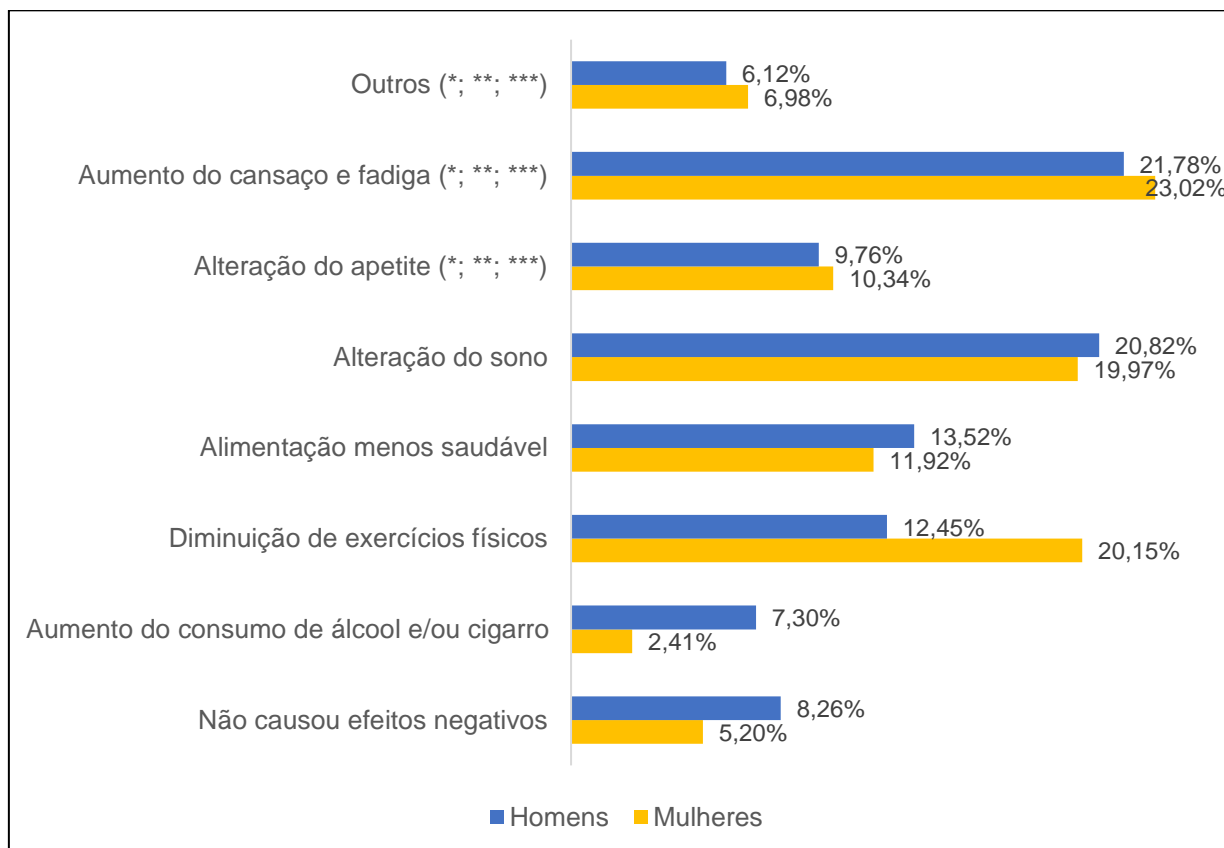
Em que pese as possíveis mudanças benéficas advindas do contexto pandêmico, em relação ao uso de novas tecnologias na reestruturação do sistema de

ensino, a despeito da exclusão digital presente, Vidal (2020, p. 101) ressalta que tais mudanças “deixam muitas falhas no que se refere ao material humano”, uma vez que o tempo necessário para o aprendizado, a prática e a aplicação das novas ferramentas exigidas pelo ensino remoto era um recurso do qual os docentes, praticamente, não dispunham.

Na perspectiva de Vidal (2020), em virtude de passarem mais tempo comprometidas com o trabalho doméstico e de cuidados, as mulheres dispõem de menos tempo para se dedicarem ao autocuidado e ao crescimento pessoal. Pessoa et al. (2021) detectaram, em seu estudo, que a qualidade de vida das docentes foi afetada, negativamente, à medida em que o ensino passou a ser realizado, dentro do lar, misturando-se aos afazeres domésticos, aos cuidados da família e de si, gerando, nestas, sensação maior de sobrecarga de tarefas.

Em se tratando da percepção dos docentes acerca dos efeitos do trabalho remoto sobre sua saúde física, cabe observar a Figura 12.

Figura 12 – Efeitos do trabalho remoto sobre a saúde física dos docentes, por gênero, no decorrer da pandemia, Minas Gerais, 2022



Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota:

*, **, ***: estatisticamente diferentes a 5%, 2,5% e 1% de significância, respectivamente.

Pode-se salientar que, dentre as principais consequências, os respondentes alegam ter sofrido, em maior grau, da intensificação do cansaço e fadiga, seguido da diminuição de exercícios físicos. O resultado aponta que, também, nestes quesitos, as mulheres foram mais afetadas que os homens. O estudo realizado por Alvarenga et al. (2020) junto a professores das redes públicas e privadas de ensino, no Brasil, detectou que, diante do cenário pandêmico, a reformulação dos métodos de ensino - com a transição do meio presencial para o ensino à distância - fez com que a qualidade de vida dos docentes fosse demasiadamente afetada, especialmente, no que se refere aos aspectos sociais e ambientais.

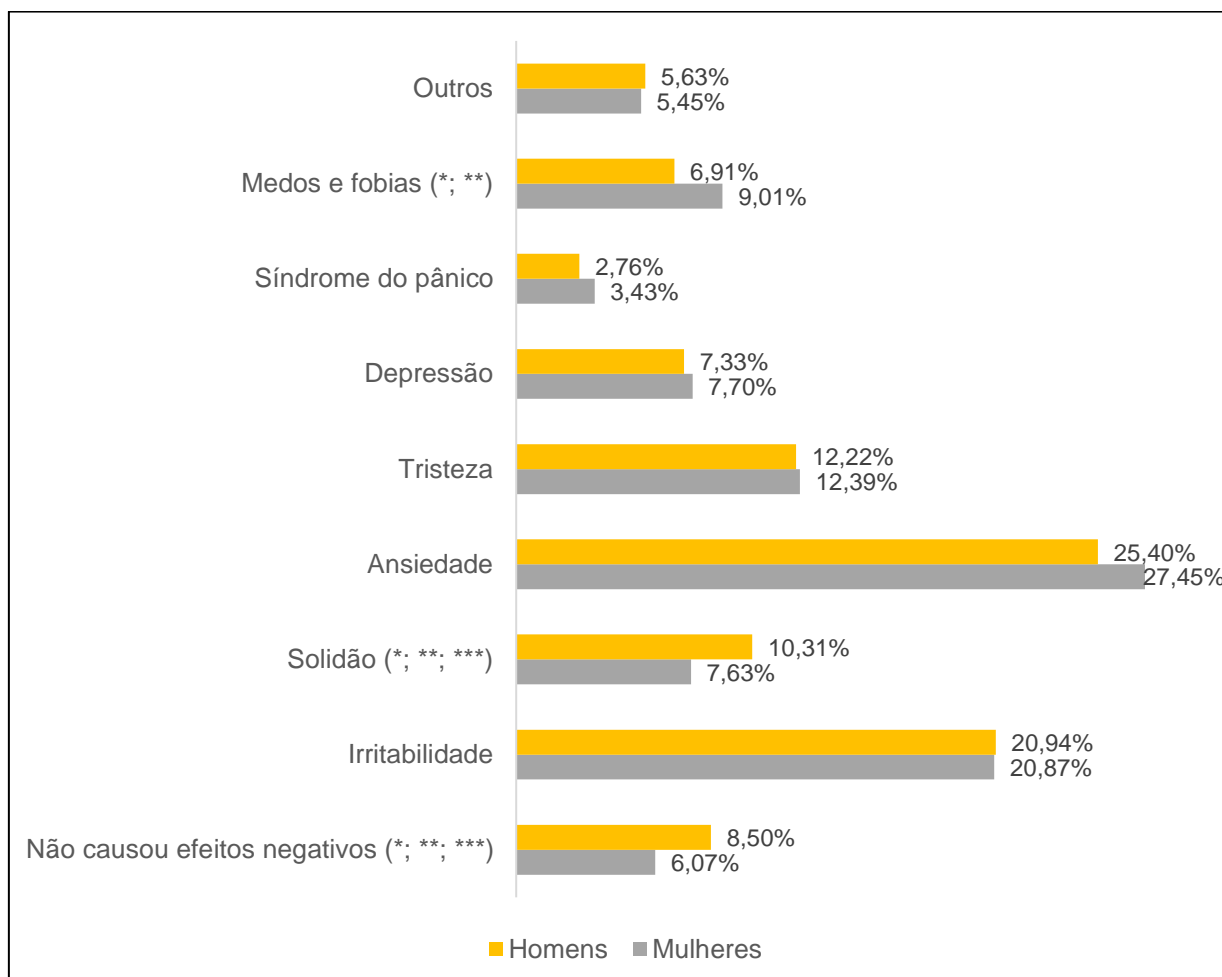
Souza e Machado (2021) ressaltam que o trabalho docente realizado de forma remota, somado ao labor doméstico, às tarefas de cuidado e ao auxílio aos filhos com

o ensino virtual, é dispendioso. As autoras detectaram que tal realidade tem acarretado desgastes de ordem física, emocional e psicológica às docentes e que os aspectos inerentes à pesquisa e à atenção aos filhos tornam-se pendentes, secundarizados (SOUZA E MACHADO, 2021).

Alvarenga et al. (2020) ressaltam que, diante do isolamento social recomendando pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como medida de contenção para a propagação do vírus, algumas perturbações mentais são inevitáveis. Estas se referem aos impactos inerentes à privação do convívio social, visto que, ao enfrentarem uma crise, os seres humanos, geralmente, suportam um misto de emoções negativas, pois a demasiada incerteza gerada por um contexto de crise acentua o temor, a ansiedade e a fobia.

Nesse caminho, no que concerne à percepção dos profissionais da educação básica acerca dos efeitos do trabalho remoto sobre sua saúde mental, a Figura 13 aponta que, dentre os principais sintomas, os respondentes afirmam ter padecido, em maior grau, de ansiedade, seguido de irritabilidade e, em terceiro lugar, do sentimento de tristeza. A pesquisa aponta que mulheres foram acometidas em maior grau com os sintomas de ansiedade e medos/fobias do que os homens. Dentre aqueles que alegaram não ter sofrido nenhum efeito negativo sobre sua saúde mental, o percentual de homens foi superior ao de mulheres. Troitinho et al. (2021) detectaram, em seu estudo, que o trabalho desenvolvido de forma remota, ao conflitar com as atividades domésticas, produziu mal-estar e sofrimento psicológico aos docentes da educação básica, observando-se um efeito maior sobre as professoras, em função do volume de trabalho doméstico.

Figura 13 – Efeitos do trabalho remoto sobre a saúde mental dos docentes, por gênero, no decorrer da pandemia, Minas Gerais, 2022



Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota:

*, **, ***: estatisticamente diferentes a 5%, 2,5% e 1% de significância, respectivamente.

Conforme preconizado por Vidal (2020), o descomedimento inerente à sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados suportada pelas mulheres origina-se de convicções enraizadas em condutas e comportamentos peculiares de uma sociedade baseada no modelo patriarcal de família, o qual tem afetado, substancialmente, a vida e a condição da mulher. Pessoa et al. (2021) frisam que, para a maior parte das docentes, a forma remota de ensino provocou desordem e acúmulo de responsabilidades superior ao exigido pelo cotidiano de trabalho presencial. Nessa

direção, torna-se incontestável o sentimento de sobrecarga e o conflito em função dos diversos papéis desempenhados.

Com base em todo o exposto, dentre os principais resultados, destacam-se: a validação quanto à maior responsabilização dada à mulher pelas tarefas domésticas e de cuidados, em detrimento aos demais moradores homens, tanto antes, como depois da pandemia; o alargamento do número de horas de trabalho dedicadas às esferas produtiva e reprodutiva, a partir do cenário pandêmico; os efeitos negativos maiores sobre as professoras, em relação à qualidade do trabalho docente, ao tempo para o autocuidado, à saúde física e à saúde mental, frente às novas atribuições requeridas ao professorado.

Em última instância, conforme preconiza a abordagem das capacitações de Sen (2010), a expansão das liberdades representa o fim e o meio do desenvolvimento. Assim, infere-se que o cenário de pobreza de tempo, ora encontrado, contribui para o cerceamento prático da real situação de liberdade da mulher e acaba por obstaculizar a evolução plena de suas capacidades, o que ocasiona maior hiato no bem-estar entre homens e mulheres.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou problematizar o agravamento da precarização do tempo social dos professores da educação pública básica, no estado mineiro, face ao aumento das responsabilidades intradomiciliares, somadas às novas incumbências requeridas ao professorado - frutos de uma crise pandêmica sem precedentes, iniciada em 2020. O resultado apurado veio a ratificar a hipótese de que as novas atribuições e papéis dos docentes da educação básica, advindos da pandemia e do ensino remoto, afetaram, sobremaneira, a utilização de seu tempo social e, conseqüentemente, sua qualidade de vida, em especial, das docentes, as quais são, cultural e historicamente, responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidado.

Como ponto crucial, constatou-se que o cenário pandêmico acarretou, de fato, o alargamento do volume de trabalho doméstico e de cuidados, na esfera reprodutiva. Isto se evidencia pela expansão de 6,24% no estrato de professoras que, a partir da pandemia, passaram a despender mais de 20 horas semanais, na execução das atividades domésticas e/ou de cuidados e pela ampliação de 6,37% no estrato de professores, os quais passaram a dedicar de 9 a 12 horas semanais, na realização destas tarefas. Tal cenário culminou, também, na elevação do volume de trabalho docente, na esfera produtiva, uma vez que 89,32% das professoras e 85,10% dos professores, em Minas Gerais, alegaram vivenciar a ampliação da jornada laboral diária, em virtude da pandemia. Este resultado vem a sublinhar a exacerbação do estresse docente e evidenciar a precarização de suas condições de trabalho, no formato remoto.

O panorama identificado evidencia o quanto a atual divisão sexual do trabalho ainda oprime e sobrecarrega as mulheres, em função da considerável parcela de tempo dedicado às atividades domésticas e de cuidados. Por conseguinte, os resultados avaliados sob a perspectiva da Teoria de Sen permitem constatar que o cenário de elevação da pobreza de tempo, ora encontrado – oriundo do impacto causado pela ausência das redes de apoio social, sobretudo, de políticas públicas (creches, escolas em tempo integral e afins) e de políticas educacionais (durante e fora do contexto pandêmico) -, contribui para o cerceamento prático da real situação de liberdade da

mulher e acaba por obstaculizar a evolução plena de suas capacidades, o que, em última instância, vem a impactar o desenvolvimento da sociedade, como um todo.

Ademais, acredita-se que o presente estudo auxilia na complementação da literatura acerca do perfil atual dos professores da educação básica pública, em Minas Gerais, sobretudo, por trazer uma pesquisa empírica abordando o recorte temporal da pandemia Covid-19. Ademais, este estudo contribui, também, com a literatura teórica e empírica nacional e internacional sobre Economia Feminista, ao promover a conscientização sobre a importância de se questionar, transformar e reformular as atribuições sociais relegadas à mulher. Dada a robustez das informações primárias coletadas, a investigação coopera com a consolidação de mais subsídios para a formulação de políticas públicas micro e macroeconômicas, para além das de cunho social, dedicadas ao combate ao viés de gênero.

Todavia, considera-se como um dos limites desta investigação o fato de o escopo ter abrangido, apenas, os profissionais que atuam na educação básica da rede pública estadual, em Minas Gerais, bem como a ausência de dados acerca da origem territorial – os quais permitiriam fazer inferências, em termos de diferenças regionais, quanto aos impactos da pandemia, dada a heterogeneidade de desenvolvimento das macrorregiões de Minas Gerais. Tal fato suscita a possibilidade de que novos estudos envolvam docentes atuantes em outros estados da Federação (separando-se os dados por macrorregião), em outras modalidades de ensino, ou ainda, que façam parte da rede de ensino privada, podendo estender-se, inclusive, a outras profissões ligadas ao ensino.

Em suma, constata-se que a divisão sexual do trabalho tem considerável impacto na autonomia das mulheres, sob várias perspectivas, para além da econômico-financeira. Isso porque a significativa parcela de tempo investido na realização “compulsória” do trabalho doméstico e de cuidados constitui-se em importante custo de oportunidade a tangenciar o desenvolvimento pleno de suas capacidades, o que culmina e fomenta a desigualdade de gênero enquanto barreira ao desenvolvimento econômico nacional. Tal autonomia envolve não apenas a independência financeira, mas também, a autoridade para realizar escolhas. Assim, além de poder empregar o tempo na garantia da própria renda, é preciso que a mulher tenha liberdade e circunstâncias favoráveis para se dedicar a outros domínios importantes da vida

relacionados ao bem-estar, angariando condições mais propícias para o planejamento e a construção de um amanhã melhor para si.

REFERÊNCIAS

- ABREU DE OLIVEIRA, F.; MARQUES DE QUEIROZ, F.; DINIZ, M. I. Divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres no contexto da pandemia da Covid 19. **Revista Inter-Legere**, [S. l.], v. 3, n. 28, p. c21486, 2020. DOI: 10.21680/1982-1662.2020v3n28ID21486. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/21486>. Acesso em: 3 out. 2022.
- ALEXANDRE, C.; BORGES, G.; JOBIM, L.; MEIRELLES, L. **Algumas palavras...sobre rede de apoio**. Instituto Federal de Brasília, 11 set. 2020. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/reitori/24798-algumas-palavras-sobre-rede-de-apoio#:~:text=O%20suporte%20dessa%20rede%20pode,escola%2C%20faculdade%2C%20entre%20outros>. Acesso em: 25 ago. 2021.
- ALMEIDA, A. C.; SANTOS, F. N. F.; LIRIO, V. S.; BOHN, L. Reflexões sobre as relações entre desigualdades de gênero, mercado de trabalho e educação dos filhos. **OSE – Observatório Socioeconômico da COVID-19**. Universidade Federal de Santa Maria, Texto para Discussão – 26, 15 mar. 2021. Disponível em: https://www.osecovid19.cloud.ufsm.br/media/documents/2021/03/29/Textos_para_Discussao_26_-_Reflex%C3%B5es_sobre_as_rela%C3%A7%C3%B5es_entre_desigu_OYZW7q9.pdf. Acesso em: 21 fev. 2022.
- ALVARENGA, D.; MARTINS, R. **Classe média “encolhe” na pandemia e já tem mesmo “tamanho” da classe baixa**. G1, online. Publicado em 17 abr. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/04/17/classe-media-encolhe-na-pandemia-e-ja-tem-mesmo-tamanho-da-classe-baixa.ghtml>. Acesso em: 31 ago. 2022
- ALVARENGA, C. F.; VIANNA, C. P. Relações sociais de gênero e divisão sexual do trabalho: desafios para a compreensão do uso do tempo no trabalho docente. **Laboreal** [online], v. 8, n. 1, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/laboreal.6934>. Acesso em: 19 mai. 2022
- ALVARENGA, R. et al. Percepção da qualidade de vida de professores das redes públicas e privadas frente à pandemia do Covid-19. **Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida – CPAQV Journal**, v. 12, n. 3, 2020. Disponível em: <http://www.cpaqv.org/revista/CPAQV/ojs-2.3.7/index.php?journal=CPAQV&page=article&op=view&path%5B%5D=538>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, A. M. C. Informalidade e relações de gênero. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Marcia de Paula (orgs.). **Novas configurações do trabalho e Economia Solidária**. São Paulo: Annablume, 2009.

ÁVILA, M. B. Vida cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres. In: Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, VIII, 2004, Coimbra, **Anais[...]**, Coimbra, 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/MariaBetaniaavila.pdf>. Acesso em: 09 mai. 2021.

ÁVILA, M. B.; ALVES, M.; ARANTES, R. **Na pandemia, nós mulheres “estamos de luto e lutando”** (Artigo). In: *Coletiva*. Publicado em 31 mar 2021. Disponível em: <https://soscorpo.org/?p=14061>. Acesso em: 18 fev. 2022

AZEVEDO, F. M. C. de. O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista. **Revista Três Pontos**. Ano 13, n. 1. Dossiê Múltiplos Olhares sobre Gênero. Jan/jun. 2016. Documento Eletrônico. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3386>. Acesso em: 31 mai. 2021.

BANCO MUNDIAL (2012). **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012 – Igualdade de gênero e desenvolvimento**. Documento eletrônico. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/conselho/relatorio-sobre-desenvolvimento-mundial-2012-2013-2014/igualdade-de-genero-e-desenvolvimento/view>. Acesso em: 16 mai. 2022.

BARBOSA, P. B. **O filho é da mãe?** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2016. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/2608/2/2016%20-%20Priscilla%20Bezerra%20Barbosa.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2022.

BARBOSA, A. M.; VIEGAS, M. A. S.; BATISTA, R. L. N. F. F. Aulas presenciais em tempos de pandemia: relato de experiências de professores do nível superior sobre as aulas remotas. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 51, p. 255-280, jul./out. 2020. ISSN: 1981-1896. Disponível em: <https://revistas.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/565/302>. Acesso em: 17 mai. 2022.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R.; BLANCO, M. O mercado de trabalho para professores no Brasil. In: Encontro Nacional de Economia - ANPEC, 29., Salvador, BA, 2001. **Anais [...]**. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200106325.pdf>. Acesso em 27 jun. 2022.

BENTES, H. H. S.; MONNERAT, D. M. Senhora do meu destino, capitã de minha alma: a igualdade de gêneros sob a perspectiva das capacidades de Amartya Sen. **Revista Juris Poiesis**, Rio de Janeiro, v. 18, nº 18, jan.-dez. 2015. ISSN: 1516-6635.

Disponível em:

<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/jurispoiesis/article/viewFile/1806/916>.

Acesso em: 16 mai. 2022

BENTO, A. V. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. **Revista JA** (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira), nº 65, ano VII (pp. 42-44). Maio. 2012. ISSN: 1647-8975. Disponível em:

<http://www3.uma.pt/bento/Repositorio/Revisaodaliteratura.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

BIROLI, F. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, pág. 719-754, setembro de 2016. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582016000300719&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 mai. 2021. <https://doi.org/10.1590/00115258201690>.

BOHN, L.; CATELA, E. Há economia feminista na ciência econômica brasileira? Avaliação da produção científica da área entre 1990 e 2015. *In*: Encontro Nacional de Economia da Região Sul, 20, 2017, Porto Alegre. **Anais[...]** Porto Alegre: ANPEC/Sul, 2017. Disponível em:

https://www.anpec.org.br/sul/2017/submissao/files_l/i1-575c863d4bcb6e6b67e5fc8434c1f042.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

BONA, C. **Mulheres Polivalentes e os desafios de carreira**. Administradores.com. Publicado em 08 mar. 2017. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/mulheres-polivalentes-e-os-desafios-de-carreira>. Acesso em: 01 set. 2022

BRABO, T. S. A. M. **Cidadania da mulher professora**. São Paulo: Ícone, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação. **MEC divulga reajuste do piso salarial de professores da educação básica para 2020**. Notícias – Governo Federal, jan. 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/12-aco-es-programas-e-projetos-637152388/84481-mec-divulga-reajuste-do-piso-salarial-de-professores-da-educacao-basica-para-2020>. Acesso em: 01 jul. 2022.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Fatos e Números. **Famílias e Filhos no Brasil**. Governo Federal, ago. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia/fatos-e-numeros/familias-e-filhos-no-brasil.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2022.

CAMURÇA, S. 'Nós mulheres' e nossa experiência comum. **Cadernos de Crítica Feminista**, ano I, n 0, dez 2007. Recife: SOS Corpo, 2007. Documento eletrônico. Disponível em: https://soscorpo.org/wp-content/uploads/NosMulheres_e_nossaexperiencia comum_SilviaCamurca2007.pdf. Acesso em: 29 mai. 2021.

CARDOSO, F. L. O conceito de orientação sexual na encruzilhada entre sexo, gênero e motricidade. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 69-79, abr. 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902008000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jun. 2021.

CARMO, M. E. do.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2018, v. 34, n. 3 [Acessado 21 fevereiro 2022], e00101417. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00101417>>. Epub 26 Mar 2018. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00101417>.

CARRASCO, C. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, N.; NOBRE, M. (orgs.). **A produção do viver: ensaios de Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2003, pp. 11-49 (Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania, 7).

_____. **La Economía Feminista: Una apuesta por otra economía**. In: VARA, María Jesús (ed.). Estudios sobre género y economía. Madrid: Akal, (2006a). Disponível em: <http://www.derechoshumanos.unlp.edu.ar/assets/files/documentos/la-economia-feminista-una-apuesta-por-otra-economia.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.

_____. “La paradoja del cuidado: necesario pero invisible”. **Revista de Economía Crítica**, nº 05, marzo, (2006b), pp. 39-64. Disponível em: <https://revistaeconomiacritica.org/index.php/rec/article/view/389>. Acesso em: 04 mai. 2022.

_____. **Estatística sob Suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres**. SOF: São Paulo, 2012.

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (2019). La autonomía de las mujeres en escenarios económicos cambiantes. In: XIV Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe, Santiago, 27 a 31 de enero de 2020. **Anais [...]**. Santiago, 2020, 224 p. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45032-la-autonomia-mujeres-escenarios-economicos-cambiantes>. Acesso em: 16 mai. 2022

CIRINO, J. F.; GONZÁLEZ, A. M. G. O. A heterogeneidade do desenvolvimento econômico do estado de Minas Gerais. **Revista de Ciências Humanas**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/view/3476>. Acesso em: 4 out. 2021.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

COLLINS, C. et al. COVID-19 and the gender gap in work hours. **Gender, Work and Organization**, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/gwao.12506>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/gwao.12506>. Acesso em: 28 nov. 2022.

COSTA, G.; TOKARNIA, M. **Pandemia de Covid-19 fez ensino e papel do professor mudarem**. Notícias - Agência Brasil, out. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-10/pandemia-de-covid-19-fez-ensino-e-papel-do-professor-mudarem>. Acesso em: 02 ago. 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Ano 10 vol. 1, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jun. 2021.

DAVIES, K. (1990). **Women and time. The weaving of the stands of everyday life**. Aldershot: Avebury

DEDECCA, C. S. **Uso do tempo e gênero. Uma dimensão da desigualdade socioeconômica brasileira**. Diálogos Transversais em Gênero e Fecundidade. Articulações contemporâneas, p. 119–129, 2015. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/livros/article/view/136/133>. Acesso em: 3 jul. 2022

DELPHY, C.; LEONARD, D. (2004) [1992], **Familiar Exploitation: A New Analysis on Marriage in Contemporary Western Societies** Cambridge, Polity Press.

DELPHY, Christine. (2013) [1997], **L'Ennemi Principal** 1. Économie Politique du Patriarcat. Paris, Éditions Syllepse.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (2021). **Trabalho doméstico no Brasil**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html>. Acesso em: 06 out. 2022.

DUARTE, C. L. Feminismo: uma história a ser contada. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa. **Pensamento feminista brasileiro formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-47.

DUQUE, E. **O tempo social e a reconfiguração das nossas sociedades**. Secretariado nacional da pastoral da cultura, fev. 2019. Disponível em: https://www.snpcultura.org/o_tempo_social_e_a_reconfiguracao_das_nossas_sociedades.html. Acesso em: 27 abr. 2022.

ELIAS, N. (1998). **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar.

FERBER, M.; NELSON, J. **Beyond Economic Man: A feminist theory and Economics**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

FERNANDES, V. A racionalização da vida como processo histórico: crítica à racionalidade econômica e ao industrialismo. **Cadernos EBAPE.BR [online]**. 2008, v. 6, n. 3 [Acessado 7 março 2022], pp. 01-20. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-39512008000300002>>. Epub 06 Jul 2012. ISSN 1679-3951. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512008000300002>.

FERNANDEZ, B. P. M. et al. Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. **Revista de Economia Política**, vol. 38, nº 3 (152), pp. 559-583, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/hK9fwgQzytLqMh77BL7JBPF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 23 nov. 2021.

FERREIRA SOBRINHO JUNIOR, J.; MORAES, C. DE C. P. A legislação educacional e as ações implementadas no Ensino Básico do Brasil: Um olhar sobre o início da pandemia da Covid-19 (março/abril - 2020). **Vivências**, v. 18, n. 37, p. 69-84, 15 jun. 2022. Disponível em: <http://revistas.uri.br/index.php/vivencias/article/view/562>. Acesso em: 06 fev. 2022.

FERRITO, B. M. R. S. **Direito e Desigualdade: uma análise da discriminação das mulheres no mercado de trabalho a partir dos usos dos tempos**. Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Documento eletrônico. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7829525. Acesso em: 28 abr. 2022.

FONTELLES, M. J., SIMÕES, M. G., ALMEIDA, J. C., FONTELLES, R. G. S. Metodologia da pesquisa: diretrizes para o cálculo do tamanho da amostra. **Revista Paranaense de Medicina** (online), v. 24, n. 2, p. 57-64, abr.-jun. 2010. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-593646>. Acesso em: 19 nov. 2022

FONTOURA, N. et al. Pesquisas de uso do tempo no Brasil. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 11-46, junho 2010. Documento eletrônico. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/34823/20079>. Acesso em: 20 jun. 2021.

FONTOURA, N.; ARAÚJO, C. (Org.); BARAJAS, M. de I. P. L. et al. **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016, 268 p. Documento eletrônico. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/uso_do_tempo_e_genero.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

FREDERICI, S. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. Coletivo Sycorax. 1ª Edição. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FURNO, J. et al. **Boletim Especial Gênero: As Mulheres Na Pandemia**. Instituto para reforma das relações entre Estado e Empresa, 2021. Documento Eletrônico.

Disponível em: <https://iree.org.br/wp-content/uploads/2021/03/BOLETIM-ESPECIAL-DO-IREE-SOBRE-GE%CC%82NERO-V2.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2021.

GARCIA, B. C.; MARCONDES, G. S. O trabalho doméstico e de cuidados e a pandemia de COVID-19 no Brasil: reflexões preliminares para construção de uma agenda de pesquisa. *In*: ALAP 2020. El rol de los estudios de población tras la pandemia de Covid-19 y el desafío de la igualdad en América Latina y el Caribe, IX Congreso de la Asociación Latinoamericana de Poblacion, 09 a 11 diciembre, 2020, online, **Anais[...]**, online, 2020. Disponível em: <https://congresosalap.com/alap2020/resumos/0001/PPT-eposter-trab-aceito-0369-2.PDF>. Acesso em: 28 nov. 2022.

_____. **A pobreza de tempo sob uma perspectiva de gênero: Revisão conceitual e evidências empíricas a partir de estudos nacionais e internacionais**. ABEP - Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Migração, trabalho e gênero: textos selecionados, 2021. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/ebook/article/view/3634>. Acesso em 16 mai. 2022.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GN; SOF. **Sem parar - o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. Pesquisa. [online]. 2020. Documento eletrônico. Disponível em: https://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 18 mai. 2022.

GRECCO, F. S. A Economia Feminista e a crítica ao paradigma econômico predominante. **Temáticas**, Campinas, 26, (52): 105-134, ago. /dez. 2018. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2019/03/Dossi%c3%aa-economia-feminista.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

_____. **A economia feminista como um campo de análise e ação: um estudo de suas implicações políticas**. 2019, 285 p. Tese de Doutorado (Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2019.

GREGORI, J. de. Feminismos e resistência: trajetória histórica da luta política para conquista de direitos. **Caderno Espaço Feminino** - Uberlândia-MG - v. 30, n. 2 – jul./dez. 2017. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/38949>. Acesso em: 17 mai. 2021.

GRUBBA, L. S. **Direitos humanos e desenvolvimento humano: o sistema global das Nações Unidas**. Curitiba: Prismas, 2017.

GRUBBA, L. S.; MESSA, A. C. Desenvolvimento Humano e Igualdade de Gênero. **Revista Em Tempo**, [S.l.], v. 19, n. 1, aug. 2020. ISSN 1984-7858.

Disponível em: <https://revista.univem.edu.br/emtempo/article/view/3099>. Acesso em: 19 sep. 2022. doi: <https://doi.org/10.26729/et.v19i1.3099>.

GURGEL, T. Feminismo e luta de classe: história, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO*, 9., 2010, Florianópolis, 2010. **Anais [...]**. Florianópolis, 2010, p. 1-9. Disponível em:

<http://www.mulheresprogressistas.org/AudioVideo/FEMINISMO%20E%20LUTA%20D E%20CLASSE.pdf>. Acesso em 30 abr. 2022.

GONÇALVES, E.; PINTO, J. P. Reflexões e problemas da "transmissão" intergeracional no feminismo brasileiro. **Cadernos Pagu [online]**. 2011, n. 36 [Acessado 7 março 2022], pp. 25-46. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000100003>>. Epub 30 maio 2011. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000100003>.

GORGIZA, A.; PILTCHER, A. S.; BUONO, R. **Professores ganham 12% a mais que professoras no Brasil**. Folha de São Paulo (online). Publicado em 17 mar. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/professores-ganham-12-mais-que-professoras-no-brasil/>. Acesso em: 23 nov. 2022.

HIRATA, G.; OLIVEIRA, J. B. A. e; e MEREB, T. de M. Professores: quem são, onde trabalham, quanto ganham. Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação [online]**. 2019, v. 27, n. 102 [Acessado 27 junho 2022], pp. 179-203. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002701888>>. ISSN 1809-4465. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002701888>.

HIRATA, H. ET AL. (ORG.). **DICIONÁRIO CRÍTICO DO FEMINISMO**. SÃO PAULO: EDITORA UNESP, 2009 (324 P.).

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, pág. 595-609, dezembro de 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 mai. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020a). **Outras formas de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf. Acesso em: 16 mar. 2022.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Notas Técnicas Versão 1.8**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101733_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 23 fev. 2022.

_____. **Pesquisa nacional de saúde: 2019: orientação sexual autoidentificada da população adulta.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022. 24 p. - (Investigações experimentais. Estatísticas experimentais). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101934.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007-** Brasília: INEP, 2009. 63 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2022.

_____. **Resumo Técnico do Estado de Minas Gerais: Censo da Educação Básica 2020** [recurso eletrônico]. Brasília: INEP, 2021(a). 82 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_de_minas_gerais_censo_da_educacao_basica_2020.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

_____. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2020** [recurso eletrônico]. Brasília: INEP, 2021(b). 74 p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 1 jul. 2022.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2021.** Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 21 nov. 2022.

JASKIW, E. F. B.; LOPES, C. V. G. A pandemia, as TDIC e ensino remoto na educação básica: desafios para as mulheres que são mães e professoras. **SCIAS - Educação, Comunicação e Tecnologia**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 231–250, 2021. DOI: 10.36704/sciaseducomtec.v2i2.5033. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasedcomtec/article/view/5033>. Acesso em: 28 jun. 2021.

JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Ser-Tão, dezembro 2012. Disponível em: <http://www.sertao.ufg.br/pages/42117>. Acesso em: 15 mar. 2023.

KAAS, H. **O que é Transfeminismo? Uma breve introdução.** Transfeminismo.com. Publicado em: 02 set. 2015. Disponível em: <https://transfeminismo.com/o-que-e-transfeminismo-uma-breve-introducao/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

LAUXEN, S. L. ET AL. (2017). **O ensino superior e a profissão de professora: os desafios da mulher no século XXI.** Disponível em: <https://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/12/28-O-ensino-superior-e-a-profissao-de-professora.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber – Manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Adaptação da obra: Lana Mara Siman. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MACEDO, S. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 12, n. 2, p. 187-204, ago. 2020. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000200012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 jun. 2021. <http://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.nº02rex.33>.

MADDEN, J. F. **The Development of Economic Thought on the “Woman Problem.”** *Review of Radical Political Economics*, 4 (3): 21-38, 1972.

MARADEI, G. **Professores contam como é ser LGBT na escola onde trabalham**. Universa UOL, 31/07/2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/07/31/professores-contam-como-e-ser-lgbt-na-escola.htm>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MARTINS, B. de B. Desenvolvimento e desigualdades em Amartya Sen. *In*: XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009. **Anais eletrônicos [...]** Buenos Aires – Argentina, 2009, p. 1-11. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-062/503.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2022

MARTINS, L. B. Como fica a rede de apoio familiar em tempos de pandemia? Notícias – **Lunetas**, 24/04/2020. Disponível em: <https://lunetas.com.br/rede-de-apoio-familiar-na-pandemia/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MEDEIROS, M. e PINHEIRO, L. S. Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013. **Sociedade e Estado** [online]. 2018, v. 33, n. 1 [Acessado 4 julho 2022], pp. 159-185. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0102-699220183301007>>. ISSN 0102-6992. <https://doi.org/10.1590/s0102-699220183301007>.

MELO, H. P. de.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, Apr. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482009000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 mai. 2021. <https://doi.org/10.1590/S1415-98482009000100006>.

MENEZES, A. B.; BRITO, R. C. S.; HENRIQUES, A. L. Relação entre gênero e orientação sexual a partir da perspectiva evolucionista. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** [online]. Brasília, Abr-Jun 2010, v. 26, n. 2, pp. 245-252. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/857V5jqkwwKzzF39RYYyR8d/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MOLINA, L.; FIGUEIRÓ, M. N. D. Professores homossexuais: suas vivências frente à comunidade escolar. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 7, n. 2, p. 58–77, 2012. DOI: 10.21723/riaee.v7i2.5392. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5392>. Acesso em: 16 ago. 2022.

MORAES, M. M.; MARIN, S. R. Bem-estar na abordagem das capacitações e da economia feminista: alguma complementaridade? **Revista TEC Textos de Economia** [online]. Florianópolis - SC, v. 24 n. 2, p. 01-30, 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 2175-8085. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8085.2021.e84298>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/84298>. Acesso em: 16 mai. 2022.

MORENO, R. F. C. Economia feminista em movimento: experiências e desafios teórico-políticos a partir das lutas das mulheres. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 195–226, 2018. DOI: 10.20396/tematicas.v26i52.11708. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11708>. Acesso em: 3 maio. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. **Relatório do desenvolvimento humano 2014: sustentar o progresso humano: reduzir vulnerabilidades e reforçar a resiliência**. Coimbra: Almedina, 2014.

NASCIMENTO, E. C.; DENARDIN, V. F. A contribuição de Karl Polanyi para as reflexões sobre o Desenvolvimento Territorial Sustentável. *In*: Simpósio Nacional de História, 28, 2015, Florianópolis - SC. **Anais eletrônicos [...]** Florianópolis - SC, 2015, p. 1-17. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1428364561_ARQUIVO_artigo_polanyi_anpuh.pdf. Acesso em: 07 mar. 2022.

NOBRE, M. “**La perspectiva feminista sobre la soberanía alimentaria**”. *In*: **SOF. “En busca de la igualdad. Textos para la acción feminista**”. São Paulo: SOF, 2013. Documento eletrônico. Disponível em: https://cl.boell.org/sites/default/files/en_busca_de_la_igualdad_web.pdf. Acesso em: 03 mai. 2022.

NOGUEIRA, C. M.; PASSOS, R. G. A Divisão Sociossexual e Racial do Trabalho no cenário de epidemia do Covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Cad. CRH**, Salvador, v. 33, e020029, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792020000100516&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 mai. 2021. Publicado eletronicamente em 8 de jan. de 2021. <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v33i0.36118>.

NOGUEIRA, C. Feminismo e discurso de gênero na psicologia social. **Psicologia & Sociedade: Rev. da Assoc. Bras. de Psicologia Social**, 2001. Documento eletrônico. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4117>. Acesso em: 17 mai. 2021.

OLIVA-AUGUSTO, M. H. Tempo, indivíduo e vida social. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 30-33, Oct. 2002. Disponível em:

<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252002000200025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2022.

OLIVEIRA, T. P. O trabalho na vida das mulheres chefes de família. *In*: PERSPECTIVAS FEMINISTAS DE GÊNERO: DESAFIOS NO CAMPO DA MILITÂNCIA E DAS PRÁTICAS, 18º Redor, nov. 2014, Recife-PE. **Anais eletrônicos [...]**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2280/747#:~:text=Considera%2Dse%20chefe%20de%20fam%C3%ADlia,sustento%20dos%20membros%20da%20fam%C3%ADlia>. Acesso em: 2 jul. 2022

OLIVEIRA, H. **Tempo: o nosso recurso mais valioso e mais escasso**. VER – Valores, Ética e Responsabilidade, jun. 2019. Disponível em: <https://www.ver.pt/tempo-o-nosso-recurso-mais-valioso-e-mais-escasso/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

OLIVEIRA, A. L. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia de COVID-19. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 16, n. 1, ed. especial, p. 154-166, 2020.

Disponível em:

<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/50448/33479>. Acesso em: 19 mai. 2022

OLIVERA, M.; VIEIRA, C.; BAETA, F. **Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: uma análise das segregações e discriminações a partir da economia feminista**.

Instituto de Economia – UFRJ. Discussion paper TD 018-2021. Disponível em:

https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2021/TD_IE_018_2021_OLIVERA_VIEIRA_BAETA.pdf. Acesso em: 16 mar. 2023.

ONU MULHERES; CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina (2020).

Cuidados en América Latina y el Caribe en tiempos de Covid-19. Hacia sistemas integrales para fortalecer la respuesta y la recuperación. Nações Unidas. Publicado em: 19 ago. 2020. Disponível em:

https://www.cepal.org/sites/default/files/document/files/cuidados_covid_esp.pdf. Acesso em: 06 out. 2022

PÉREZ OROZCO, A. Economía del Género y Economía Feminista ¿Conciliación o ruptura? **Revista venezolana de estudios de la mujer**. Caracas, Enero-junio, 2005 – Vol. 10 - Nº 24. Disponível em:

https://www.usfx.bo/nueva/vicerrectorado/citas/ECONOMICAS_6/Economia/64%20a%20perez%20orozco.pdf. Acesso em: 10 mai. 2022

PERISTA, H. (2002). Gênero e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. **Análise Social**, 37, (163), 447-474. Disponível em:

<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218732780P9jPM6nt5Ik17YP4.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2022

_____. (2010). Mulheres, homens e usos do tempo – quinze anos após a Plataforma de Acção de Pequim, onde estamos, em Portugal? **Revista de Estudos Demográficos** 47, 47-63. Disponível em: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_genero_estudo&menuBOUI=13707294&contexto=pge&ESTUDOSest_boui=90350193&ESTUDOSmodo=2&selTab=tab2&perfil=1464373&xlang=pt. Acesso em: 29 abr. 2022

PESSOA, A. R. R., MOURA, M. M. M., & FARIAS, I. M. S. de. (2021). A Composição do Tempo Social de Mulheres Professoras Durante a Pandemia. **LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer**, 24 (1), 161–194. <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2021.29532>. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/29532>. Acesso em 30 abr. 2022

PILLINGER, J. (2000). «Redefining work and welfare in Europe: new perspectives on work, welfare and time», in G. Lewis, S. Gewirtz e J. Clarke (eds.), **Rethinking Social Policy**, Londres/Thousand Oaks/Nova Deli, The Open University/Sage Publications, pp. 323-337.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Documento eletrônico. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSBf5r/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 jun. 2021.

PINTO, F. de S. et al. **Políticas públicas voltadas para o profissional docente no ensino remoto durante a pandemia do covid-19**. VII CONEDU - Conedu em Casa. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/82517>>. Acesso em: 17/09/2022 11:33

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução: Fanny Wrobel. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

_____. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PORTO, D. Trabalho doméstico e emprego doméstico: atribuições de gênero marcadas pela desigualdade. **Revista Bioética**, v. 16, n. 2, p. 287-303, 2008. Disponível em: https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/74. Acesso em: 04 mai. 2022.

POWER, M. A social provisioning approach to gender and economic life. In: FIGART, D. M.; WARNECKE, T.L. (Ed.) **Handbook of Research on Gender and Economic Life**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2013.

PUCCI, L. M. **As mulheres nas Ciências Econômicas: análise da representatividade de gênero e feminista na produção acadêmica brasileira.** 2020. 54 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/218383>. Acesso em: 24 nov. 2021.

QUEIROZ, B. L. **Diferenciais de salários nas microrregiões mineiras.** Belo Horizonte, 2001. 191 p. Dissertação (Mestrado em Demografia). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001. QUEIROZ, B. L.; BRAGA, T. M. Hierarquia urbana em um contexto de desconcentração econômica e fragmentação do território: questionamentos a partir do caso da rede de cidades mineiras. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 8., 1999, Porto Alegre. **Anais [...]**, Porto Alegre, v. 8, 1999.

RAMOS, D. P. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas** [online]. 2009, v. 17, n. 3, pp. 861-870, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/dd7GmdrmmwvjLYXRt7hrfZg/?lang=pt#>. Acesso em: 22 jun. 2021.

REIS, A. P. dos; GÓES, E. F.; PILECCO, F. B.; ALMEIDA, M. da C. C. de; DIELE-VIEGAS, L. M.; MENEZES, G. M. de S.; AQUINO, E. M. L. Desigualdades de gênero e raça na pandemia de COVID-19: implicações para o controle no Brasil. **Rev. Saúde em debate.** Rio de Janeiro, v. 44, n. especial 4, p. 324-340, dezembro 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1625/2593>. Acesso em: 14 jun. 2021.

REIS, E. A.; REIS I.A. (2002) **Análise Descritiva de Dados.** Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.est.ufmg.br/portal/arquivos/rts/rte0202.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2021.

RIBEIRO, D. Feminismo negro como perspectiva emancipatória. In: TELES, M. A. A.; SANTIAGO, F.; FARIA, A. L. G. (orgs.). **Por que a creche é uma luta das mulheres? Inquietações feministas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade!** São Carlos: Pedro & João, 2018. p. 65-91. Disponível em: <https://ebookspedroejoaeditores.files.wordpress.com/2019/03/crechefinalebook.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ROCHA, G. **Estudo da ONU aponta que tamanho das famílias no Brasil está abaixo da média mundial.** G1. Ciência e Saúde. [online]. Publicado em 17 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia-e-saude/noticia/2018/10/17/estudo-da-onu-aponta-que-tamanho-das-familias-no-brasil-esta-abaixo-da-media-mundial.ghtml>. Acesso em: 1 jul. 2022.

RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO,

10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis: UFSC, 2013.

Disponível em:

http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1384446117_A_RQUIVO_CristianoRodrigues.pdf. Acesso em: 10 jun. 2021.

ROTENBERG, L. “Relações de gênero e gestão dos tempos: a articulação entre o trabalho profissional e doméstico em equipes de enfermagem no Brasil”, **Laboreal** [Online], Volume 8 Nº1 | 2012, online since 01 July 2012, connection on 29 April 2022. URL: <http://journals.openedition.org/laboreal/7218>; DOI: <https://doi.org/10.4000/laboreal.7218>

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna. Coleção Polêmica, 1987, 120p.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p.

SANTIAGO, F.; FARIA, A. L. G. de. Feminismo Negro e Pensamento Interseccional: Contribuições para as pesquisas das Culturas Infantis. **Educação & Sociedade** [online]. 2021, v. 42. Publicado em 05 Mar 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.239933>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SANTOS, E.; NÓBREGA, L. Ensaio sobre o feminismo marxista socialista. **Mneme - Revista de Humanidades**, v. 5, n. 11, 12 jul. 2010. Documento eletrônico. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/225>. Acesso em: 09 jun. 2021.

SANTOS, S. M. de M. dos.; OLIVEIRA, L. Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-19, June 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802010000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 mar. 2021.

SAYÃO, D. T. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores de creche**. Tese (Doutorado) — CCE/UFSC, Florianópolis/SC, 2005. Documento eletrônico. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106572?show=full>. Acesso em: 17 ago. 2022

SEGAT, L.; BRAMBILLA, B. **Transgênero, transexual e travesti, você sabe a diferença entre esses termos?** Vitallogy [online]. Publicado em 26 set. 2019. Disponível em: <https://vitallogy.com/feed/Transgenero%2C+transexual+e+travesti%2C+voce+sabe+a+diferenca+entre+esses+termos%3F/485>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

SILVA, C. S. M. da. **Movimento de mulheres, movimento feminista e participação de mulheres populares: processo de constituição de um Feminismo antissistêmico e popular**. Recife-PE, 2016. 361 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2016. Documento eletrônico. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/18871>. Acesso em: 27 mai. 2021.

SILVA, E. R. da. Feminismo Radical – Pensamento e Movimento. **Rev. Textura**, Cruz das Almas – BA, ano 3, n. 1, p. 24-34, jan./jul., 2008. Documento eletrônico. Disponível em: <https://textura.famam.com.br/textura/article/view/251>. Acesso em: 09 jun. 2021.

SILVA, V. O. B.; SILVA, W. R. da. Análise sobre o Desenvolvimento Humano na perspectiva de Amartya Sen e sua relação com as questões de gênero. **Revista Psicologia & Saberes**, v. 9, nº 18, 2020. ISSN 2316-1124. Online. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1233>. Acesso em: 16 mai. 2022.

SILVA, M. C. da; SANTOS, M. T. dos; SILVA, T. N. A realidade do trabalho docente de professores da educação básica municipal no contexto da pandemia da Covid-19: alguns relatos de profissionais de Canarana-MT. **Revista Panorâmica online**, [S. l.], v. 35, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1472>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SIMÃO, P. Haverá mesmo cargos gendrificadas? **O Blog do Pedro Simão**, 22 mai. 2016. Documento eletrônico. Disponível em: <https://pedrosimao.blogs.sapo.pt/havera-mesmo-cargos-gendrificadas-16054>. Acesso em: 24 fev. 2022.

SIQUEIRA, C. B. de.; BUSSINGUER, E. C. de A. As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher. **Rev. Thesis Juris** – RTJ, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 145-166, jan./jun. 2020. Documento eletrônico. Disponível em: <file:///D:/User/Downloads/14977-73812-1-PB.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2021.

SOARES, S. B. V. Coronavírus e a modernização conservadora da educação. *In*: SOARES, et al. **Coronavírus, educação e a luta de classes no Brasil**. Piauí: Terra Sem Amos, 2020. p. 5-14. v. 1. Disponível em: <https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/05/coronavc3adrus-educac3a7c3a3o-e-luta-de-classes-no-brasil-2.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

SORJ, B.; FONTES, A. “O care como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social”. *In*: Hirata, Helena & Guimarães, Nadya Araujo (orgs.). **Cuidados e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care**. São Paulo, Atlas, 2012.

SOUSA, L. P. de.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados** [online]. 2016, v. 30, n. 87, pp. 123-139. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>. Acesso em: 29 jul. 2022

SOUZA, L. F.; MACHADO, L. H. B. Casa, maternidade e trabalho no distanciamento social: A “pandemia” da sobrecarga de trabalho para as mulheres. **Revista da ANPEGE** [online], v. 17, n. 32, p. 282-308, 2021. ISSN: 1679-768X. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12467/pdf>. Acesso em: 19 mai. 2022

STIGLITZ, J.; SEN, A.; FITOUSSI, J-P. Measuring Economic Performance and Social Progress. Paris: **Report by the Commission on Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**, 2009.

TEIXEIRA, I. A. de C. Narrativas do tempo em enredos de professores/as. **História Oral**, [S. l.], v. 7, 2009. DOI: 10.51880/ho.v7i0.78. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/78>. Acesso em: 17 maio. 2022.

TEIXEIRA, M. O. **Um olhar da economia feminista para as mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013**. Campinas-SP, 2017. 228 p. Tese de Doutorado (Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2017. Documento eletrônico. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/330990/1/Teixeira_MarilaneOliveira_D.pdf. Acesso em: 27 jun. 2021.

_____. A Economia Feminista e a crítica ao paradigma econômico predominante. **Temáticas**, Campinas, 26, (52): 135-166, ago./dez. 2018. Disponível em: <file:///D:/User/Downloads/11706-Texto%20do%20artigo-21216-3-10-20200205.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

TORNS, T. El tiempo de trabajo de las mujeres: entre la invisibilidad y la necesidad. In: CARRASCO, M. Cristina. **Tiempos, trabajos y género**. Barcelona: UB, 2002.

TROITINHO, M. da C. R. et al. Ansiedade, afeto negativo e estresse de docentes em atividade remota durante a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde** [online]. 2021, v. 19 [Acessado 5 setembro 2022], e00331162. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00331>>. Epub 08 Dez 2021. ISSN 1981-7746. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00331>.

UNESCO BRASIL. *O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam.* / Pesquisa Nacional UNESCO, - São Paulo: Moderna, 2004.

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu** [online]. 2002, n. 17-18 [Acessado 17 maio 2022], pp. 81-103. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100003>>. Epub 05 Mar 2009. ISSN 1809-4449. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100003>.

_____. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.).

Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253470/mod_resource/content/1/A%20feminiza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Magist%C3%A9rio%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica%20e%20os%20desafios%20para%20a%20pr%C3%A1tica%20e%20a%20identidade%20coletiva%20docente%20%282013%29.pdf. Acesso em: 1 jul. 2022.

VIDAL, M. A Gestão do Tempo no Trabalho Docente: Uma Análise de Gênero no Contexto da Pandemia. **Interacções**, [S. l.], v. 16, n. 54, p. 94–105, 2020. DOI: 10.25755/int.21073. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/21073>. Acesso em: 1 jul. 2022.

VIECELI, C. P. **Mulheres chefes de família e a vulnerabilidade à pobreza.** Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE [online]. Publicado em 08 set. 2020. Disponível em: <https://contee.org.br/mulheres-chefes-de-familia-e-a-vulnerabilidade-a-pobreza/>. Acesso em: 2 jul. 2022.

VIEIRA, J. S.; HYPÓLITO, Á. M. e DUARTE, B. G. V. Dispositivos de regulação conservadora, currículo e trabalho docente. **Educação & Sociedade** [online]. 2009, v. 30, n. 106 [Acessado 30 junho 2022], pp. 221-237. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100011>>. Epub 02 Jul 2009. ISSN 1678-4626. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100011>.

VILLAS BÔAS, B. IGBE: **Mesmo empregadas, mulheres dedicam 8 horas a mais do que homens nos afazeres da casa.** Valor Econômico. Publicado em 04 jun. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/06/04/ibge-mesmo-empregadas-mulheres-dedicam-8-horas-a-mais-do-que-homens-nos-afazeres-da-casa.ghtml>. Acesso em: 13 set. 2022

WALBY, S. (1990), **Theorizing patriarchy**. Oxford, Brasil Blackwell WEBER, Max. (2009), **Economia e Sociedade**, v.1. Brasília, UnB.

WALPOLE, R.; MYERS, R.; MYERS, S. e YE, K. **Probabilidade e Estatística para Engenharia e Ciências.** [tradução de Luciane F. Pauleti Vianna]. 8ª ed. São Paulo: Ed. Pearson, 2009.

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UMA ABORDAGEM DA ECONOMIA FEMINISTA ACERCA DOS EFEITOS DA COVID-19 SOBRE OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MINAS GERAIS, À LUZ DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Você está sendo convidado(a) para ser participante do Projeto de pesquisa: “Uma Abordagem da Economia Feminista acerca dos efeitos da pandemia provocada pelo Covid-19 sobre os Profissionais da Educação Básica em Minas Gerais, à luz da Divisão Sexual do Trabalho”, de responsabilidade da pesquisadora Josiane Patrícia Resende Silva, mestranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território (PGDPLAT) pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), sob orientação da Profa. Dra. Aline Cristina da Cruz.

Esta pesquisa de coleta de dados pretende analisar os efeitos da pandemia provocada pelo Covid-19 sobre a jornada de trabalho das professoras e professores do ensino básico da rede pública estadual em Minas Gerais, do ponto de vista da Divisão Sexual do Trabalho no Brasil.

Após a leitura do Termo, fique à vontade para quaisquer pedidos de esclarecimentos. Estando esclarecido(a) sobre as informações que estão neste Termo e em concordância de fazer parte do estudo, pedimos, por gentileza, que responda ao questionário apresentado, após o presente Termo.

A sua participação consistirá em responder ao referido questionário, o qual contém perguntas pessoais e a sua percepção sobre os efeitos da pandemia sobre a sua jornada de trabalho (como profissional da Educação), sob a perspectiva da Divisão de Gênero do Trabalho.

Os participantes, na condição de voluntários, não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa, bem como não há nenhum valor econômico a receber pela participação. Você poderá retirar sua concordância na continuidade da pesquisa a qualquer momento. Sua participação na pesquisa de coleta de dados será realizada, exclusivamente, pelo formulário eletrônico que segue o presente Termo.

Ao fundamentar, estatisticamente, o efeito nocivo da pandemia sobre a categoria docente, espera-se, como principal benefício, que os resultados desta pesquisa possam trazer contribuições para o movimento social, político e filosófico de questionamento sobre a divisão desigual de papéis sociais, sob a perspectiva de

sexo e de gênero e suas consequências para o mercado de trabalho e suas extensões.

Os nomes dos respondentes terão asseguradas a sua privacidade e livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e seus desmembramentos.

Os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Quaisquer dúvidas, pedimos a gentileza de entrar em contato com a pesquisadora responsável pelo Projeto de pesquisa, através do telefone (32)99953-5465 ou por e-mail: josianeresende@ufsj.edu.br

APÊNDICE B

Questionário para a coleta de dados primários

QUESTIONÁRIO ONLINE (APLICADO VIA *GOOGLE FORMS*)

SEÇÃO 01 - Informações socioeconômicas

1) Qual é a sua idade atual em anos completos?

2) Como você se identifica quanto à sua identidade de gênero?

- Mulher cisgênero (nasceu com o órgão sexual feminino e se identifica com o gênero feminino)
- Mulher transgênero (nasceu com órgão sexual masculino, mas possui uma identidade de gênero feminina)
- Homem cisgênero (nasceu com o órgão sexual masculino e se identifica com o gênero masculino)
- Homem transgênero (nasceu com o órgão sexual feminino, mas possui uma identidade de gênero masculina)
- Gênero Não-Binário (pessoa que não se percebe como pertencente a um gênero exclusivamente)

3) Como você se identifica quanto à sua orientação sexual?

- Heterossexual (atração pelo sexo oposto)
- Homossexual (atração pelo mesmo sexo)
- Bissexual (atração por ambos)
- Assexual (atração por nenhum dos sexos)
- Pansexual (atração por pessoas de todos os tipos de gêneros ou orientações sexuais)

4) Como você declara a sua cor ou raça? (conforme classificação do IBGE):

- Amarela
- Branca
- Indígena
- Parda
- Preta

5) Como você define seu estado civil/afetivo?

- Solteira(o)
- Namorando
- Casada(o)
- Reside com o(a) companheiro(a)
- Separada(o) - Extinção da sociedade conjugal
- Divorciada(o) - Extinção tanto da sociedade conjugal quanto do vínculo matrimonial
- Viúva(o)

6) Qual é o seu nível de formação acadêmica?

- Formação de Magistério em segundo grau
- Curso Normal superior
- Graduação incompleta
- Graduação completa
- Especialização (pós-graduação) incompleta
- Especialização (pós-graduação) completa
- Mestrado incompleto
- Mestrado completo
- Doutorado incompleto
- Doutorado completo
- Pós-Doutorado incompleto
- Pós-Doutorado completo

7) Em quantas instituições de ensino você leciona?

- Uma
- Duas
- Três
- Quatro ou mais

8) Para qual(is) etapa(s) e/ou modalidade(s) de ensino da Educação Básica você leciona? OBS: Marque quantas opções forem necessárias.

- Educação infantil (para alunos de 0 a 5 anos)
- Ensino Fundamental (para alunos de 6 a 14 anos)
- Ensino Médio
- Educação de Jovens e Adultos (EJA)
- Educação Profissional e Tecnológica
- Educação Especial

9) Você leciona em qual(is) turno(s)?

- Manhã
- Tarde
- Noite
- Manhã e tarde
- Manhã e noite
- Tarde e noite
- Manhã, tarde e noite

10) Em média, qual é a sua renda total mensal?

- Menos de R\$1.100,00
 Entre R\$1.100,01 e R\$2.200,00
 Entre R\$2.200,01 e R\$3.300,00
 Entre R\$3.300,01 e R\$4.400,00
 Acima de R\$4.400,01

11) Quantos filhos você tem (biológicos e/ou adotados)?

- Não tenho filhos
 Um filho
 Dois filhos
 Três filhos
 Mais de 3 filhos

12) Qual(is) a(s) idade(s) do(s) seu(s) filho(s)?

13) Você é chefe de família (principal responsável pelo sustento da casa e dos filhos)?

- Sim
 Não

14) Em termos de contratação de serviços de trabalhador(a) doméstico(a), assinale a opção que mais se aproxima da sua realidade (antes e depois da pandemia):

- Eu contratava os serviços antes da pandemia e continuei contratando depois
 Eu contratava os serviços antes da pandemia, mas parei de contratar depois
 Eu não contratava os serviços antes da pandemia e passei a contratar depois
 Eu jamais contratei os serviços de trabalhador(a) doméstico(a)

SEÇÃO 02 - Divisão de tarefas dentro do lar**OBS: SE VOCÊ RESIDE SOZINHA(O), SIGA PARA A QUESTÃO Nº 21****15) ANTES DA PANDEMIA, qual era, em média, o percentual estimado de divisão de tarefas domésticas e de cuidado* absorvido pelas pessoas que residem com você - independentemente de dispor ou não de trabalhador(a) doméstica(a)?**

- Não havia divisão, eu fazia 100% das tarefas sozinho(o)
 Os demais residentes faziam menos de 50% das tarefas
 Os demais residentes faziam 50% das tarefas
 Os demais residentes faziam mais de 50% das tarefas
 Os demais residentes faziam 100% das tarefas, e eu 0%

***Tarefas domésticas:** atividades laborais que devem ser feitas no lar com alguma regularidade para manter a casa limpa e ordenada (lavar, passar, cozinhar, limpar a casa etc.)

*Entende-se por **Cuidado** as tarefas relacionadas ao cuidado afetivo e biológico para com crianças, idosos e doentes crônicos (doença crônica é aquela que persiste por períodos superiores a seis meses e não se resolve em um curto espaço de tempo)

OBS: Se ANTES DA PANDEMIA não havia divisão (ou seja, você fazia 100% das tarefas), siga para a questão nº 18

16) ANTES DA PANDEMIA, dentre os membros da família e/ou demais residentes da casa com os quais você contava para a divisão de tarefas domésticas e/ou de cuidado, classifique-os seguindo a seguinte escala de importância: 1 = pessoa que mais realizava tarefas; e 5 = pessoa que menos realizava tarefas - independentemente de dispor ou não de trabalhador(a)

- () Companheiro(a)
 () Filha(s) mulher(es)
 () Filho(s) homem(ns)
 () Demais moradoras da casa (mulheres)
 () Demais moradores da casa (homens)

17) ANTES DA PANDEMIA, quais tarefas domésticas e/ou de cuidado a(s) pessoa(s) que reside(m) com você realizava(m) - independentemente de dispor ou não de trabalhador(a) doméstico(a)? OBS: Marque quantas opções

Moradores e Atividades	Preparar alimentos	Servir alimentos	Arrumar a mesa	Lavar a louça	Limpar e manter roupas	Limpar e manter sapatos	Limpar o domicílio	Organizar o domicílio	Cuidado de crianças*	Cuidado de idosos**	Cuidado de doentes crônicos***
Companheiro(a)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
Filha(s)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
Filho(s)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
Demais moradoras da casa (mulheres)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
Demais moradores da casa (homens)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()

Tipos de Cuidado:

*Cuidado de crianças (envolve questões afetivas e biológicas, como alimentação/saúde/higiene, além de educar e brincar)

**Cuidado de idosos (envolve questões afetivas e biológicas, como alimentação/saúde/higiene, além de dar atenção e conversar)

***Cuidado de doentes crônicos (questões afetivas e biológicas, como alimentação/saúde/higiene, além de dar atenção e conversar)

18) A PARTIR DA PANDEMIA (março de 2020), qual foi, em média, o percentual estimado de mudança na divisão de tarefas domésticas e de cuidado* no âmbito do lar - independentemente de dispor ou não de trabalhador(a) doméstico(a)?

- () Não houve aumento da divisão de tarefas porque eu continuei fazendo tudo sozinha(o)
 () O nível de divisão de tarefas aumentou só um pouco (menos de 50%)
 () O nível de divisão de tarefas aumentou em 50%
 () O nível de divisão de tarefas aumentou mais que 50%
 () Eu não tenho mais responsabilidade pelas tarefas domésticas (estão sob responsabilidade de outros)

***Tarefas domésticas:** atividades laborais que devem ser feitas no lar com alguma regularidade para manter a casa limpa e ordenada (lavar, passar, cozinhar, limpar a casa etc.)

*Entende-se por **Cuidado** as tarefas relacionadas ao cuidado afetivo e biológico para com crianças, idosos e doentes crônicos (doença crônica é aquela que persiste por períodos superiores a seis meses e não se resolve em um curto espaço de tempo)

19) ANTES DA PANDEMIA, quantas horas semanais, em média, você dedicava às atividades domésticas e/ou de cuidado - independentemente de dispor ou não de trabalhador(a)

- Nenhuma
- De 1h a 4h por semana
- De 5h a 8h por semana
- De 9h a 12h por semana
- De 13h a 16h por semana
- De 17h a 20h por semana
- Acima de 20h por semana

20) A PARTIR DA PANDEMIA (março de 2020), quantas horas semanais, em média, você passou dedicar à realização de atividades domésticas e/ou de cuidado - independentemente de dispor ou não de trabalhador(a) doméstico(a)?

- Nenhuma
- De 1h a 4h por semana
- De 5h a 8h por semana
- De 9h a 12h por semana
- De 13h a 16h por semana
- De 17h a 20h por semana
- Acima de 20h por semana

OBS: Se A PARTIR DA PANDEMIA não houve divisão (ou seja, você continuou fazendo 100% das tarefas), siga para a questão nº 23

21) A PARTIR DA PANDEMIA (março de 2020), dentre os membros da família e/ou demais residentes da casa com os quais você passou a contar para a divisão de tarefas domésticas e/ou de cuidado, classifique-os seguindo a seguinte escala de importância: 1 = pessoa que mais passou a realizar tarefas; e 5 = pessoa que menos passou a realizar tarefas - independentemente de dispor ou não de trabalhador(a) doméstico(a):

- Companheiro(a)
- Filha(s) mulher(es)
- Filho(s) homem(ns)
- Demais moradoras da casa (mulheres)
- Demais moradores da casa (homens)

22) A PARTIR DA PANDEMIA (março de 2020), quais tarefas domésticas e/ou de cuidado a(s) pessoa(s) que reside(m) com você passou(aram) a realizar - independentemente de dispor ou não de trabalhador(a) doméstico(a)? OBS: Marque quantas opções forem necessárias.

Moradores e Atividades	Preparar alimentos	Servir alimentos	Arrumar a mesa	Lavar a louça	Limpar e manter roupas	Limpar e manter sapatos	Limpar o domicílio	Organizar o domicílio	Cuidado de crianças*	Cuidado de idosos**	Cuidado de doentes crônicos***
Companheiro(a)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
Filha(s)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
Filho(s)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
Demais moradoras da casa (mulheres)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
Demais moradores da casa (homens)	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()

Tipos de Cuidado:

*Cuidado de crianças (envolve questões afetivas e biológicas, como alimentação/saúde/higiene, além de educar e brincar)

**Cuidado de idosos (envolve questões afetivas e biológicas, como alimentação/saúde/higiene, além de dar atenção e conversar)

***Cuidado de doentes crônicos (questões afetivas e biológicas, como alimentação/saúde/higiene, além de dar atenção e conversar)

23) ANTES DA PANDEMIA, quais eram as redes de apoio social* com as quais você contava? OBS: Marque quantas opções forem necessárias.

- () Nenhuma
- () Escola (dos filhos)
- () Creche (dos filhos)
- () Meus pais e/ou sogra/sogro
- () Empregada(o) doméstica(o)
- () Diarista
- () Cuidador(a) de crianças
- () Cuidador(a) de idosos
- () Cuidador(a) de doentes crônicos
- () Vizinhos
- () Amigos
- () Outros familiares

***A Rede de apoio social:**

É formada por pessoas, comunidades, grupos e demais instituições das quais os indivíduos podem dispor de amparo, quando necessitam. Tais redes são construídas e consolidadas por meio da convivência e de trocas afetivas, as quais geram laços e vínculos de segurança e confiança.

24) Dentre as redes de apoio social com as quais você contava, selecione, no máximo 3, das mais importantes para você:

- Nenhuma
- Escola (dos filhos)
- Creche (dos filhos)
- Meus pais e/ou sogra/sogro
- Empregada(o) doméstica(o)
- Diarista
- Cuidador(a) de crianças
- Cuidador(a) de idosos
- Cuidador(a) de doentes crônicos
- Vizinhos
- Amigos
- Outros familiares

SEÇÃO 03 - Informações relacionadas à docência

25) Dentre as principais dificuldades encontradas no FORMATO de ensino remoto, selecione as mais desafiadoras para você (máximo de 3 opções):

- Avaliação da aprendizagem dos alunos
- Aplicação de exercícios e atividades, durante a aula síncrona (ao vivo)
- Interação com os estudantes na aula síncrona (ao vivo)
- Organização das aulas síncronas (ao vivo) e assíncronas (gravadas)
- Interação com os pais dos estudantes (no sentido de intermediarem o ensino remoto)
- Instabilidades na conexão de internet
- Dificuldades de concentração nas aulas, devido às influências do ambiente doméstico

26) Sobre a sua jornada diária de trabalho COMO DOCENTE, durante a pandemia, responda:

- Não houve alteração da minha jornada diária de trabalho
- Aumento de 1 hora diária
- Aumento de 2 horas diárias
- Aumento de 3 horas diárias
- Aumento de 4 horas diárias
- Aumento de 5 horas diárias
- Aumento de 6 horas diárias ou mais

27) Qual é a sua percepção da QUALIDADE DO APRENDIZADO DOS ALUNOS que conseguiram acompanhar as aulas remotas?

- NÃO HOUVE ALTERAÇÃO da qualidade do aprendizado
- Houve DIMINUIÇÃO da qualidade do aprendizado
- Houve AUMENTO da qualidade do aprendizado

28) Qual é a sua percepção da QUALIDADE DO SEU TRABALHO COMO DOCENTE por meio das aulas remotas, mediante as condições impostas pela pandemia?

- NÃO HOUVE ALTERAÇÃO da qualidade do trabalho desenvolvido
- Houve DIMINUIÇÃO da qualidade do trabalho desenvolvido
- Houve AUMENTO da qualidade do trabalho desenvolvido

29) Em relação ao tempo gasto consigo mesma(o), na pandemia, buscando suprir as necessidades do corpo e da mente, com horas de lazer, atividades físicas e sociais, avalie:

- NÃO HOUVE ALTERAÇÃO do tempo para me cuidar
- Houve DIMINUIÇÃO do tempo para me cuidar
- Houve AUMENTO do tempo para me cuidar

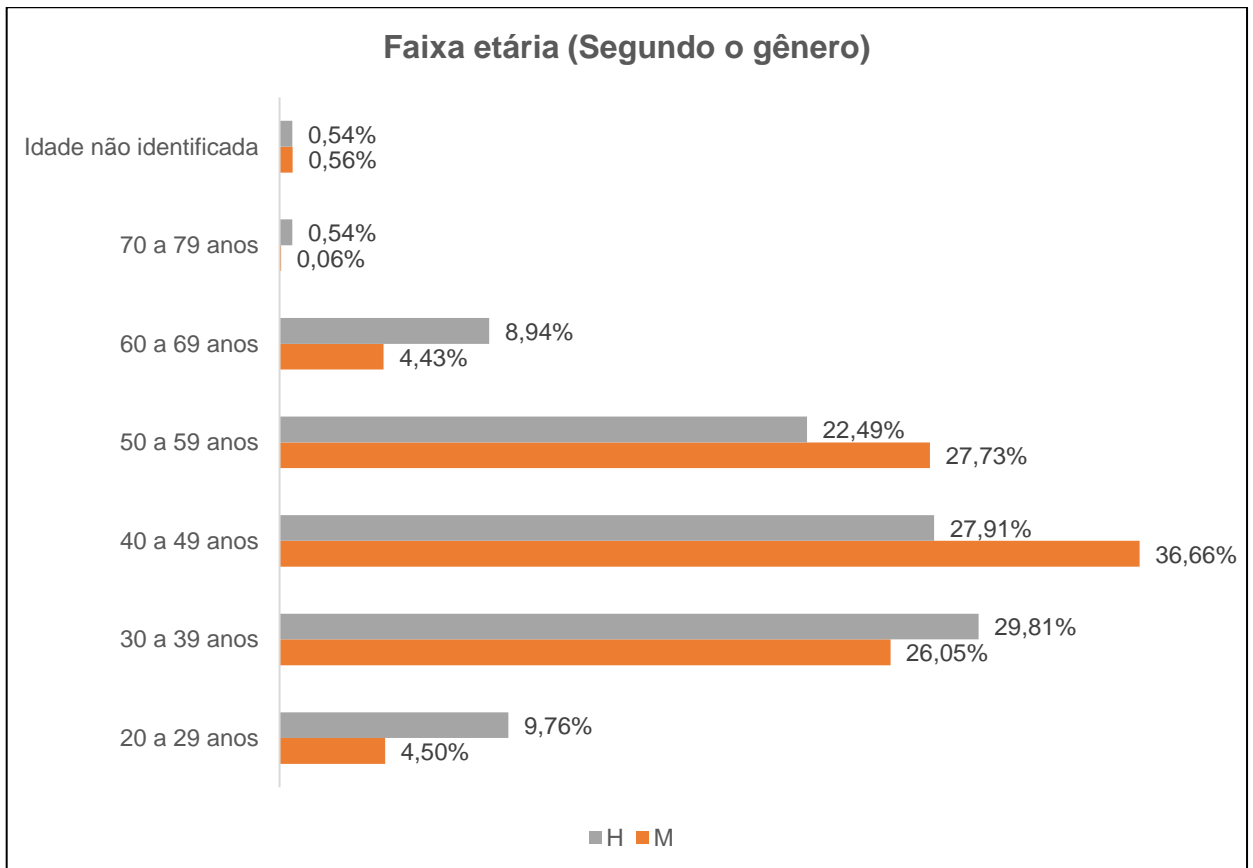
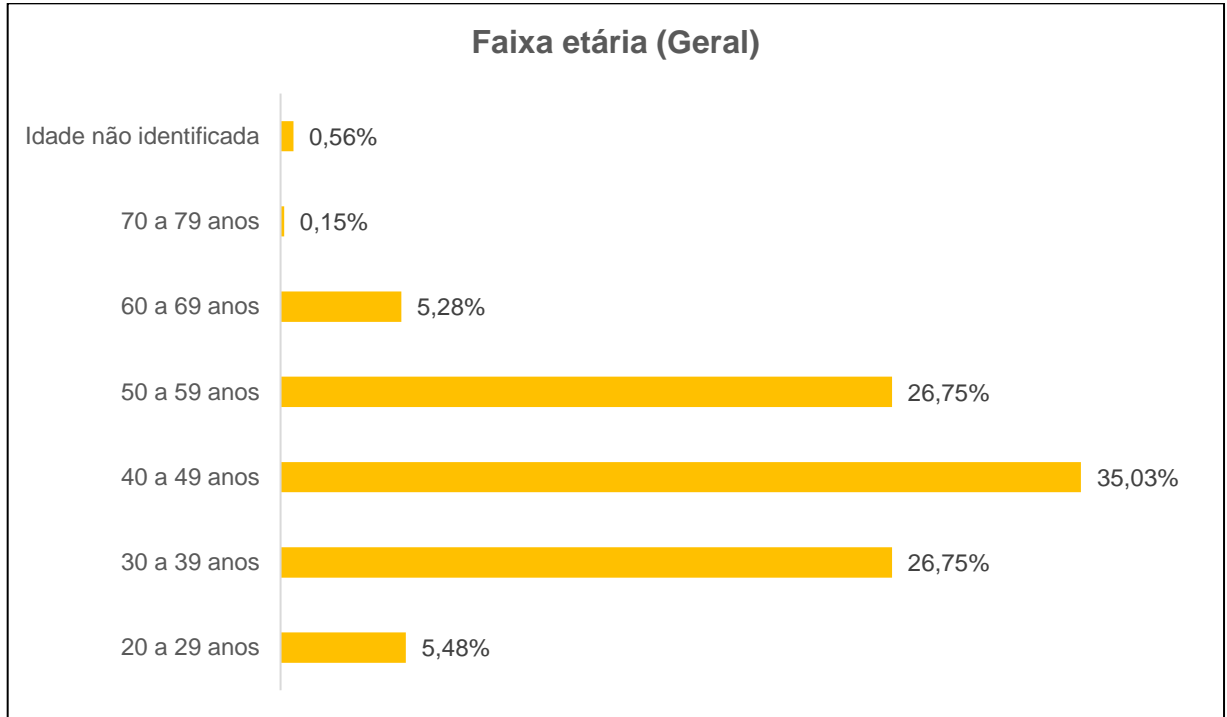
30) Qual(is) o(s) efeito(s) do trabalho remoto (home office) sobre sua saúde FÍSICA? OBS: Marque quantas opções forem necessárias.

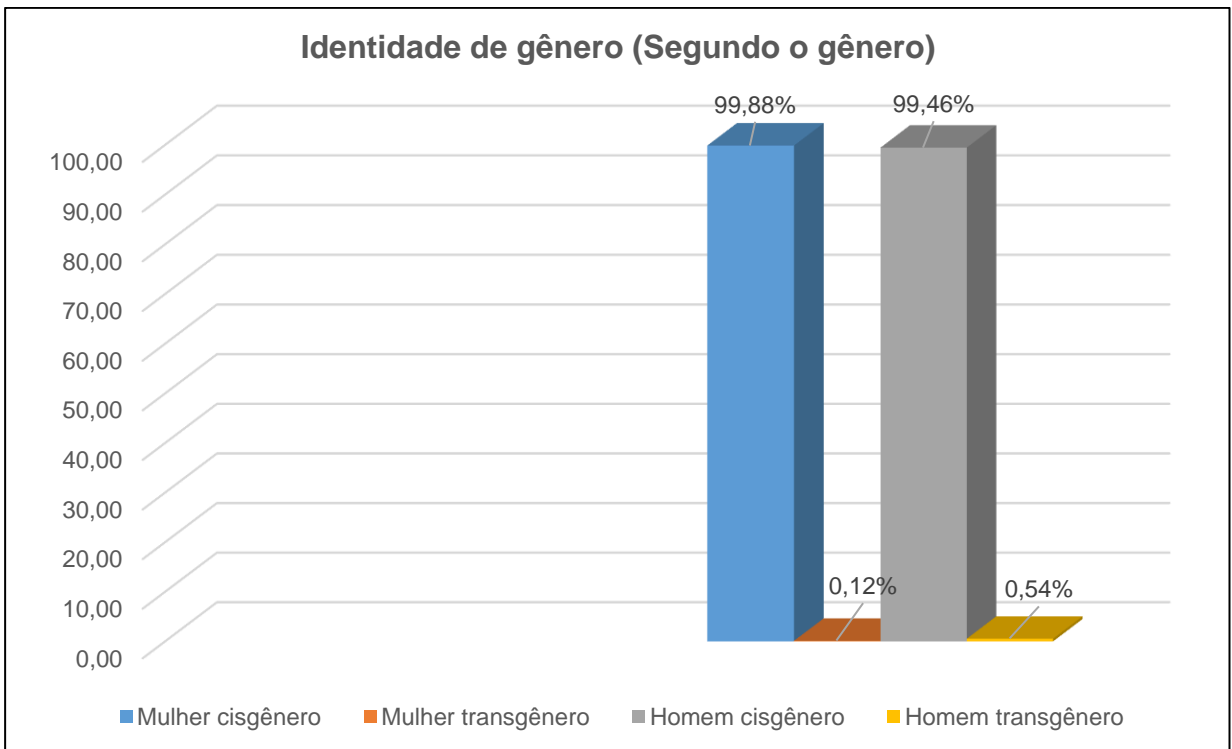
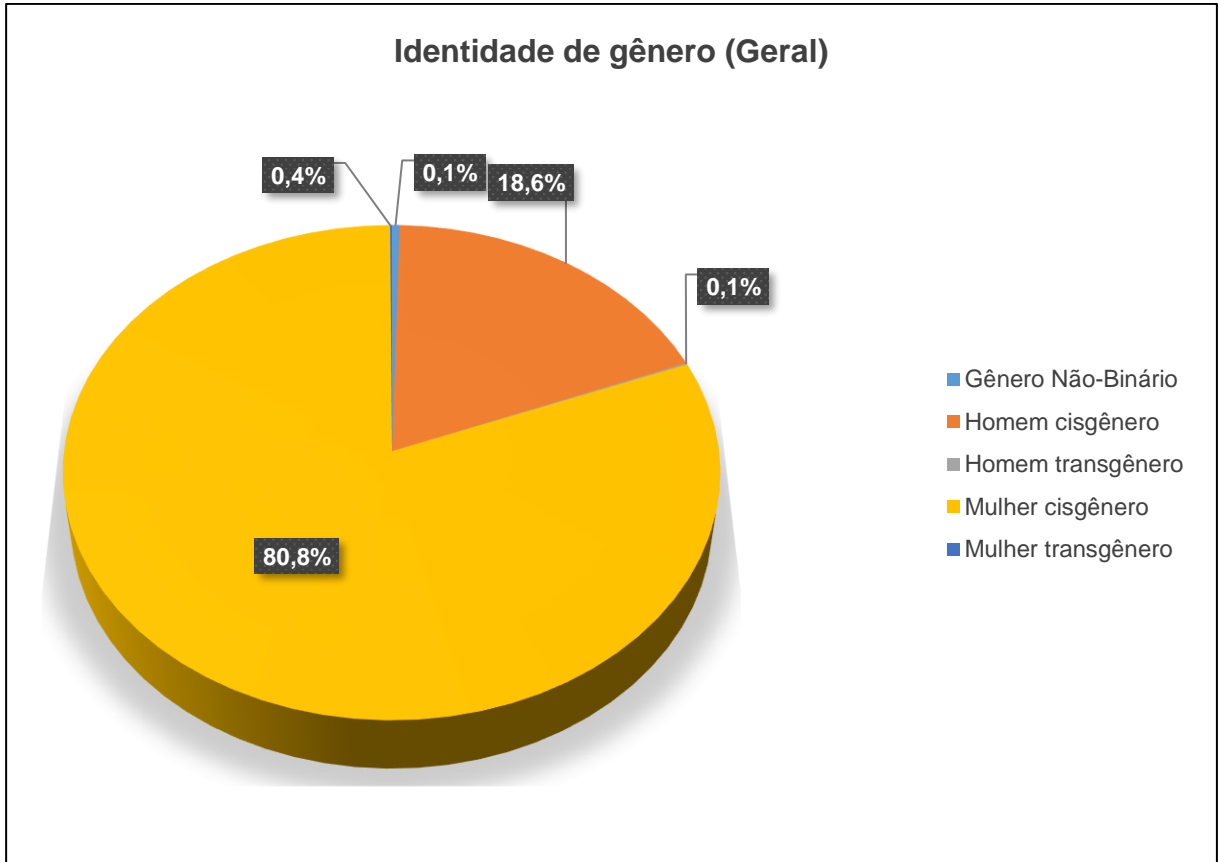
- Não causou efeitos negativos sobre minha saúde física
- Aumento do consumo de álcool e/ou cigarro
- Diminuição de exercícios físicos
- Alimentação menos saudável
- Alteração do sono
- Alteração do apetite
- Aumento do cansaço e fadiga
- Outros

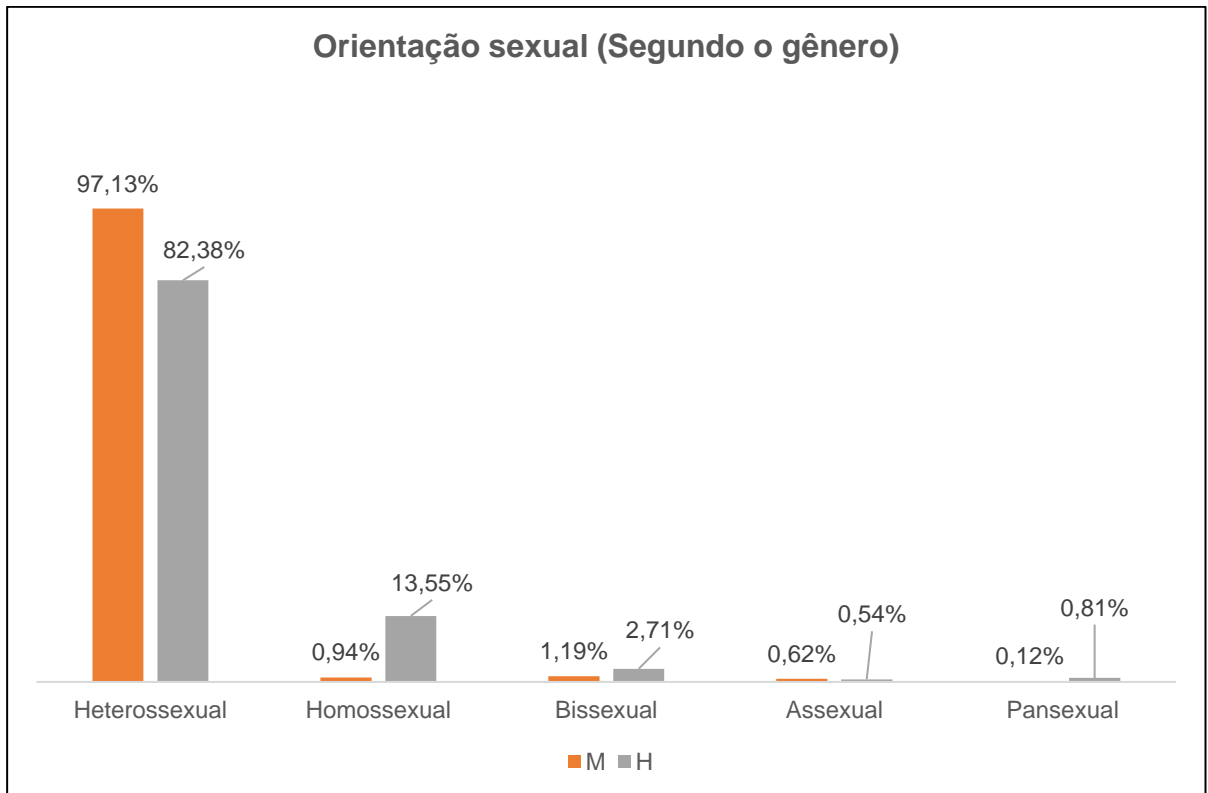
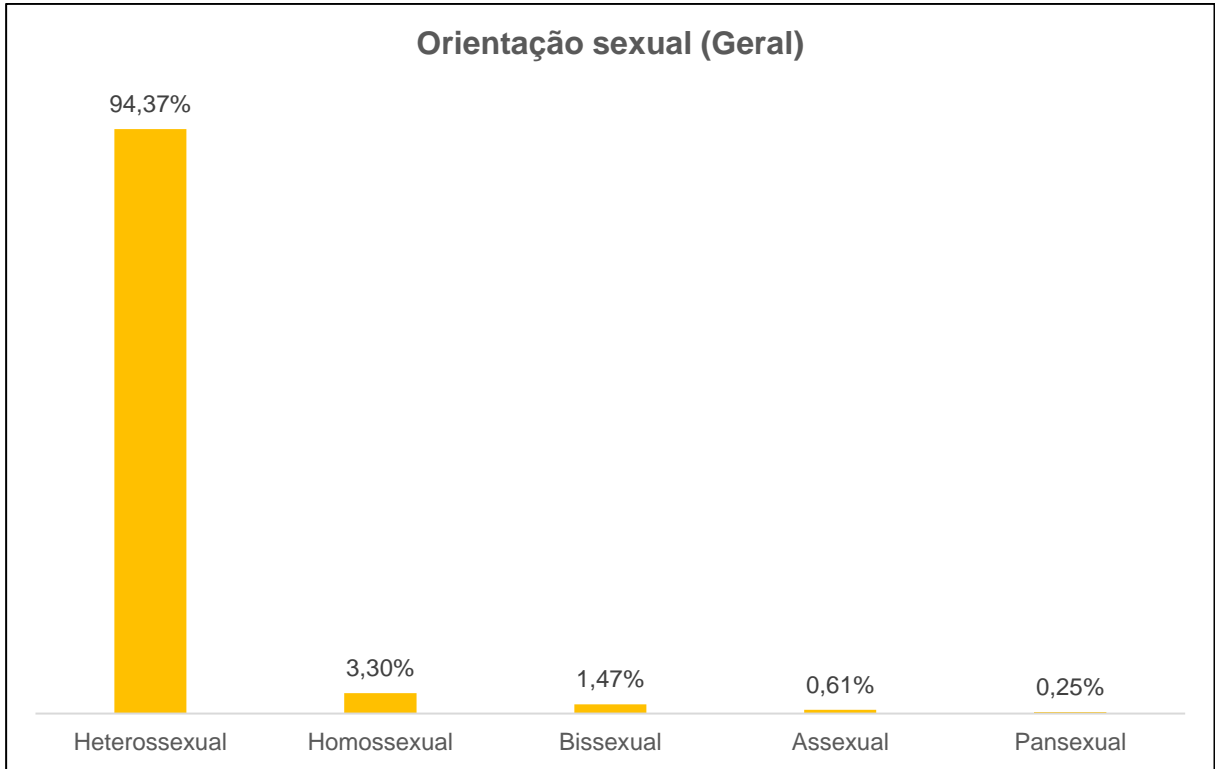
31) Qual(is) o(s) efeito(s) do trabalho remoto (home office) sobre sua saúde MENTAL? OBS: Marque quantas opções forem necessárias.

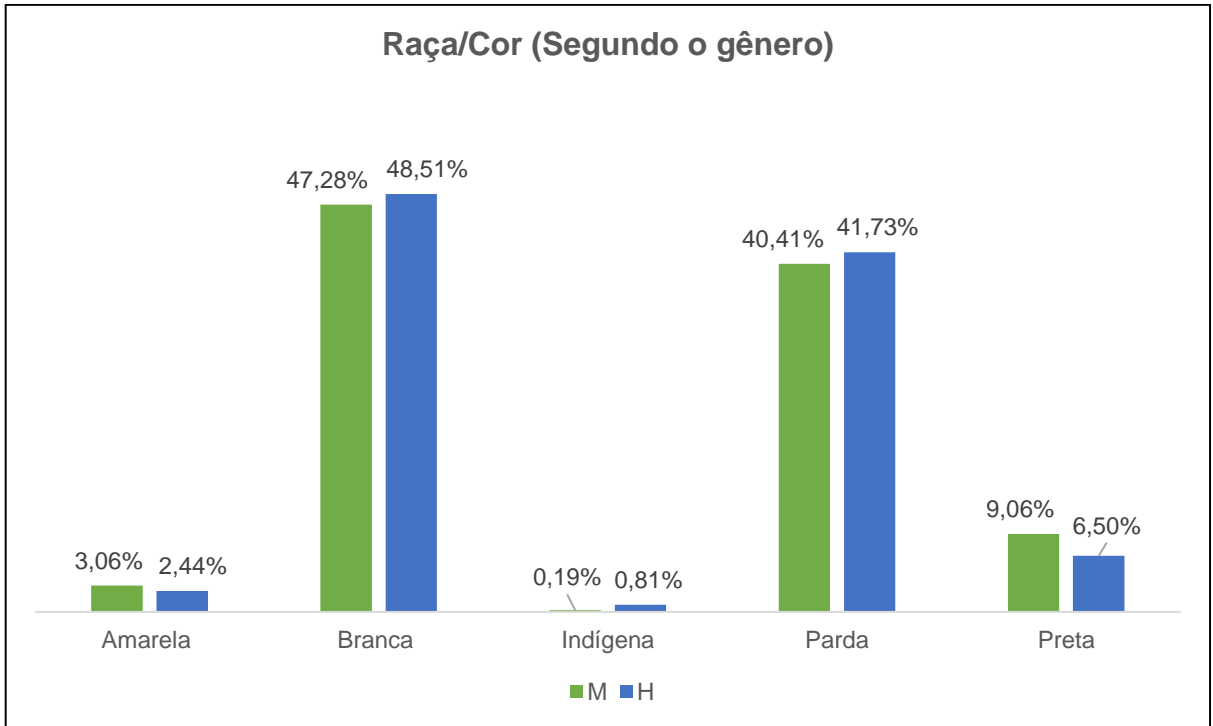
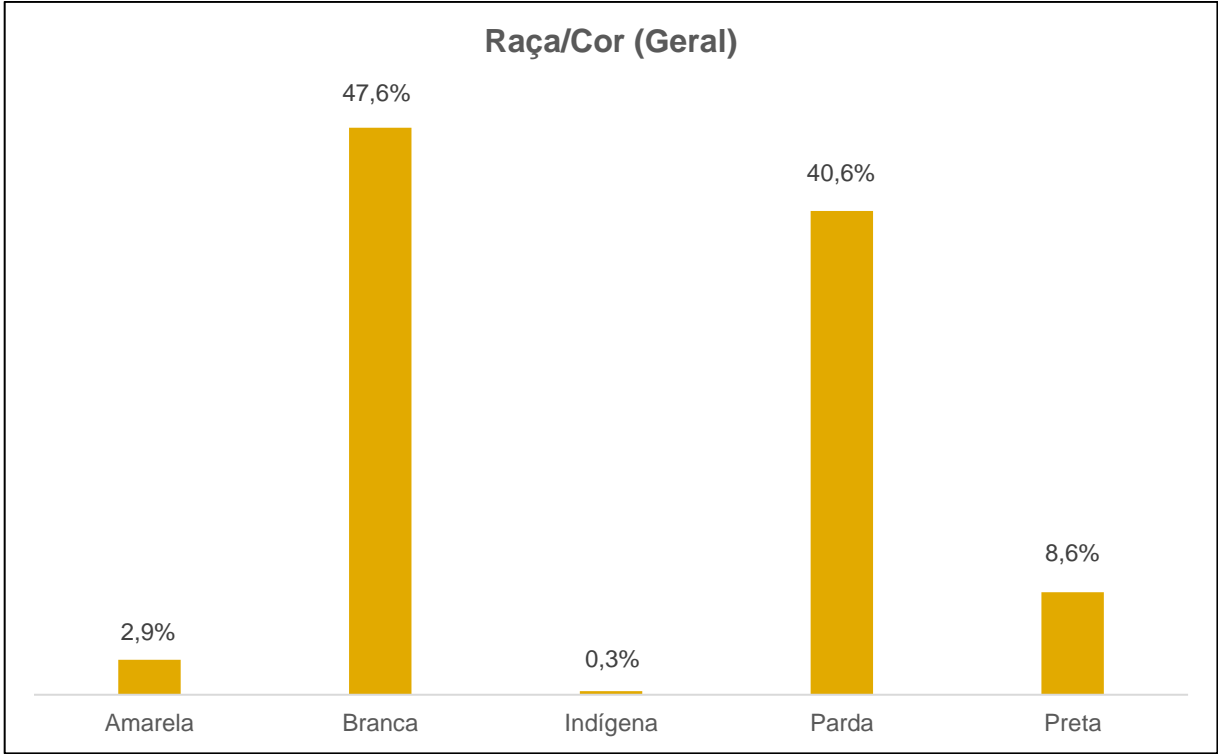
- Não causou efeitos negativos sobre minha saúde mental
- Irritabilidade
- Solidão
- Ansiedade
- Tristeza
- Depressão
- Síndrome do pânico
- Medos e fobias
- Outros

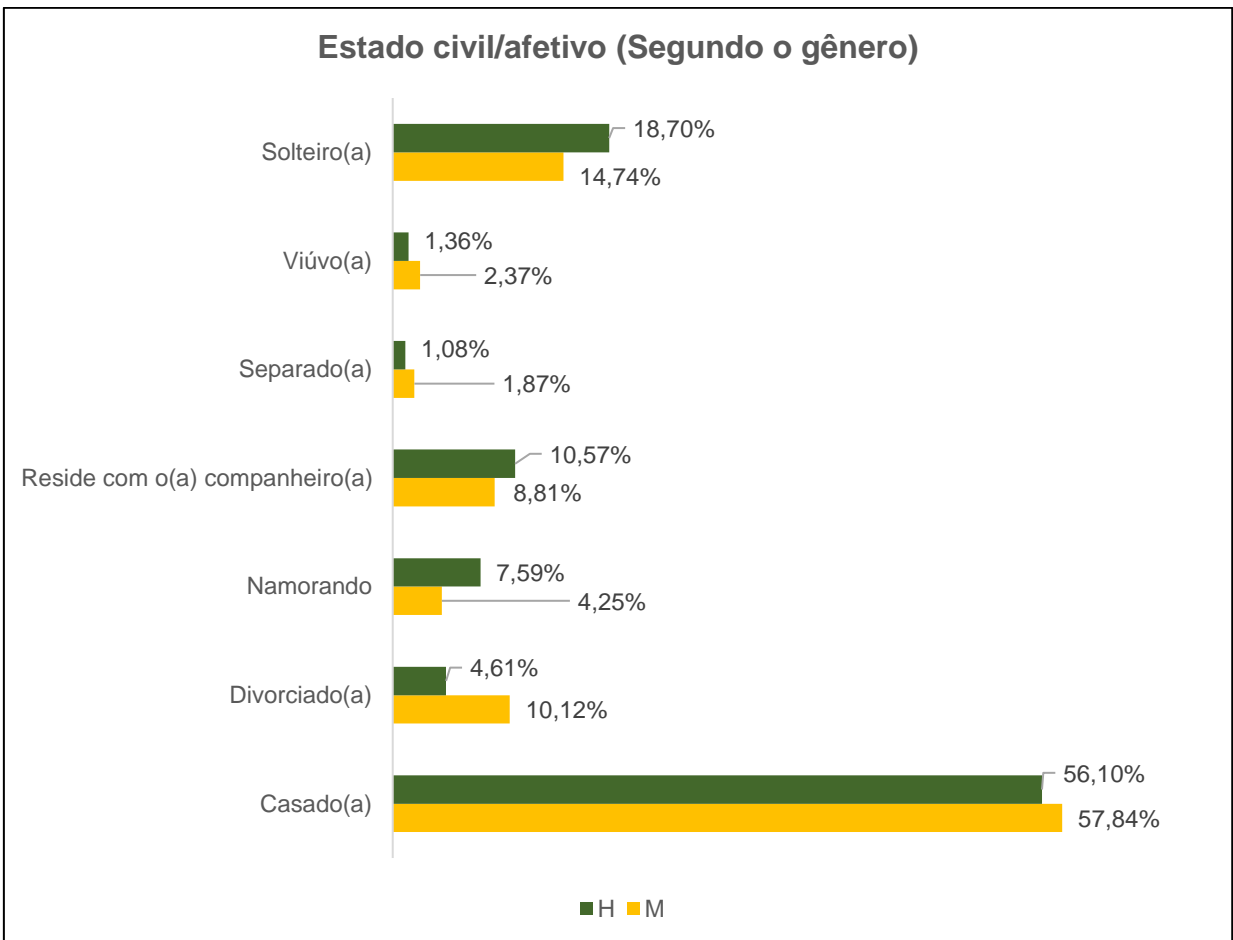
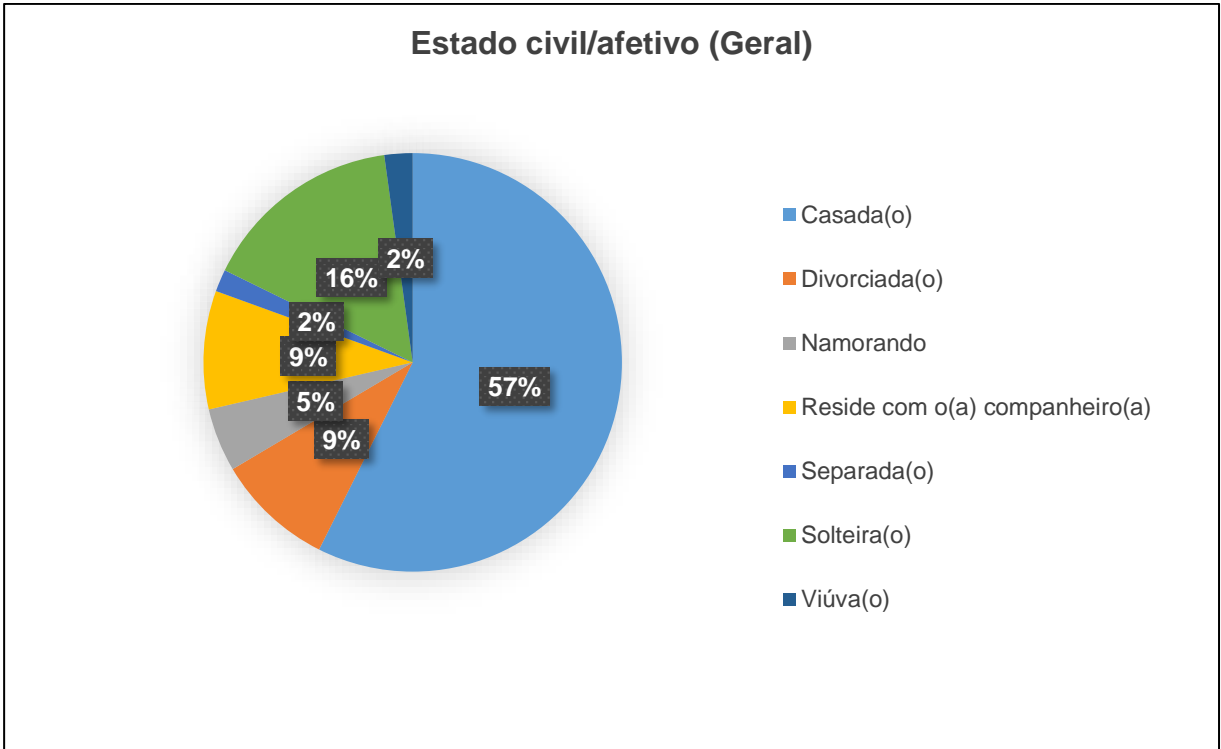
APÊNDICE C – Resultados da coleta de dados primários

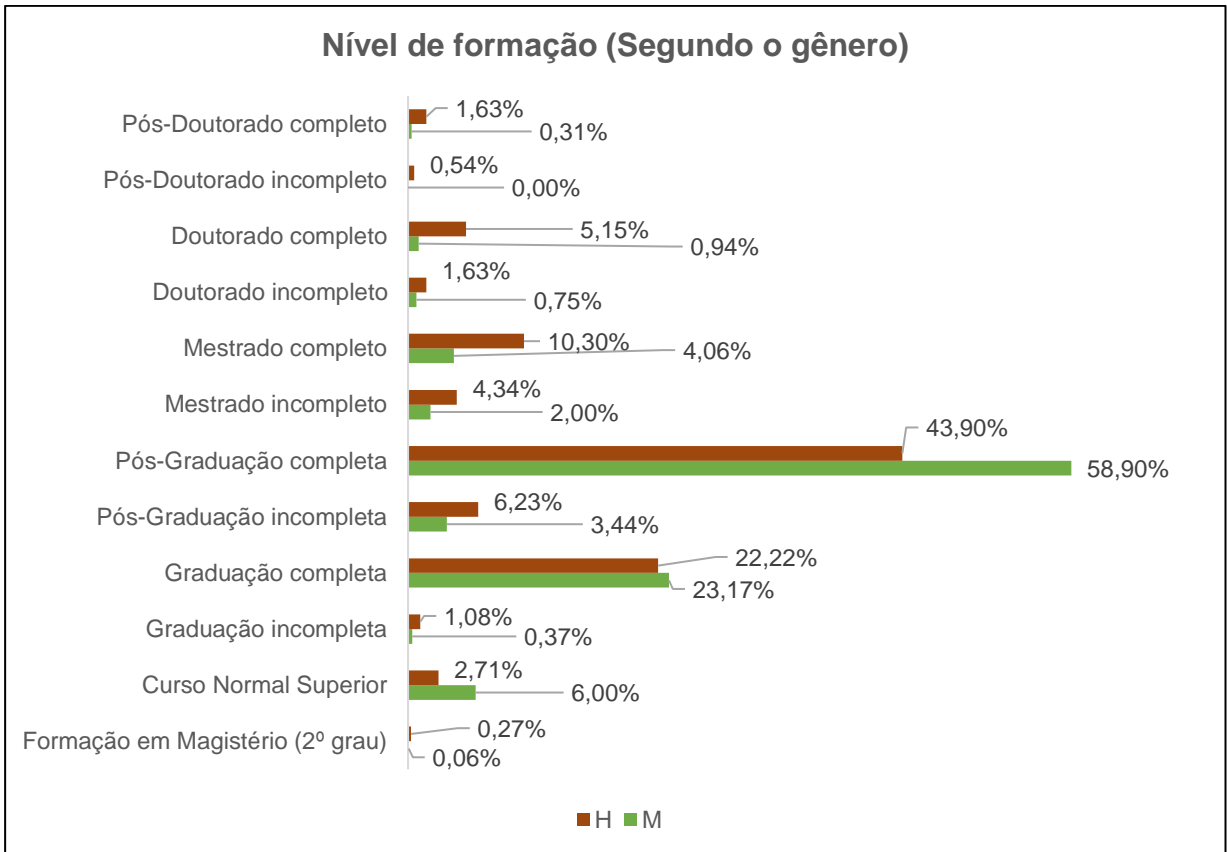
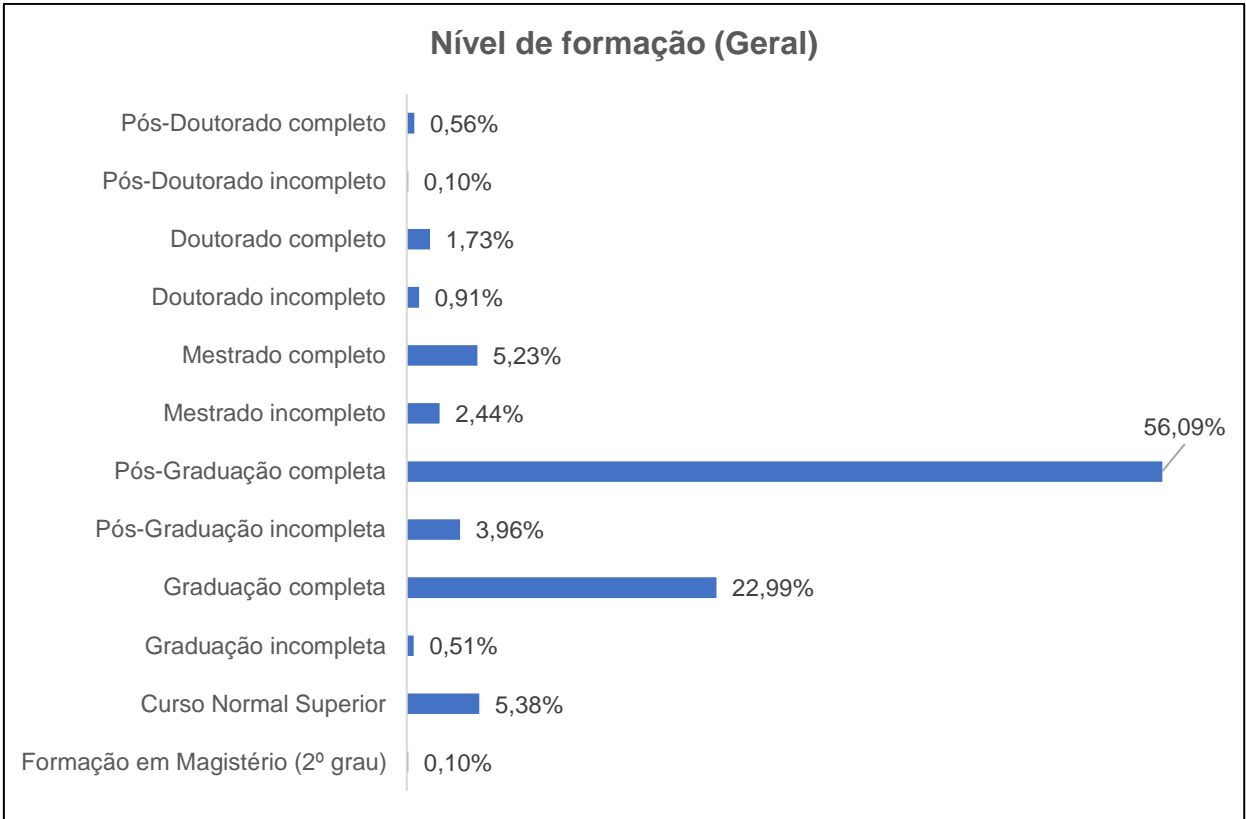


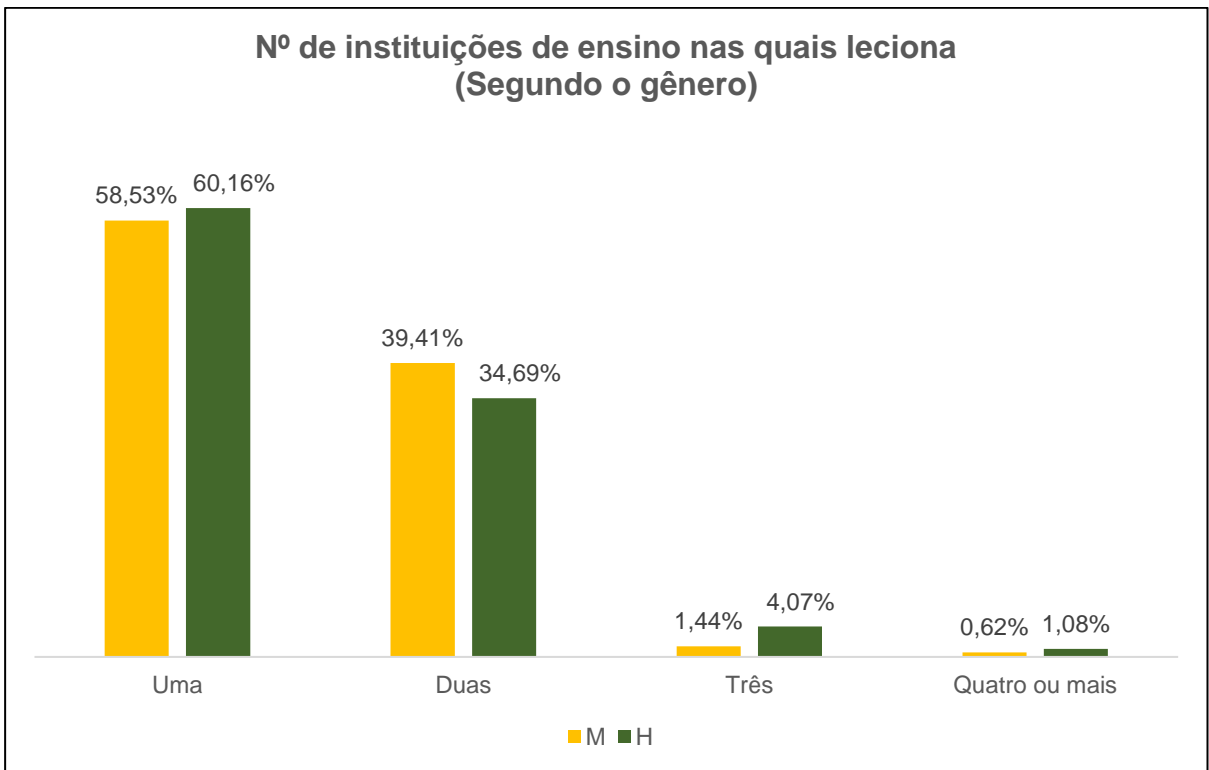
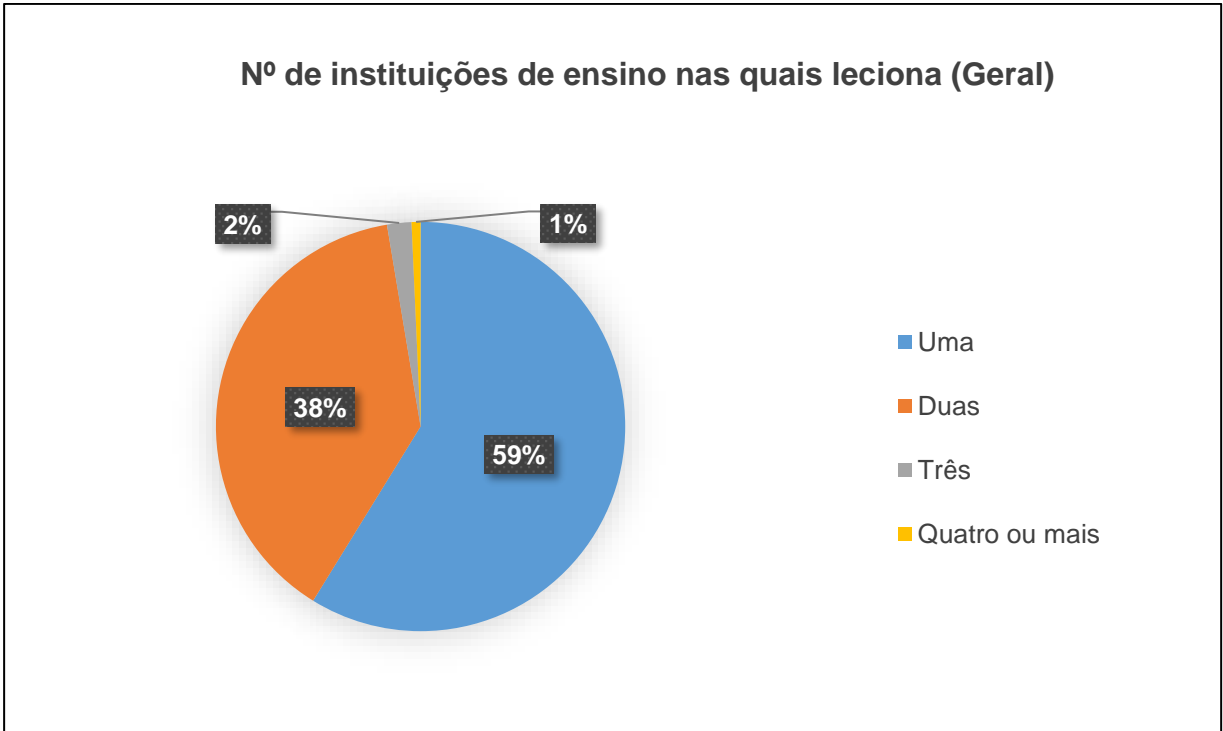


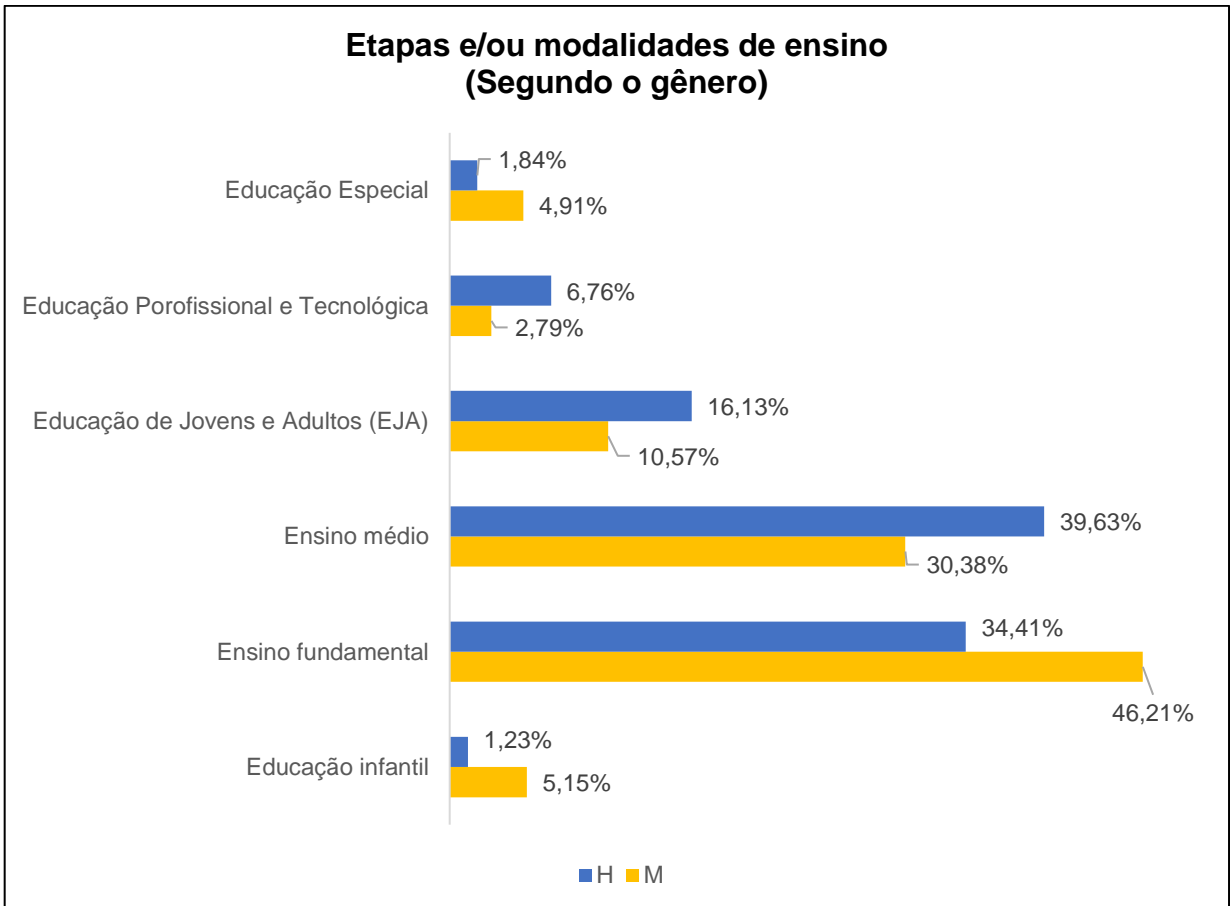
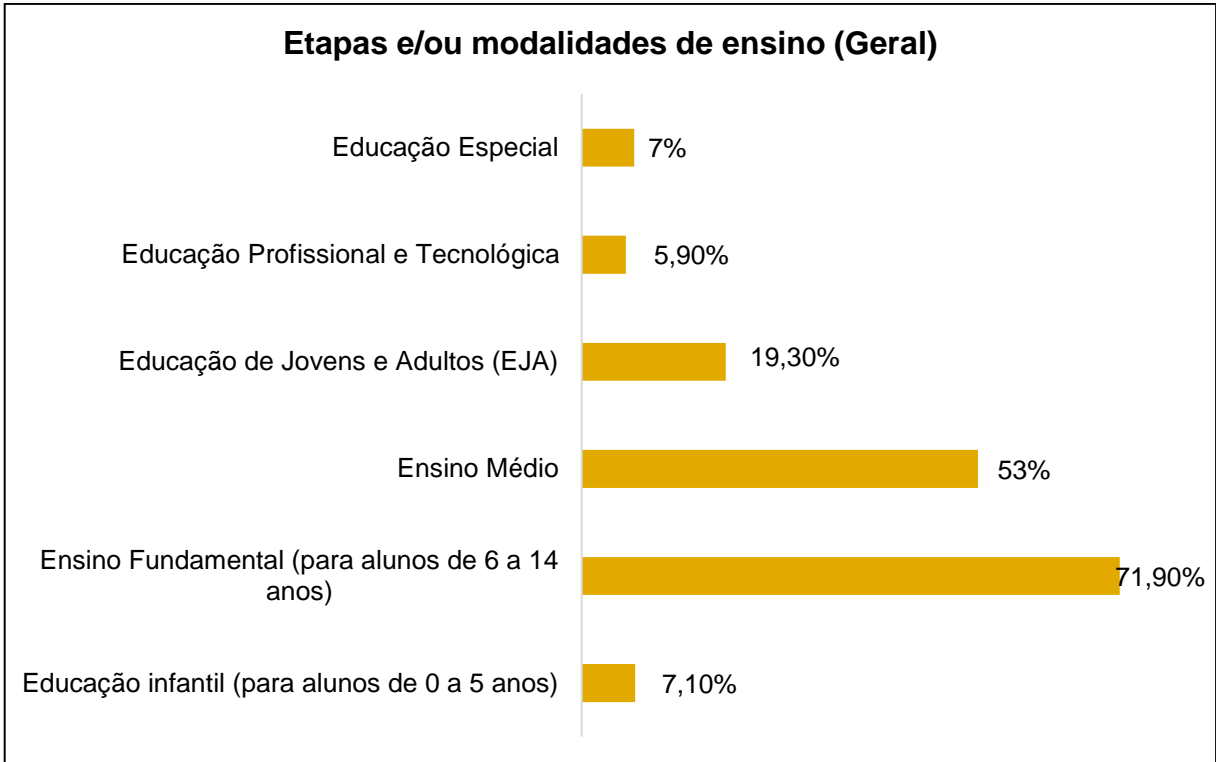


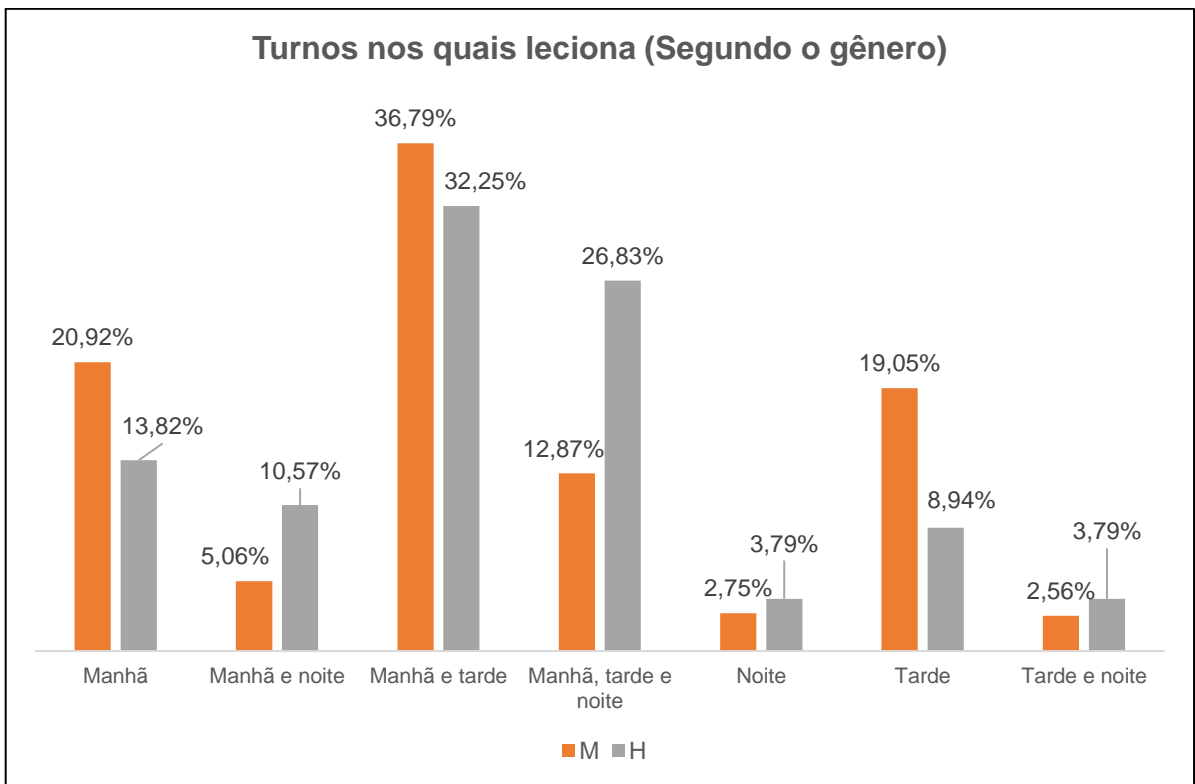
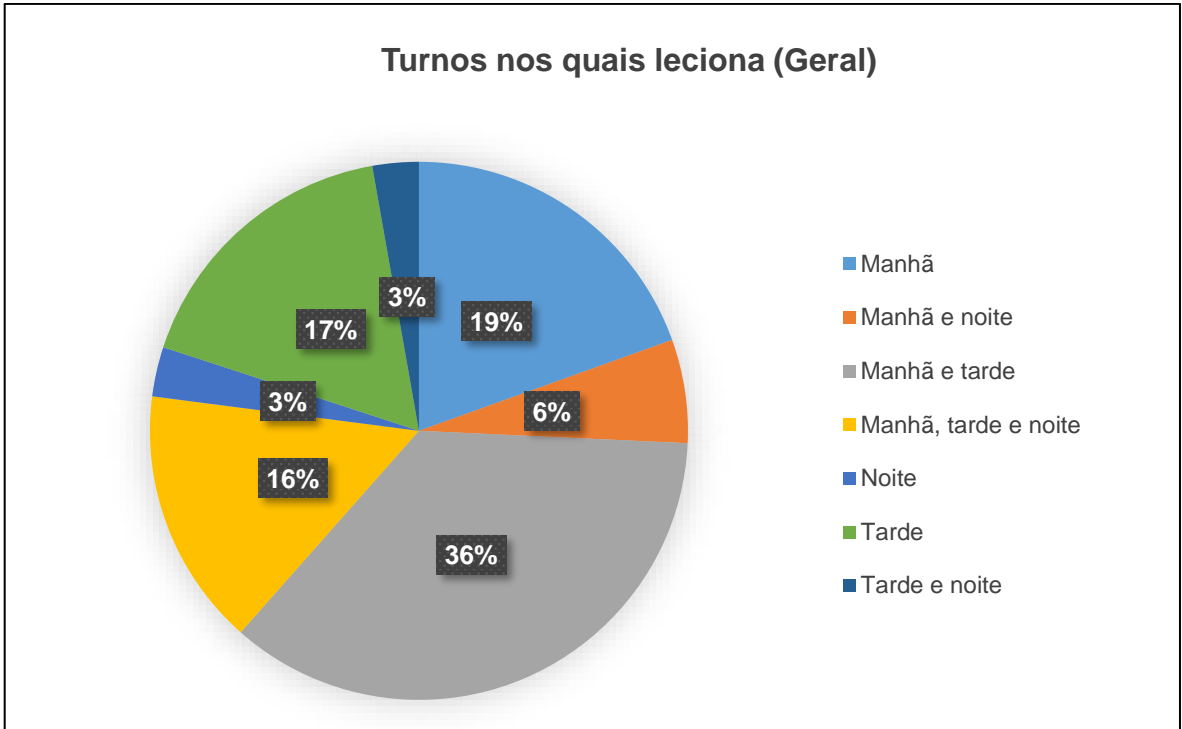


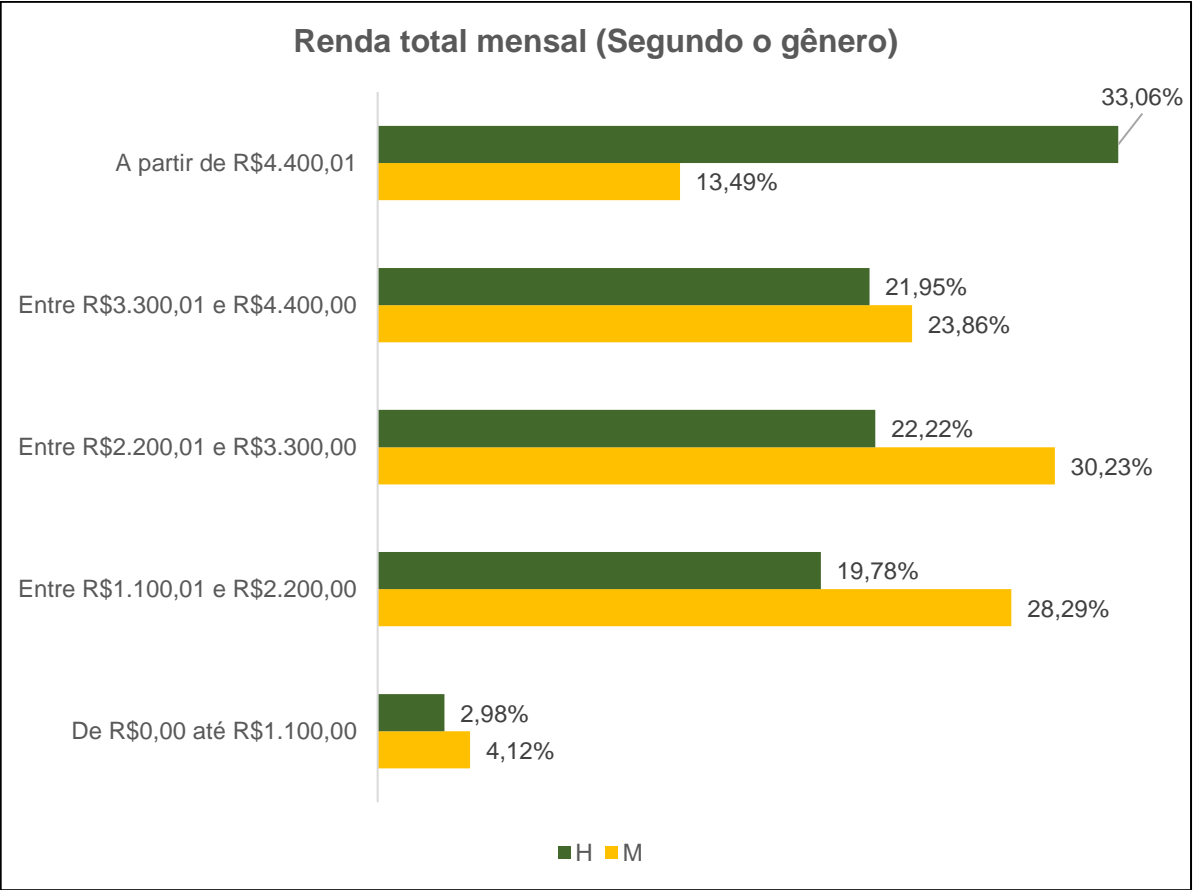
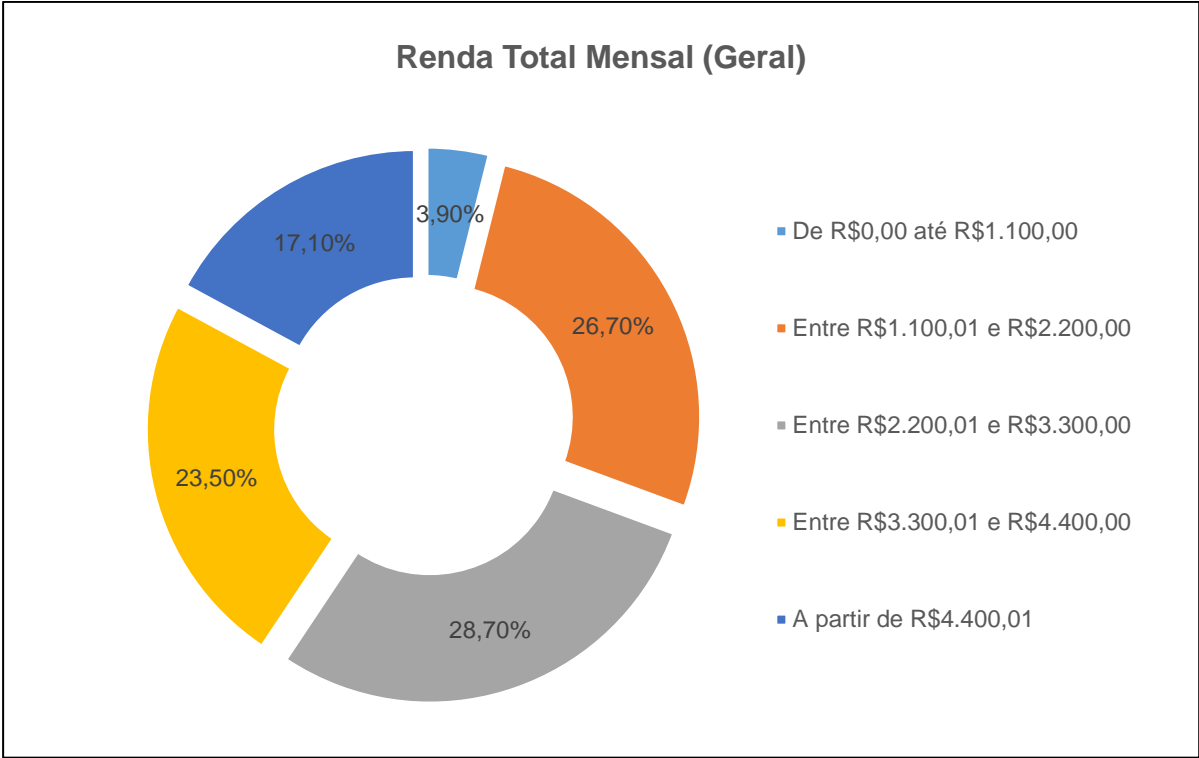


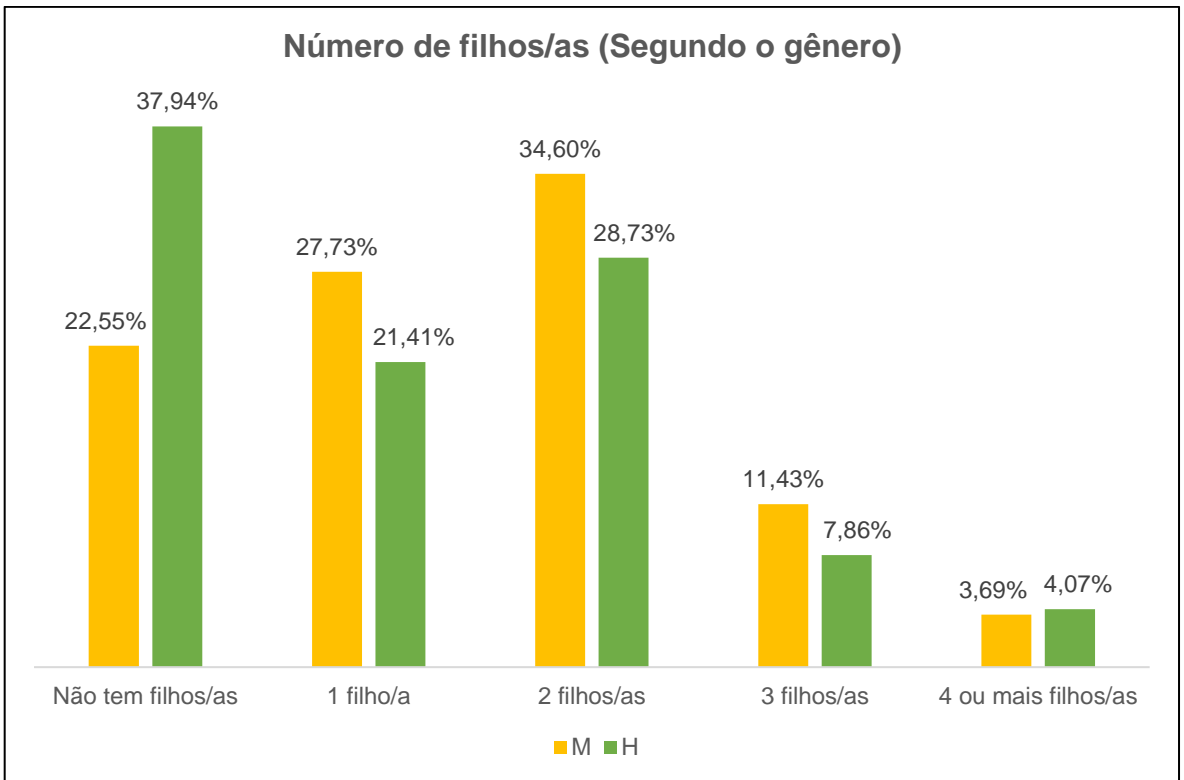
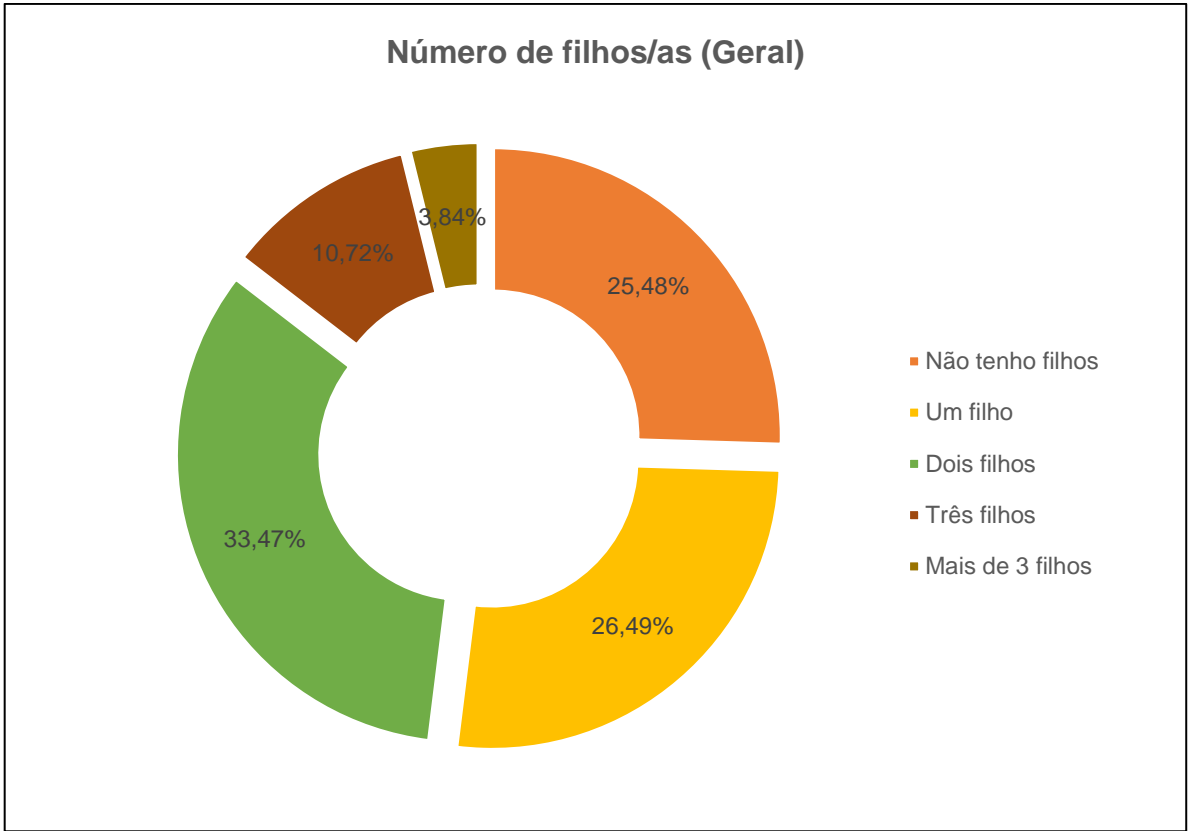


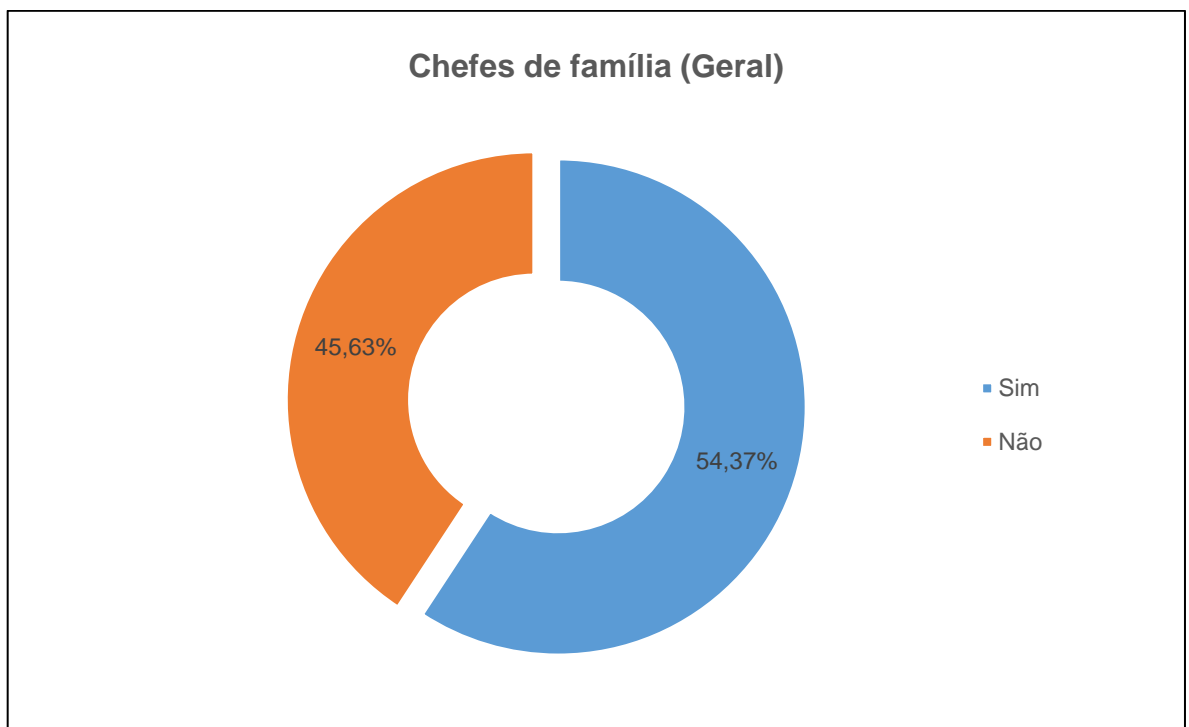
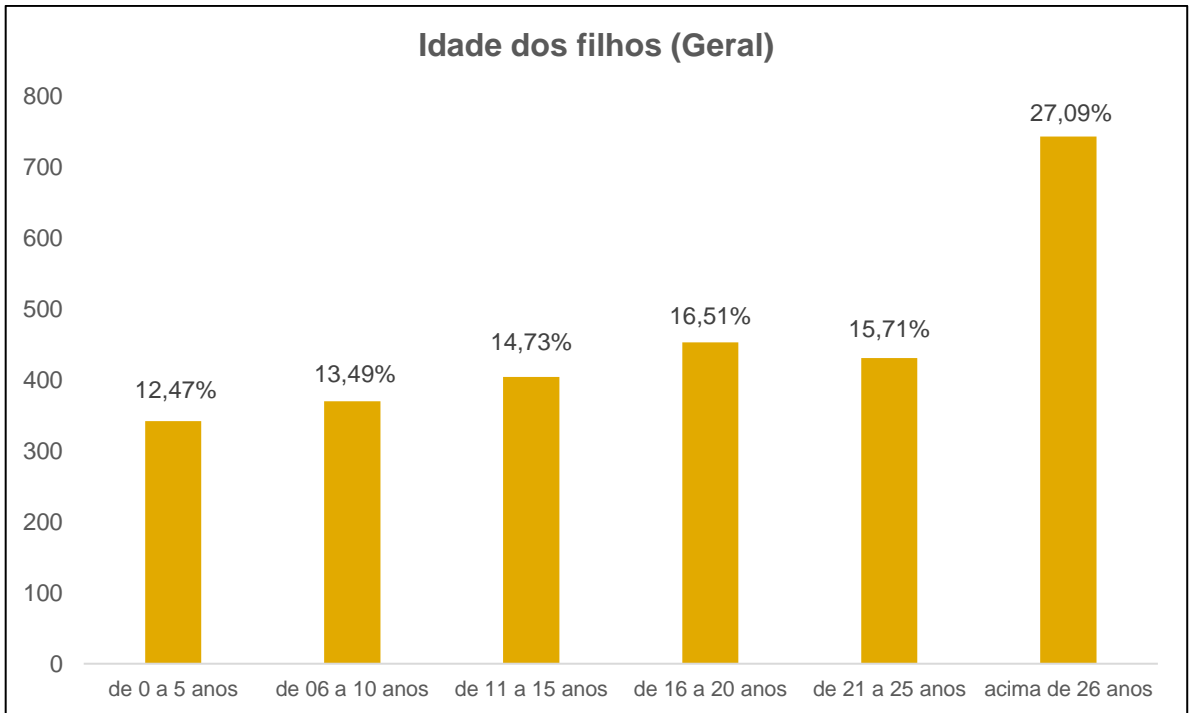


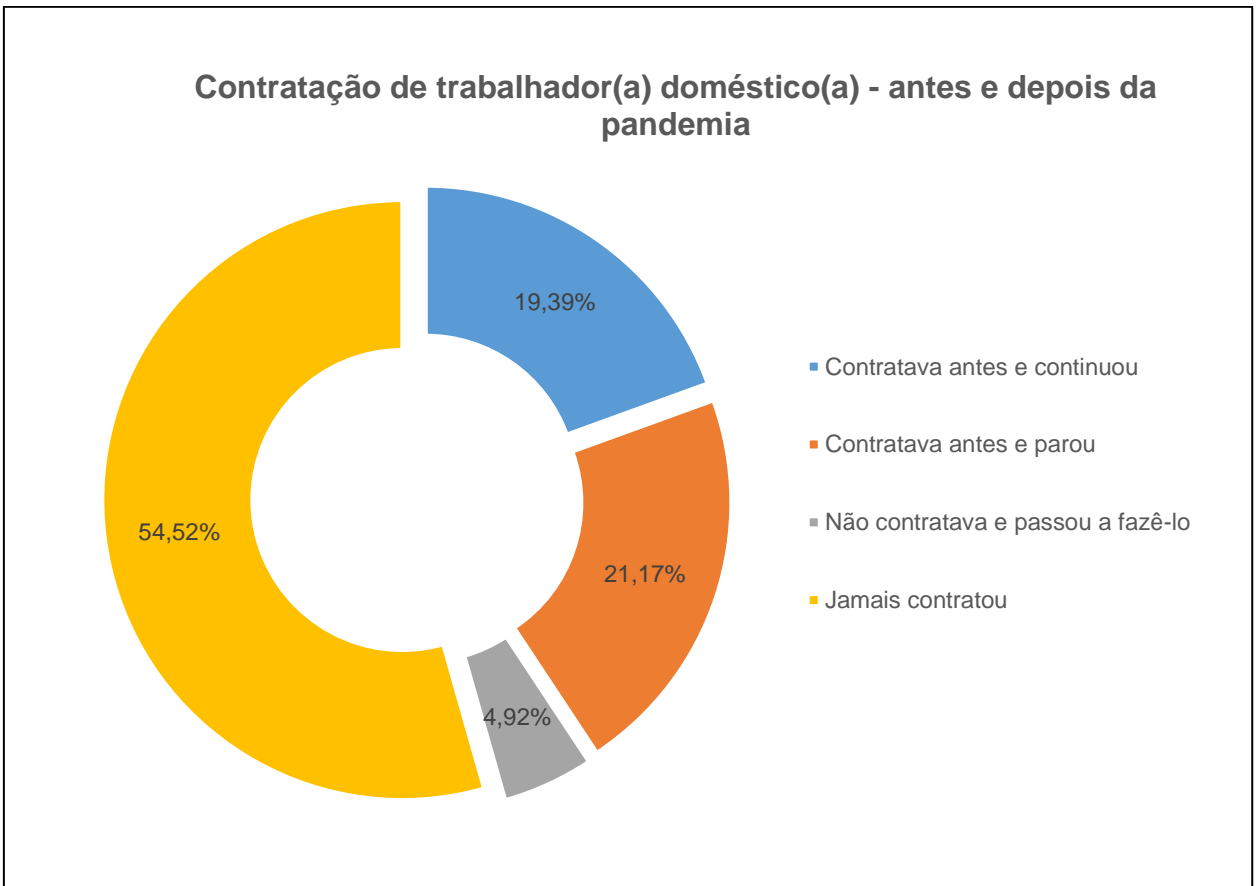
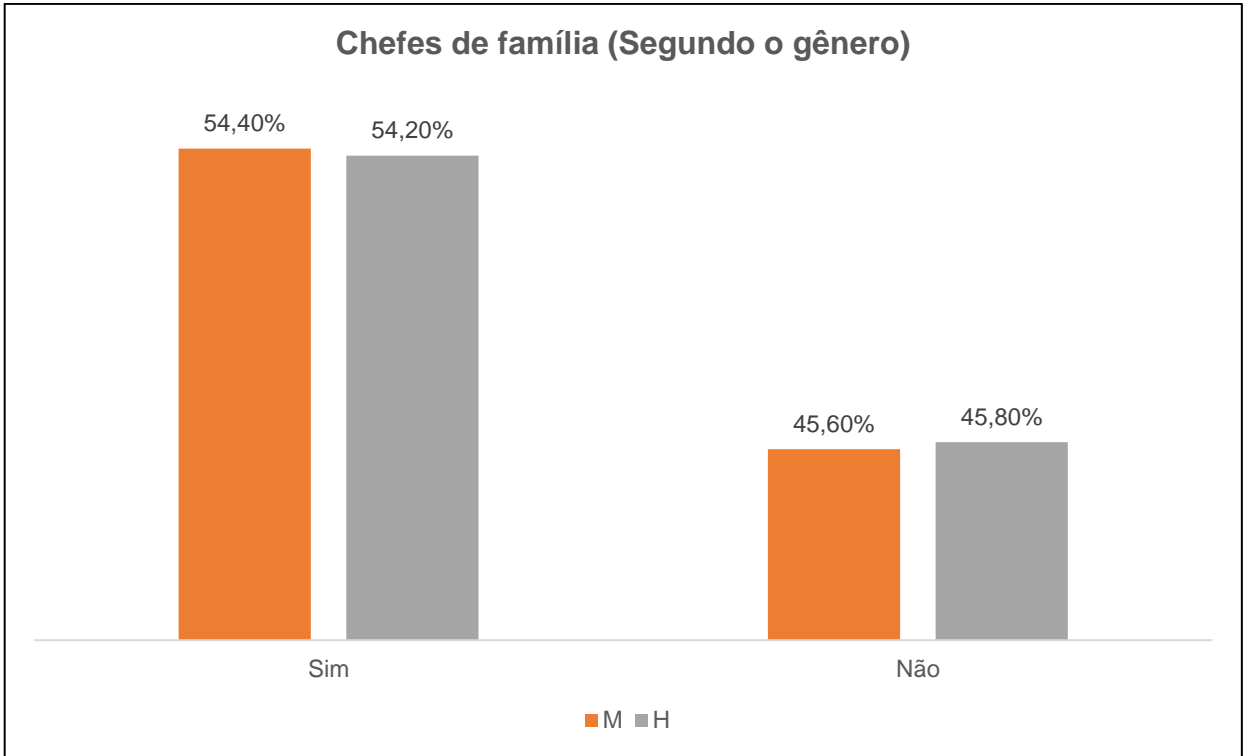


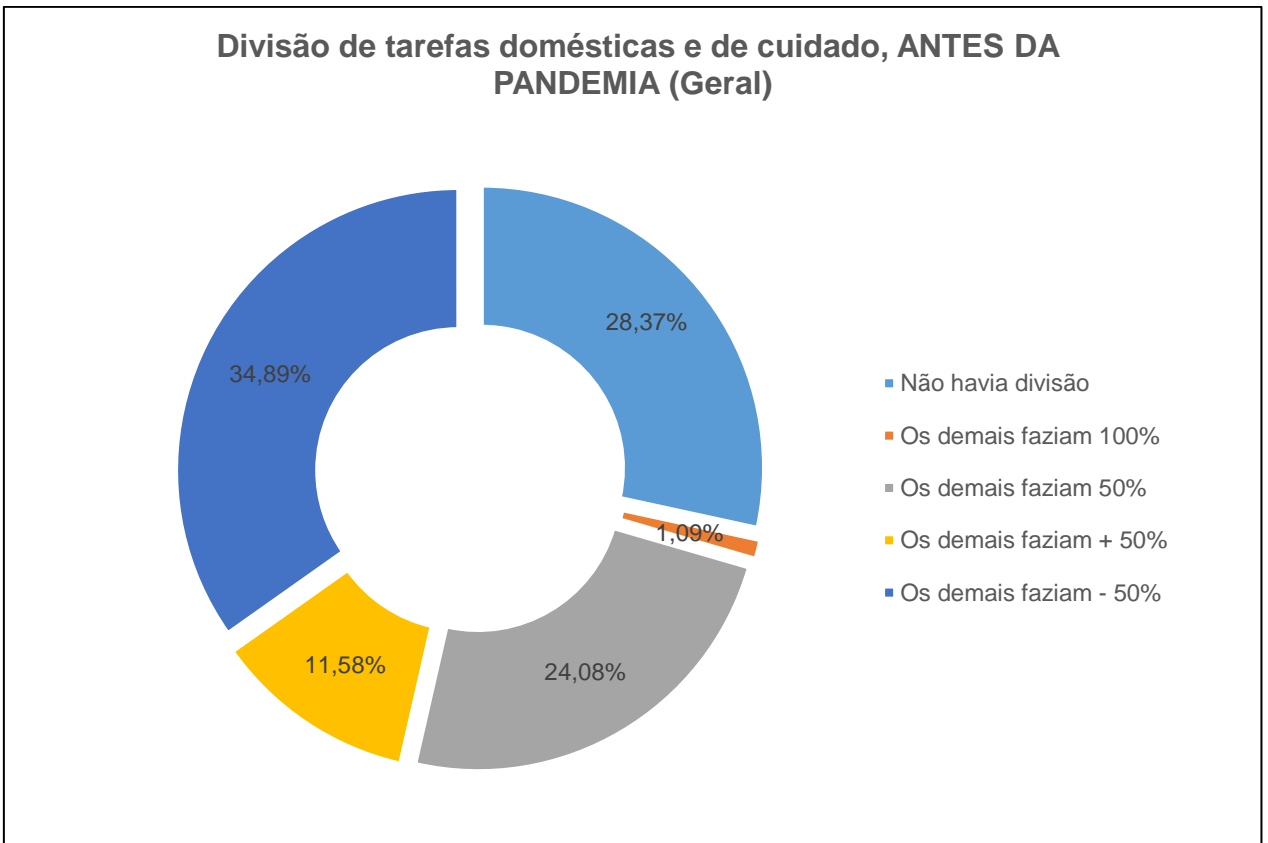
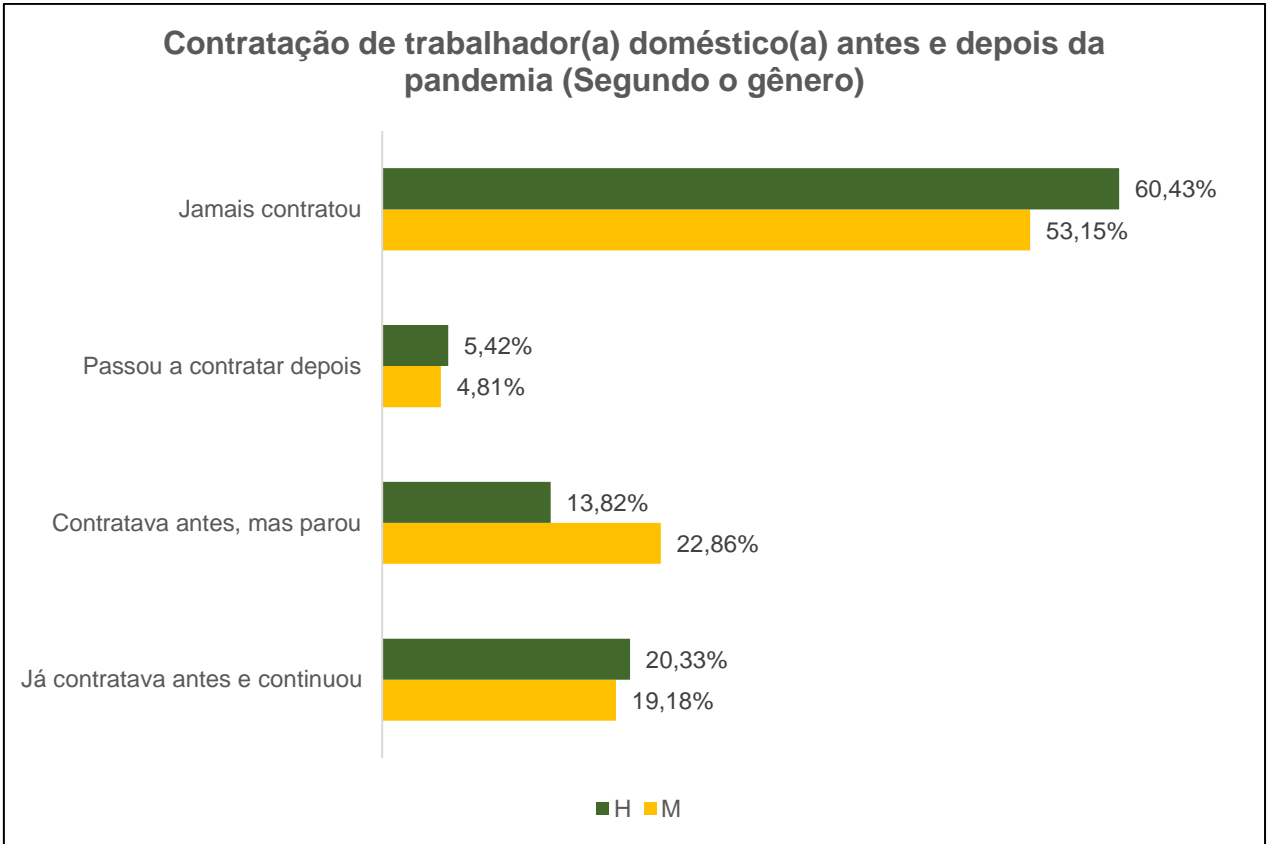


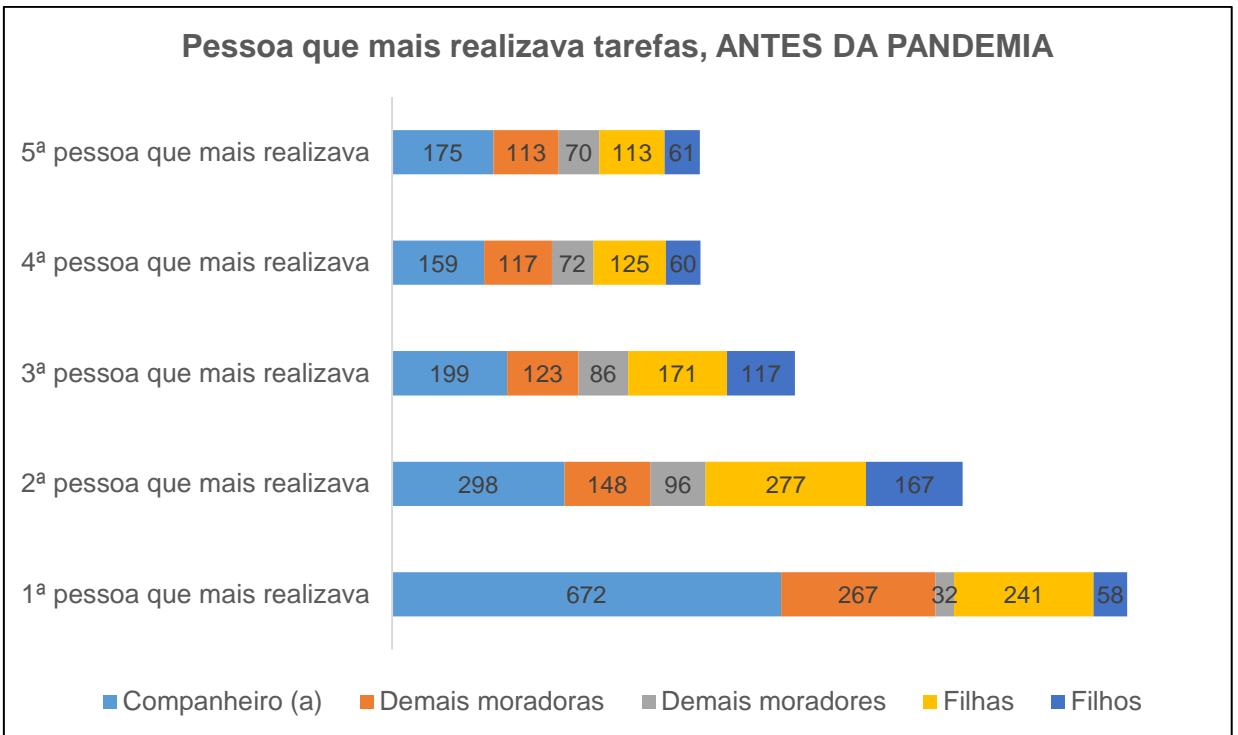
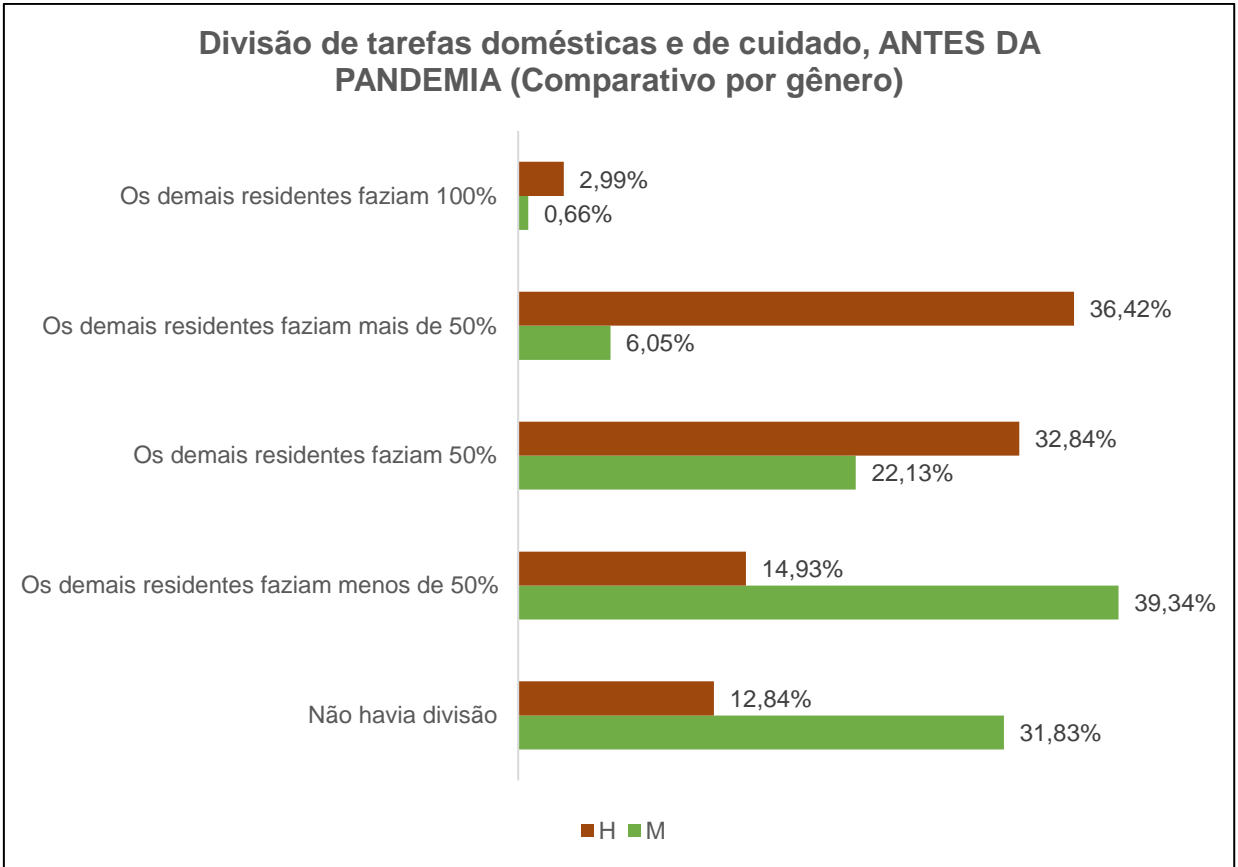


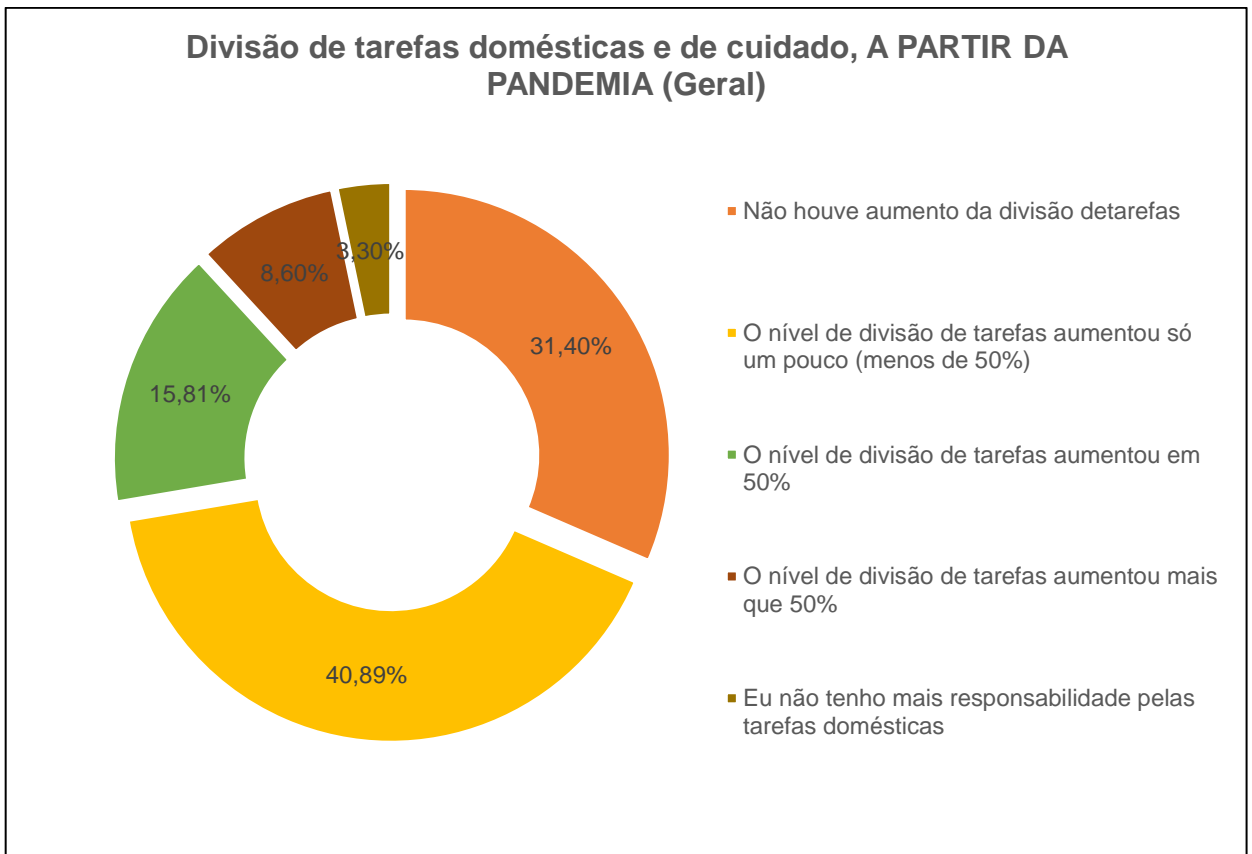
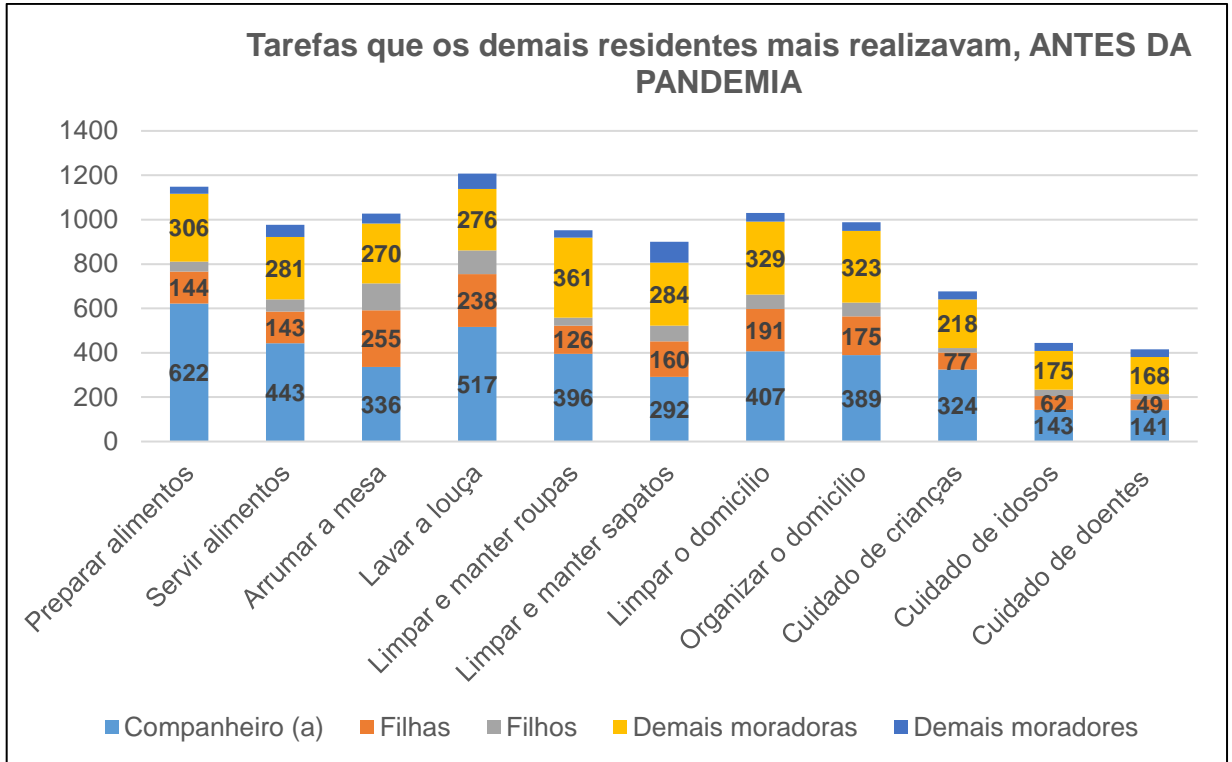




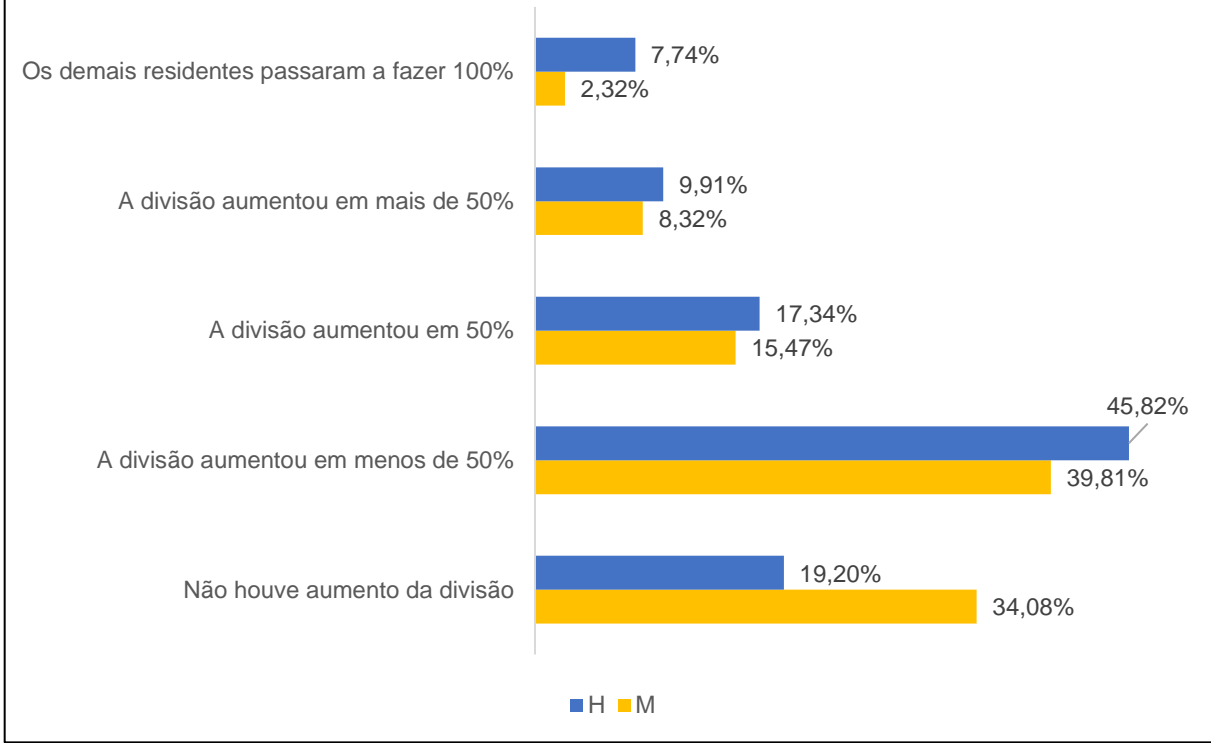




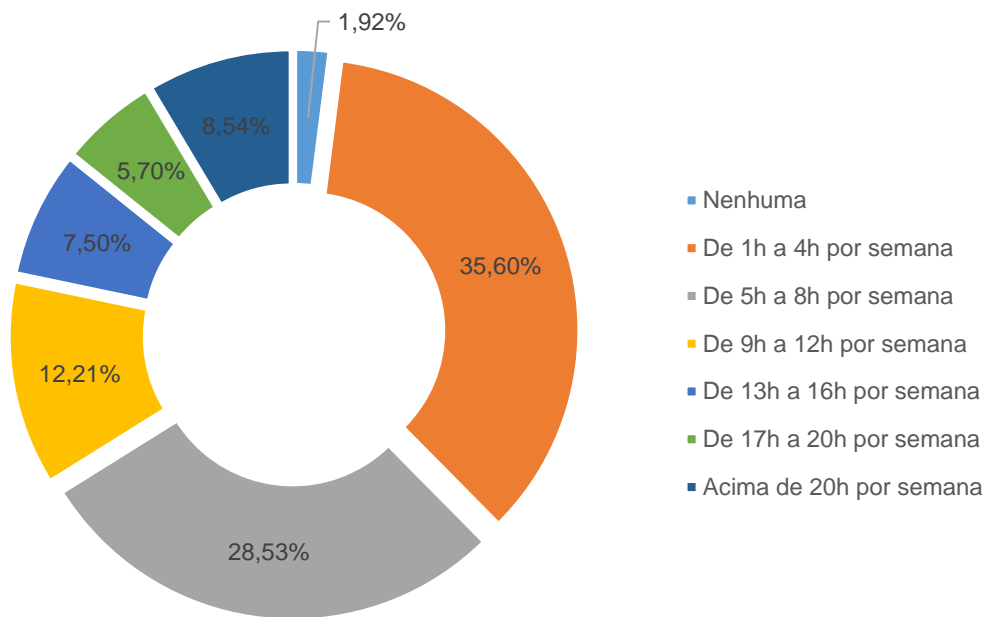


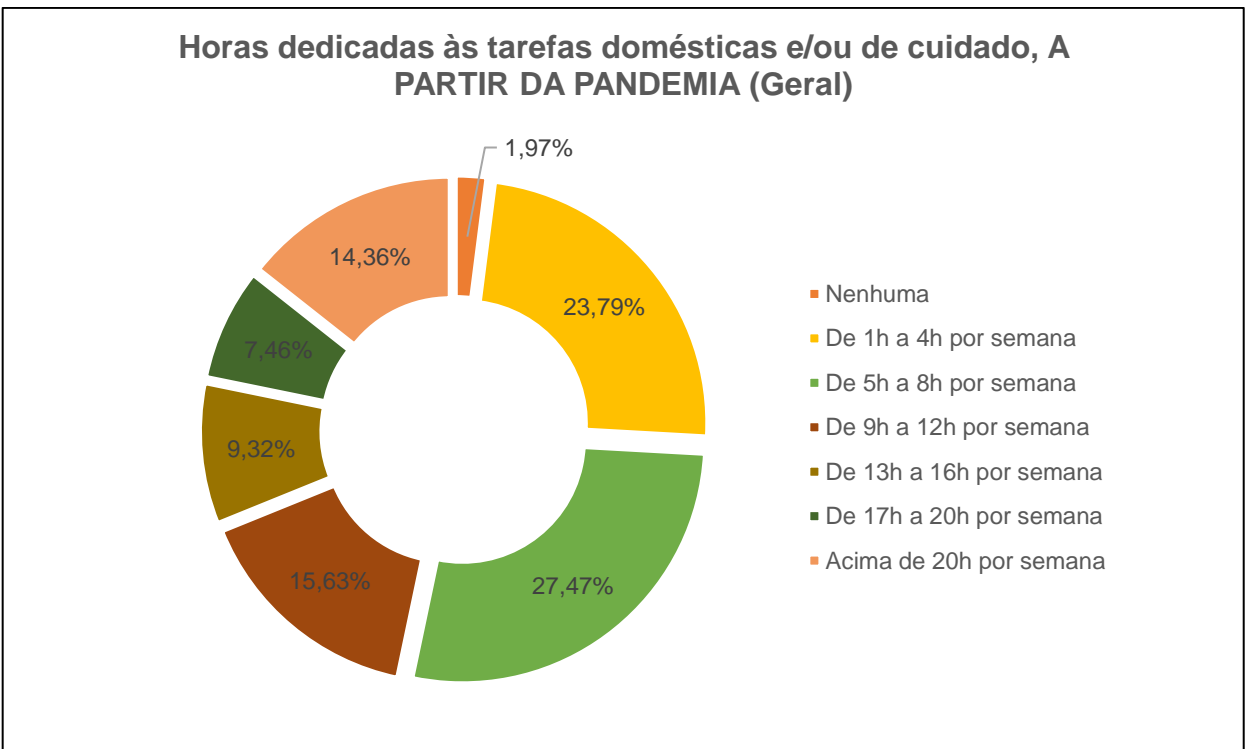
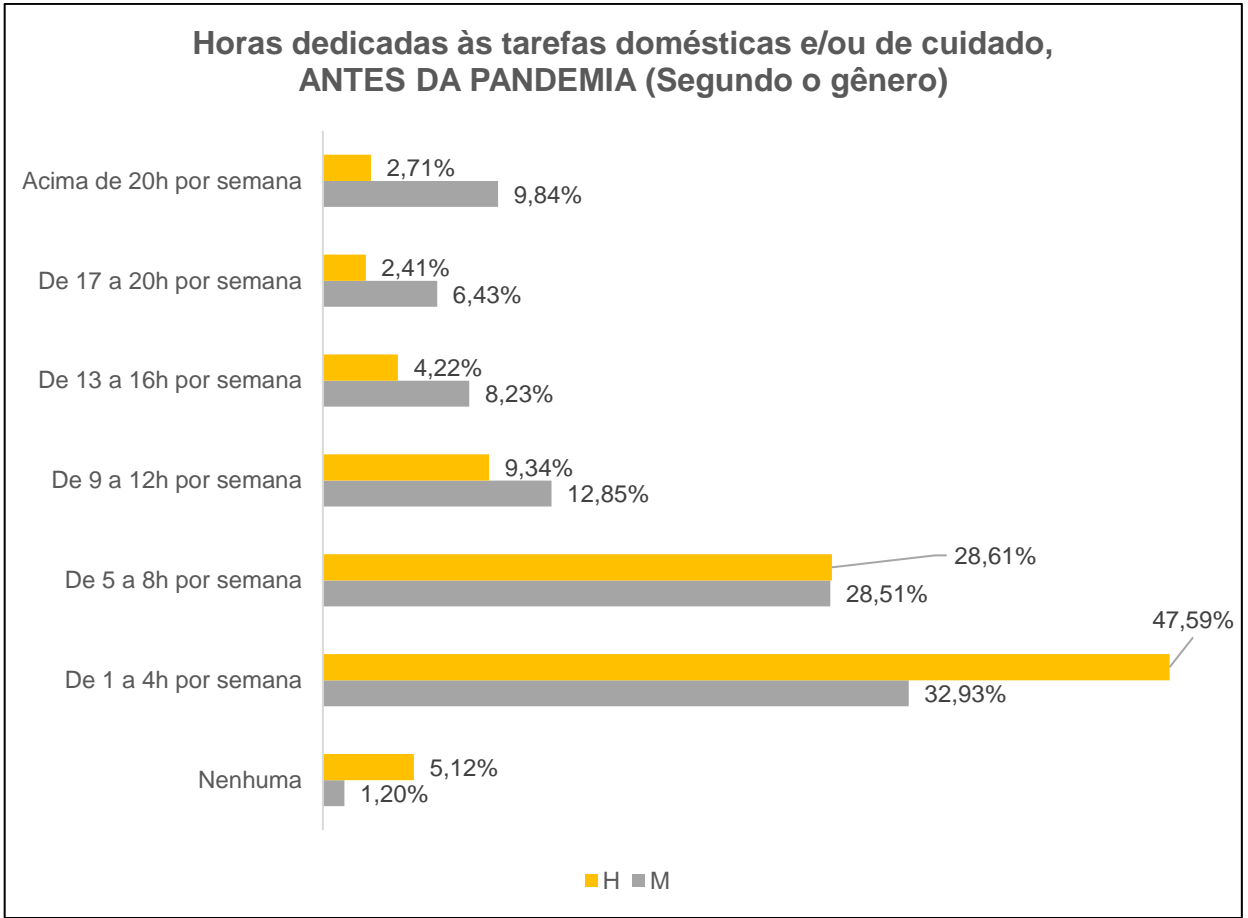


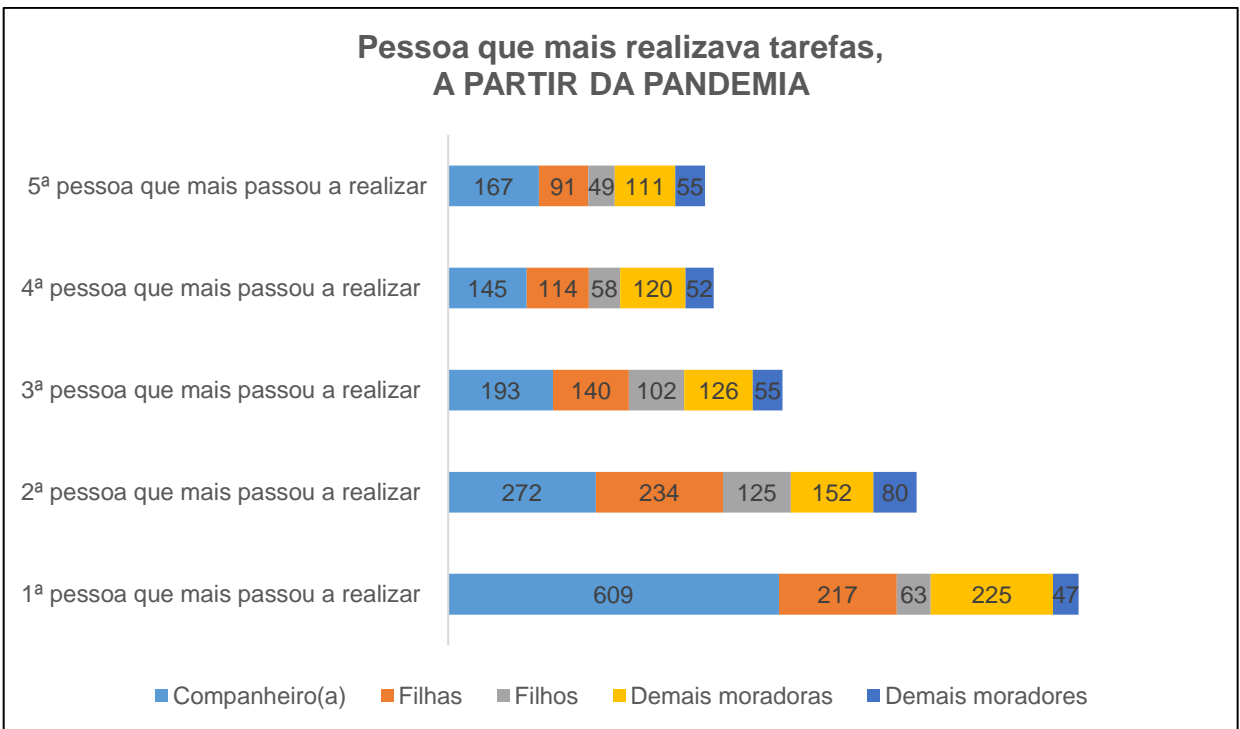
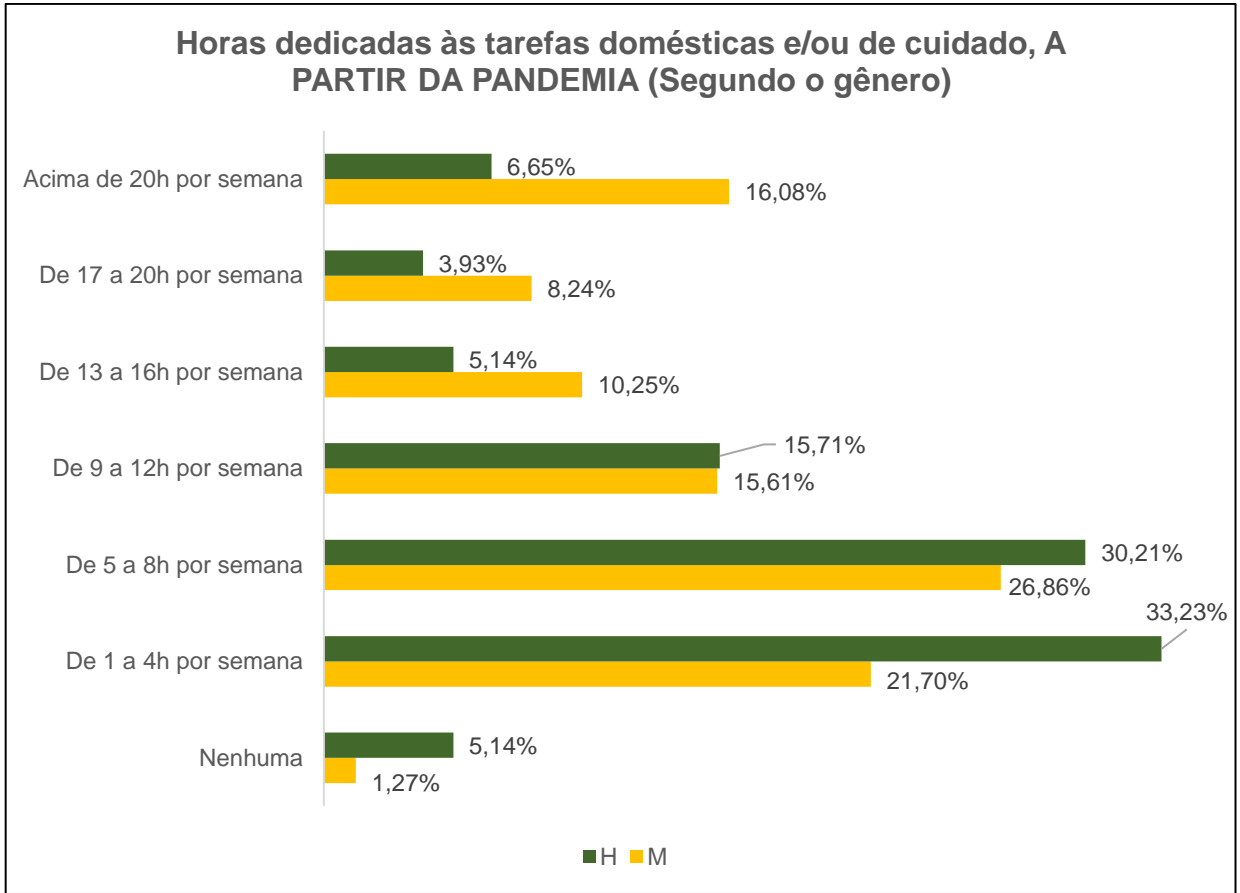
Divisão de tarefas domésticas e de cuidado A PARTIR DA PANDEMIA (Segundo o gênero)

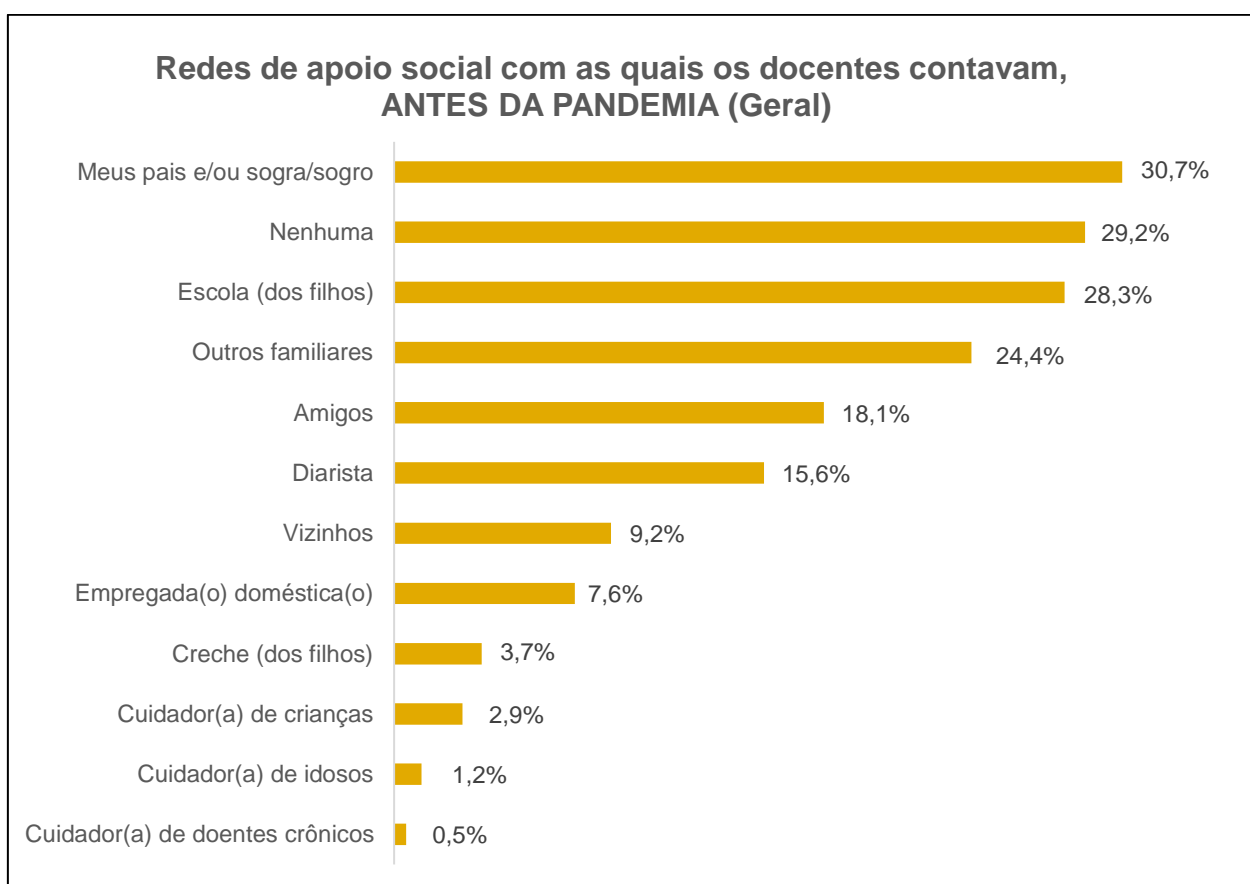
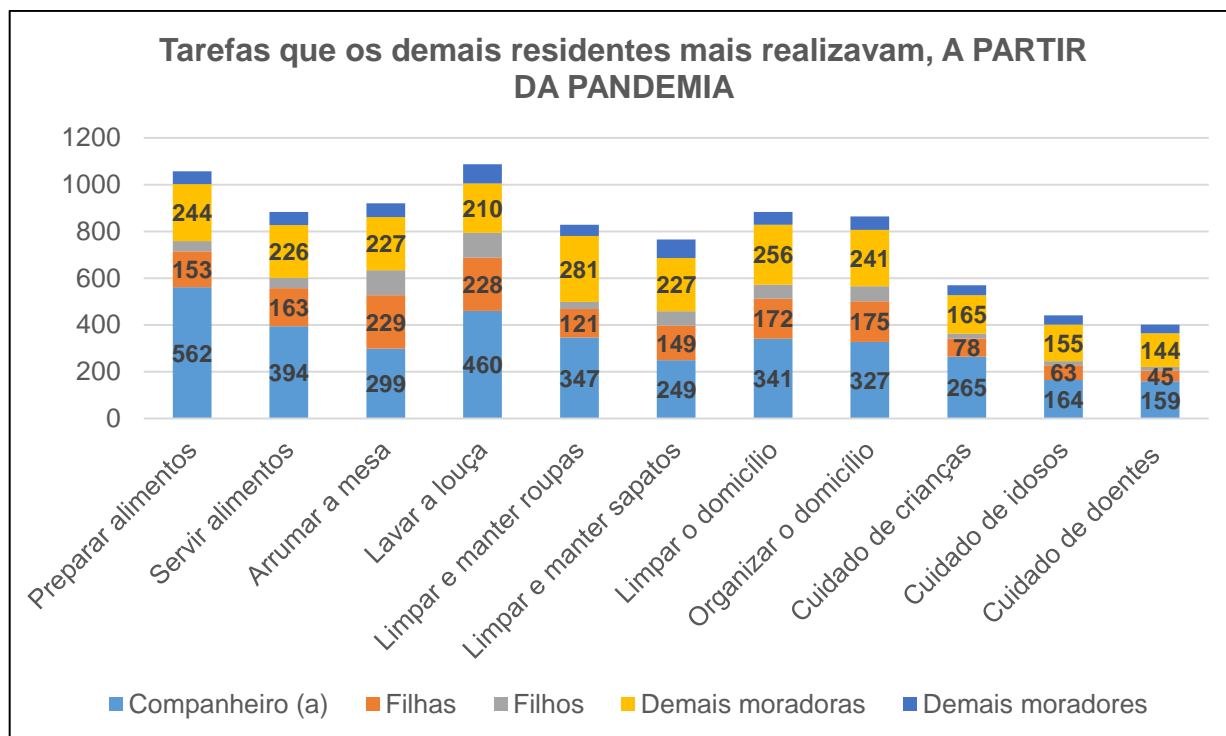


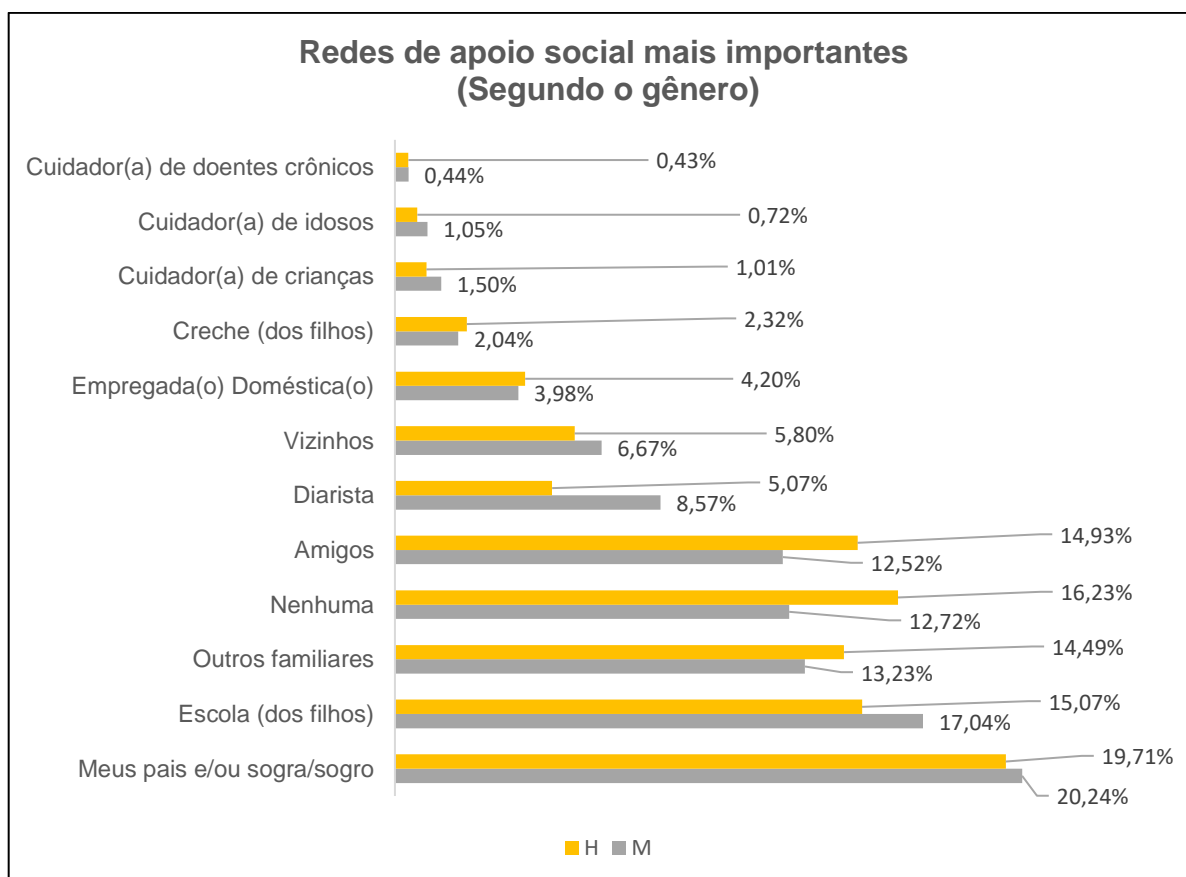
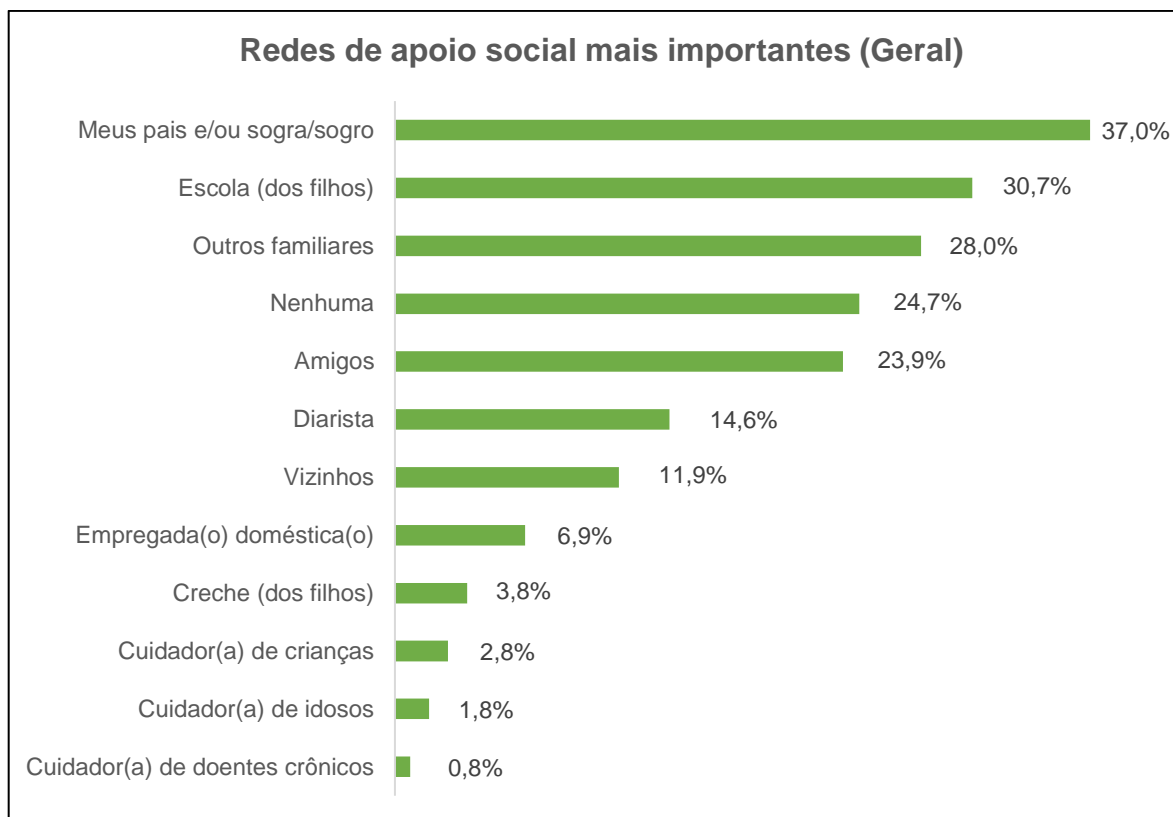
Horas dedicadas às tarefas domésticas e/ou de cuidado, ANTES DA PANDEMIA (Geral)



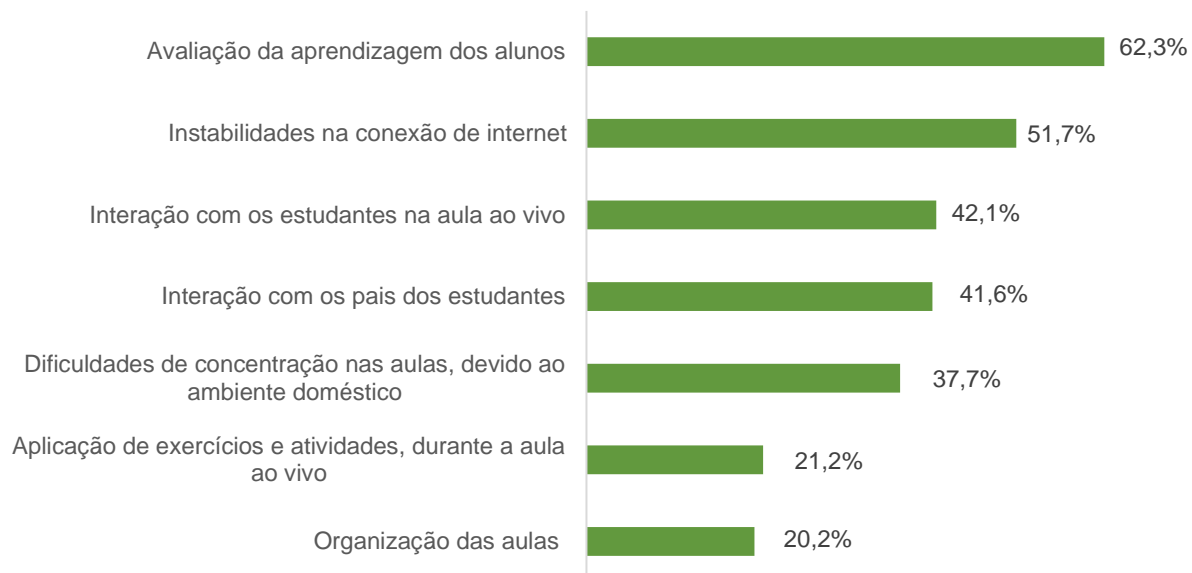




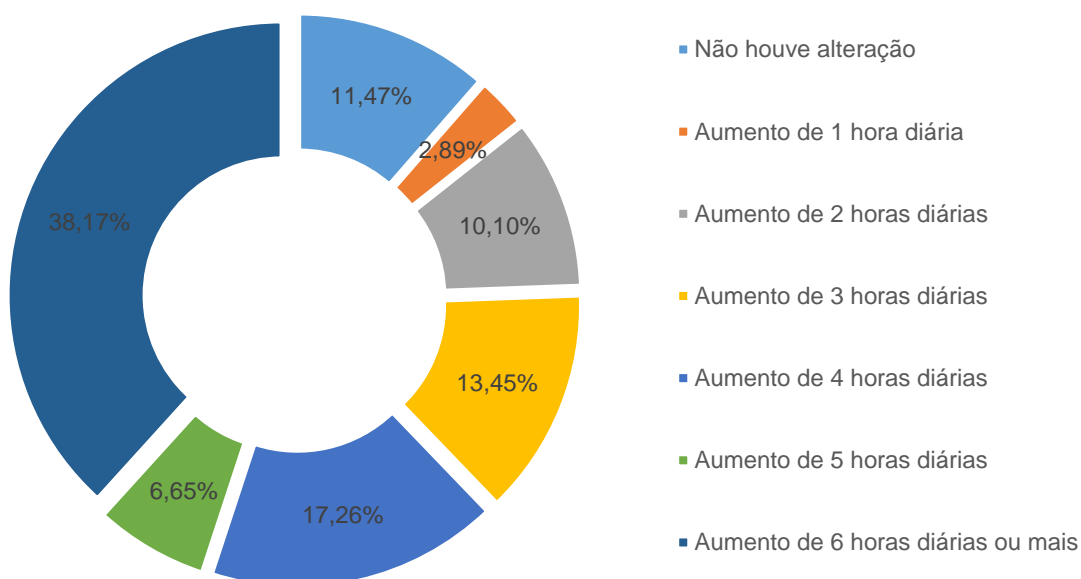




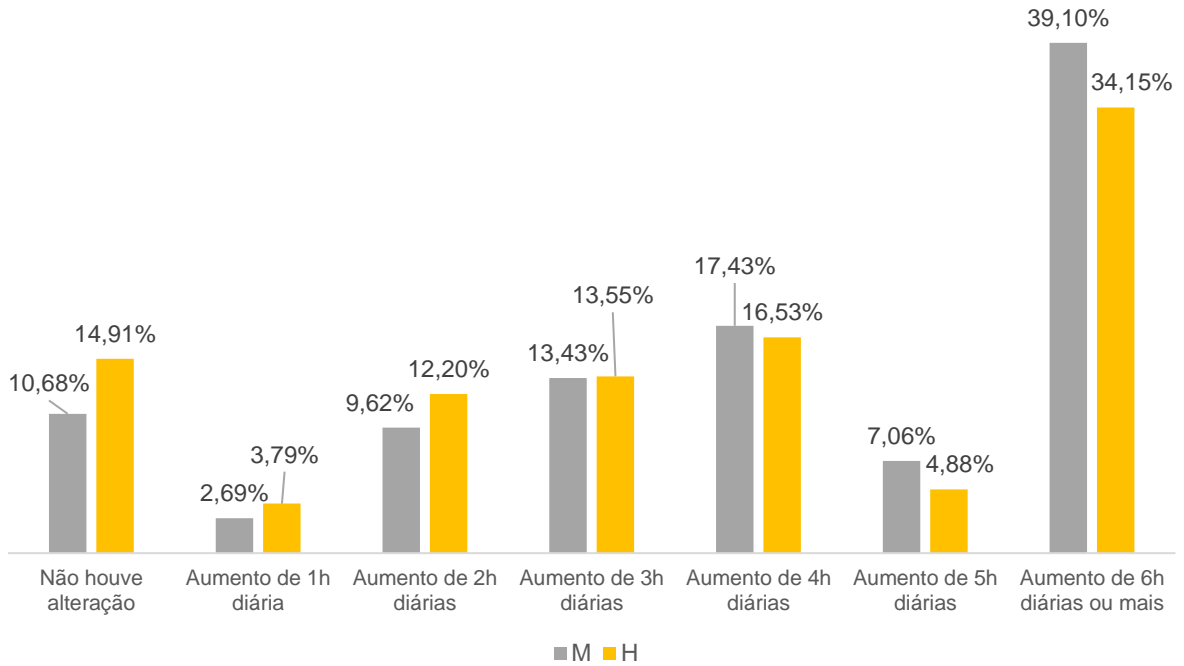
Principais dificuldades encontradas no formato de ensino remoto (Geral)



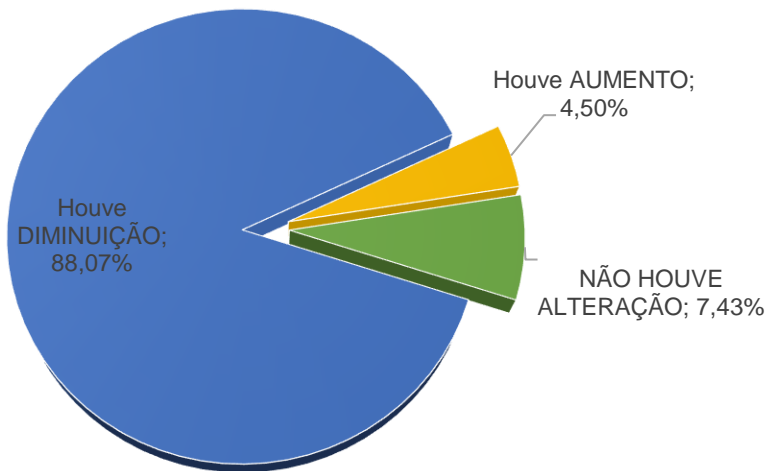
Jornada diária de trabalho DOCENTE, durante a pandemia (Geral)



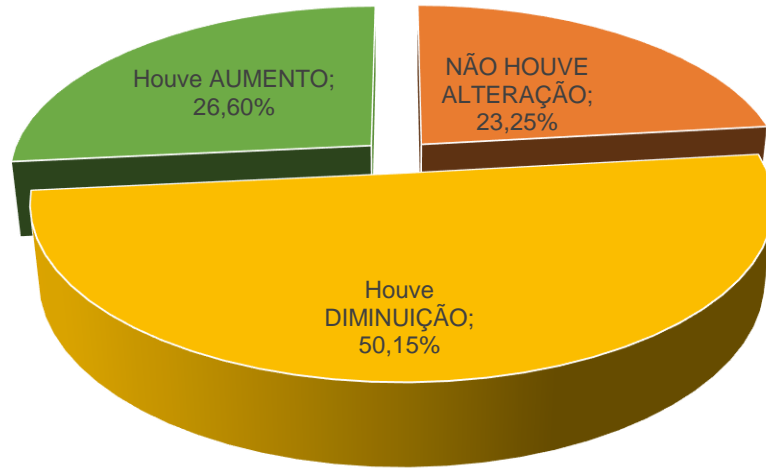
Jornada diária de trabalho DOCENTE, durante a pandemia (Segundo o gênero)



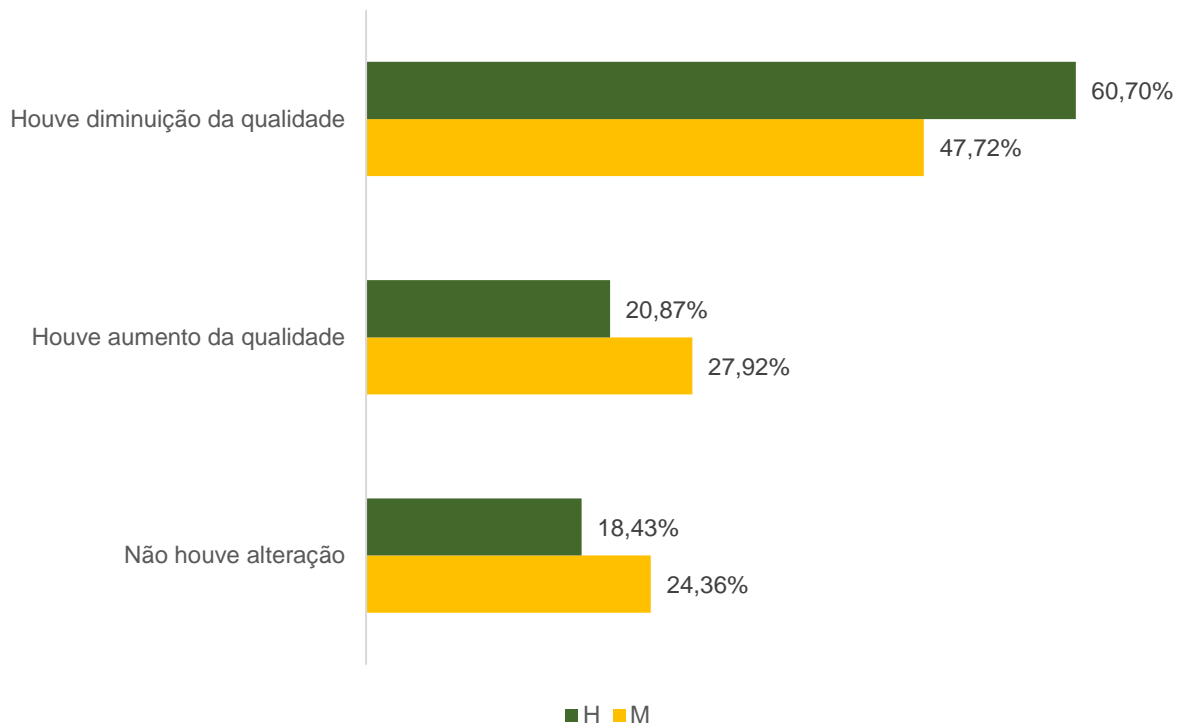
QUALIDADE DO APRENDIZADO DOS ALUNOS (que acompanharam as aulas remotas) - Geral

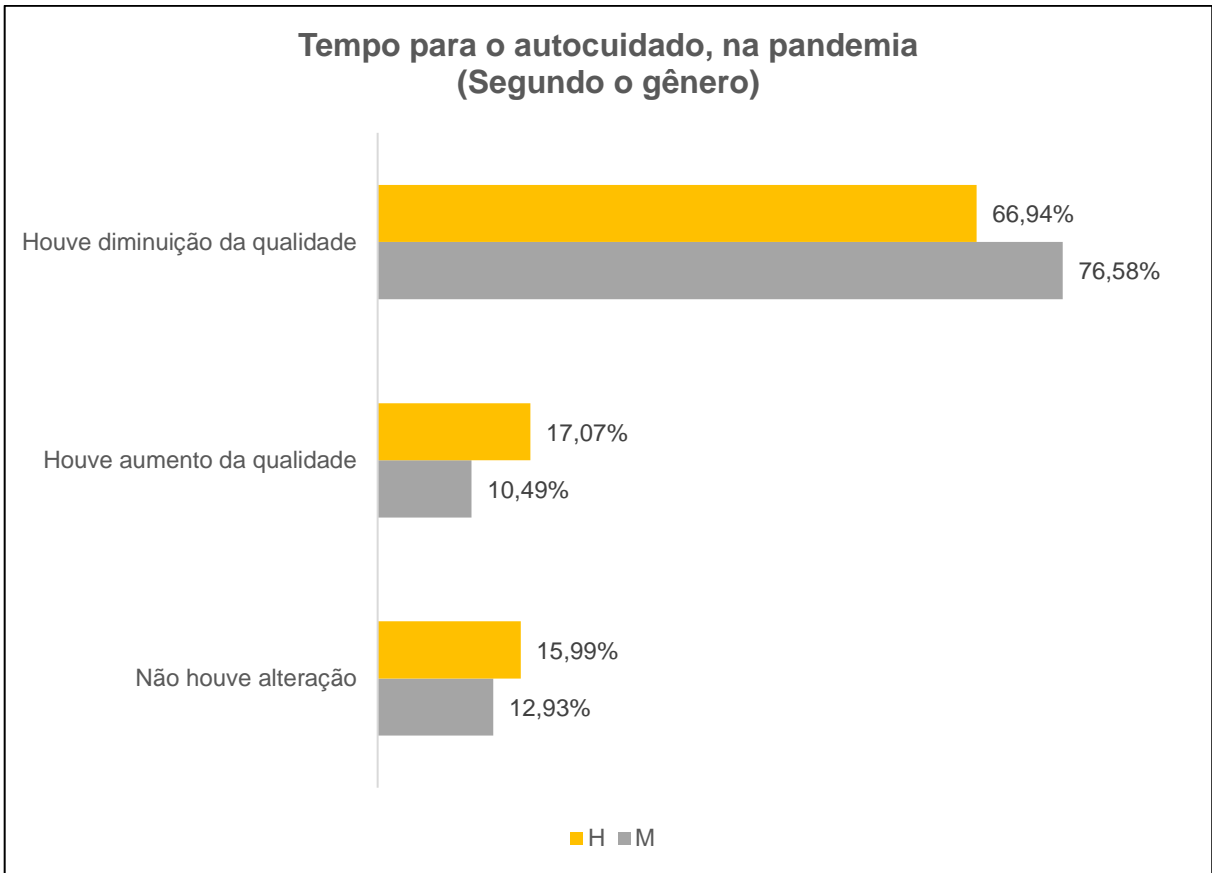
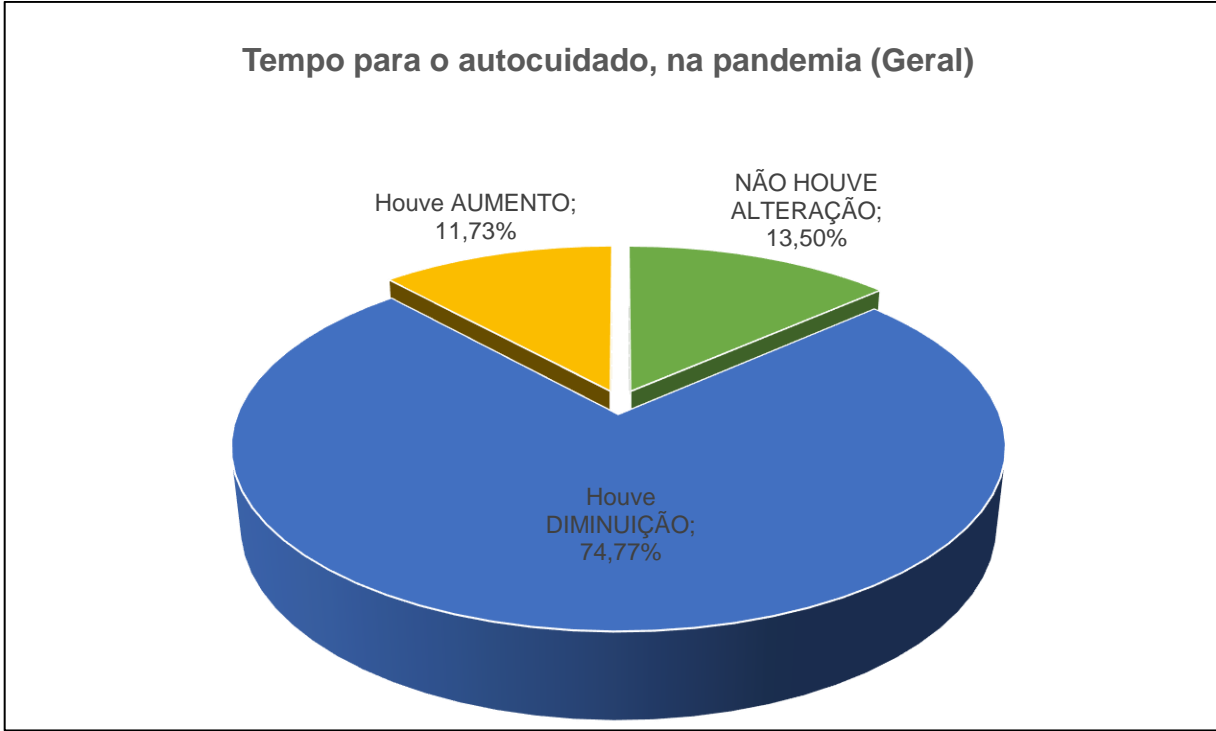


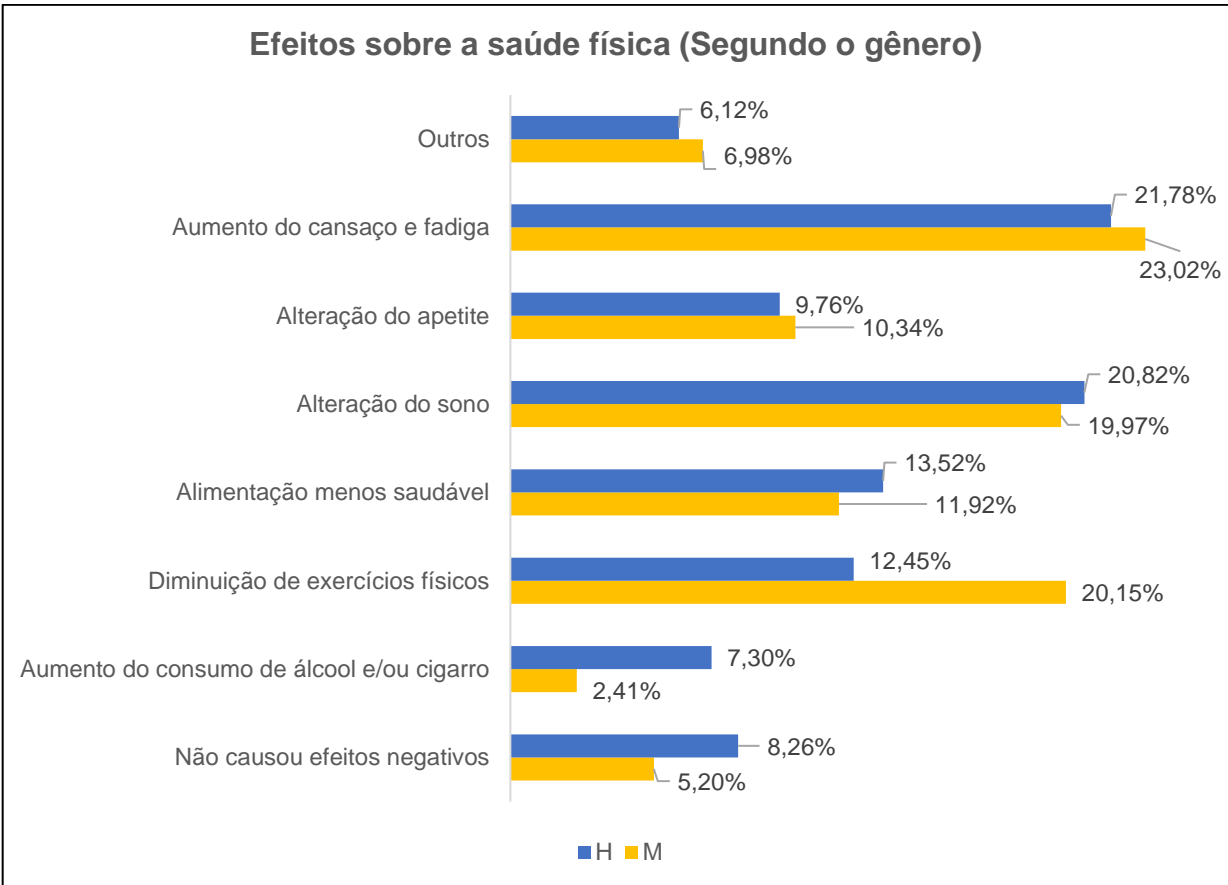
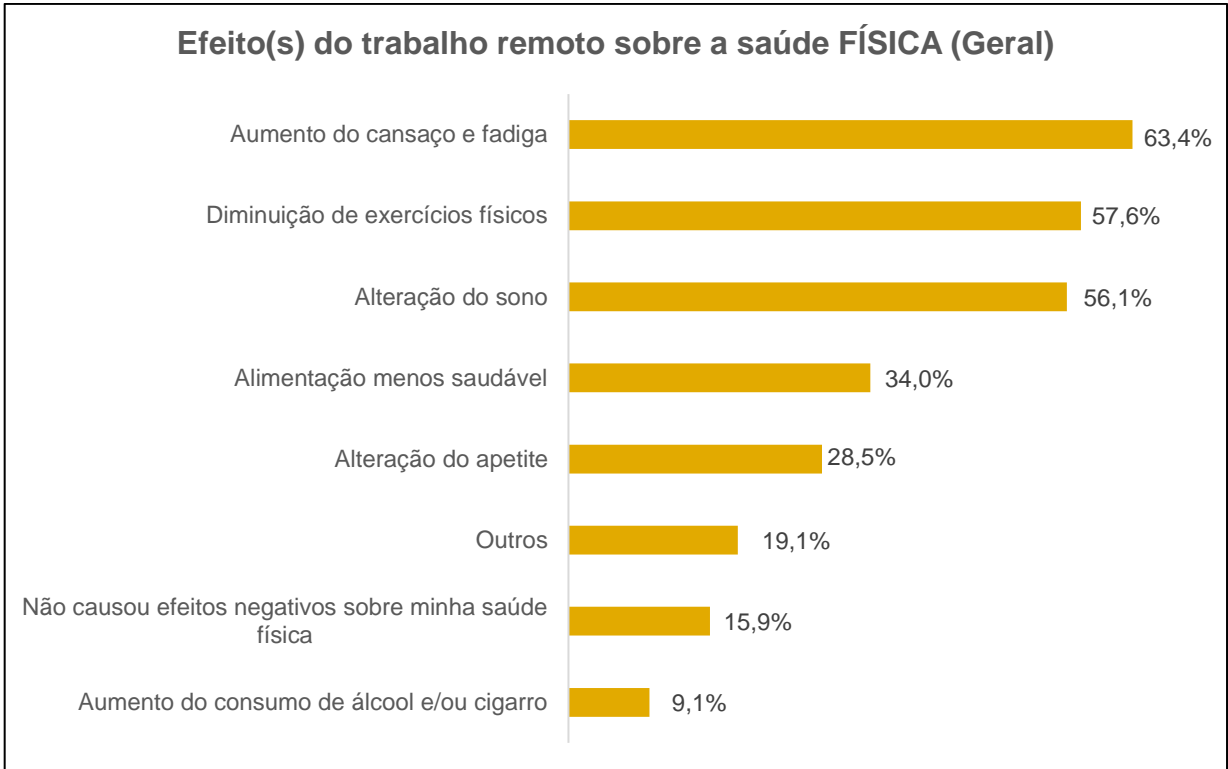
QUALIDADE DO TRABALHO COMO DOCENTE, por meio das aulas remotas (Geral)

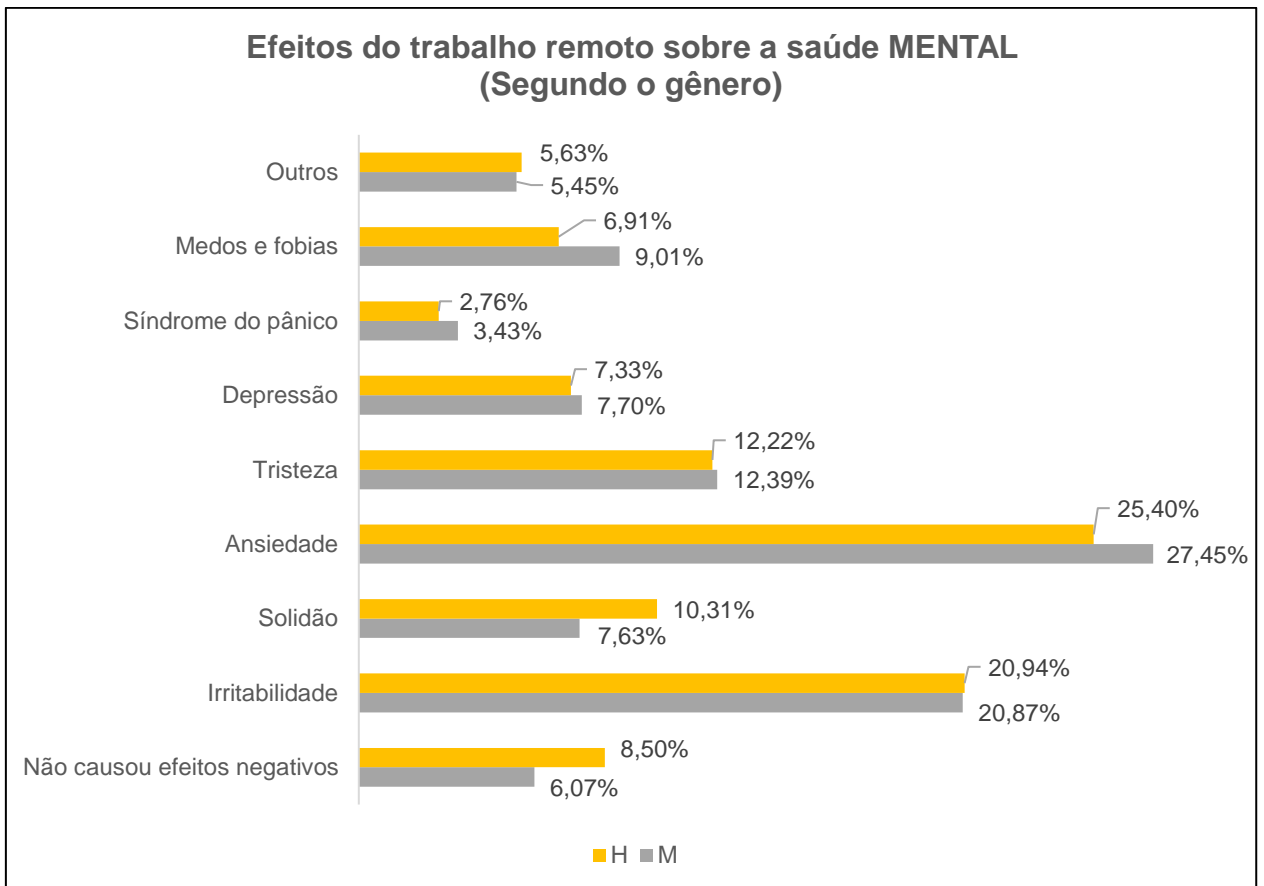
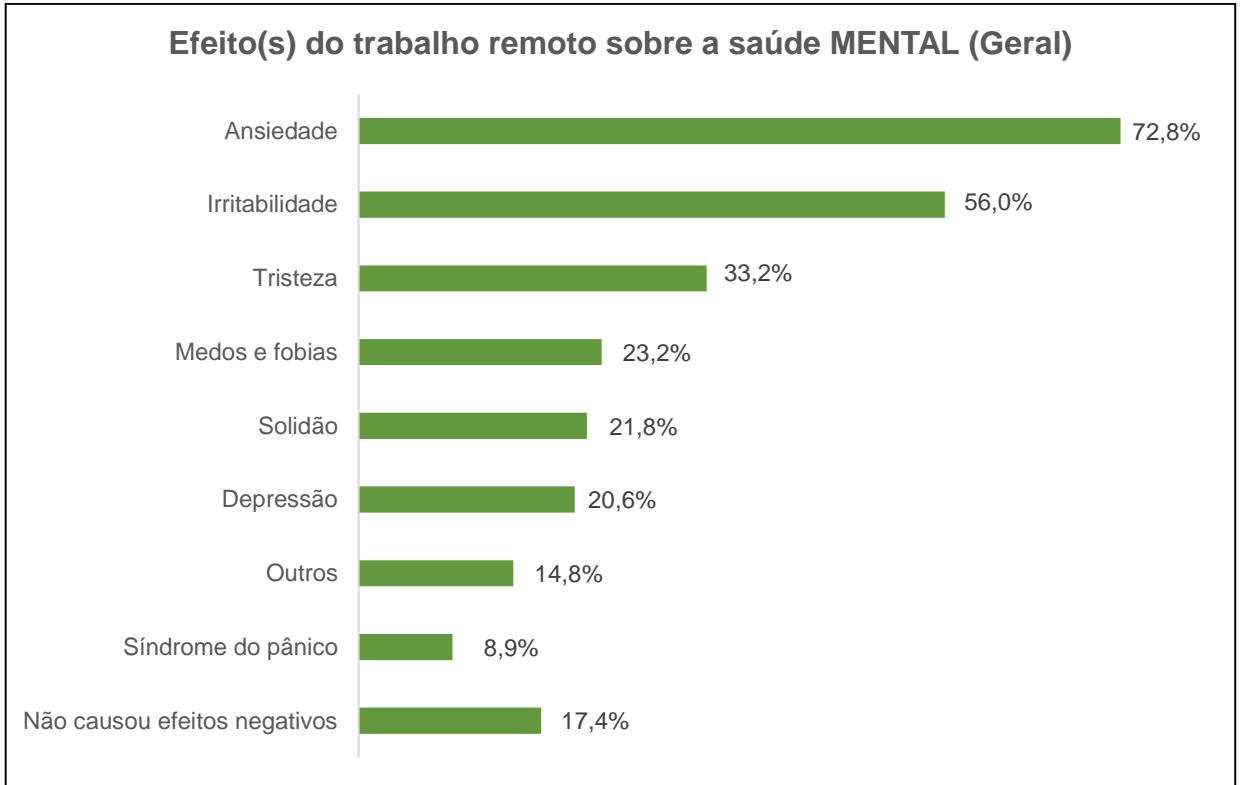


QUALIDADE DO TRABALHO COMO DOCENTE, por meio das aulas remotas (Segundo o gênero)









APÊNDICE D – Testes de Hipótese para diferença de Proporções

Testes de Hipótese para Proporções aplicados aos dados constantes da Figura 09

Jornada diária de trabalho docente	Mulheres		Homens		Estatística "Z" calculada	Valores de "Z" tabelados:		
	Qtde.	%	Qtde.	%		5%	2,5%	1%
Não houve alteração	171	10,68	55	14,91	2,295	≠	≠	=
Aumento de 1h diária	43	2,69	14	3,79	1,145	=	=	=
Aumento de 2h diárias	154	9,62	45	12,2	1,480	=	=	=
Aumento de 3h diárias	215	13,43	50	13,55	0,061	=	=	=
Aumento de 4h diárias	279	17,43	61	16,53	0,410	=	=	=
Aumento de 5h diárias	113	7,06	18	4,88	1,515	=	=	=
Aumento de 6h diárias ou mais	626	39,1	126	34,15	1,766	≠	=	=
Total de respostas	1601		369					

Testes de Hipótese para Proporções aplicados aos dados constantes da Figura 10

Qualidade do trabalho docente	Mulheres		Homens		Estatística "Z" calculada	Valores de "Z" tabelados:		
	Qtde.	%	Qtde.	%		5%	2,5%	1%
Não houve alteração	390	24,36	68	18,42	2,432	≠	≠	≠
Houve aumento da qualidade	447	27,92	77	20,86	2,764	≠	≠	≠
Houve diminuição da qualidade	764	47,72	224	60,70	4,497	≠	≠	≠
Total de respostas	1601		369					

Testes de Hipótese para Proporções aplicados aos dados constantes da Figura 11

Tempo para o autocuidado	Mulheres		Homens		Estatística "Z" calculada	Valores de "Z" tabelados:		
	Qtde.	%	Qtde.	%		5%	2,5%	1%
Não houve alteração	207	12,93	59	15,99	1,550	=	=	=
Houve aumento da qualidade	168	10,49	63	17,07	3,542	≠	≠	≠
Houve diminuição da qualidade	1226	76,58	247	66,94	3,843	≠	≠	≠
Total de respostas	1601		369					

Testes de Hipótese para Proporções aplicados aos dados constantes da Figura 12

Efeitos do trabalho remoto sobre a saúde física dos docentes	Mulheres		Homens		Estatística "Z" calculada	Valores de "Z" tabelados:		
	Qtde.	%	Qtde.	%		5%	2,5%	1%
Outros	237	5,2	77	8,26	3,665	≠	≠	≠
Aumento do cansaço e fadiga	110	2,41	68	7,3	7,665	≠	≠	≠
Alteração do apetite	918	20,15	116	12,45	5,479	≠	≠	≠
Alteração do sono	543	11,92	126	13,52	1,361	=	=	=
Alimentação menos saudável	910	19,97	194	20,82	0,584	=	=	=
Diminuição de exercícios físicos	471	10,34	91	9,76	0,527	=	=	=
Aum. do cons. de álcool/cigarro	1049	23,02	203	21,78	0,824	=	=	=
Não causou efeitos negativos	318	6,98	57	6,12	0,952	=	=	=
Total de respostas	4556		932					

Testes de Hipótese para Proporções aplicados aos dados constantes da Figura 13

Efeitos do trabalho remoto sobre a saúde mental dos docentes	Mulheres		Homens		Estatística "Z" calculada	Valores de "Z" tabelados:		
	Qtde.	%	Qtde.	%		5%	2,5%	1%
Não causou efeitos negativos	264	6,07	80	8,5	2,744	≠	≠	≠
Irritabilidade	908	20,87	197	20,94	0,042	=	=	=
Solidão	332	7,63	97	10,31	2,727	≠	≠	≠
Ansiedade	1194	27,45	239	25,4	1,283	=	=	=
Tristeza	539	12,39	115	12,22	0,143	=	=	=
Depressão	335	7,7	69	7,33	0,386	=	=	=
Síndrome do pânico	149	3,43	26	2,76	1,030	=	=	=
Medos e fobias	392	9,01	65	6,91	2,083	≠	≠	=
Outros	237	5,45	53	5,63	0,225	=	=	=
Total de respostas	4350		941					

Legenda:

=	As proporções entre os gêneros são estatisticamente iguais
≠	As proporções entre os gêneros são estatisticamente diferentes

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Autorização – SEE/MG

06/12/2021 11:18

SEI/GOVMG - 38991568 - Termo



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Educação

Subsecretaria de Ensino Superior

Termo De autorização - SEE/SU

Belo Horizonte, 03 de dezembro de 2021.

INTERESSADA: Josiane Patrícia Resende Silva

A Subsecretaria de Ensino Superior, após análise do projeto proposto pela supracitada, é de parecer favorável à realização da pesquisa **UMA ABORDAGEM FEMINISTA DOS EFEITOS DA COVID-19 SOBRE OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MINAS GERAIS, À LUZ DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.**

Ressaltamos que os procedimentos de aplicação da atividade proposta (pesquisa estruturada, levantamento bibliográfico e a elaboração de kits e práticas de laboratório, entre outros), deverão obedecer, criteriosamente, às orientações da Resolução 466/2012 e Resolução 510/2016 do Conselho Nacional da Saúde que estabelece as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos e que, em nenhuma hipótese, poderão interferir no desenvolvimento das atividades pedagógicas das escolas e no cumprimento de seu Calendário Escolar.

Ressaltamos ainda que a identidade dos envolvidos deverá ser mantida em sigilo e que a Secretaria de Estado de Educação, a instituição de ensino e os participantes não terão ônus com a pesquisa.

Atenciosamente,

Augusta Isabel Junqueira Fagundes

Subsecretária de Ensino Superior



Documento assinado eletronicamente por **Augusta Isabel Junqueira Fagundes, Subsecretário(a)**, em 03/12/2021, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38991568** e o código CRC **0539DEA8**.

ANEXO B – Parecer Consubstanciado CEP



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO JOÃO DEL REI - UFSJ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Uma Abordagem da Economia Feminista acerca dos efeitos da pandemia provocada pelo Covid-19 sobre os Profissionais da Educação Básica em Minas Gerais, à luz da Divisão Sexual do Trabalho

Pesquisador: ALINE CRISTINA DA CRUZ

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 58823322.4.0000.5151

Instituição Proponente: Universidade Federal de São João Del Rei-UFSJ/MG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.503.952

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação de riscos e benefícios" foram retiradas do arquivo de Informações Básicas do Projeto intitulado Uma Abordagem da Economia Feminista acerca dos efeitos da pandemia provocada pelo Covid-19 sobre os Profissionais da Educação Básica em Minas Gerais, à luz da Divisão Sexual do Trabalho, CAAE: 58823322.4.0000.5151, submetido a este comitê.

O presente projeto de pesquisa, na área das Ciências Sociais aplicadas, foi proposto pela profa. Dra. Aline Cristina da Cruz e por Josiane Patrícia Resende Silva, orientada pela Dra. Aline da Cruz. Este projeto será desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território da Universidade Federal de São João Del Rei. De acordo com as proponentes: "a pesquisa busca elucidar, por meio de pesquisa empírica, o quanto a construção social dos papéis de gênero influenciam no uso do tempo de homens e mulheres, e afetam, em última instância o desenvolvimento da sociedade, como um todo. A partir da crise pandêmica, o isolamento social exacerbou o cenário de pobreza de tempo vivenciado pelas mulheres docentes e tornou urgente a discussão acerca das desigualdades de gênero, sob o prisma do uso do tempo."

Os participantes desta pesquisa serão profissionais da educação atuantes no ensino básico da rede

Endereço: Praça Dom Helvédo, 74 - Sala 1.28 - Térreo - Campus Dom Bosco

Bairro: Fábricas

CEP: 36.307-352

UF: MG

Município: SAO JOAO DEL REI

Telefone: (32)3379-5598

E-mail: cepsj@ufs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO JOÃO DEL REI - UFSJ



Continuação do Parecer: 5.503.952

pública estadual em Minas Gerais. Elas responderão um questionário "on line". As proponentes deste projeto esperam contribuir nos estudos sobre "(...) a divisão desigual de papéis sociais, sob a perspectiva de gênero e suas consequências, no mercado de trabalho e em suas extensões."

Objetivo da Pesquisa:

De acordo com a pesquisadora responsável o objetivo principal do estudo será:

"analisar os efeitos da pandemia Covid-19 sobre o tempo social dos profissionais da educação básica da rede pública estadual em Minas Gerais, do ponto de vista da divisão sexual do trabalho no Brasil."

Além disso, de forma secundária o mesmo buscará:"a) discutir, de forma crítica, a terminologia divisão sexual do trabalho, à luz da Economia Feminista e das vertentes teóricas do Feminismo; b) debater, de forma analítica, o tempo social das mulheres e seus desdobramentos; c) identificar e argumentar acerca dos impactos da pandemia e da restrição de acesso às redes de apoio social sobre a jornada de trabalho produtivo e reprodutivo da mulher no Brasil, com ênfase às professoras do ensino básico da rede pública estadual de Minas Gerais."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo a pesquisadora responsável: "os riscos para os participantes da pesquisa são riscos alusivos à coleta de dados, que são mínimos e estão mais relacionados ao tempo despendido no preenchimento do questionário, o que poderá gerar fadiga e certo desconforto. Destaca-se, além dos riscos e benefícios relacionados com a participação na pesquisa, aqueles riscos característicos do ambiente virtual, meios eletrônicos, ou atividades não presenciais, em função das limitações das tecnologias utilizadas".

A pesquisadora propõe medidas para proteger os participantes: "(...) o convite para participação na pesquisa não será feito com a utilização de listas que permitam a identificação dos convidados nem a visualização dos dados de contato (e-mail, telefone, etc.) por terceiros. Qualquer convite individual enviado por e-mail só terá um remetente e um destinatário, ou será enviado na forma de lista oculta. Qualquer convite individual será esclarecido ao participante da pesquisa, que antes de responder às perguntas do pesquisador disponibilizadas em ambiente não presencial ou virtual (questionário/formulário ou entrevista), será apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido (ou termo de assentimento, quando for o caso) para a anuência. Em ambiente virtual (com uso de programas para coleta ou registro de dados, e-mail, entre outros), será enfatizada a

Endereço: Praça Dom Helvécio, 74 - Sala 1.28 - Térreo - Campus Dom Bosco
 Bairro: Fábricas CEP: 36.307-352
 UF: MG Município: SAO JOAO DEL REI
 Telefone: (32)3379-5598 E-mail: cepsj@ufs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO JOÃO DEL REI - UFSJ



Continuação do Parecer: 5.503.952

importância de o participante da pesquisa guardar em seus arquivos uma cópia do documento eletrônico. Será garantido ao participante de pesquisa o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento. Havendo alguma pergunta fundamental para a pesquisa, mesmo assim, será reservado o direito do participante de não responder à pergunta. ao participante da pesquisa será também reservado o direito de acesso ao teor do conteúdo do instrumento (tópicos que serão abordados) antes de responder as perguntas, para uma tomada de decisão informada. O participante da pesquisa terá acesso às perguntas somente depois que tenha dado o seu consentimento. Não ocorrerá pesquisa em ambiente virtual ou presencial envolvendo a participação de menores de 18 anos. O pesquisador responsável tem ciência da política de privacidade da ferramenta utilizada quanto à coleta de informações pessoais, seja por meio de robôs, e o risco de compartilhamento dessas informações com parceiros comerciais para oferta de produtos e serviços, de maneira a assegurar os aspectos éticos. O consentimento será previamente apresentado e, caso concorde em participar, será considerada anuência, quando responder ao questionário/formulário ou entrevista da pesquisa. ficam excetuados os processos de consentimento previstos no art. 4º da resolução CNS nº 510 de 2016. Será de responsabilidade do pesquisador o armazenamento adequado dos dados coletados, bem como os procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações do participante da pesquisa. Uma vez concluída a coleta de dados, o pesquisador responsável fará o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". O mesmo cuidado será seguido para os registros de consentimento livre e esclarecido que sejam gravações de vídeo ou áudio. O pesquisador responsável fará o download dos dados, e não haverá a sua manutenção em qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem". Todavia esses riscos se justificam pelos benefícios esperados, e destaca-se que poderá ser interrompido por solicitação do participante."

As pesquisadoras entenderam como benefícios associados a esta pesquisa as "(...) contribuições para o movimento social, político e filosófico de questionamento sobre a divisão desigual de papéis sociais, sob a perspectiva de gênero e suas consequências, no mercado de trabalho e em suas extensões. (...) Ademais, busca-se contribuir com a literatura teórica e empírica nacional e internacional sobre Economia Feminista, área ainda marginalizada dentro da Economia Tradicional,

Endereço: Praça Dom Helvêdo, 74 - Sala 1.28 - Térreo - Campus Dom Bosco
 Bairro: Fábricas CEP: 36.307-352
 UF: MG Município: SAO JOAO DEL REI
 Telefone: (32)3379-5598 E-mail: cepsj@ufs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO JOÃO DEL REI - UFSJ



Continuação do Parecer: 5.503.952

(...) Neste sentido, a proposta é fomentar o despertar de consciências sobre a necessidade de questionamento, transformação e reinvenção do papel da mulher. Por fim, ao ressaltar o quanto a equidade de gênero é essencial na busca pela igualdade de oportunidades de fato, o estudo pretende consolidar mais subsídios para a formulação de políticas públicas micro e macroeconômicas, para além das de cunho social, dedicadas ao combate ao viés de gênero, e ao fortalecimento do movimento social, democrático feminista."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Segundo as proponentes, a hipótese que se verifica neste projeto consiste em: "As novas atribuições e papéis dos profissionais da educação básica, advindos da pandemia e do ensino remoto, afetaram, sobremaneira, a utilização de seu tempo social e, conseqüentemente, a qualidade de vida das docentes, em especial, daquelas responsáveis pelas atividades domésticas e do cuidado."

De acordo com a equipe proponente, a metodologia desta pesquisa utiliza "três estratégias empíricas, a saber: a) Revisão narrativa da literatura teórico-empírica nacional e internacional sobre Economia Feminista, Feminismo, Divisão Sexual do Trabalho e o Tempo Social das mulheres; b) Aplicação de questionários; c) Análise Estatística Descritiva de dados primários e secundários acerca do trabalho produtivo e reprodutivo no Brasil, sob a perspectiva de classe, gênero e raça."

O número previsto de participantes é de mil e quinhentos. Os participantes serão profissionais da educação atuantes no ensino básico da rede pública estadual em Minas Gerais.

A equipe proponente realizará a "validação do teste piloto" com a participação de cinco professoras do Ensino Básico da rede pública estadual na cidade de São João del Rei, MG. A seguir, a equipe entrará em contato com quarenta e sete Superintendências Regionais de Ensino de Minas e as Superintendências enviarão "o link do questionário online para cada uma das escolas estaduais pertencentes à sua jurisdição, as quais o reenviam para seus respectivos professores." O questionário foi desenvolvido Plataforma Google Forms. Ele será enviado e respondido de forma online. O questionário encontra-se no apêndice B do Projeto de Pesquisa incluído neste Protocolo.

A etapa da "coleta de dados primários por meio de questionário eletrônico" está prevista para o intervalo de 01 a 31 de julho de 2022. O estudo teve início em junho de 2021 e o término previsto em setembro de 2022. Neste projeto, haverá uso de fontes secundárias de dados obtidos do Instituto Brasileiro de

Endereço: Praça Dom Helvêdo, 74 - Sala 1.28 - Térreo - Campus Dom Bosco
 Bairro: Fábricas CEP: 36.307-352
 UF: MG Município: SAO JOAO DEL REI
 Telefone: (32)3379-5598 E-mail: cepsj@ufs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO JOÃO DEL REI - UFSJ



Continuação do Parecer: 5.503.952

Geografia e Estatística (IBGE) por intermédio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), da PNAD Covid-19 e das Estatísticas de Gênero – Indicadores sociais das mulheres no Brasil.

Faz parte deste Protocolo de Pesquisa o termo de autorização para a realização desta pesquisa pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, Subsecretaria de Ensino Superior.

A pesquisadora responsável respondeu aos questionamentos formulados pela Assembleia da CEPSJ. Sua resposta compõem o documento CARTA RESPOSTA.pdf, incorporado ao Protocolo de Pesquisa. Foram respondidos os quatro questionamentos.

(i) alterar o item Cronograma de Execução nos documentos PB Informações básicas e Projeto de pesquisa pois a implementação da etapa "coleta de dados primários por meio de questionário eletrônico" deverá ocorrer somente após a aprovação do projeto pela Assembleia da CEPSJ.

Foi alterada a data prevista para o intervalo entre 01 a 31 de julho de 2022 nos documentos.

(ii) reescrever o item Riscos do documento Informações Básicas, a descrever os possíveis riscos e desconfortos aos participantes e as formas de os minimizar;

Foram descritos os possíveis riscos e as medidas cabíveis para proteger os participantes no documento.

(iii) acrescentar ao TCLE e ao documento Informações Básicas o direito do participante de não responder qualquer questão do questionário, sem necessidade de explicação ou justificativa.

Foi adicionado ao TCLE e ao documento Informações Básicas a garantia deste direito do participante.

(iv) quanto ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, à luz do objetivo do presente estudo, este CEPSJ esclarece que o(a) pesquisador(a) deverá seguir as diretrizes da Resolução CONEP/MS 510/2016. Sendo assim, em seu capítulo III que refere-se ao processo de consentimento e de do assentimento livre e esclarecido, torna-se obrigatória a inserção de garantias ao participante (vide Art. 9o). Desta feita, solicitamos:

(1) informar os meios utilizados para garantir o sigilo, a privacidade dos participantes, a confidencialidade e a manutenção do sigilo e do anonimato dos dados coletados;

Endereço: Praça Dom Helvêdo, 74 - Sala 1.28 - Térreo - Campus Dom Bosco

Bairro: Fabricas CEP: 36.307-352

UF: MG Município: SAO JOAO DEL REI

Telefone: (32)3379-5598 E-mail: cepsj@ufsj.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO JOÃO DEL REI - UFSJ



Continuação do Parecer: 5.503.952

Foram adicionados os seguintes trechos:

"Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações prestadas, sendo que toda a avaliação será realizada de forma individual sem a presença de outros voluntários no local de exame. O questionário eletrônico utilizado na coleta de dados (por meio do aplicativo da WEB Google Forms) é anônimo. No entanto, qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa, e o material será armazenado em local seguro.

A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar do pesquisador informações sobre a mesma, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste documento."

"Por se tratar de pesquisa realizada por meio de questionário eletrônico, cuja coleta de dados ocorre em ambiente virtual, o(a) participante se utiliza do aplicativo da WEB Google Formulários para responder ao referido questionário, de forma anônima. (...)"

(2) esclarecer que a equipe proponente não tem controle de como a empresa Google utiliza os dados que "coleta" dos participantes que respondem ao questionário;

Este esclarecimento foi realizado no documento.

(3) explicitar os possíveis riscos e benefícios e o retorno dos resultados da pesquisa para os participantes;

Foram descritos os possíveis riscos e benefícios no documento.

Os resultados desta pesquisa (...) poderão ser divulgados em palestras dirigidas ao público participante, artigos científicos e na dissertação/tese. Os resultados de forma individual serão repassados aos participantes e/ou seus responsáveis estando a equipe de pesquisadores à disposição para eventuais esclarecimentos. Em consonância ao disposto na Resolução CNS nº 510 de 2016, artigo 9 inciso V, para os participantes de pesquisas que utilizem metodologias próprias das Ciências Humanas e Sociais, haverá a manifestação expressa de sua concordância ou não quanto à divulgação de sua identidade e das demais informações coletadas."

(4) informar o direito do participante buscar indenização baseado na Resolução CNS no. 510/2016 artigo 19, paragrafo 2;

Foi adicionado ao TCLE a garantia deste direito do participante.

Endereço: Praça Dom Helvêdo, 74 - Sala 1.28 - Térreo - Campus Dom Bosco
 Bairro: Fábricas CEP: 36.307-352
 UF: MG Município: SAO JOAO DEL REI
 Telefone: (32)3379-5598 E-mail: cepsj@ufsj.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO JOÃO DEL REI - UFSJ



Continuação do Parecer: 5.503.952

(5) esclarecer como a equipe obterá o aceite do participante em responder o questionário e como será o registro do TCLE;

Foi acrescentado o seguintes trecho:

"Por se tratar de TCLE em página WEB, o aceite do participante em responder à presente pesquisa se realizará da seguinte maneira: "Ao clicar no botão abaixo, o(a) Senhor(a) concorda em participar da pesquisa nos termos deste TCLE. Caso não concorde em participar, apenas feche essa página no seu navegador".

(6) inserir os meios de contato com a pesquisadora responsável e com a CEPSJ;

Foi adicionado ao documento.

(7) informar no TCLE que o participante deverá guardar uma via deste TCLE.

Foi adicionada esta informação ao documento.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Veja a seção "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Veja a seção "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após minuciosa análise referente aos preceitos éticos aprovados em resoluções, normativas e cartas circulares do Conselho Nacional de Pesquisa, este CEP é favorável à aprovação do projeto intitulado "Uma Abordagem da Economia Feminista acerca dos efeitos da pandemia provocada pelo Covid-19 sobre os Profissionais da Educação Básica em Minas Gerais, à luz da Divisão Sexual do Trabalho" para sua devida execução.

Considerações Finais a critério do CEP:

O projeto de pesquisa Uma Abordagem da Economia Feminista acerca dos efeitos da pandemia provocada pelo Covid-19 sobre os Profissionais da Educação Básica em Minas Gerais, à luz da Divisão Sexual do Trabalho e documentações apresentadas estão em consonância com os princípios éticos em pesquisa envolvendo seres humanos nos termos da Resolução 466/2012; 510/2016e Norma operacional 001/2013. Somos, portanto, de parecer favorável a sua

Endereço: Praça Dom Helvéolo, 74 - Sala 1.28 - Térreo - Campus Dom Bosco
 Bairro: Fábricas CEP: 36.307-352
 UF: MG Município: SAO JOAO DEL REI
 Telefone: (32)3379-5598 E-mail: cepsj@ufs.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO JOÃO DEL REI - UFSJ



Continuação do Parecer: 5.503.952

APROVAÇÃO. Informamos que relatórios parcial e final da pesquisa devem ser notificados por meio da Plataforma Brasil e, os resultados obtidos, informados aos participantes da pesquisa, publicados e/ou encaminhados às instituições colaboradoras, aos órgãos e entidades representantes da sociedade.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1949702.pdf	16/06/2022 16:19:10		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA.pdf	16/06/2022 16:18:41	ALINE CRISTINA DA CRUZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_CORRIGIDO.pdf	16/06/2022 16:18:21	ALINE CRISTINA DA CRUZ	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_CORRIGIDO.pdf	16/06/2022 16:18:03	ALINE CRISTINA DA CRUZ	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	DeclaracaoInstituicaoInfraestrutura.pdf	18/05/2022 15:03:12	ALINE CRISTINA DA CRUZ	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	SolicitacaoPesquisadorResponsavel.pdf	18/05/2022 15:01:33	ALINE CRISTINA DA CRUZ	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DeclaracaodePesquisadores.pdf	18/05/2022 14:57:37	ALINE CRISTINA DA CRUZ	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	18/05/2022 14:23:07	ALINE CRISTINA DA CRUZ	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Praça Dom Helvêdo, 74 - Sala 1.28 - Térreo - Campus Dom Bosco

Bairro: Fábricas

CEP: 36.307-352

UF: MG

Município: SAO JOAO DEL REI

Telefone: (32)3379-5598

E-mail: cepsj@ufsj.edu.br



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO JOÃO DEL REI - UFSJ



Continuação do Parecer: 5.503.952

SAO JOAO DEL REI, 01 de Julho de 2022

Assinado por:
Jacqueline Domingues Tibúrcio
(Coordenador(a))

Endereço: Praça Dom Helvédo, 74 - Sala 1.28 - Térreo - Campus Dom Bosco
Bairro: Fábricas **CEP:** 36.307-352
UF: MG **Município:** SAO JOAO DEL REI
Telefone: (32)3379-5598 **E-mail:** cepsj@ufsj.edu.br